RELATÓRIO

2016

E CONTAS

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada a 3 de Janeiro de 2018




ORDEM DOS ENFERMEIROS



RELATÓRIO 2016 E CONTAS

ÍNDICE

SIGLAS

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

1 - NOTA INTRODUTÓRIA 12

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ORDEM DOS ENFERMEIROS 14

2.1 - COLABORADORES 14

2.2 - MEMBROS 16

2.3 - ÓRGÃOS SOCIAIS ESTATUTÁRIOS 19

3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2016 20

3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS 20

- PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

3.2 - INVESTIGAÇÃO 27

- PRODUÇÃO, TRANSFERÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM ENFERMAGEM
- INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

3.3 - DOCÊNCIA 34

- REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR
- INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- SUPERVISÃO
- CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

3.4 - FORMAÇÃO 37

- FORMAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, CULTURAL E PROFISSIONAL
- ACREDITAÇÃO DA FORMAÇÃO

3.5 - ASSESSORIA 40

- ASSESSORIA, ACONSELHAMENTO E RECOMENDAÇÃO

3.6 - GESTÃO 43

- GESTÃO DE CUIDADOS

3.7 - ACTIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE 44

- GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS
- GESTÃO ADMINISTRATIVA DE RECURSOS HUMANOS
- CONDIÇÕES DE TRABALHO E AMBIENTAIS

- PROCEDIMENTOS INTERNOS
- GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
- GESTÃO DOCUMENTAL
- COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA
- FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

3.8 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS E GRUPOS DE TRABALHO 53

- PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO NACIONAIS
- PARTICIPAÇÃO EM REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS (AUTOPROPOSTOS)
- PARTICIPAÇÃO EM REPRESENTAÇÕES NACIONAIS
- PARTICIPAÇÃO EM REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS
- RESPOSTA A PEDIDOS
- CONCERTAÇÃO PROFISSIONAL

3.9 - REDE ORDEM DOS ENFERMEIROS 60

- ACTUALIZAÇÃO DE DADOS
- CAPTAÇÃO DE MEMBROS
- VINCULAÇÃO PROFISSIONAL
- EFEMÉRIDES
- EMPREGABILIDADE
- REDE OE
- SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM
- ESTRUTURA DE IDONEIDADES
- INTERNACIONALIZAÇÃO
- QUALIDADE
- EMPREENDEDORISMO
- PROVEDORIA E ASSESSORIA
- PROTOCOLOS E PARCERIAS

4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 72

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 80

6 - APÊNDICES 81

APÊNDICE 01 - Demonstrações Financeiras - Âmbito Sede

APÊNDICE 02 - Demonstrações Financeiras - Âmbito Nacional

APÊNDICE 03 - Parecer do Conselho Fiscal relativamente ao Relatório e Contas 2016

APÊNDICE 04 - Relatório de Auditoria - Âmbito Sede

APÊNDICE 05 - Certificação Legal de Contas

APÊNDICE 06 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

APÊNDICE 07 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica

APÊNDICE 08 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

APÊNDICE 09 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

APÊNDICE 10 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica

APÊNDICE 11 - Relatório de Actividades 2016 - Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

APÊNDICE 12 - Relatório e Contas 2016 - Secção Regional do Norte

APÊNDICE 13 - Relatório e Contas 2016 - Secção Regional do Centro

APÊNDICE 14 - Relatório e Contas 2016 - Secção Regional do Sul

APÊNDICE 15 - Relatório e Contas 2016 - Secção Regional da Região Autónoma dos Açores

APÊNDICE 16 - Relatório e Contas 2016 - Secção Regional da Região Autónoma da Madeira

SIGLAS

ACM – Alto Comissariado das Migrações

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CAT – Comissão de Atribuição de Títulos

CD – Conselho Directivo

CE – Conselho de Enfermagem

CF – Conselho Fiscal

CIE – Conselho Internacional de Enfermeiros

CIPE – Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem

CJ – Conselho Jurisdicional

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSP – Cuidados de Saúde Primários

DGERT – Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DGS – Direcção Geral da Saúde

DIE – Dia Internacional do Enfermeiro

DNF – Diagnóstico das Necessidades de Formação

DPT – Desenvolvimento Profissional Tutelado

EFN – Federação Europeia de Associações de Enfermeiros

EI – Estrutura de Idoneidades

ELO – Enfermeiro de Ligação à Ordem

EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros

ESE ou ESEnf – Escola Superior de Enfermagem

FB – Facebook

FNOPE - Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermeiros

GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem

GOBP – Guia Orientador de Boas Práticas

GT – Grupo de Trabalho

ICHOM – Consórcio Internacional de Medição de Resultados em Saúde

ICN – International Council of Nurses

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

IPQ – Instituto Português da Qualidade

MS – Ministério da Saúde

NOC – Normas de Orientação Clínica

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Ordem dos Enfermeiros

OMS – Organização Mundial de Saúde

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PA – Plano de Actividades

PD´s – Processos Disciplinares

PEC – Programa de Execução de Quotas

RA – Região Autónoma

RENTEV – Registo Nacional do Testamento Vital

RH´s – Recursos Hierárquicos

ROE – Revista da Ordem dos Enfermeiros

SC – Supervisor Clínico

SI – Sistemas e Informação

SIE – Sistema de Informação em Enfermagem

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

SR – Secção Regional

UE – União Europeia

USF – Unidade de Saúde Familiar

VAEP – Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

Cheguei à Ordem com uma missão: pôr a Ordem ao serviço dos Enfermeiros. Foi isso que prometi aos Enfermeiros e foi essa a minha prioridade. Minha e de toda a equipa.

Neste primeiro ano de mandato devolvemos a Ordem aos milhares de Enfermeiros que todos os dias dão a cara pelas pessoas e pelo sistema de saúde. Não nos sentámos à secretária. Fizemos milhares de quilómetros de Norte a Sul do país, visitámos centenas de serviços, ouvimos testemunhos de milhares de Enfermeiros e testemunhámos as condições, algumas bem degradantes, em que se exerce Enfermagem em Portugal.

Sou Enfermeira, somos todos Enfermeiros. E foi essa a proximidade que construímos neste primeiro ano de mandato. Provámos publicamente que os Enfermeiros são o pilar do Serviço Nacional de Saúde e valorizámos o seu papel junto das pessoas. Assumimos, desde o primeiro minuto, a estratégia de valorização do papel social dos Enfermeiros.

Neste primeiro ano do mandato, os Enfermeiros descobriram que deixaram de caminhar sós. Caminham ao lado da Ordem e com a Ordem.

Ana Rita Pedroso Cavaco

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório e Contas de 2016 é um documento que expressa a acção desenvolvida para a concretização do Plano de Actividades (PA) da OE (OE) aprovado na Assembleia Geral a 7 de Maio de 2016, em Coimbra.

Conforme definido no Estatuto da OE (EOE) publicado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em Anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro, e em conformidade com o alínea f), do n.º 1 do artigo 27, cabe ao Conselho Directivo (CD) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao ano civil anterior.

A regulação e supervisão do acesso à profissão de Enfermeiro, assim como o exercício profissional nos termos da lei, deontologia, normas e técnicas e a defesa dos interesses dos seus membros são o pilar de actuação dos órgãos sociais deste mandato. Neste sentido, o desenvolvimento de actividades promotoras de proximidade e bem-estar que, em simultâneo, valorizem profissional e cientificamente os Enfermeiros são o centro de atenção.

Tendo como principal referência o enquadramento estatutário, norteados pelo lema "Ninguém está sozinho" e considerando as necessidades da sociedade actual, constituíram-se como grandes finalidades de intervenção:

1. Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão;
2. Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respectivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros;
3. Representar os Enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas acções tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de Enfermagem.

Neste sentido e promovendo a difusão de uma cultura de transparência, crucial para honrar os compromissos assumidos, desenvolveram-se actividades promotoras de proximidade e bem-estar que, em simultâneo, valorizassem profissional e cientificamente os Enfermeiros.

Este relatório, como instrumento de avaliação das actividades desenvolvidas, procura, de forma sistematizada e sintética, apresentar os resultados alcançados, no âmbito do quadro de objectivos e acções aprovadas, identificando, sempre que se justifique, as razões do incumprimento do programado.

De acordo com o modelo do plano de actividades/2016, estruturou-se a informação por forma a servir a finalidade deste documento e a sua apreciação. Optou-se por apresentar os objectivos e, de forma descritiva, apresentar as actividades desenvolvidas. Em apêndice apresentam-se os Relatórios e Contas dos Colégios das Especialidades e das Secções Regionais, já aprovados nas respectivas Assembleias.

Este Relatório reflecte, ainda, a capacidade de resposta num contexto de processo de integração complexo e intenso, com várias condicionantes, obstáculos e emergências que só foram possíveis de minimizar e/ou ultrapassar através de empenho, determinação, coesão e esforço acrescido das Pessoas que formam esta equipe, constituída pelos membros dos órgãos estatutários e colaboradores.

Contudo, os obstáculos muitas vezes constituem oportunidades. Desenvolveu-se a capacitação para prosseguir as finalidades da acção, através da aprendizagem e experiência vivenciada, e reforçou-se a nossa coesão para o cumprimento das atribuições e compromissos, bem como da dignificação da OE.

Apesar dos erros que sempre existem no percurso do trabalho realizado, que se assumem e com os quais se aprende, considera-se que o trabalho realizado, durante este ano, demonstra evidências com impacto positivo no desenvolvimento e valorização dos Enfermeiros.

No enquadramento da análise crítica deste Relatório, num primeiro ano de mandato complexo e simultaneamente de grande aprendizagem, reforçou-se a atenção na melhoria da eficiência e qualidade do serviço prestado, criando valor para a Enfermagem, procurando continuamente as melhores condições que dessem resposta às múltiplas solicitações.

Pretende-se que os Enfermeiros e a Enfermagem sejam o reflexo da mudança em curso!

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OE

O Artigo 1.º do EOE estabelece que "*A OE, adiante abreviadamente designada por Ordem, é a associação pública profissional representativa dos que, em conformidade com o presente Estatuto e as demais disposições legais aplicáveis, exercem a profissão de Enfermeiro.*"

A Ordem exerce as atribuições conferidas, no seu Estatuto, no território nacional, tem a sua sede em Lisboa e é constituída por 5 secções regionais (cf. Art.º 2º do EOE):

a) *A Secção Regional do Norte, com sede no Porto e área de actuação correspondente aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;*
b) *A Secção Regional do Centro, com sede em Coimbra e área de actuação correspondente aos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu;*
c) *A Secção Regional do Sul, com sede em Lisboa e área de actuação correspondente aos distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal;*
d) *A Secção Regional da Região Autónoma dos Açores;*
e) *A Secção Regional da Região Autónoma da Madeira.*

2.1 - COLABORADORES

Existem 85 colaboradores na OE, dos quais 62 são do género feminino e 23 do género masculino.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO		
Género	**Total**	**%**
Feminino	62	72,9 %
Masculino	23	27,1 %
Total	**85**	**100,0 %**

Entre os 26 e 35 anos, existem 23 pessoas. Dos 36 aos 45 anos, 47 pessoas. Dos 46 aos 55 anos, 13 pessoas e entre os 56 e 65 anos apenas duas pessoas.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS		
Grupos Etários	**Total**	**%**
26 a 35	23	27,0 %
36 a 45	47	55,3 %
46 a 55	13	15,3 %
56 a 65	2	2,4 %
Total	**85**	**100 %**

No que reporta a categorias profissionais, realça-se que existem 16 técnicos administrativos, 14 técnicos superiores, 12 técnicos de secretariado entre outras funções.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL		
Categoria Profissional	**Total**	**%**
Secretário-geral	1	1,2 %
Técnico Superior	14	16,5 %
Analista de Informática	1	1,2 %
Chefe de Serviços	1	1,2 %
Programador de Informática	1	1,2 %
Chefe de Secção	2	2,4 %
Técnico Administrativo	16	18,8 %
Técnico de Secretariado	12	14,1 %
Técnico de Informática	1	1,2 %
Assistente Administrativo de 1ª	11	12,9 %
Assistente Administrativo de 2ª	5	5,9 %
Assistente Administrativo de 3ª	3	3,5 %
Contínuo de 1ª	2	2,4 %
Contínuo de 2ª	1	1,2 %
Porteiro de 1ª	3	3,5 %
Trabalhador de Limpeza	3	3,5 %
Assessor Jurídico	2	2,4 %
Assessoria de Imprensa	1	1,2 %
Chefe de Gabinete	1	1,2 %
Contabilista	1	1,2 %
Director de Comunicação e Imagem	2	2,4 %
Director de Recursos Humanos	1	1,2 %
Adjunto Direcção	1	1,2 %
Total	**85**	**100 %**

Do universo de 85 trabalhadores da OE, a maior parte tem uma licenciatura (31 pessoas) seguido de funcionários com o 12º ano (30 pessoas).

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS		
Habilitações Académicas	**Total**	**%**
1º Ciclo	1	1,2 %
2º Ciclo	3	3,5 %
3º Ciclo	8	9,4 %
12º Ano	30	35,3 %
Curso Profissional	7	8,2 %
Frequência do Ensino Superior	4	4,7 %
Bacharelato	2	2,4 %
Licenciatura	31	36,5 %
Mestrado	3	3,5 %
Total	**85**	**100 %**

2.2 - MEMBROS

Até 31 de Dezembro de 2016, existiam 69 682 membros da OE. Da totalidade de membros, 57164 são do género feminino e 12518 do género masculino. A Secção Regional do Sul tem mais de 22 mil membros a que se segue a Secção Regional do Norte com 18964 membros e a Secção Regional do Centro com 14 802 membros. Por sua vez, a Secção Regional da Região Autónoma da Madeira e a Secção Regional da Região Autónoma dos Açores têm, respectivamente, 2 135 membros e 2 026 membros.

MEMBROS ACTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016			
Secção Regional	**Feminino**	**Masculino**	**Total**
Açores	1 649	377	2 026
Centro	11 898	2 904	14 802
Madeira	1 777	358	2 135
Norte	18 964	3 931	22 895
Sul	22 876	4 948	27 824
Total	**57 164**	**12 518**	**69 682**

A análise da distribuição de membros por distrito revela que a maior parte são de Lisboa (15 785 membros), seguido do Porto (12 730 membros) e Coimbra com 5 115 membros.

DISTRIBUIÇÃO POR DISTRITO (EXERCÍCIO PROFISSIONAL)			
Distrito	**F**	**M**	**Total**
Aveiro	2 847	565	3 412
Beja	745	173	918
Braga	3 938	744	4 682
Bragança	976	253	1 229
Castelo Branco	1 073	264	1 337
Coimbra	3 961	1 154	5 115
Évora	913	186	1 099
Faro	2 148	479	2 627
Guarda	847	255	1 102
Leiria	1 805	340	2 145
Lisboa	12 946	2 839	15 785
Portalegre	630	208	838
Porto	10 595	2 135	12 730
Santarém	1 989	382	2 371
Setúbal	3 649	679	4 328
Viana do Castelo	1 294	276	1 570
Vila Real	1 397	378	1 775
Viseu	1 801	444	2 245
RA Açores	1 658	372	2 030
RA Madeira	1 789	359	2 148
Total no Território Nacional	**57 001**	**12 485**	**69 486**
Estrangeiro	**163**	**33**	**196**
Total	**57 164**	**12 518**	**69 682**

Dos mais de 69 mil membros da OE, verifica-se que a maioria dos Enfermeiros tem idades compreendidas entre os 26 e os 40 anos, sendo que o grupo etário dos 31 a 35 anos é o que tem maior representação.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS			
Grupos Etários	**F**	**M**	**Total**
21 a 25	3 922	548	4 470
26 a 30	8 962	1 485	10 447
31 a 35	12 202	2 728	14 930
36 a 40	8 110	2 119	10 229
41 a 45	6 412	1 416	7 828
46 a 50	5 658	1 170	6 828
51 a 55	5 071	1 164	6 235
56 a 60	3 262	911	4 173
61 a 65	1 625	447	2 072
66 a 70	975	244	1 219
Mais 70	965	286	1 251
Total	**57 164**	**12 518**	**69 682**

Através da análise do total de Enfermeiros por 100 habitantes, verifica-se que é em Coimbra que existe o maior rácio (11,89%), constatando-se que em todos os outros distritos o rácio é inferior ao identificado pela OCDE, isto é, 9,16%.

RÁCIO DO TOTAL DE ENFERMEIROS POR 1000 HABITANTES			
Distrito	**População (1)**	**Enfermeiros (2)**	**Enf /1000 Hab**
Aveiro	714 200	3 412	4,78
Beja	152 758	918	6,01
Braga	848 185	4 682	5,52
Bragança	136 252	1 229	9,02
Castelo Branco	196 264	1 337	6,81
Coimbra	430 104	5 115	11,89
Évora	166 726	1 099	6,59
Faro	451 006	2 627	5,82
Guarda	160 939	1 102	6,85
Leiria	470 930	2 145	4,55
Lisboa	2 250 533	15 785	7,01
Portalegre	118 506	838	7,07
Porto	1 817 172	12 730	7,01
Santarém	453 638	2 371	5,23
Setúbal	851 258	4 328	5,08
Viana do Castelo	244 836	1 570	6,41
Vila Real	206 661	1 775	8,59
Viseu	377 653	2 245	5,94
Açores	246 772	2 030	8,23
Madeira	267 785	2 148	8,02
Total	**10 562 178**	**69 486**	**6,58**
OCDE (2015-2016) latest available year (3)			**9,16**

(1) Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Resultados definitivos da população residente, 2011
(2) Total de Enfermeiros em 31-12-2016 (Território Português)
(3) Rácio OCDE. Fonte: OECD Factbook 2015-2016: Practising Nurses - © OECD 2016

Do total de Enfermeiros inscritos, 54 016 são Enfermeiros de cuidados gerais.

ENFERMEIROS CUIDADOS GERAIS			
Titulo	**F**	**M**	**Total**
Enfermeiro	44 404	9 612	54 016

Do total de Enfermeiros inscritos, 15 969 são enfermeiros especialistas, sendo que a área de especialização em Enfermagem de Reabilitação é aquela que tem maior número de inscritos (3 350).

ENFERMEIROS ESPECIALISTAS			
Títulos	**F**	**M**	**Total**
Especialista em Enfermagem de Reabilitação	2 371	979	3 350
Especialista em Enfermagem de S. I. e Pediátrica	2 145	146	2 291
Especialista em Enfermagem de S. M. e Obstétrica	2 561	133	2 694
Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica	2 355	780	3 135
Especialista em Enfermagem na Comunidade	2 122	357	2 479
Especialista em Enfermagem em S. M. e Psiquiátrica	1 227	520	1 747
Total	**12 781**	**2 915**	**15 696**

2.3 - ÓRGÃOS SOCIAIS ESTATUTÁRIOS

Estes Órgãos Sociais Estatutários sempre assumiram o objectivo de profissionalizar, estruturar e organizar a OE e, para que isto aconteça é necessário desenvolver diversas actividades, entre as quais, a realização de reuniões plenárias. Deste modo, constata-se que ao longo do ano se procedeu à:

- Organização e concretização de 8 Reuniões Ordinárias e 2 Reuniões Extraordinárias do CD;
- Organização e concretização de 10 Reuniões Ordinárias do CE;
- Organização e concretização de 10 Reuniões Plenárias Ordinárias, 4 Reuniões Plenárias Extraordinárias, 10 Reuniões Ordinárias da 1ª Secção, 2 reuniões Extraordinárias da 1ª Secção, 9 Reuniões Ordinárias de 2ª Secção e 1 Reunião Extraordinária da 2º Secção do CJ;
- Organização e concretização de 4 Reuniões Ordinárias do CF;
- Organização e concretização de 1 Reunião da Assembleia Geral Ordinária;
- Organização e concretização de 4 Reuniões Ordinárias da Comissão de Investigação e Desenvolvimento;
- Organização e concretização de 3 Reuniões da Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem;
- Organização e concretização de 10 Reuniões Ordinárias e 2 Reuniões Extraordinárias da Comissão de Atribuição de Títulos.

3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2016

3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Objectivos

- Reforçar a qualificação dos Enfermeiros face às necessidades de cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida
- Fortalecer a visibilidade profissional dos Enfermeiros no contexto institucional e na sociedade em geral
- Reforçar o apoio ao percurso profissional dos Enfermeiros
- Garantir, nas diversas instituições de saúde, a presença de Enfermeiros qualificados de acordo com as necessidades de cuidados de saúde, ao longo do ciclo vital e em fim de vida, bem como o cumprimento das dotações seguras

Domínio Operacional	Prestação de cuidados
Actividades planeadas	▪ Definição e regulação da intervenção dos Enfermeiros nos diversos contextos de prestação de cuidados ▪ Realização de visitas de acompanhamento do exercício profissional ▪ Análise, apreciação, registo e divulgação nos meios disponíveis da OE, Secções Regionais e instituições envolvidas, dos relatórios de visitas ▪ Registo e actualização da base de dados de gestão de Enfermeiros de acordo com dados fornecidos pelas instituições de saúde ▪ Realização de visitas por solicitação de instituições ou de Enfermeiros ▪ Participação às entidades inspectivas e PGR das não conformidades e acompanhamento da implementação de medidas para a correcção das não conformidades identificadas ▪ Instrução de medidas correctivas e/ou disciplinares conducentes à melhoria da qualidade dos cuidados de Enfermagem ▪ Acompanhamento do cumprimento da Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem (Regulamento nº 533/2014 de 02 de Dezembro) e início da identificação nacional, por serviços, das dotações existentes

- Acreditação de idoneidade formativa no contexto da prática clínica
- Implementação, divulgação e apoio da rede de Enfermeiros de Ligação à Ordem (ELO) a nível nacional e regional
- Resgate do conceito de profissão de risco e desgaste rápido, com a devida compensação e reconhecimento
- Constituição de uma comissão nacional de intervenção em assédio moral no exercício profissional
- Instrução de medidas correctivas e/ou disciplinares conducentes à protecção da dignidade profissional dos Enfermeiros
- Criação de base de dados de indicadores de produção e de melhoria da qualidade da prática de Enfermagem

A emissão de pareceres exige na sua construção uma grande envolvência de tempo, pela pesquisa que implica, pela construção da resposta que corresponda na íntegra às questões levantadas e pela discussão que envolve no sentido de consensualização para a total salvaguarda dos interesses da profissão e garantia dos cuidados de qualidade e segurança aos cidadãos.

No âmbito da regulação do exercício profissional, foram emitidos 28 pareceres sobre a prestação de cuidados, três dos quais relacionados com processos judiciais, encontrando-se 13 pareceres em tramitação.

Foram realizadas 189 Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional (VAEP), para além das visitas formais e informais de proximidade e das reuniões de acompanhamento da implementação das medidas correctivas, desencadeadas por solicitação dos membros, das instituições bem como por denúncias de cidadãos e entidades.

Destas visitas realçamos o incremento da comunicação entre Enfermeiros e reforço dos laços institucionais com momentos de proximidade e possibilidade de cooperação e de colaboração em projectos e estabelecimento de parcerias.

Evidenciamos como questões que emergiram das mesmas, sobretudo:

- Usurpação de funções;
- Défice nas dotações seguras e consequente desmotivação e risco para a qualidade e segurança dos cuidados;

- Incumprimento das disposições legais relativas a horários de trabalho, nomeadamente, recurso a turnos extraordinários, carga horária de trabalho excessiva;
- Absentismo;
- Conflitos laborais e assédio moral.

Perante estas constatações, foram adoptadas diferentes medidas:

- Acompanhamento, reflexão e discussão com os Enfermeiros, Direcções de Enfermagem e Conselhos de Administração sobre os contextos da prática profissional;
- Exigência no cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros;
- Pedidos sistemáticos à tutela para a contratação de Enfermeiros;
- Gestão de conflitos;
- Negociação para a criação do Centro de Arbitragem de competência genérica e de âmbito nacional que tem subjacentes a prática de arbitragem, mediação, conciliação e negociação de conflitos da esfera profissional e os que ocorram na esfera privada dos Enfermeiros.

No âmbito da participação e denúncias às entidades inspectivas, e com o objectivo de cooperar na partilha de recursos, humanos e técnicos, e de conhecimentos, tendo em vista a melhoria da regulação do exercício profissional, foram celebrados dois protocolos:

- Protocolo entre a OE, Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Inspecção Geral das Actividades em Saúde no sentido da congregação de esforças, da partilha de informação, de dados e de conhecimentos técnico-científicos, bem como do desenvolvimento de acções conjuntas, sempre dessa mesma cooperação ou conjugação das diferentes perspectivas de análise e/ou intervenção concertada advenha a produção de melhores resultados para o sistema de saúde, a melhoria do exercício das respectivas atribuições e uma tutela mais efectiva da legalidade e elevação dos padrões de qualidade na prestação de cuidados de saúde no sistema de saúde português.

- Protocolo entre a OE, Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos e Entidade Reguladora da Saúde com o intuito de participar e cooperar em acções de fiscalização, inspecção, vistorias, monitorizações, e avaliações periódicas, promovidas e coordenadas pela Entidade Reguladora da Saúde no âmbito de todo o território nacional continental.

Ao longo do ano de 2016, as inúmeras denúncias recepcionadas nesta Ordem foram devidamente reencaminhadas para objecto de acção inspectiva pelas entidades competentes onde se inserem também as denúncias relativas a estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde/sociais sem qualquer tipo de licenciamento.

Para além do que foi mencionado, foi também enviada informação para entidades internacionais – como a *Joint Commission* – relativa a situações que chegaram ao nosso conhecimento, bem como de situações observadas nas diversas visitas de acompanhamento do exercício profissional, em que as dotações seguras não estão a ser respeitadas e cumpridas em Portugal.

Relativamente à instrução de medidas correctivas e/ou disciplinares conducentes à melhoria da qualidade dos cuidados de Enfermagem, do total de 63 pedidos de parecer, foram elaborados 52, encontrando-se 11 pareceres em tramitação.

Em relação aos pedidos de membros, foi emitido um parecer conjunto do Conselho de Enfermagem com o Conselho Jurisdicional. Foram realizados, um parecer para a celebração de protocolos e um no âmbito do levantamento de sigilo nos casos de violência doméstica.

Houve 34 pedidos de membros que foram esclarecidos telefonicamente pelo Conselho Jurisdicional, dentro do seu âmbito de actuação, tendo sido dados os devidos esclarecimentos, ou remetendo-se parecer já emitido sobre a matéria em apreço e não tendo sido necessária a elaboração de novo parecer.

Relativamente à Instrução de medidas correctivas e/ou disciplinares conducentes à protecção da dignidade profissional dos Enfermeiros, podemos referir que transitaram do mandato anterior 22 Processos Disciplinares (PD's) e seis Recursos Hierárquicos (RH´s), relativos a eventual violação dos deveres profissionais devido ao regular andamento dos prazos processuais.

Em 2016, deram entrada 17 Processos Disciplinares que se encontram distribuídos conforme exposto no quadro seguinte, apresentados por Secção Regional:

PROCESSOS DISCIPLINARES QUE DERAM ENTRADA EM CJ EM 2016		
Secção Regional	**PD's**	**Percentagem do total**
Norte	2	11,8%
Centro	3	17,6%
Sul	12	70,6%
Madeira	0	0%
Açores	0	0%
Totais	**17**	**100%**

Transitam para 2017, sete Processos Disciplinares, que correm trâmites de apreciação em Conselho Jurisdicional, devido ao regular andamento dos prazos processuais.

Foram deliberados 15 Recursos Hierárquicos, seis que transitaram do mandato anterior e nove do presente mandato, todos de indeferimento do acto recorrido, dos quais se apresentam os Recursos Hierárquicos que deram entrada (e foram decididos em 2016), no quadro seguinte, por secção regional:

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HIERÁRQUICOS QUE DERAM ENTRADA EM 2016		
Secção Regional	**RH's**	**Percentagem do total**
Norte	0	0%
Centro	0	0%
Sul	7	77,8%
Madeira	0	0%
Açores	0	0%
CAT	2	22,2%
Totais	**9**	**100%**

Foram apresentadas 62 queixas ao Conselho Jurisdicional. Deu entrada u, Processo de Conflito de Competências, que deu origem a dois acórdãos deliberados em Plenário de Conselho Jurisdicional. Foram ainda deliberados sete despachos de acusação e 15 despachos de arquivamento.

No que se refere às dotações seguras têm sido uma preocupação constante para a OE na medida em que a falta de recursos coloca em causa a segurança e a qualidade dos cuidados prestados à população.

A Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem assume-se como um instrumento fundamental, para os Enfermeiros e Enfermeiros gestores, no sentido de se exigir a adequação dos Recursos Humanos nos serviços. Esta Norma, criada em 2014, carece de uma revisão, visando a clarificação dos seus princípios de aplicação e a concretização de aspectos omissos, nomeadamente a dotação de Enfermeiros especialistas em alguns contextos. Assim, em Outubro de 2016, foi criado o grupo de trabalho para a revisão da Norma, tendo sido realizadas duas reuniões para este fim. Por solicitação das instituições de saúde, dos órgãos estatutários da Ordem e de membros, foram efectuadas diversas pronúncias sobre cálculos de dotações seguras, algumas delas no seguimento das visitas de acompanhamento ao exercício profissional.

As necessidades em cuidados de saúde da população, bem como a crescente complexificação de conhecimentos, exigem a regulamentação da intervenção dos Enfermeiros. Atentos a essa realidade, foi

criado um grupo de trabalho para regulamentação da competência em Enfermagem de Emergência Extra-hospitalar. O grupo está a ultimar o documento final que será enquadrado no processo de desenvolvimento e valorização profissional.

O desenvolvimento dos contextos da prática clínica e a garantia da qualidade do exercício profissional são determinantes para a idoneidade e capacidade formativa dos estabelecimentos de saúde.

Ao longo do ano de 2016, foi necessário proceder à avaliação do processo anterior com estudo das várias componentes funcionais, documentais e regulamentares, reflexão sobre as novas directrizes políticas e funcionais a dar ao processo da Idoneidade Formativa. Todo este processo conduziu à aquisição de conhecimentos relacionados com a compreensão do fenómeno da Idoneidade Formativa e da qualidade em Portugal. Procedeu-se ainda à análise, elaboração e normalização de documentos necessários ao desenvolvimento da actividade de Idoneidade Formativa e certificação de competências do supervisor clínico, indispensáveis à conceptualização do processo de acreditação de Idoneidade Formativa nos contextos da prática clínica.

Foi iniciada a revisão do referencial para acreditação da Idoneidade Formativa dos Contextos da Prática Clinica, tendo em conta a análise, discussão e reflexão com peritos na área da qualidade e da gestão bem como reuniões com diversos órgãos sociais da Ordem.

Todas as organizações, para atingir cabalmente o seu objectivo, requerem uma comunicação eficiente. Informar e esclarecer assume, de facto, uma importância vital para o bom funcionamento da OE, contrariando ideias que visem minimizar o seu papel e divulgando assuntos de forma correcta e justa que elevem a consciência dos Enfermeiros.

Os tradicionais sistemas de informação, só por si, não são suficientes para o suporte e sustentabilidade de uma organização como a OE. Só uma Rede em rede, em que a informação possa circular entre as bases e o topo da organização - "de todos e para todos" - permite tomar decisões efectivas, conduzindo a uma garantia contínua da qualidade e segurança na prestação de cuidados aos utentes.

Sendo assim, é crucial para a OE ter uma Rede interna que garanta o acompanhamento dos seus membros em todos os locais de exercício profissional. Tal desiderato, será garantido pela criação de uma Rede sólida, designada por **Rede de Enfermeiros de Ligação à Ordem**. Esta Rede é constituída por Enfermeiros dos diversos contextos, denominados por **Enfermeiros de Ligação à Ordem (ELO).**

Nos seus contextos de exercício, os ELO`s identificaram situações que comprometiam ou que podiam comprometer a dignidade da profissão ou a saúde das pessoas, comunicando, posteriormente, os factos aos respectivos Conselhos Directivos Regionais. Sensibilizaram os colegas para a importância da

actualização dos dados pessoais e profissionais na área reservada do *site* da OE. Informaram os colegas da importância da cédula profissional válida e colaboraram na visibilidade de projectos liderados por Enfermeiros dos seus serviços.

A importância desta rede determinou a necessidade da sua formalização tendo sido iniciado o processo inerente. Neste sentido, e em coerência com o que tem sido defendido por esta Ordem, manifestamos sempre total disponibilidade para estar ao lado daqueles que no dia-a-dia zelam pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Enfermeiro.

O assédio moral no trabalho não é um fenómeno novo, no entanto, a sua novidade reside na intensificação, gravidade e amplitude. Tendo em consideração o crescente número de pedidos de ajuda por parte dos membros da Ordem, no âmbito do assédio moral no exercício profissional, denunciadas através do atendimento telefónico e presencial, das visitas de acompanhamento ao exercício profissional, de *mails* recepcionados e em conversas informais com os membros, constatámos que o mesmo tem implicações a nível profissional, levando ao absentismo e à desmotivação profissional, bem como a nível pessoal, conduzindo à somatização de doenças. Esta realidade determinou a criação da Comissão de Intervenção em Assédio Moral que se encontra a ultimar o desenho do estudo que visa a caracterização do fenómeno.

A OE tem desenvolvido iniciativas enquadradas numa política de melhoria contínua da qualidade dos cuidados que apoiam a tomada de decisão, inseridas no Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem designadamente, os Programas de Melhoria Contínua da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem.

Para conhecer o estado de desenvolvimento dos projectos realizados, concluídos ou ainda em fase de implementação, foi feito o diagnóstico de situação, através do lançamento de um questionário cujo período de recolha de dados terminou em Dezembro. Seguir-se-á a fase de tratamento e análise dos dados recolhidos para criação de uma base de dados, identificação dos focos mais representativos e principais necessidades.

Iniciou-se a definição de indicadores sensíveis aos cuidados de Enfermagem, gerais e especializados, que permitam estratégias de intervenção nacionais.

3.2 - INVESTIGAÇÃO

Objectivos

- Promover o desenvolvimento e a valorização científica dos Enfermeiros
- Promover o desenvolvimento da investigação científica e inovação de acordo com áreas prioritárias em Enfermagem
- Promover a colaboração da OE com centros de investigação, no domínio científico de Enfermagem, nacionais e internacionais
- Promover a visibilidade profissional de Enfermagem no seio da comunidade científica

Domínio Operacional	**Produção, transferência e divulgação de conhecimento científico em Enfermagem**
Actividades planeadas	▪ Negociação com as diversas entidades para a criação da área científica de Enfermagem dentro do domínio científico "Ciências da Vida e da Saúde" ▪ Identificação de fontes de financiamento para projectos de investigação em Enfermagem e apoio a candidaturas ▪ Incentivo e apoio ao Benchmarking de conhecimento científico desenvolvido pelos Enfermeiros ▪ Criação de redes, nacionais e internacionais, de aproximação da OE com as Unidades/Centros de Investigação na área científica de Enfermagem ▪ Criação de redes multidisciplinares, nacionais e internacionais, de aproximação da OE com Unidades/Centros de Investigação ▪ Apoio à acreditação das estruturas direccionadas para a investigação em ciências da Enfermagem ▪ Incentivo à prática baseada em evidência científica ▪ Apoio à criação e gestão de centros de investigação, inovação e desenvolvimento em Instituições de Saúde (públicas e privadas) ▪ Criação, direcção, edição e redacção da Revista Científica da OE ▪ Apoio à gestão e divulgação de bases de dados científicas junto dos Enfermeiros

- Incentivo à divulgação do conhecimento produzido nos diferentes domínios do exercício profissional
- Apoio e parceria na organização de eventos científicos nacionais e internacionais
- Colaboração com publicações, nacionais e internacionais, sobre investigação na área da saúde
- Realização de sessões de trabalho com investigadores para conhecimento das evidências existentes e incentivo à sua utilização

A nível mundial, a Enfermagem é considerada uma área científica. Organizada em associações científicas e académicas de ensino superior, estabelece-se como uma comunidade científica, que no âmbito de equipas mono ou pluridisciplinares, produz conhecimento cientificamente válido, indispensável para a prática de cuidados e desenvolvimento tecnológico. Acontece que, em Portugal, ao contrário do que ocorre em muitos outros países, a área científica de Enfermagem não está devidamente representada nos sistemas de classificação da ciência. Foi feita a análise e discussão sobre esta matéria e encontra-se em fase final a elaboração de documento sobre a proposta de criação da área científica de Enfermagem, para envio às entidades competentes.

Foi iniciado o desenho de um processo de identificação e divulgação, nomeadamente, de projectos de investigação em Enfermagem, captação de financiamento e identificação de áreas prioritárias. Os projectos do Centro de Recursos em Conhecimento encontram-se em fase de reestruturação.

Ao longo do ano, apreciámos e respondemos a cinco pedidos de apoio ao desenvolvimento de estudos de investigação de estudantes de licenciatura em Enfermagem e de Enfermeiros estudantes de mestrado e de doutoramento.

Estreitaram-se relações com o Consejo General de Enfermería, com o objectivo de estabelecer uma parceria no âmbito da investigação em Enfermagem.

A Ordem participou em estudos europeus, respondendo a nove questionários promovidos por congéneres e por instituições europeias, a saber:

1. Associação Catalã de Saúde e de Enfermagem Escolar questionário sobre Enfermagem escolar;
2. Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) – consulta sobre tabagismo;
3. Comissão Europeia – Consulta pública sobre educação;
4. Comissão Europeia – Consulta pública sobre o pilar social da UE;

5. Rede informal de profissionais de saúde que transpõem fronteiras (*Health Professionals Crossing Borders* – mapeamento sobre sanções disciplinares à prática profissional na Europa;
6. Instituto para as Ciências e Prática de Enfermagem enquanto Centro Colaborador da OMS para a Investigação em Enfermagem e Educação (*Institute for Nursing Science and Practice as WHO Collaborating Centre for Nursing Research and Education*) – estudo sobre os *curricula* ligados aos cuidados paliativos;
7. Rede de Associações de Enfermagem Pediátrica da Europa (*Paediatric Nursing Associations of Europe Network* - PNAE) - Consulta sobre Cuidados Paliativos a Crianças e Jovens;
8. Associação de Enfermeiros da Lituânia – questionário centrado na carga de trabalho dos Enfermeiros;
9. Universidade de Leiden – Questionário sobre as actividades dos grupos de interesse na Comissão Europeia sobre o Departamento de Educação.

A prática baseada na evidência constitui-se como um instrumento promotor do desenvolvimento da profissão, que dá visibilidade à investigação e é promotor da melhoria da qualidade de cuidados. A prática baseada em evidências põe a tónica no uso de pesquisas para orientar a tomada de decisão clínica, o que requer a aprendizagem das regras para avaliar a literatura científica. Resulta daqui a importância que a investigação assume no contexto de uma prática baseada na evidência, o que torna por demais evidente a necessidade do Enfermeiro, para a tomada de decisões, saber como pode obter, analisar e integrar as evidências encontradas por via de pesquisas científicas. A elaboração de pareceres e pronúncias acerca das boas práticas assentaram em pesquisa de evidência científica sobre as temáticas em apreço.

A OE fez-se representar em grupos de trabalho da DGS, através de Enfermeiros peritos, nos quais foi por demais evidente a necessidade de pesquisa de evidência científica que sustentasse as orientações clinicas e processos assistenciais integrados, emanadas por esta organização.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2016, de 24 de Março, foi criado o Conselho Nacional dos Centros Académicos Clínicos, iniciativa que exaltamos pelos fins que visa prosseguir a bem da melhoria ao nível da prestação efectiva de cuidados de saúde em geral, e do incentivo à inovação e à investigação na área da Saúde, em particular. Não obstante, e à luz dos objectivos expressos, consideramos que os Centros Académicos Clínicos deveriam incluir de forma imperativa no seu âmbito, as Escolas Superiores de Enfermagem e Escolas de Saúde que ministram Cursos desta área da Saúde.

A proximidade e continuidade de prestação de cuidados por parte dos Enfermeiros junto dos destinatários dos cuidados, acompanhando e, em muitos casos também determinando, o diagnóstico, prognóstico e terapêutica implementada, faz com que essa vivência clínica deva estar obrigatoriamente ligada aos referidos Centros Académicos Clínicos de modo a que múltiplas situações quotidianas sejam aproveitadas por esses Centros, enriquecendo a investigação e a inovação que se preconizam.

É indispensável a conjugação da actividade assistencial, do ensino e da investigação, e que, da mesma forma, não há ensino de qualidade na área da Saúde quando este esteja desligado da prática clínica em serviços de referência. A Enfermagem tem, nos dias de hoje, uma implementação transversal e fundamental em todas as áreas de prestação de cuidados de saúde.

Tendo por base estes pressupostos, a Ordem encetou diligências junto do órgão governamental competente, para a integração das Escolas Superiores de Enfermagem nos Centros Académicos Clínicos.

No cumprimento do estatuído, foram iniciados os trabalhos com vista à criação da revista científica da OE, para divulgação de conhecimento científico produzido em Ciências da Saúde, e em particular em Enfermagem, com impacto em ganhos em saúde e no desenvolvimento científico da Enfermagem. Foi feito o levantamento de necessidades e linhas orientadoras de política editorial e proposto o grupo de trabalho para o desenvolvimento da revista científica.

Participou-se em reuniões de apresentação de propostas para aquisição de serviços relativas às bases de dados científicas. Analisadas as diferentes propostas decidiu-se pela renovação do pacote composto por seis Bases de Dados – cinco bases com texto integral e uma de base referencial com a empresa EBSCO *Publishing*:

- Medic Latina;
- Cochrane Collection Plus;
- Nursing & Allied Health Collection: Comprehensive;
- MEDLINE® Complete – actualização da versão anterior a 2014;
- CINAHL Complete – actualização da versão anterior a 2014;
- Library, Information Science & Technologies Abstracts (LISTA) - referencial.

Durante o ano de 2016, realizaram-se 28446 sessões, num total de 1.111.657 pesquisas, tendo sido acedidos 71.941 artigos em texto integral. Esta plataforma permitiu aos nossos membros, o acesso gratuito, a ferramentas de reconhecido valor científico para a Enfermagem, a nível mundial.

A OE recebeu vários pedidos de colaboração para a divulgação de instrumentos de recolha de dados no âmbito de diversos trabalhos de investigação desenvolvidos pelos seus membros. Sempre que sejam cumpridos os critérios definidos, a OE efectua a divulgação dos respectivos estudos e apela à participação nos mesmos através dos seus diferentes meios de comunicação. De acordo com o definido, deve o investigador principal, após conclusão do estudo, disponibilizar os resultados à OE. Desta forma, recolheu-se a informação relativa aos estudos que tiveram a colaboração da OE para que se possa obter os seus resultados junto dos investigadores e, posteriormente, disponibilizar os mesmos aos seus membros através Centro de Recursos em Conhecimento.

Foram inúmeros os eventos científicos nos quais a Ordem participou. Integrou comissões de honra de eventos mono e multidisciplinares, sessões de abertura de Congressos, Encontros e Jornadas, etc., bem como realizou comunicações em mesas, painéis, conferências e debates de natureza científica.

Por solicitação de diversas entidades nacionais foi feita análise e emitido parecer sobre pedidos de apoio e de atribuição de patrocínio científico.

A OE é entidade cooperante do consórcio português para a realização da Conferência Anual do Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários que se irá realizar no Porto, em Setembro de 2017. Após várias reuniões de trabalho entre a Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar e a OE, celebrou-se protocolo de parceria institucional para o desenvolvimento do referido evento. Os órgãos sociais estatutários da OE estão representados na Comissão Científica e na Comissão Organizadora, pelo que têm participado em reuniões do consórcio organizador.

Iniciou-se a organização da Assembleia-Geral da European Health Professionais Competent Authorities (EurHeCa), que se previa realizar em Lisboa a 3 de Fevereiro de 2017, no entanto, por motivos alheios à OE, recebemos informação relativa ao adiamento desta reunião para o segundo semestre de 2017.

A investigação constitui-se como o meio por excelência para aquisição e desenvolvimento de conhecimento científico. É indispensável para compreender e explicar fenómenos, estabelecer relação com outros fenómenos, sendo inegável a importância da investigação multidisciplinar.

Neste sentido, e dando continuidade ao acordo existente com a empresa Premivalor, na qual a OE é GOLD SPONSOR, dinamizamos a parceria com o Observatório da Natalidade e Envelhecimento em Portugal (ONEP), tendo concluído a aplicação do questionário sobre o estudo relativo ao envelhecimento, tendo sido já apresentados os resultados preliminares nesta área. No decorrer de 2017, iniciar-se-á a aplicação do questionário relativo à natalidade.

No espirito de colaboração e divulgação de conhecimento científico produzido, foi apoiada a candidatura, à apresentação de um trabalho no Congresso do ICN. Esta iniciativa integra-se numa política prosseguida pela OE de apoio à divulgação dos trabalhos científicos desenvolvidos por Enfermeiros. O resumo submetido centra-se na produção e validação de conteúdos de vídeos destinados à prestação de cuidados a doentes com lesões da espinal medula.

Foi também tida em consideração, a realização de sessões de trabalho com investigadores com o intuito de estabelecer parcerias no que respeita à produção de evidência científica, na área da saúde e em particular em Enfermagem, nomeadamente com o Professor Pedro Pita Barros, distinguido com a Medalha de Serviços Distintos do Ministério da Saúde em reconhecimento do seu trabalho na área da saúde.

Domínio Operacional	Inovação e desenvolvimento
Actividades planeadas	▪ Identificação de linhas prioritárias de investigação/ inovação/ desenvolvimento em Enfermagem ▪ Identificação de linhas prioritárias de desenvolvimento de tecnologias de suporte à prestação de cuidados, ao ensino e à investigação em Enfermagem ▪ Identificação de parceiros para construção de projectos que potenciem a inovação e desenvolvimento dos Enfermeiros ▪ Atribuição de prémios de mérito científico ▪ Apoio à construção e divulgação de normas de orientação clínica resultantes de estudos de investigação ▪ Promoção da articulação entre ensino, investigação e prestação de cuidados

Na sequência de reuniões de reflexão com investigadores em Enfermagem, os órgãos competentes (Conselho de Enfermagem e Comissão de Investigação e Desenvolvimento) definiram as linhas prioritárias de investigação, a saber:

- Bem-Estar, Saúde e Doença - Linha de investigação que visa o estudo das respostas humanas aos processos de saúde-doença, considerando as pessoas/ famílias/populações alvo de cuidados, os contextos onde decorrem e os profissionais que prestam os cuidados;
- Formação de Profissionais - Linha de investigação que visa o estudo de condições promotoras do desenvolvimento pessoal, académico e profissional, no âmbito da formação;
- Políticas, Sistemas e Organizações de Saúde - Linha de investigação que visa o estudo de factores que contribuem para a qualidade do exercício profissional.

Foram, ainda, designados os Coordenadores das linhas que estão a desenhar projectos de investigação para cada uma delas.

Foi prestada assessoria na divulgação de projectos de investigação promovidos por membros da OE e outros, para melhor operacionalização dos processos de recolha de dados.

No sentido de promover a articulação entre o ensino, investigação e prestação de cuidados participou-se em eventos científicos e iniciativas percussoras de prática baseada em evidência científica promovidas por instituições de saúde, de ensino e associações profissionais. Realizaram-se ainda reuniões com organismos nacionais e internacionais para criação de parcerias que promovam a promoção e transferência do

conhecimento científica na área de Enfermagem (instituições de ensino, organizações profissionais, unidades e laboratórios de investigação).

Relativamente à atribuição de prémios de mérito científico, integrou-se o júri de atribuição do Prémio Mariana Dinis de Sousa da Secção Regional do Sul da OE.

Participou-se na construção de normas de orientação clínica da DGS, bem como na divulgação das concluídas, nomeadamente:

- Processos assistenciais integrados da prótese da anca;
- Processos Assistenciais Integrados Gravidez de baixo risco
- Processos assistenciais integrados da epilepsia;
- Processos Assistenciais Integrados Asma;
- Processos assistenciais integrados enfarte agudo do miocárdio;
- Processos Assistenciais Integrados Acidente Vascular Cerebral;
- Processos Assistenciais Integrados Febre de curta duração na criança;
- Normas de orientação clinica: úlceras de pressão;
- Normas de orientação clinica: vigilância do adulto saudável em cuidados de saúde primários;
- Normas de orientação clinica: avaliação do pé diabético;
- Normas de orientação clinica: dor;
- Normas de orientação clinica: técnicas de diálise;
- Normas de orientação clinica: cuidados aos doentes ostomizados;
- Normas de orientação clinica: prevenção e intervenção na queda criança, adulto e idoso;
- Grupo técnico consultivo do tabaco;
- Normas de orientação clinica: "Comunicação eficaz na transição de cuidados de saúde";
- Normas de orientação clinica: Multidisciplinar prevenção e intervenção UP Pediátrica;
- Norma de orientação: tratamento de resíduos hospitalares produzidos no âmbito dos cuidados domiciliários.

3.3 - DOCÊNCIA

Objectivos

- Colaborar no desenvolvimento do ensino de Enfermagem nos diferentes ciclos de estudos
- Reforçar a qualificação dos Enfermeiros face às necessidades em cuidados de Enfermagem
- Promover as condições ideais para a reorganização do ensino de Enfermagem

Domínio Operacional	Reestruturação curricular
Actividades planeadas	▪ Acompanhamento e reflexão de propostas de restruturação curricular dos cursos de formação das instituições de ensino superior de Enfermagem (públicas e privadas) ▪ Dinamização e acompanhamento de iniciativas de restruturação curricular dos cursos de formação em Enfermagem ▪ Promoção de iniciativas sobre práticas de desenvolvimento curricular em ciências de Enfermagem e saúde, face à necessidade de um projecto formativo assente na lógica de *lifelong learning* ▪ Realização de visitas de acompanhamento a instituições de ensino superior de Enfermagem (públicas e privadas)

Acompanhou-se a restruturação curricular da formação pós-graduada das instituições de ensino superior de Enfermagem. Assim, foram emitidas diversas pronúncias e treze pareceres sobre propostas de criação de cursos e propostas de restruturação de cursos.

Considerando o desenvolvimento da disciplina e da profissão de Enfermagem, as necessidades de saúde da população e visando a segurança e qualidade dos cuidados de saúde, em geral, e de Enfermagem, em particular, criaram-se grupos de trabalho e esteve em debate interno a individualização das especialidades que é parte integrante de um processo de desenvolvimento e valorização em Enfermagem. Acresce, a esta actividade, o delineamento da nova metodologia de atribuição do título de Enfermeiro Especialista, em conformidade com o disposto no EOE.

O acompanhamento a instituições de ensino superior de Enfermagem traduziu-se na realização de reuniões com representantes de instituições de ensino superior de Enfermagem e visitas de acompanhamento a estas instituições.

Domínio Operacional	**Inovação e desenvolvimento**
Actividades planeadas	▪ Criação de parcerias com instituições de ensino (públicas e privadas) para identificação de áreas prioritárias de investigação e de desenvolvimento em Enfermagem ▪ Incentivar a actividade da Comissão de Investigação e Desenvolvimento ▪ Melhoria da cooperação e parceria com as instituições de ensino superior de Enfermagem em programas de inovação e desenvolvimento científico de Enfermagem ▪ Apoio a iniciativas conducentes a práticas pedagógicas inovadoras

Realizaram-se reuniões com investigadores em Enfermagem tendo em vista a identificação de áreas prioritárias de investigação e de desenvolvimento em Enfermagem.

Com vista a restabelecer o protocolo com a Escola Superior de Enfermagem do Porto, no âmbito dos Sistemas de Informação de Enfermagem, realizaram-se diversas reuniões com os responsáveis do Centro de Investigação e Desenvolvimento dos Sistemas de Informação em Enfermagem, que é hoje um dos centros acreditados pelo Conselho Internacional de Enfermeiros para o estudo e investigação da Classificação Internacional para Prática de Enfermagem. Visa-se, através deste protocolo que, sob o ponto de vista processual, se estabeleça a intervenção face aos Sistemas de Informação em Enfermagem, regulando-os em conformidade, fomentando a formação e investigação nesta área. Pretende-se que os registos em Enfermagem sejam úteis para profissionais e utentes e, acima de tudo, regulados e uniformizados em conformidade com as atribuições desta Ordem.

Foram efectuadas quatro reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento nas quais se reflectiu sobre investigação e desenvolvimento em Enfermagem, emitiu propostas de definição de linhas de investigação, metodologias de trabalho para este mandato e de apreciação de estudos científicos.

Procurou-se o envolvimento de representantes de instituições de ensino superior de Enfermagem e de estudantes de Enfermagem no debate realizado sobre ensino de Enfermagem: politécnico/universitário, em Dezembro de 2016, quer através do convite para integrar o painel de oradores, quer endereçando apelo à participação de todos os docentes no evento.

Domínio Operacional	Supervisão
Actividades planeadas	▪ Participação, como membros do Conselho Consultivo da A3ES, nos processos de avaliação e acreditação de estudos de instituições de ensino superior de Enfermagem, bem como aprovação de normas no âmbito de garantia da qualidade do ensino superior ▪ Melhoria da cooperação entre instituições de saúde e instituições de ensino superior de Enfermagem na supervisão dos estudantes em contexto clínico ▪ Articulação entre a Estrutura de Idoneidade da OE e as instituições de ensino superior de Enfermagem

A OE, enquanto membro do Conselho Consultivo da A3ES, participou em reuniões desta entidade. Realizou-se a apreciação e pronúncia sobre vinte e nove relatórios de auto-avaliação dos ciclos de estudo em funcionamento dos cursos de licenciatura de Enfermagem.

Na senda da melhoria da cooperação entre instituições de saúde e instituições de ensino superior de Enfermagem na supervisão dos estudantes em contexto clínico, foi feita a análise de situações expostas e emissão de dois pareceres conjuntos do Conselho de Enfermagem e Conselho Jurisdicional.

Numa altura em que se redefine o modelo da atribuição do título de Enfermeiro Especialista e o processo de individualização das especialidades, no cumprimento do estatuído, é imperativo garantir, para a sua qualidade, que os processos formativos sejam realizados em contextos com critérios controlados e bem definidos. Este fenómeno assume especial relevância juntos dos profissionais, das instituições prestadoras de cuidados e das instituições de ensino. A articulação entre a OE e as instituições de ensino superior reforçam a capacidade de intervenção, criando uma base estrutural que permita formação de qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem. Foram auscultados Enfermeiros peritos em exercício de funções docentes sobre o referencial para a acreditação da idoneidade formativa dos contextos da prática clínica que está em fase de conclusão.

Domínio Operacional	Capacitação do corpo docente
Actividades planeadas	▪ Monitorização da implementação dos requisitos expressos no RJIES e no ECDESP para a capacitação do corpo docente das instituições de ensino superior de Enfermagem (públicas e privadas) ▪ Monitorização do desenvolvimento da qualificação académica, especialização e produção científica do corpo docente

- Registo e actualização da base de dados de gestão de Enfermeiros de acordo com dados fornecidos pelas instituições de ensino superior (públicas e privadas)

Foram apreciados os relatórios e emitidas pronúncias sobre os requisitos para a capacitação do corpo docente, dos ciclos de estudo em funcionamento dos cursos de licenciatura de Enfermagem.

No sentido do desenvolvimento das qualificações académicas, a Ordem indicou peritos para nomeação de vogais em júris de atribuição do título de especialista na área de Enfermagem, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto. Previamente, foi necessário efectuar a revisão dos critérios de nomeação, concepção de um fluxograma e criação da bolsa de peritos. No decorrer do ano, foram efectuados 14 pedidos de nomeação por parte de Instituições do Ensino Superior de Enfermagem, que envolveu um total de 29 candidatos à prova e 27 vogais nomeados por esta Ordem.

No sentido de se proceder ao registo e actualização da base de dados de gestão de Enfermeiros, foi solicitada, a todas as instituições do ensino superior, a informação sobre os Enfermeiros em exercício de funções docentes. Obteve-se resposta da totalidade das instituições.

3.4 - FORMAÇÃO

Objectivos
▪ Promover o desenvolvimento e a valorização científica, técnica, cultural e profissional dos Enfermeiros
▪ Reforçar a qualificação dos Enfermeiros, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, face às necessidades em cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida
▪ Complementar a formação dos Enfermeiros

Domínio Operacional	**Formação científica, técnica, cultural e profissional**
Actividades planeadas	▪ Identificação de necessidades de formação dos Enfermeiros ▪ Realização de cursos de formação, potenciando a qualidade da formação dos Enfermeiros e a qualidade dos cuidados prestados

- Desenvolvimento de acções de formação profissional em áreas identificadas como prioritárias
- Reforço das parcerias com as instituições de ensino superior e de saúde para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais
- Reestruturação do sistema de formação profissional dos Enfermeiros

A identificação de necessidades de formação dos Enfermeiros é uma preocupação constante deste mandato, assim como, a realização de cursos de formação, potenciando a qualidade da formação dos Enfermeiros e a qualidade dos cuidados prestados.

É objectivo da OE o desenvolvimento de acções de formação profissional em áreas identificadas como prioritárias, através do reforço das parcerias com as instituições de ensino superior e de saúde para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais. Assim, foi necessário promover a restruturação do sistema de formação profissional dos Enfermeiros.

No decorrer do ano 2016, a OE apostou na implementação de um sistema de formação profissional que irá dar acesso, a todos os seus membros, a um vasto leque de acções de formação que contribuirão para o seu desenvolvimento profissional. Neste sentido, foram elaborados e aprovados os documentos enformadores, nomeadamente, o Regulamento de Formação Profissional da OE (aprovado pela Assembleia Geral a 07 de Maio de 2016) e a Carta de Qualidade da Actividade Formativa que tem integrados as Normas e os Modelos do Dossier Técnico-Pedagógico.

Foi, ainda, efectuado um Diagnóstico de Necessidades de Formação (DNF), entre os meses de Junho e Julho, através de um questionário *online*, junto dos membros da Ordem.

Com o DNF, foram identificadas as áreas prioritárias a desenvolver através de um plano de formação plurianual, nomeadamente:

- Cuidados Paliativos;
- Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem;
- Ética e Deontologia Profissional;
- Gestão em Enfermagem;
- Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem;
- Prevenção e Controlo da Dor;

- Segurança do Doente;
- Sistemas de Informação em Enfermagem / Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem SIE/CIPE;
- Trauma, Emergência e Catástrofe;
- Viabilidade tecidular e tratamento de feridas.

As acções de formação a disponibilizar aos membros encontram-se em fase de desenvolvimento e serão divulgadas no decorrer do ano 2017.

Encontra-se em fase de negociação um protocolo com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) para que a OE possa ministrar formação na área dos Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE), e a disponibilização do aplicativo às Instituições do Ensino Superior de Enfermagem para promover a aprendizagem da sua utilização junto dos seus formandos.

Efectuaram-se contactos entre a OE e instituições de saúde para o desenvolvimento de acções de formação no âmbito dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, a qual terá início em 2017.

Domínio Operacional	**Acreditação da formação**
Actividades planeadas	▪ Acompanhamento, assessoria e avaliação da oferta formativa para Enfermeiros, no público, privado, social e militar ▪ Apoio à reorganização da oferta formativa para Enfermeiros ▪ Certificação da OE como entidade formadora ▪ Desenvolvimento de procedimentos associados ao processo de reconhecimento e validação da qualidade e formação para Enfermeiros ▪ Acreditação de idoneidade formativa dos centros de formação ▪ Creditação de acções de formação contínua que garanta a qualidade da formação disponibilizada e a sua consideração para efeitos de revalidação da cédula profissional

Foram privilegiadas intervenções estratégicas quanto ao acompanhamento, assessoria e avaliação da oferta formativa para Enfermeiros, no público, privado, social e militar.

Considerou-se fundamental a criação de um apoio à reorganização da oferta formativa para Enfermeiros, bem como a Certificação da OE enquanto entidade formadora.

Para o efeito, foi iniciado o desenvolvimento de procedimentos associados ao processo de reconhecimento e validação da qualidade da formação para Enfermeiros, que pressupõe a implementação de um processo de acreditação de idoneidade formativa dos centros de formação e a creditação de acções de formação contínua que garanta a qualidade da formação disponibilizada e a sua consideração para efeitos de revalidação da cédula profissional.

De entre as actividades encetadas, destacam-se a implementação dos requisitos definidos pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e pela Norma Portuguesa NP4512:2012 com vista à submissão de candidatura para certificação da OE como entidade formadora.

A acreditação e creditação de acções de formação contínua é uma das atribuições da OE, conforme previsto na alínea f), do nº 3 do artigo 3º dos Estatutos da OE.
Neste sentido, iniciou-se a elaboração dos documentos de trabalho relativos à acreditação e creditação de acções de formação contínua, conforme previsto nos artigos 47º e 48º do Regulamento da Formação Profissional da OE.

Foram, ainda, prestados diversos esclarecimentos aos membros no que respeita à credibilidade de entidades externas e à respectiva qualidade pedagógica das suas acções de formação.

3.5 - ASSESSORIA

Objectivos

- Promover o desenvolvimento de medidas de assessoria aos Enfermeiros
- Fomentar a comunicação eficaz entre os Órgãos da OE, os Enfermeiros, as Instituições de Saúde e a sociedade

Domínio Operacional	**Assessoria, Aconselhamento e Recomendação**
Actividades planeadas	▪ Emissão de resposta a pedidos de esclarecimento e/ou pareceres na área científica, técnica, jurídica e profissional para a tomada de decisão dos Enfermeiros nos diferentes domínios do exercício

- Colaboração na definição de estratégias para a concepção e gestão de programas de desenvolvimento / promoção da melhoria contínua dos cuidados
- Colaboração e apresentação de propostas para a definição de políticas de saúde, em parceria com a tutela, as instituições de saúde e de ensino superior

Foram recepcionados diversos pedidos de esclarecimento e de pareceres de membros, órgãos, instituições de saúde e de ensino superior, nas áreas científica, técnica, jurídica e profissional, tendo sido apreciados e emitidas pronuncias e pareceres na salvaguarda da segurança, qualidade dos cuidados e promoção da melhoria contínua.

Para além dos já mencionados, realça-se os 54 pedidos de aconselhamento deontológico e jurídico no âmbito do dever de sigilo.

Relativamente aos pedidos recebidos no Departamento Jurídico e de respostas elaboradas, deram entrada 623 pedidos e que foram respondidos na totalidade. Foram, ainda, assegurados 39 procedimentos jurídicos relacionados com processos judiciais encerrados ou em curso, entre eles, de usurpação de funções, acidentes de trabalho, burla qualificada e falsificação de documentos, quotas em dívida, pretensão atribuição de título, impugnação de concursos, dotações seguras, anúncios de emprego, entre outros.

Foi constituída uma bolsa de peritos nacionais para assessoria e para potencial integração em grupos de trabalho e comissões com a finalidade de promover o desenvolvimento da Enfermagem.

No âmbito das suas competências, a OE pronunciou-se e emitiu tomadas de posição públicas no que concerne à definição de políticas de saúde, relativamente às seguintes temáticas:

- Articulação entre as Experiências Piloto de Dotações Seguras com a Metodologia de Trabalho do Enfermeiro de Família;
- Exercício Profissional do Enfermeiro;
- Análise dos Actos dos Profissionais de Saúde;
- Despacho n.º 6401/2016, de 16 de Maio e Despacho n.º 9631/2016, de 27 de Julho – Integração de Enfermeiros em diversas áreas da saúde;
- Decreto-Lei n.º 66, de 1 de Junho – Estágios Profissionais;
- Compromisso para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde;
- Despacho n.º 11231/2016, de 19 de Setembro – Constitui um Grupo de Trabalho com o objectivo de apresentar uma proposta de operacionalização da promoção e vigilância da saúde através do Serviço Nacional de Saúde nos termos do artigo 76.º, da Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro;

- Projecto de Diploma que regula o Acto em Saúde;
- Despacho Equipa de Acompanhamento;
- Despacho Enfermeiro de Família;
- Registo Nacional do Testamento Vital. Exclusão de Acesso ao RENTEV por parte dos Enfermeiros;
- Revogação do Despacho n.º 342-C/2015, de 13 de Janeiro;
- Projecto de Decreto-Lei – Regime Jurídico do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Inclusão de Enfermeiros em Contrato Individual de Trabalho na Reforma do modelo de Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE);
- Despacho n.º 8896/2016 de 11d e Julho – Identifica serviços e estabelecimentos do SNS com carência de pessoal médico;
- Proposta de Lei da Saúde Pública;
- Projecto de Decreto-Lei que aprova os princípios gerais da publicidade a medicamentos e dispositivos médicos, estabelece regras de independência aplicáveis aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 14/2009, de 17 de Junho;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de regulação de incompatibilidades e de gestão de conflito de interesses dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apoiam os respectivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de carácter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico, no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica;
- Despacho n.º 11924/2016, de 06 de Outubro – Integração de Enfermeiros para colaborar com o Coordenador Nacional para Projectos Inovadores em Saúde;
- Proposta de alteração à Portaria n.º 149/2011, de 8 de Abril;
- Portaria n.º 281/2016, de 26 de Outubro – Criação do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Familiar;
- Despacho n.º 13585-B/2016, de 11 de Novembro – Integração de Enfermeiro para colaborar com o Grupo de Trabalho do Polo Hospitalar de Sintra;
- Proposta de Portaria que, revoga a Portaria n.º 301/2008, de 18 de Abril, e altera a Portaria n.º 377-A/2013, "regula os critérios e as condições para a atribuição de incentivos institucionais às unidades de saúde familiar (USF) modelo B;
- Projecto de Decreto-Lei que procederá à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto;
- Administração de Medicação a Reclusos;
- Regulação do número de vagas de acesso ao Ensino Superior de Enfermagem;
- Ofertas de emprego no *site* www.iefp.pt para Enfermeiros, junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

- Rede de Referenciação Hospitalar em Saúde Materna, da Criança e do Adolescente nos termos da Portaria n.º 147/2016, de 19 de Maio;
- Plano de emergência da Saúde.

3.6 - GESTÃO

Objectivos

- Assegurar o exercício de uma função reguladora, de apoio e monitorização aos diferentes níveis de gestão
- Contribuir para que a gestão de Enfermagem se afirme e seja reconhecida como componente activa e efectiva da obtenção de ganhos em saúde
- Dotar a gestão de transparência e boas práticas, como imperativo fundamental da sustentabilidade da Enfermagem e do seu desenvolvimento

Domínio Operacional	**Gestão de cuidados**
Actividades planeadas	▪ Colaboração com os Enfermeiros gestores na definição de estratégias de gestão e acompanhamento do cumprimento da legislação nesta área ▪ Colaboração com os Enfermeiros gestores na definição de estratégias para a concepção, gestão e liderança de projectos ▪ Promover a participação dos Enfermeiros gestores em projectos estruturantes ▪ Reforço das competências de comunicação e relacionamento interpessoal dos Enfermeiros gestores ▪ Criação de estruturas de trabalho pluridisciplinares para a melhoria da qualidade dos cuidados com regulação dos diferentes níveis de gestão

A área da gestão, apesar de se considerar como um imperativo para a sustentabilidade da Enfermagem e seu desenvolvimento, não foi neste primeiro ano do mandato uma prioridade na concretização das actividades planeadas.

Não obstante, criou-se um grupo interno de trabalho, para o planeamento da estratégia de intervenção nesta área e que permita uma melhoria e reconhecimento das competências dos Enfermeiros gestores nos diferentes níveis e uma efectiva função de regulação pela OE.

No âmbito do desenvolvimento deste domínio operacional, considerou-se prioritário começar por identificar, analisar e avaliar a estrutura organizacional da gestão do serviço de Enfermagem a nível nacional. Para o efeito, iniciou-se o processo do diagnóstico da situação, onde se insere os objectivos do diagnóstico, a identificação das variáveis de estudo, a elaboração de um questionário e a identificação das entidades alvo do questionário (hospitalar e cuidados de saúde primários).

No contexto do desenvolvimento técnico-científico e relacional dos Enfermeiros Gestores a OE, participou em iniciativas/eventos/reuniões/congressos para conhecimento e partilha de experiências neste âmbito de actuação.

Considerando o papel e a responsabilidade dos Enfermeiros Gestores ao nível do cumprimento das dotações seguras, desenvolveram-se actividades programadas e ou reactivas de acompanhamento e monitorização no sentido de garantir a qualidade e a segurança dos cuidados, tendo esta intervenção assumido grande expressão e impacto nas unidades prestadoras de cuidados.

3.7 - ACTIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE

Domínio Operacional	**Gestão de recursos materiais**
Actividades planeadas	▪ Garantir os recursos necessários ao exercício das competências da OE ▪ Gestão e alteração de infra-estruturas ▪ Actualização do inventário e registo do património da OE

Domínio Operacional	**Gestão Administrativa de Recursos Humanos**
Actividades planeadas	▪ Separação do Departamento de RH e Financeiro ▪ Criação de *benefits* para colaboradores da OE, cartão de alimentação, seguro de saúde, entre outros ▪ Elaboração do regulamento interno de avaliação do desempenho dos colaboradores

- Actualização dos processos individuais dos colaboradores
- Reorganização dos serviços tendo em conta a satisfação e racionalização de recursos
- Reuniões periódicas com os colaboradores

Domínio Operacional	Condições de trabalho e ambientais
Actividades planeadas	▪ Propor medidas para redução de consumos de água e de energia ▪ Alteração de horários de trabalho ▪ Promoção da reciclagem de materiais e consumíveis

Domínio Operacional	Procedimentos internos
Actividades planeadas	▪ Revisão do valor dos emolumentos devidos à OE em procedimentos internos ▪ Revisão dos regulamentos e regimentos internos

Domínio Operacional	Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial
Actividades planeadas	▪ Administração dos bens financeiros e patrimoniais ▪ Colaboração com a OTOC para a implementação dos processos de contratualização destinados à aquisição de bens e serviços de acordo com as regras da contratação pública ▪ Implementação de processos destinados à organização, monitorização e execução da gestão orçamental. Envio anual de contas ao Tribunal de Contas

Domínio Operacional	Gestão Documental
Actividades planeadas	▪ Administração das aplicações de regulação do acesso por parte dos utilizadores ▪ Eficiência nas diferentes solicitações / questões / sugestões apresentadas pelos membros / pessoas

- Actualização dos registos dos Enfermeiros na base de dados
- Instrução do processo de admissão ao título de Enfermeiro e de Enfermeiro especialista pela Comissão de Atribuição de Títulos

Domínio Operacional	Comunicação interna e externa
Actividades planeadas	▪ Criação da Marca OE, *Branding* ▪ Gestão de conteúdos de carácter institucional na página *web* da OE, gestão e actualização dos conteúdos ▪ Nova página *web* da OE, novos conteúdos e novos canais de comunicação ▪ Produção e divulgação de conteúdos nos meios de comunicação social e canais internos

Domínio Operacional	Formação e Desenvolvimento Organizacional
Actividades planeadas	▪ Levantamento de necessidades de formação dos colaboradores da OE ▪ Desenvolvimento profissional e qualificação dos colaboradores da OE

No âmbito dos sistemas e informação (SI) foi realizada uma auditoria por uma empresa certificada, que entre outros clientes trabalha na infra-estrutura tecnológia da PGR, com a finalidade de conferir se estes possuem capacidade de suportar adequadamente as necessidades Ordem, avaliar a eficiência de funcionamento, com a qualidade dos níveis de desempenho, com o controlo dos processos e a segurança dos activos. Com base nos resultados dessa auditoria, foi implementado um conjunto de normas e procedimentos que visa desenvolver os princípios de ética e de conduta individual, juntamente com medidas de segurança, por forma a estabelecer procedimentos de referência na utilização de meios electrónicos e acesso à informação num quadro de bom senso e de sentido de missão. A auditoria identificou, também, a necessidade de realizar um conjunto de investimentos no ano de 2017, no sentido melhorar e modernizar a infra-estrutura tecnológia da OE. Ao longo do ano, foi feita a manutenção corrente das infra-estruturas existentes, não tendo sido realizada qualquer intervenção nos dois edifícios da Sede.

No final do ano de 2016, iniciou-se um processo de actualização de todo o inventário e registo existentes do património da OE, tendo-se verificado que a Sede Nacional, sita na Avenida Marechal Gago Coutinho,

nº 75, não estava registada como património da OE desde a sua aquisição, o que configura uma irregularidade legal e criminal. Foi iniciado o processo de regularização desta irregularidade.

Com base no objectivo estratégico estabelecido para 2016 de autonomizar o Departamento Financeiro do Departamento de Recursos Humanos, foram integrados recursos especializados nas respectivas áreas, a saber:

- Integração de Contabilista Certificada em Outubro de 2016 com responsabilidade pela Contabilidade da OE a partir de 2017;
- Integração de Directora de Recursos Humanos em Dezembro de 2016 com responsabilidade pela gestão administrativa e pela implementação de políticas de Recursos Humanos, onde se insere a elaboração do regulamento interno de avaliação do desempenho dos colaboradores.

No decurso do ano e face às actividades previstas, foram actualizados os processos individuais dos colaboradores, realizadas reuniões individuais com os mesmos para aferir o enquadramento das funções e a motivação/satisfação face às mesmas, assim como, acompanhar o desenvolvimento das actividades das várias áreas e de eventuais situações que mereceram supervisão e apoio. Por conseguinte, foram identificadas necessidades de reorganização de recursos e processos que visaram uma optimização de resultados e a satisfação dos colaboradores, tendo-se procedido à mudança exigida.

Foram também realizados 370 contactos com entidades parceiras. A rede de parceiros foi alargada em cerca de 67 novos protocolos, ampliando o leque de benefícios para os colaboradores, tendo em conta que os protocolos e benefícios que estão a ser desenvolvidos para os membros são extensíveis, sempre que possível, aos colaboradores.

A pedido de colaboradores, bem como de acordo com as necessidades do cumprimento das actividades profissionais da Ordem, foram efectuados ajustes de horários de trabalho, sempre com a concordância dos mesmos.

A responsabilidade ambiental foi orientada para a promoção da reciclagem, nomeadamente através da existência de ecopontos de papel, e também, para uma gestão da energia, através da sensibilização dos colaboradores.

No quadro da implementação da política de procedimentos internos, de promoção da segurança da informação, a adopção de políticas, normas e procedimentos que visam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação deve ser prioridade constante da OE, reduzindo os riscos de falhas, danos e prejuízos que possam comprometer a imagem e os objectivos da instituição.

Neste sentido, foram efectuadas revisões dos regimentos internos de todos os órgãos, submetidas à apreciação jurídica e aprovadas nos órgãos competentes. Elaborou-se o regulamento da formação profissional da OE, tendo o mesmo sido aprovado na Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016.

Decorrente da alteração estatutária e da assumpção dos compromissos para este mandato, está em fase de conclusão a revisão dos regulamentos, a saber:

- Individualização de especialidades;
- Certificação individual de competências;
- Inscrição e atribuição de títulos de Enfermeiro e Enfermeiro Especialista;
- Competências acrescidas.

No âmbito da administração dos bens financeiros patrimoniais foi efectuado um levantamento para efeitos de auditoria. A Ordem dos Contabilistas Certificados foi consultada, a título informativo, no sentido de clarificar alguns aspectos relacionados com a contratação pública. Neste seguimento, foi criado um grupo de trabalho interno e assegurada assessoria jurídica ao mesmo, para a implementação de modelo da contratação pública.

A implementação de processos internos destinados à organização do departamento financeiro e administrativo ainda decorrem no âmbito da criação de procedimentos internos e extensíveis a todas as Secções Regionais.

No que respeita ao Programa de Execução de Quotas (PEQ), decidiu-se numa primeira fase proceder ao levantamento dos processos que se encontravam em fase de contencioso (com quotas em dívida em número superior a treze). Assumiu-se como objectivo principal proceder à gestão dos acordos de pagamento em curso, a agilização de respostas a membros com pedidos pendentes, nomeadamente suspensões e/ou cancelamentos com efeitos retroactivos, elaboração de propostas de arquivamento por pagamento, recepção e análise de documentação de acordo com o assunto ou tipo de documento de forma a proceder ao arquivamento adequado dos processos.

Neste sentido, decidiu-se proceder à reestruturação do PEQ. A reestruturação assentou em princípios de celeridade, flexibilidade, proximidade, padronização, informação e prevenção, tendo como objectivo primordial, a recuperação dos montantes em dívida referente às quotizações dos Enfermeiros membros desta Ordem.

O actual PEQ encontra-se dividido por quatro fases, sendo três destas de conteúdo pré-contencioso e uma de conteúdo contencioso.

Numa primeira fase (Fase PEQ 1- Pré Contencioso), são identificados e notificados para o domicílio pessoal os membros devedores para procederem à regularização da sua situação perante a OE, sendo facultados os dados para pagamento e a possibilidade de solicitar acordo de pagamento faseado.

Numa segunda fase (Fase PEQ 2 - Pré Contencioso), são identificados os membros com quotização em dívida e que não regularizaram a sua situação em PEQ 1, sendo os mesmos notificados por carta registada simples para o domicílio profissional com informação de situação irregular do membro, cancelamento do seguro de responsabilidade civil e suspensão decorrente da falta de pagamento de quotizações.

Numa terceira fase (Fase 3 - Pré Contencioso - Execução), são identificados os membros com quotização em dívida e que não regularizaram a sua situação em PEQ 2, sendo elaboradas as certidões de dívida dos membros devedores e remetidas as mesmas à Repartição de Finanças do domicílio pessoal, dando-se início ao processo de execução fiscal.

Numa última fase (Fase PEQ 4 - Contencioso - Execução em curso), ocorre a tramitação processual do procedimento de execução.

Nestes termos, acredita-se que a implementação e execução do actual PEQ permitirá à OE recuperar grande parte do montante em dívida. As medidas implementadas permitiram, em, 2016, recuperar o montante de €295.231,89 (duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um euros e oitenta e nove cêntimos).

Sistematicamente é actualizada a base de dados, considerando os dados que são fornecidos pelos Enfermeiros. Desmaterializar o processo de registos dos Membros foi o grande desafio. Procedeu-se à reestruturação e nomeação da Comissão de Atribuição de Títulos e, neste seguimento, foram implementados novos fluxos de informação e gestão documental dos processos de admissão. Este trabalho permitiu identificar os requisitos necessários para implementar um sistema de gestão documental para o processo de registo e atribuição de títulos, sistema esse que se prevê implementar no decorrer de 2017.

Durante o ano de 2016, foram atribuídos 2600 títulos de Enfermeiro e 933 títulos de Enfermeiro Especialista, conforme abaixo discriminado:

TÍTULOS DE ENFERMEIRO ATRIBUÍDOS ENTRE 01 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO 2016			
Secção Regional	**Feminino**	**Masculino**	**TOTAL**
Açores	45	23	68
Centro	498	106	604
Madeira	56	16	72
Norte	777	153	930
Sul	780	146	926
Total	**2 156**	**444**	**2 600**

TÍTULOS DE ENFERMEIRO ESPECIALISTA ATRIBUÍDOS ENTRE 01 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO 2016						
Título	**Açores**	**Centro**	**Madeira**	**Norte**	**Sul**	**Total**
Especialista em Enfermagem de Reabilitação	8	24	23	71	80	206
Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	6	17	4	27	38	92
Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	0	7	0	37	69	113
Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica	6	55	32	100	133	326
Especialista em Enfermagem Comunitária	0	7	21	45	46	119
Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	1	19	1	24	32	77
Total	**21**	**129**	**81**	**304**	**398**	**933**

Relativamente à Comunicação assumiu-se, no actual mandato, um novo posicionamento. Com uma estratégia assente na valorização da importância social do Enfermeiro, surgiu a necessidade de criar uma marca que cumprisse uma dupla função: comunicar com o país e com os Membros ao mesmo ritmo, de forma próxima. A Marca criada e o lema assumido traduzem esse desígnio: "*Ninguém está sozinho*".

Face à estratégia de comunicação, sentiu-se a necessidade de reformular a Revista da OE, com vista à sua aproximação à sociedade, ao reforço da intervenção dos Enfermeiros junto das populações e ao fortalecimento da profissão nos diferentes níveis político, social e cultural. O nome "*Cuida*" segue a linha estratégica de proximidade dos Enfermeiros e das pessoas, de dar voz simultaneamente a quem cuida e a quem é cuidado. Um posicionamento em coerência com o lema assumido por este mandato: "Ninguém está sozinho."

Apostámos em novos conteúdos: reportagens por todo o território nacional, sobre várias especialidades e em vários formatos. Avançámos com entrevistas, divulgámos estudos, roteiros e agendas. Publicámos quase 200 notícias.

Dada a demora no envio do Atomic e a funcionalidade não ser a melhor, foi contratado um novo *software* de *mailing* – o Mailpro. Surgiu assim uma nova *newsletter* electrónica da OE: "*Notícias*". Este suporte de comunicação é mais apelativo visualmente e está em sintonia com a nova imagem da OE. Também possui maior flexibilidade na integração de conteúdos e uma muito maior rapidez de envio.
A primeira edição da "*Notícias*" esteve a aguardar o lançamento do *site* da revista "*Cuida*", tendo sido enviada a 2 de Dezembro de 2016.

Adoptando um ritmo semanal, foram enviados cinco números da *newsletter* até ao final do ano.

Em paralelo com a "*Notícias*" semanal, foram enviadas, entre Novembro e Dezembro de 2016, nove *newsletters* regionais, nacionais ou dedicadas a membros de colégios das especialidade.

Em 2016 foram publicadas as seguintes obras:

- Kit DIE 2016 «Enfermeiros: uma força para a mudança - para um Sistema de Saúde mais resiliente»;
- OMS Europa - Orientações estratégicas europeias para o fortalecimento da Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica em relação às metas de Saúde 2020;
- Guia Orientador de Boas Práticas: Cuidados à Pessoa com Doença Renal Crónica Terminal em Hemodiálise;
- CIPE® 2015 - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem.

Concluiu-se o concurso para o lançamento do novo *site* da OE que deve estar *online* até ao final de 2017. É um portal que pretende facilitar a relação entre os Enfermeiros e os serviços da OE, mantendo os membros devidamente informados sobre todo o universo da sua Ordem Profissional: serviços, notícias, benefícios, consultas, etc. Será um *site* desenhado na lógica "MOBILE FIRST", acompanhando as novas tendências dos

utilizadores e servirá de base à aplicação "SOU ENFERMEIRO" que se desenvolverá até ao final deste mandato.

O Gabinete de Gestão de Eventos foi incorporado no Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) de forma a uniformizar estratégias e optimizar recursos.

O serviço de assessoria de imprensa estava contratualizado a um responsável externo. Como forma de optimizar recursos e centralizar toda a estratégia de comunicação no GCI, foi dispensado esse serviço externo e os membros do gabinete acumularam essa função.

O novo mundo é imagem e som. Qualquer organização que quer acompanhar os sinais do tempo não pode esquecer esta máxima. Assim sendo, a aposta na produção de conteúdos audiovisuais foi uma decisão estratégica deste primeiro ano. Destacam-se os espaços "O Enfermeiro da Minha Vida", "No seu caminho", "Dia do SNS" e todas as campanhas em que se assinalaram efemérides (Dia Internacional do Enfermeiro, Dia Mundial da Saúde Mental, Dia Mundial da Luta contra a Sida, Dia Mundial da Prematuridade, Dia Mundial do Coração).

A aposta está ganha. Vídeos que chegaram a 500 mil pessoas, outros com mais de 100 mil visualizações. Apostou-se forte na presença nas redes sociais; quase que se duplicou o número de seguidores no Facebook; passou-se de cerca de 30 mil pessoas para 53 mil e criou-se a conta de Instagram para estar mais próximos dos Enfermeiros mais jovens.

Estabeleceu-se uma parceria com o Porto Canal onde, semanalmente, se reforça o papel social dos Enfermeiros junto da população.

Relativamente à formação e desenvolvimento organizacional para os colaboradores da OE, foi elaborado e aplicado um questionário de diagnóstico de necessidades de formação profissional e elaborado o respectivo plano de formação, prevendo-se a sua execução ao longo de 2017.

3.8 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS E GRUPOS DE TRABALHO

Domínio Operacional	Participação em comissões e grupos de trabalho nacionais
Actividades planeadas	▪ Comissões e grupos de trabalho para o desenvolvimento e valorização profissional dos Enfermeiros ▪ Definição de colaboradores da OE para assessoria aos projectos ▪ Definição das comissões e grupos de trabalho

Domínio Operacional	Participação em representações internacionais (autopropostos)
Actividades planeadas	▪ EFN - European Federation of Nurses Associations ▪ Organização Mundial de Saúde ▪ EFNNMA - European Forum of National Nursing and Midwifery Associations ▪ EFPC - European Forum for Primary Care ▪ STTI - Sigma Theta Tau International ▪ EurHeCA - European Health Professionals Competent Authorities ▪ ICN - International Council of Nursing

Domínio Operacional	Participação em representações nacionais
Actividades planeadas	▪ Representação da OE em eventos científicos nacionais ou outros

Domínio Operacional	Participação em representações internacionais
Actividades planeadas	▪ Representação da OE em eventos científicos internacionais ou outros

Domínio Operacional	Resposta a pedidos
Actividades planeadas	▪ Resposta a pedidos de cooperação institucional nacionais e internacionais ▪ Emissão de pareceres de acordo com as atribuições da OE

Domínio Operacional	Concertação profissional
Actividades planeadas	▪ Parceria na definição estratégica da carreira, valorização e reconhecimento profissional com a tutela, organizações e associações profissionais. Estatuto de observador nas negociações de acordos colectivos de trabalho ▪ Exercício de influência para resgate do conceito de profissão de risco e desgaste rápido, com a devida compensação e reconhecimento

Dando resposta às inúmeras solicitações e na senda do desenvolvimento e valorização dos Enfermeiros e da Enfermagem, para além dos já mencionados, foram designados Enfermeiros para integrarem grupos de trabalho e comissões, a saber:

- Grupo de Acompanhamento com vista à implementação da actividade do Enfermeiro de família através das experiências piloto (Despacho n.º 12425-A/2014) - na dependência do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde;
- Grupo de Trabalho para os Profissionais de Saúde (GTPS), junto dos SPMS;
- Grupo de Trabalho de Registos de Enfermagem da Comissão de Acompanhamento de Informatização Clínica, junto dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde;
- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), pelo acesso à informação de saúde;
- Comissão de Vistoria e Monitorização para as Unidades Privadas de Saúde no âmbito da Cirurgia de Ambulatório - Interrupção Voluntária da Gravidez;

- Conselho Científico da Unidade de Farmacovigilância do Centro;
- Comissão Técnica de Vacinação, junto da Direcção Geral da Saúde;
- Comissão de Vistoria para as Unidades de Diálise - Entidade Reguladora da Saúde;
- Comissão Técnica 186 - Respostas Sociais e Cuidados Continuados Integrados e na Subcomissão SC 4 (Cuidados Continuados Integrados), junto do IPQ;
- Comissão Técnica 199 - Sistemas de Informação para a Saúde, junto do IPQ;
- Comissão Técnica 199 - Sistemas de Informação - subgrupo para questões sobre segurança, privacidade, sigilo, junto do IPQ (GT 3 - Segurança e Qualidade);
- Comissão Sectorial para a Saúde (CS/09) do Instituto Português da Qualidade;
- Comissão Sectorial para a Saúde (CS/09) integrada no Instituto Português da Qualidade - Grupo de Trabalho n.º 4 "Comportamentos Aditivos e Dependências";
- Conselho Consultivo da A3ES;
- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV);
- Confederação Portuguesa de Prevenção do Tabagismo (COPPT) - Conselho Executivo;
- Conselho Consultivo da «MISSÃO CONTINENTE» - SONAE;
- Comissão Nacional Acompanhamento da Diálise;
- Comissão Coordenação do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes;
- Fórum Nacional Álcool e Saúde - Comissão Executiva;
- Conselho Nacional de Saúde Mental (CNSM);
- Subcomissão nos cuidados continuados integrados de saúde mental, criada pelo CNSM;
- Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP);
- Grupo de Trabalho para elaboração de uma orientação dirigida aos profissionais de saúde sobre o suplemento de iodo em grávidas, mulheres na preconcepção e lactantes;
- Conselho Consultivo do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA (DGS);
- Programa Nacional para as Doenças Respiratórias – Conselho Consultivo da DGS;
- Grupo de Trabalho da Colheita de órgãos em dador em paragem cardio-circulatória do Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST);
- Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do módulo do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) dedicado à avaliação dos cuidados prestados na área de Saúde Mental;
- Grupo de trabalho via verde da sepsis, junto da DGS;
- Grupo de trabalho Via Verde Coronária, junto da DGS;
- Grupo de trabalho Via Verde do AVC, junto da DGS;
- Grupo técnico para construção do processo de apuramento de valores de referência nacional para os indicadores dos cuidados de saúde primários - Despacho n.º 3823/2016;
- Comissão Técnica de Normalização, junto do Instituto Português da Qualidade;
- Grupo de trabalho - Investigação Clínica, junto da APIFARMA;
- Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (mandato de 2 anos);

- Grupo de Trabalho conducente à elaboração das redes de referenciação hospitalar de Neurocirurgia;
- Comissão de Acompanhamento do Programa de Órgãos em paragem cardiorrespiratória;
- Comissão para a Reforma da Saúde Pública Nacional, junto da DGS ao abrigo do Despacho 11 232/16, durante 3 anos;
- Comissão Contratualização, sistemas de Informação e Acreditação das Unidades de Saúde Publica (constituída no âmbito da Comissão Reforma da SP Nacional);
- Comissão Organização e capacitação para a reforma das Unidades de Saúde Pública (constituída no âmbito da Comissão Reforma da SP Nacional);
- Grupo de Trabalho de análise da medicina física e de reabilitação em ambulatório - Portaria n.º 252/2016, de 19 de Setembro;
- Equipa de Acompanhamento dos Estudos de Avaliação *ex-post* da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários iniciada pelo XVII Governo Constitucional e centrada na transformação de Unidades de Cuidados de Saúde Primários em Unidades de Saúde Familiares, junto do Ministério da Saúde;
- Grupo de Trabalho para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro especialista em Enfermagem de saúde familiar no âmbito da equipa de saúde familiar, junto do Ministério da Saúde;
- Comissão Nacional para os Centros de Referência, junto do Ministério da Saúde, ao abrigo Despacho n.º 4319/2013, de 25 de Março e Despacho n.º 11648-B/2016, de 29 de Setembro;
- Comissão Nacional de Trauma, ao abrigo do n.º 5 do Despacho 1947/2016, 8 de Fevereiro;
- Conselho Nacional de Saúde (CNS), junto do Ministério da Saúde (Dec. Lei n.º 49/2016 de 23 de Agosto);
- Licenciamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde (despacho n.º 14174/2016 de 25/11/2016);
- Centro Nacional de TeleSaúde;
- Grupo Técnico Informal "Semáforo Nutricional", solicitado pelo Ministério da Saúde;
- Grupo de Trabalho para a restruturação dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do INEM (desp. 837/2017, de 6 de Janeiro);
- *Think Tank* sobre cancros cutâneos não melanomas da Universidade Católica.

Relativamente a organismos e eventos científicos internacionais, destaca-se a participação em:

- **EFN - European Federation of Nurses Associations**

Em Fevereiro, o Secretário-Geral da EFN, Paul de Raeve, esteve na OE onde reuniu com representantes desta instituição. Uma delegação da OE participou na Assembleia-Geral de Outono da EFN, que se realizou em Madrid, a 20 e 21 de Outubro.

- **OMS - Organização Mundial de Saúde**

Uma delegação da OE participou na reunião final da Consultation of the European, em Copenhaga, e outra participou na Assembleia Mundial de Saúde que se realizou entre 23 e 28 de Maio.

- **EFNNMA - European Forum of National Nursing and Midwifery Associations**

A OE foi responsável pelo apoio logístico e de comunicação entre o *Steering Committee* e os membros do EFFNMA, o que gerou um volume de trabalho considerável. Além disso, houve a participação em quatro reuniões daquele órgão – 11 de Abril, 9 de Junho e 7 de Novembro (por videoconferência) e 25 e 26 de Agosto, presencialmente.

Foi assegurada a participação, a convite da OMS e em nome do EFNNMA, no *workshop* que teve por objectivo fazer uma consulta final sobre a Base de Trabalho para uma Acção sobre a prestação de serviços de saúde integrados (Final Consultation of the European Framework for Action on Integrated Health Services Delivery), que se realizou entre 2 e 4 de Maio, em Copenhaga.

- **EFPC - European Forum for Primary Care**

A OE participou na Conferência anual do Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários que se realizou em Riga, entre 2 e 6 de Setembro. Realizou-se também uma reunião preparatória da Conferência deste Fórum que se irá realizar no Porto, em 2017, e uma Assembleia Geral do EFPC.

- **STTI - Sigma Theta Tau International**

Mediante convite da Sigma Theta Tau International, participou-se a 1 e 2 de Junho, em Amesterdão, na reunião do Painel Consultivo Global sobre o futuro da Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (Global Advisory Panel on the Future of Nursing & Midwifery).

- **EurHeCA - European Health professionals Competent Authorities**

A OE participou em uma das duas Assembleias-Gerais que se realizam anualmente da EurHeCA. O encontro realizou-se em Madrid, a 16 e 17 de Junho. No evento, a OE disponibilizou-se para ser a anfitriã da primeira Assembleia-Geral desta entidade internacional em 2017.

Iniciou-se a preparação da organização da Assembleia-Geral da EurHeCA, que se iria realizar em Lisboa a 3 de Fevereiro de 2017, no entanto por motivos alheios à OE, recebeu-se informação relativa ao seu adiamento.

- **ICN - International Council of Nurses**

Uma delegação participou nas reuniões da Tríade do ICN – No Fórum de Credenciação e Regulação, 18 e 19 de Maio e na reunião das Associações Nacionais de Enfermeiros, que decorreu em simultâneo. Os elementos participaram na reunião da Tríade propriamente dita, que se realizou a 20 e 21 de Maio.

A 21 de Maio, os elementos presentes reuniram com a Chief Executive Officer do ICN, Enf.ª Frances Hughes.

No que diz respeito ao Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermeiros (FNOPE), em 2016 realizaram-se quatro reuniões – a 24 de Fevereiro, 16 de Maio, 16 de Junho e 13 de Outubro. Nesta última reunião foi comunicado aos membros do FNOPE a decisão da OE de sair deste Fórum, tendo sido explicada e fundamentada a decisão. Esta decisão foi comunicada ao ICN, tendo sido formalmente solicitada a alteração do modelo de filiação da OE no ICN – do modelo de colaboração para o modelo tradicional.

A pedido do Alto Comissariado das Migrações (ACM), a OE reuniu com representantes daquela entidade sobre a integração na Plataforma de Mobilidade Profissional Global. A primeira reunião realizou-se a 11 de Março. Depois dessa iniciativa realizaram-se alguns outros encontros bilaterais que culminaram com o lançamento oficial da referida plataforma a 5 de Maio.

A convite do Royal College of Nurses (RCN), congénere da OE no Reino Unido, participou-se na Conferência do Centenário daquela instituição, onde foi efectuada uma apresentação subordinada ao tema «Ordem dos Enfermeiros vs emigração dos Enfermeiros portugueses – uma preocupação». Esta apresentação contou também com a colaboração de um Enfermeiro que está actualmente a trabalhar naquele país e que abordou os desafios que tem enfrentado.

Decorrente da OE participar no International Consortium for Health Outcomes Measurement (ICHOM), participou-se a 12 de Abril numa conferência telefónica com representantes do consórcio e numa reunião a 16 e 17 de Maio, em Londres.

A OE participou nas duas reuniões que se realizaram e que juntaram as Autoridades Competentes para a Enfermagem da União Europeia. O primeiro encontro decorreu em Dublin, a 19 e 20 de Abril e o segundo realizou-se em Madrid, a 18 e 19 de Outubro.

Realça-se, ainda, a representação da OE na Conferência do Paediatric Nursing Associations of Europe (PNAE), que se realizou em Paris, a 8 e 9 de Dezembro.

Tendo em consideração uma das atribuições da OE de representar os Enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias

relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, a mesma esteve presente em audiências com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Membros do Governo, Grupos Parlamentares, bem como, em inúmeras reuniões com Ordens Profissionais, instituições, Enfermeiros e associações da sociedade civil e profissionais. A convite da organização de eventos científicos fizeram-se diversas apresentações de comunicações orais.

Os pedidos de cooperação institucional nacionais e internacionais foram inúmeros. A OE sempre defendeu, uma cooperação institucional sem reservas, assente na compreensão adequada da separação e interdependência das instituições cooperantes. Essa cooperação não pode, todavia, assentar numa distorção ou num apagamento das concepções e visões estratégicas próprias de cada organização ou instituição. Sempre se entendeu que a cooperação institucional pressupõe, a assumpção plena do entendimento que cada um tem sobre a melhor forma de servir o interesse da profissão.

Neste primeiro ano de relacionamento institucional com as diversas entidades, actuou-se com o objectivo de ser fiel aos princípios expostos e receberam-se todas as entidades e, especialmente, as associações profissionais, provas inequívocas de empenhamento numa cooperação, assente em princípios de lealdade institucional. Esta cooperação foi fundamental para redefinir estratégias que permitam um desenvolvimento sustentado e harmonioso da Enfermagem.

No plano internacional, a OE integrou um grupo de trabalho do Royal College Of Nursing (RCN) que discute assuntos ligados à migração. Neste âmbito realizaram-se duas videoconferências – a 5 de Abril e 4 de Outubro. Ainda no âmbito da emigração para o Reino Unido, a OE iniciou a preparação do lançamento de uma publicação da autoria do RCN com informações úteis para os Enfermeiros estrangeiros, sendo que, neste momento aguarda-se apenas a paginação do documento para se proceder ao seu lançamento.

A pedido da congénere da OE da Guiné-Bissau, reuniu-se com o Presidente da Assembleia daquela instituição a 11 de Novembro.

Na sequência da apresentação dos novos Órgãos Estatutários, a OE reuniu com os eurodeputados portugueses Carlos Zorrinho e António Marinho e Pinto, respectivamente a 31 de Março e 14 de Julho.

No âmbito da colaboração que existe entre a OE e a sua congénere espanhola, o Consejo General de Enfermería, realizou-se na Sede da OE uma reunião de trabalho entre as duas entidades. A 17 de Outubro, reuniu-se em Madrid, com diversos elementos do Consejo General de Enfermería, com o intuito de perceber a dinâmica da formação contínua, revalidação de competências e da cédula profissional, acreditação e formação de Enfermeiros Especialistas.

Conforme já referido anteriormente e de acordo com as suas atribuições, a OE elaborou diversos pareceres sobre assuntos de interesse para a Enfermagem e para os Enfermeiros, no âmbito do exercício profissional, com principal enfoque, na formação e prestação de cuidados, tendo sido publicados no *site* da OE os que são passíveis de anonimização.

Ao nível da formação foi constante a monitorização junto da DGES e ACSS, no âmbito da pretensão da criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), tendo-se efectuadas diversas reuniões e emitidos pareceres decorrentes da apreciação dos cursos, com vista a identificar situações de sobreposição com as áreas de intervenção de Enfermagem.

No início do presente mandato diligenciou-se junto do Senhor Secretário de Estado da Saúde no sentido da participação da OE, com o estatuto de Observador, nas negociações do Acordo Colectivo de Trabalho. Foi-se reiterando esta pretensão, todavia o processo negocial não foi desencadeado pelo que não houve oportunidade de se efectivar a participação da OE.

É atribuição da OE zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Enfermeiro. É neste sentido que se actua diariamente na defesa dos interesses dos nossos Membros, mesmo sabendo que muitas destas questões são de âmbito e natureza sindical, nomeadamente o conceito de profissão de risco e desgaste rápido. Iniciou-se, assim, o debate interno sobre o resgate deste conceito, para que seja colocado como prioridade para o ano de 2017, de modo a que, em articulação com as estruturas sindicais, seja dado o devido reconhecimento e atribuída a inerente compensação.

3.9 - REDE ORDEM DOS ENFERMEIROS

Domínio Operacional	Actualização de dados
Actividades planeadas	▪ Compilação e actualização da informação sobre Enfermeiros para bolsas nacionais/regionais

Domínio Operacional	Captação de membros
Actividades planeadas	▪ Acções de promoção da OE, nacionais e no estrangeiro. Criação do cartão *digital benefits* ▪ Divulgação das actividades da OE e das Secções Regionais a nível nacional e internacional

Domínio Operacional	Vinculação profissional
Actividades planeadas	▪ Apoio à operacionalização das Cerimónias de Vinculação e Reconhecimento Profissional organizadas a nível regional

Domínio Operacional	Efemérides
Actividades planeadas	▪ Operacionalização de cerimónias comemorativas de datas relevantes para a saúde e Enfermagem

Domínio Operacional	Empregabilidade
Actividades planeadas	▪ Incentivo à qualificação progressiva e ao acompanhamento próximo ▪ Criação de gabinete de apoio a recém-licenciados ▪ Monitorização da empregabilidade dos Enfermeiros ▪ Reforço de parcerias institucionais com entidades empregadoras nacionais e internacionais ▪ Monitorização do percurso profissional dos Enfermeiros

Domínio Operacional	Rede OE
Actividades planeadas	▪ Criação de fóruns de partilha entre órgãos regionais e nacionais ▪ Criação da Via Verde Bastonária ▪ Criação do Conselho de Opinião ▪ Regulamentação do Enfermeiro de Ligação à Ordem (ELO) ▪ Participação em actividades promovidas pela sociedade, associações profissionais ou outras ▪ Certificação Digital da OE e alteração do Gabinete de Comunicação e Imagem

Domínio Operacional	Sistemas de Informação em Enfermagem
Actividades planeadas	▪ Participação na concepção da arquitectura e definição dos requisitos, acompanhamento, certificação da utilização, operacionalidade e desenvolvimento dos sistemas de informação e documentação em Enfermagem ▪ Promoção da garantia da qualidade da informação produzida pelos Enfermeiros ▪ Promoção da visibilidade da qualidade dos cuidados de Enfermagem ▪ Actualização da plataforma de notificação, anónima, de não conformidades decorrentes do exercício profissional

Domínio Operacional	Estrutura de Idoneidades
Actividades planeadas	▪ Criação de processos de normalização de candidatura à acreditação da idoneidade formativa dos contextos de prática clínica e certificação de competências do supervisor clínico ▪ Assegurar uma relação de proximidade com os Enfermeiros durante a instrução dos processos de candidatura ▪ Optimizar os processos de operacionalização da plataforma informática

Domínio Operacional	Internacionalização
Actividades planeadas	▪ Criação do Concelho Internacional com rede de contactos internacionais de Enfermeiros portugueses a trabalhar no mundo ▪ Acompanhamento da mobilidade internacional dos Enfermeiros portugueses ▪ Promoção de contactos privilegiados com congéneres internacionais, instituições de saúde, outras que acolham Enfermeiros portugueses a trabalhar no estrangeiro. Simplificação de procedimentos documentais

Domínio Operacional	Qualidade
Actividades planeadas	▪ Preparação da Certificação subjacente ao Sistema de Gestão da Qualidade ▪ Divulgação de procedimentos para a garantia do sistema de Gestão da Qualidade ▪ Certificação e manutenção do sistema de Gestão da Qualidade através da Norma ISO 9001:2008

Domínio Operacional	Empreendedorismo
Actividades planeadas	▪ Criação e divulgação de procedimentos que facilitem o apoio a iniciativas empreendedoras

Domínio Operacional	Provedoria e Assessoria
Actividades planeadas	▪ Criação e regulamentação da figura do Provedor do Enfermeiro ▪ Criação e regulamentação da figura do Provedor do Cidadão ▪ Preparação de assessoria jurídica aos Enfermeiros a nível nacional e regional

Domínio Operacional	Protocolos e Parcerias
Actividades planeadas	▪ Criação de protocolos/parcerias com diversas entidades prestadoras de serviços para proporcionar vantagens aos Enfermeiros (e agregado familiar) em cartão *digital benefits*

O formulário *online* de actualização de dados, disponível na área reservada do portal da Ordem, permitiu ao Membro a execução diversas operações, nomeadamente a caracterização do domicílio profissional, alterações de morada e outros contactos. Neste domínio registou-se um aumento por parte dos membros na obrigação de actualizar os seus dados, facto que nos permitiu identificar a necessidade de melhorias no formulário que serão implementadas no decorrer do ano de 2017.

A implementação do novo sistema de facturação onde está incluída a modalidade de débito directo em conta e facturação electrónica, traduzindo-se em ganhos efectivos na relação dos membros com a sua Ordem, permitindo desta forma agilizar e facilitar o processo de pagamento de quotização aos Membros, num processo mais cómodo e seguro.

No sentido da articulação e harmonização das intervenções, foram designados interlocutores regionais, nas diversas áreas de responsabilidade política. Efectuaram-se reuniões para a definição de estratégia, preparação de um memorando e partilha de informação dentro desta rede de suporte.

Participou-se nas Cerimónias de Vinculação e Reconhecimento Profissional organizadas a nível regional.

No âmbito da comemoração de datas relevantes para a Saúde e para a Enfermagem foram criadas peças jornalísticas que se divulgaram nas redes sociais. Para além disso, em articulação com órgãos nacionais e regionais organizaram-se diversas iniciativas de comemoração de efemérides.

Destaca-se a comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro (DIE), que contou com diversas iniciativas. Nesta senda, foi ainda promovida a tradução do Kit do DIE que o ICN disponibiliza para assinalar esta data. Divulgou-se o documento no país e junto das congéneres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fomentando desta forma a comemoração da efeméride.

Uma das actividades mais relevantes, designada "*No seu caminho*", teve por objectivo reforçar a relação de proximidade com os Enfermeiros e dar visibilidade à relevância da sua intervenção, percorrendo o país, visitando diversas instituições de saúde, realizando reuniões com Enfermeiros e representantes de entidades.

Terminou com a deslocação de uma delegação da OE, a Londres, para assinalar esta efeméride junto dos Enfermeiros portugueses. No Reino Unido, foi visitado o St. George's University Hospitals NHS Foundation Trust, no sentido de poder perceber não só a realidade local como também estreitar laços com a instituição e, acima de tudo, estar mais perto dos Enfermeiros portugueses que aí exercem funções.

Para além da visita ao St. George's University Hospitals, a delegação reuniu com o Embaixador português, Dr. João de Vallera, e com representantes do Nursing and Midwifery Council (NMC) e Royal College of Nurses (RCN) tendo por finalidade apresentar os novos Órgãos Estatutários da OE e abordar a situação com que os Enfermeiros emigrados se deparam, nomeadamente no que reporta ao Brexit.

No âmbito da empregabilidade e tendo em conta a atribuição de zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão, deu-se resposta às múltiplas situações que se tomou conhecimento, denunciando e manifestando um total desagrado junto das competentes entidades políticas, sindicais, instituições públicas, privadas e sociais pelas condições salariais e precariedade profissional que actualmente os Enfermeiros são confrontados.

Respondeu-se a todas as solicitações vindas de entidades empregadoras nacionais e internacionais.

Foram reorganizados os fluxos de resposta a Enfermeiros portugueses que querem exercer funções fora do país e para os que querem regressar ao exercício em Portugal.

No que se refere, à relação e partilha entre órgãos regionais e nacionais, para além das reuniões formais e informais, muitas delas descentralizadas, permitindo uma maior participação dos membros, realizou-se o I Encontro de Órgãos Estatutários deste mandato, nos dias 20 e 21 de Abril. Foram abordadas diversas temáticas de interesse para o desenvolvimento da profissão, proporcionando momentos de reflexão, partilha, análise conjunta, perspectivando estratégias para o futuro.

Com a criação da Via Verde Bastonária, pretendeu-se que os Enfermeiros fossem atendidos dentro de um período máximo de 72 horas por um dos membros do Conselho Directivo, sempre que solicitado.

Foram realizados centenas de atendimentos presenciais, locais e descentralizados, e milhares de atendimentos por vias electrónica e telefónica. Os assuntos expostos foram os mais variados, contudo, o tema predominante prendeu-se com as dotações seguras e a consequente exaustão das equipas de Enfermagem nos seus contextos, com o assédio moral a que são sujeitos nos seus locais de trabalho e com os pedidos de esclarecimento sobre pareceres e tomadas de posição.

De acordo com o planeado, constituiu-se o Conselho de Opinião, auscultadas as Secções Regionais.

Relativamente à criação da rede de ELO's, a sua regulamentação está em fase de conclusão, como anteriormente descrito.
Na sequência de múltiplos convites recepcionados, houve sempre a preocupação de uma participação nas actividades promovidas pela sociedade, associações profissionais ou outras, de interesse relevante para a Saúde e, em particular, para a Enfermagem.

No que respeita aos Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE), foi implementado um inquérito, a nível nacional, para recolha de opinião dos Enfermeiros acerca dos mesmos. Foram analisados os dados encontrando-se construída e em fase de publicação a notícia com a análise e divulgação dos dados do inquérito e principais conclusões.

Em parceria com os SPMS, com as entidades e com as instituições de saúde, participou-se no processo de melhoria e actualização dos SIE, nomeadamente na inclusão de indicadores de resultado, de *outputs* automáticos e actualização da linguagem classificada para que os registos em Enfermagem sejam úteis para profissionais e utentes e, acima de tudo, regulados e uniformizados em conformidade com as atribuições desta Ordem.

Em 2017, pretende-se manter actualizada a rede de interlocutores institucionais no âmbito dos SIE de maneira a assegurar um contacto eficiente quer ao nível da comunicação de erros quer ao nível das actualizações dos sistemas de informação em uso.

Encontra-se em revisão, o documento "Princípios de Arquitectura e principais requisitos técnico-funcionais para os SIE".

Tendo em vista a criação de processos de normalização de candidatura à acreditação da idoneidade formativa dos contextos de prática clínica e certificação de competências do supervisor clínico, foram realizadas a análise e a redefinição dos processos que conduzem à idoneidade formativa, a análise e a discussão das novas versões do regulamento da Estrutura de Idoneidades, regulamento da idoneidade formativa dos contextos da prática clinica e do regulamento de certificação de competências do supervisor clínico.

Estão previstos os mecanismos que garantam a qualidade de comunicação com os contextos da prática clínica e com os Enfermeiros que participam como supervisores clínicos no processo, bem como a definição/ajuste de indicadores para monitorização da eficiência dos circuitos e processos tendo em conta a revisão efectuada.

A nível internacional, entrou-se em contacto com Enfermeiros em exercício de funções no estrangeiro, para aferir da disponibilidade destes em integrar uma rede de pontos focais a ser criada pela OE.

Contudo, a estratégia para abordar os assuntos relacionados com a emigração de Enfermeiros é mais vasta do que esta iniciativa, pelo que se optou por integrar a criação da rede de pontos focais na estratégia a desenvolver futuramente pela OE que se pretende mais abrangente.

A OE, por um lado, disponibilizou apoio e informação aos Enfermeiros portugueses que solicitaram informação relativa à Enfermagem noutros países e, por outro, esclareceu Enfermeiros estrangeiros que contactaram a OE com dúvidas sobre o exercício profissional em Portugal.

A OE aproximou-se do RCN e do Nursing and Midwifery Council (regulador de Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica do Reino Unido) mostrando a sua preocupação com o fluxo de Enfermeiros portugueses que, nos últimos anos têm emigrado para aquele país.

Efectuou-se uma proposta de políticas da qualidade e modelos de organização e gestão da qualidade, com vista à implementação na OE da certificação conforme o referencial ISO 9001:2008. Para tal, realizou-se um levantamento e recolha de informação, nomeadamente de legislação e documentação aplicável, utilizada pela Sede e Secções Regionais.

Identificaram-se processos e procedimentos necessários a criar, bem como os existentes que careciam de revisão e actualização. Elaboraram-se, reviram-se e aprovaram-se todos os processos e procedimentos mandatórios e necessários ao sistema de gestão da qualidade (cerca de 16).

De modo a agilizar contactos e tornar mais eficiente e eficaz a circulação e difusão da informação, foram adicionalmente nomeados interlocutores regionais para a qualidade. Entretanto, quer na elaboração, quer na revisão da documentação, as Secções Regionais, tal como as áreas da Sede envolvidas, foram devidamente consultadas tendo uma participação activa na definição/melhoria dos procedimentos adoptados.

Com base na observação e consulta da base de dados "Gestão de Membros", bem como de observações efectuadas pelas Secções Regionais, foram remetidas várias sugestões à área de informática com vista à melhoria da aplicação e a dados que se poderiam obter da mesma.

Realizaram-se, ainda, reuniões na Sede da OE com os responsáveis pelos processos ou envolvidos nos procedimentos, de modo a aferir a informação a constar nos documentos ou a proceder à revisão dos mesmos, conforme necessário.

No que respeita aos impressos/formulários, ao longo de 2016, todos os modelos relacionados com a admissão de membros, atribuição de títulos ou com alterações dos seus dados (ou estado), constantes na

base de dados da gestão de membros da OE, foram actualizados tendo em conta a legislação aplicável e em harmonia com os procedimentos actuais da OE.

Em relação à *intranet* da OE foi desenvolvido o separador "Qualidade". Neste separador encontram-se informações relativas ao sistema de gestão da qualidade da OE, abrangendo basicamente "Auditorias" (programa, relatórios, impressos utilizados), "Certificação" (Estatuto da OE, ISO 9001:2008, política da qualidade), "Gestão" (pedidos de acção correctiva, controlo), "Procedimentos" (documentos associados ao sistema de gestão da qualidade, listas e organogramas) e "Reclamações". A gestão do separador da Qualidade é constante, sendo considerada a informação mais actualizada no respectivo âmbito.

Em Junho foi realizada uma acção de formação envolvendo os órgãos nacionais e regionais de modo a divulgar junto da gestão de topo os requisitos da norma ISO 9001:2008, como proceder à sua implementação e transmitida a visão da importância da certificação, a análise por processos e as respectivas responsabilidades inerentes.

Foi realizada, ainda, uma acção de formação pelo Gabinete da Qualidade por cada Secção Regional e duas na Sede com o objectivo de divulgar o âmbito da certificação pretendida, a disponibilização dos procedimentos associados e como proceder nos diversos níveis da organização da OE.

Em relação a reclamações, e com base nos procedimentos aprovados para o efeito, articulou-se com as Secções Regionais a resposta e tratamento das reclamações apresentadas pelos membros no Livro de Reclamações da respectiva Secção Regional, com vista a implementar as acções necessárias para ir ao encontro das expectativas dos reclamantes, ou implementação de acções preventivas decorrentes das reclamações e que proporcionem uma melhoria do sistema de gestão da OE.

No que respeita à relação com as entidades certificadoras, em 2016 foi assinada a renovação dos contratos.

Foi estabelecida e aprovada a metodologia de programa de auditoria, bem como a definição da gestão de acções correctivas e acções preventivas, descritas nos respectivos procedimentos. Conforme requisito da norma ISO 9001:2008, foi agendada e realizada uma auditoria interna (em Setembro), da qual resultaram 29 oportunidades de melhoria, traduzidas em observações e não conformidades, documentadas em pedidos de acção correctiva/preventiva, tratados de acordo com o procedimento da OE.

Igualmente, através de reuniões/visitas sectoriais entre o Gabinete da Qualidade e a Sede/Secções Regionais (presencialmente ou via Skype), foi sendo efectuada a monitorização da implementação dos procedimentos e dado *feedback* pontual do estado do projecto da certificação ISO. Paralelamente, foram efectuadas reuniões programadas com a empresa auditora para alinhamento e monitorização da evolução

do processo de certificação, bem como contactos com a mesma no sentido do agendamento da auditoria de concessão.

O exercício de 2016 continuou a ser marcado pelas questões relacionadas com a situação profissional dos Enfermeiros, em que o desemprego e a emigração constituíram realidades incontornáveis perante os crescentes desafios da globalização económica. O empreendedorismo pode ter aqui um papel de relevo enquanto componente fulcral da economia, agindo como impulsionador do emprego e do crescimento económico.

A OE encara o empreendedorismo não apenas como uma opção, mas como uma das soluções para o combate à taxa de desemprego. Os Enfermeiros são profissionais altamente qualificados, autónomos e competentes, pelo que poderão mostrar o seu valor buscando alternativas através do exercício liberal e empresarial.

Surgiu, assim, a necessidade de reformular o Gabinete de Empreendedorismo da OE, por forma a poder proporcionar aos Enfermeiros empreendedores o apoio necessário para a realização/implementação de projectos na área da Enfermagem e da Saúde. Neste âmbito, foram já perspectivadas algumas soluções para a criação e divulgação de procedimentos que constituam um "ecossistema" favorável ao Enfermeiro empreendedor. Esta nova realidade, cujas bases lançadas em 2016 e que se pretende efectivar em 2017, permitirá potenciar a capacidade empreendedora dos Enfermeiros, torná-los agentes de mudança e gerar uma verdadeira *attitude to action*. Permitirá também à OE destacar-se da oferta proporcionada por outras Ordens Profissionais, não numa óptica de concorrência mas no sentido de permitir ganhos em termos de reconhecimento e de orgulho na pertença à Ordem.

O direito à protecção da saúde é hoje reconhecido como um direito universal. Vários actores na área da saúde, onde se incluem a OE, têm vindo a discutir a pertinência e o interesse da criação da figura do Provedor para a Saúde, com a responsabilidade de zelar pela defesa e promoção do direito à saúde dos cidadãos, em particular os que vivem com doença, e pelo acesso aos cuidados de saúde.

Em face disto, a OE em articulação com uma rede de parceiros institucionais entendeu, como necessária e útil a criação da figura do Provedor para a Saúde, em alternativa à criação da figura do Provedor do Cidadão.

Foi desencadeado um conjunto de reuniões com os parceiros para a regulamentação da figura do Provedor para a Saúde, a qual ainda se encontra em fase de discussão, uma vez que face às funções e ao âmbito de actuação da figura, os vários parceiros envolvidos consideraram ser fundamental alargar a outras entidades que têm igualmente relevo na área da saúde.

Constituindo os "Benefícios" um projecto vital para o cumprimento de um dos pilares da Ordem que é a maior aproximação da OE aos seus membros e à população, foi criado o novo Gabinete de Projectos Estratégicos com o objectivo, entre outros, de chamar a si a gestão e dinamização desta área. O reconhecimento do potencial dos "Benefícios" e do seu valor para os Enfermeiros ditou, assim, a necessidade da existência de um gabinete que conseguisse centralizar, coordenar, dinamizar, fazer crescer e pensar estrategicamente a área dos Protocolos Comerciais. Neste contexto, o Gabinete de Projectos Estratégicos assume o papel de coordenação entre a Sede e os Gestores Regionais de cada Secção definindo os circuitos de comunicação e procedimentos durante os diferentes estádios do processo de celebração de protocolos.

Em 2016, foi constituída uma equipa com o objectivo de actualizar, harmonizar e dinamizar toda a área de Protocolos Comerciais, bem como facilitar a comunicação entre a Sede e as Secções Regionais.

Procedeu-se à revisão das normas, permitindo que estas pudessem espelhar a realidade quer do mercado quer do funcionamento interno da OE, para a celebração de Protocolos Comerciais.

Ainda com o objectivo de harmonizar procedimentos e facilitar a apresentação de propostas e a sua avaliação foi criada uma nova minuta para celebração de protocolos a adoptar, quer pela Sede quer pelas Secções Regionais.

Delineou-se a criação de uma área, dentro da *Intranet* da OE, destinada ao armazenamento e consulta de informação relativa aos protocolos comerciais celebrados entre a OE e as entidades parceiras. A operacionalização total desta área serve, ainda, de *interface* de partilha de informação acessível a utilizadores internos que trabalhem diariamente com os protocolos comerciais, bem como aos órgãos da OE. Surgiu assim o SISP - Sistema de Informação Sobre Protocolos, uma ferramenta de gestão para a área dos protocolos abrangente, flexível, formal e contínua, desenhada para suprir um fluxo organizado de informações relevantes a fim de guiar a tomada de decisões. Esta ferramenta está a ser ultimada pelo Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para que todo o projecto dos Benefícios se justifique e apresente uma real e efectiva importância para os Enfermeiros, é preciso, em primeiro lugar, garantir a existência de "massa crítica", ou seja, captar o maior número possível de parcerias. A construção de uma rede de parcerias é algo que só é alcançável através da dedicação diária e constante na procura de novos parceiros.

Até à criação do Gabinete de Projectos Estratégicos, a OE contava com aproximadamente 117 protocolos, repartidos entre a Sede e as Secções Regionais. Desde finais do ano de 2016, entrou-se em contacto com cerca de 370 novas entidades no sentido de lançar o desafio para que fizessem parte da rede de parceiros da OE. Estes valores são representativos do papel impulsionador que a OE tem assumido desde as mudanças introduzidas. Cerca de 130 entidades responderam já positivamente (35%) e foram já enviados para

assinatura 67 protocolos (18% dos contactos efectuados). A efectivação destes 67 novos protocolos representará um crescimento de 57% relativamente ao número de protocolos existentes em 2016.

Ainda durante 2016, iniciou-se o processo de renovação gráfica dos Guias de Parceiros, por forma a ajustá-los à nova imagem resultante do *rebranding*.

4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da OE aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, 21 de Abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei N.º 156/2015, de 16 de Setembro, apresentamos à apreciação dos membros as contas do Exercício Económico 2016.

Assim, no cumprimento da Lei e do Estatuto, para o efeito, depois de aprovadas pelo Conselho Directivo, e obtido o Parecer favorável do Conselho Fiscal, apresentamos os mapas com a informação relevante e granulada, necessária à análise das contas do Exercício em apreço.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da actividade desenvolvida, no âmbito da concretização do plano de actividades e orçamento aprovados na Assembleia Geral de Maio de 2016.

A OE reitera o compromisso de continuar a assegurar aos membros a continuidade e consistência dos correspondentes relatórios de gestão e contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade dos mesmos.

Análise da Situação Económica e Financeira

A OE encerrou o exercício económico de 2016 com um resultado líquido de **1.496.956,89 euros.** Este resultado evidencia, sobretudo, uma melhor eficiência no controlo dos gastos e uma maior optimização dos recursos, que tem sido característica deste Conselho Directivo.

Rendimentos e Ganhos

No que concerne a Rendimentos e Ganhos, as rubricas com maior realce são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de **7.340.697,68 euros.**

Não obstante alguma variação entre rubricas, o nível de execução orçamental a este nível tem um grau considerado aceitável, contudo, entendemos necessário justificar, com maior detalhe, as diferentes parcelas aqui consideradas.

Constatamos que a execução ao nível de rendimentos e ganhos foi de cerca de **98,05%**, da qual resulta um desvio negativo para os valores orçamentados de **1,95%**, sem, contudo, ter comprometido na generalidade o funcionamento da instituição, com um impacto marginal, conforme se demonstrará no quadro seguinte.

Rendimentos e ganhos

	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado	
					Valor	%
Prestações de serviços						
Quotização	7 152 850,70	-45 969,47	7 106 881,23	7 332 444,00	-225 562,77	-3,08%
Emolumentos	111 509,57	-34 709,38	76 800,19	25 045,72	51 754,47	206,64%
Subsídios à exploração	1 662,54	-1 159,50	503,04	0,00	503,04	N/A
Reversões						
Perdas por imparidade	319 174,82	-319 174,82	0,00	0,00	0,00	N/A
Aumentos de justo valor						
Perdas por em instrumentos financeiros	1 476,51	-810,20	666,31	1 476,51	-810,20	-54,87%
Outros rendimentos e ganhos						
Rendimentos suplementares	0,00	0,00	0,00	2 905,66	-2 905,66	-100,00%
Inscrição em eventos	56 610,70	-56 610,70	0,00	0,00	0,00	N/A
Material de divulgação	1 017,22	-501,38	515,84	0,00	515,84	N/A
Fotocópias	132,22	154,81	287,03	0,00	287,03	N/A
Indemnizações sinistros	51 898,17	-51 898,17	0,00	0,00	0,00	N/A
Rendas de propriedades de investimento	10 900,00	-700,00	10 200,00	0,00	10 200,00	N/A
Correcções relativas a períodos anteriores	134 349,09	-120 224,53	14 124,56	0,00	14 124,56	N/A
Patrocínios	104 000,00	-20 979,68	83 020,32	0,00	83 020,32	N/A
Reembolso viagens	18 560,62	-18 560,62	0,00	0,00	0,00	N/A
Outros	18 019,83	-5 932,48	12 087,35	10 000,00	2 087,35	20,87%
Juros, dividendos e outros rendimentos						
Juros obtidos	194 439,82	-158 828,01	35 611,81	114 719,81	-79 108,00	-68,96%
	8 176 601,81	**-835 904,13**	**7 340 697,68**	**7 486 591,70**	**-145 894,02**	**-1,95%**

Ao nível da quotização, verifica-se um desvio na execução num valor diminuto, e que não se traduziu em constrangimentos naquilo que foi a prossecução da actividade e normal funcionamento da OE, na Ordem dos 3% face ao inicialmente orçamentado.

Relativamente à quotização o registo contabilístico é inteiramente considerado na sede sendo posteriormente efectuada a distribuição pelas Secções Regionais numa percentagem correspondente a 30% do valor facturado, respectivamente, para as Secções Regionais do Norte, Centro e Sul, sendo que no caso das Secções Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira acresce ainda 3%, respectivamente, da facturação total da OE, conforme Quadro infra:

Distribuição dos Rendimentos Associativos por Secção Regional			Euros
Rendimentos Associativos (Quotizações)	**Valor da Facturação**	**Percentagens das Secções Regionais**	**Valor Líquido para a Sede Nacional**
Secção Regional Açores*	210 517,32	276 376,95	-65 859,63
Secção Regional Centro	1 527 738,47	458 321,54	1 069 416,93
Secção Regional Madeira*	217 811,95	278 552,33	-60 740,38
Secção Regional Norte	2 339 996,35	701 998,91	1 637 997,44
Secção Regional Sul	2 810 817,14	843 245,14	1 967 572,00
	7 106 881,23	**2 558 494,87**	**4 548 386,36**

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3,00% da facturação global

Conclui-se, por conseguinte, que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem, em qualquer momento, criar dificuldades de funcionamento à instituição.

Gastos e Perdas

As rubricas de maior relevo são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, um total de **5.790.017,08 euros**.

Gastos e perdas realizados em 2016 vs Orçamento				Euros
	Orçamento	**Realizado**	**Variação**	
			Valor	**%**
Fornecimentos e serviços externos	2 814 991,11	2 905 089,49	90 098,38	3,20%
Gastos com o pessoal	1 116 752,20	2 166 670,31	1 049 918,11	94,02%
Amortizações/depreciações	52 269,36	199 391,54	147 122,18	281,47%
Perdas por Imparidade	25 000,00	0,00	-25 000,00	-100,00%
Provisão do exercício	0,00	128 000,00	128 000,00	N/A
Outros gastos e perdas				
Impostos	11 453,51	19 117,95	7 664,44	66,92%
Outros				
Outros não especificados	355 230,18	361 638,26	6 408,08	1,80%
Gastos e perdas de financiamento	12 258,80	10 109,53	-2 149,27	-17,53%
	4 387 955,16	**5 790 017,08**	**1 402 061,92**	**31,95%**

Nesta área merecem referência as seguintes rubricas:

- **Fornecimentos e Serviços Externos**

A rúbrica de Fornecimentos e Serviços Externos é a que representa maior peso relativo no total de gastos e perdas registados no exercício económico de 2016. Esta rubrica registou um 1.039.542,10 euros a menos face a 2015, decompondo-se de acordo com o seguidamente detalhado.

- **Trabalhos especializados**

Nesta rubrica, onde se inclui por exemplo a Assessoria Jurídica entre outros, é de salientar que mantendo o mesmo conceito de aproximar mais o membro à sua Ordem a mesma revela uma diminuição significativa registando um decréscimo de 43,4%, face ao período homólogo, que corresponde a 358.276.88 euros.

- **Deslocações e estadas**

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da Sede estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela.

O ano de 2016 foi um ano com bastantes actividades e reuniões para o cumprimento da estratégia da OE e das suas atribuições estatutárias, em prol do reconhecimento e afirmação nacional da Enfermagem, nomeadamente, e não só pelos membros dos órgãos, mas também pelos membros que são nomeados para a sua representação em grupos de trabalho.

A compensação pela deslocação em viatura própria do membro, é considerada despesa que a instituição suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da OE. Assim, a Ordem instituiu procedimentos internos com obrigatoriedade de suportar a mesma.
Esta rubrica registou uma redução 6,48%, a que corresponde uma poupança de 61.198,40 euros face a 2015.

- **Seguros**

Nesta rúbrica assume-se com particular relevância o seguro de responsabilidade civil profissional que a OE disponibiliza a todos os membros que tenham a sua quotização regularizada, que por sua vez teve um ligeiro acréscimo de cerca de 8,57%, resultante do maior número de membros inscritos durante o ano de 2016.

- **Gastos com o Pessoal**

Na rúbrica de gastos com pessoal verifica-se um acréscimo face ao ano anterior devido às mudanças verificadas na estrutura.

Para complemento da informação anexamos o quadro de pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
Remunerações do pessoal	1 787 434,48	1 416 898,17	370 536,31	26,15%
Indemnizações	7 620,93	1 862,81	5 758,12	309,11%
Encargos sobre remunerações	360 045,53	306 054,14	53 991,39	17,64%
Seguro acidentes no trabalho	3 860,32	8 369,89	-4 509,57	-53,88%
Outros gastos com o pessoal	7 709,05	37 674,22	-29 965,17	-79,54%
	2 166 670,31	**1 770 859,23**	**395 811,08**	**22,35%**

O acréscimo desta rubrica, de cerca de 22,35%, justifica-se pelo aumento médio da massa salarial, nomeadamente devida a encargos incorridos, como seja o aumento do número de enfermeiros vinculados à Ordem, que decorre tanto do crescimento da actividade como da orientação estratégica definida e mudança de abordagem no Relatório de Actividades.

Este impacto traduziu-se numa diminuição ao nível da rúbrica da Fornecimentos e Serviços Externos, em detrimento do pagamento às instituições de origem dos membros dos órgãos.

- **Perdas por imparidade**

Esta rubrica inclui quotas em dívida, com antiguidade significativa e cuja recuperação será pouco provável. No entanto, no exercício não foram registadas quaisquer perdas por imparidade, uma vez que foi adoptado um novo critério de gestão que se consubstancia no não reconhecimento da incobrabilidade dos montantes em dívida há mais de um ano.

Ainda neste exercício foram removidas do balanço as dívidas de membros, e respectivas perdas por imparidade, vencidas há mais de cinco anos. Esta operação resulta de uma deliberação deste CD, que se alicerça no facto de as dívidas com antiguidade superior a cinco anos se considerarem prescritas após parecer jurídico e da Autoridade Tributária.

- **Outros Gastos e Perdas**

Nesta rubrica é de destacar sobretudo o valor relativo às quotizações associativas. Associações às quais a OE se encontra estrategicamente associada no plano internacional, nomeadamente as referentes ao ICN, CNOP, EFN, EFPC, HORATIO, EFNNMA e EurHeCA.

Fundos Patrimoniais - Variações Positivas e Negativas

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					Euros
	01/01/2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2016
Fundos patrimoniais	5 550 538,46	271 621,44			5 822 159,90
Reservas	3 755 560,91			48 224,98	3 803 785,89
Resultados transitados	10 045 290,50	1 712 166,68	-1 057 452,45	1 258 167,04	11 958 171,77
Resultado do período	1 306 392,02	1 496 956,89		-1 306 392,02	1 496 956,89
	20 657 781,89	**3 480 745,01**	**-1 057 452,45**	**0,00**	**23 081 074,45**

A conta 56 – "Resultados transitados" encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 1.712.166,68 euros a crédito e 1.057.452,45 euros a débito.

O detalhe destas regularizações por secção regional é o seguinte:

VARIAÇÕES DE RESULTADOS TRANSITADOS				Euros
	Variações positivas		Variações negativas	
	Totais	Líquido nacional	Totais	Líquido nacional
Secção Regional Açores	36 400,59	36 400,59	18 049,10	11 002,53
Secção Regional Centro	222 170,31	49 717,88	28 621,13	8 702,53
Secção Regional Madeira	76 373,45	43 219,06	4 466,83	4 466,83
Secção Regional Norte	339 185,98	100 303,23	32 002,12	7 167,40
Secção Regional Sul	435 245,24	165 580,47	25 658,70	6 490,98
Sede	602 791,11	531 823,50	948 654,57	234 500,23
	1 712 166,68	**927 044,73**	**1 057 452,45**	**272 330,50**

A coluna dos valores líquidos nacionais exclui as variações patrimoniais registadas entre as secções e a sede, isto é, sem impacto nas contas nacionais.

As variações positivas líquidas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Reversão perdas por imparidade de saldos dos membros	275 980,78
Correção da diferença entre o saldo em dívida de membros nas contas correntes e o saldo contabilístico	385 887,24
Regularização saldo conta acréscimos de gastos	64 718,31
Regularização saldo conta gastos diferidos	43 876,86
Valores recebidos de execução de quotas	39 554,63
Outras situações	117 026,91
	927 044,73

Por sua vez, as variações negativas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Regularização saldos de fornecedores	76 624,84
Regularização saldos credores de membros	70 804,35
Regularização saldos contas gastos diferidos	31 183,53
Regularização saldo devolução de quotas	19 889,75
Outras situações	73 828,03
	272 330,50

Indicadores económicos

Seguidamente, e reconhecendo que não se trata de um exercício profundo de indicadores e rácios de natureza económico-financeira, apresenta-se um conjunto de indicadores que permite aferir da autonomia financeira da OE, solvabilidade e liquidez.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS		EUROS
	2016	**2015**
Autonomia Financeira	**0,91**	**0,89**
Fundos Patrimoniais	23 081 074,45	20 657 781,89
Activo Liquido	25 260 444,10	23 227 736,08
Solvabilidade	**11,59**	**9,04**
Activo Líquido	25 260 444,10	23 227 736,08
Passivo	2 179 369,65	2 569 954,19
Liquidez Geral	**13,06**	**9,76**
Activo Corrente	17 838 028,25	15 718 220,17
Passivo Corrente	1 365 442,13	1 610 179,78

Assim, a estrutura do balanço reflecte uma substancial autonomia financeira (cerca de 91%), bem como uma significativa solvabilidade global de 11,59 e uma liquidez geral de 13,06.

Continuam a ser preocupações permanentes a gestão eficiente dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios e recursos disponíveis.

Face aos valores e considerações apresentadas verifica-se uma execução equilibrada e rigorosa, o que demonstra o bom desempenho de todos os envolvidos na vida Ordem: membros, colaboradores, órgãos, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros.

Ninguém está sozinho, continuamos a acreditar que com o esforço e empenho de todos seremos capazes de vencer as adversidades da conjuntura económica e financeira que o país ainda atravessa.

Reserva Estatutária

Considerando o resultado líquido do exercício económico 2016, relativamente à Sede, que se cifrou em 915.645,88 euros, e de acordo com o estatuído no Artigo 118.º, ponto 1, a reserva estatutária será reforçada em 10% do saldo obtido para as contas de gerência, o que corresponde a um reforço efectivo de 91.564,59 euros. O remanescente será inscrito em resultados transitados.

Apresenta-se apenas o reforço da reserva estatutária referente às contas da Sede, uma vez que as diferentes Secções Regionais, nos termos das suas competências próprias, procederam a igual operação, vertida nos respectivos Relatórios e Contas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2016 foi o primeiro do mandato 2016-2019 em que os órgãos estatutários que tomaram posse assumiram uma mudança de estratégia. O processo de mudança, por um lado, e a adaptação à orgânica e ao funcionamento da instituição, por outro, exigiram um envolvimento e um esforço suplementares. Mais do que a preocupação em executar na íntegra o plano de actividades, procurou-se o garante da qualidade das inúmeras actividades desenvolvidas.

No cumprimento da sua missão, a OE esteve presente, cada vez mais, no dia-a-dia dos Enfermeiros, nos seus diferentes domínios e contextos do exercício profissional. A defesa, a valorização e a dignificação dos Enfermeiros e da Enfermagem foi o principal foco de atenção, dando voz aos quase 70 000 que somos, em prol da segurança do cidadão e sem nunca falhar ao País.

Colocou-se a tónica na presença constante e na aposta no diálogo interinstitucional o que permitiu a resolução de dificuldades e diferendos que transitaram entre mandatos e de outros que foram sobressaindo ao longo do ano.

Cientes dos desafios que emergem nos diversos domínios do exercício profissional, continuar-se-á a construção de uma Ordem mais voltada para o Enfermeiro e para as pessoas, transparente e eficiente na sua função.

Creiam que a Ordem manter-se-á atenta às condições do exercício, da dignidade e do prestígio da profissão, garantindo que "N*inguém está sozinho*".

Aprovado em reunião do Conselho Directivo de 15 de Março de 2017

A Presidente do Conselho Directivo

Ana Rita Pedroso Cavaco

6 - APÊNDICES

APÊNDICE 01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ÂMBITO SEDE

PRESTAÇÃO de CONTAS

BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ORDEM DOS ENFERMEIROS - SEDE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 254 599,36	1 275 946,27
Investimentos financeiros	9.2	4 961,86	2 383,03
		1 259 561,22	**1 278 329,30**
Activo corrente			
Créditos a receber	6.2	802 621,83	1 312 677,20
Estado e outros entes públicos	9.1	2 208,72	0,00
Membros / Patrocinadores	9.1	1 443 872,39	560 106,49
Diferimentos	9.2	260 168,24	261 298,50
Outros activos correntes	9.2	326 840,50	588 750,81
Caixa e depósitos bancários	9.2	8 796 551,00	8 361 543,92
		11 632 262,68	**11 084 376,92**
TOTAL DO ACTIVO		**12 891 823,90**	**12 362 706,22**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	9.2	5 011 889,84	4 838 099,19
Reservas	9.2	2 371 760,99	2 371 760,99
Resultados transitados	9.2	1 520 660,57	1 320 658,34
		8 904 311,40	**8 530 518,52**
Resultado líquido do período	9.2	915 645,88	545 865,69
Total dos fundos patrimoniais		**9 819 957,28**	**9 076 384,21**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9.2	147 880,32	85 000,00
Financiamentos obtidos	9.2	666 047,20	874 774,41
		813 927,52	**959 774,41**
Passivo corrente			
Fornecedores	6.1	271 039,31	523 749,67
Estado e outros entes públicos	9.2	108 050,62	79 838,86
Secções regionais / Membros	9.2	1 302 211,27	1 171 309,87
Financiamentos obtidos	9.2	222 511,38	304 705,00
Outros passivos correntes	6.3	354 126,52	246 944,20
		2 257 939,10	**2 326 547,60**
TOTAL DO PASSIVO		**3 071 866,62**	**3 286 322,01**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**12 891 823,90**	**12 362 706,22**

ORDEM DOS ENFERMEIROS - SEDE
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	5.1	4 591 003,23	4 669 970,11
Subsídios à exploração	9.2	0,00	1 033,71
Fornecimentos e serviços externos	5.2	-1 953 553,93	-2 699 363,12
Gastos com o pessoal	7	-1 401 124,38	-1 104 601,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	0,00	214 277,24
Provisões (aumentos/reduções)	9.2	-128 000,00	-85 000,00
Aumentos/reduções de justo valor	9.2	666,31	1 476,51
Outros rendimentos	5.1/5.3	193 220,52	443 664,11
Outros gastos	5.4	-306 132,91	-780 931,84
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**996 078,84**	**660 525,14**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-39 308,14	-52 269,36
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**956 770,70**	**608 255,78**
Juros e gastos similares suportados	9.2	-6 707,29	-12 258,80
Resultado antes de impostos		**950 063,41**	**595 996,98**
Imposto sobre o rendimento do período	9.2	-34 417,53	-50 131,29
Resultado líquido do período		**915 645,88**	**545 865,69**

ORDEM DOS ENFERMEIROS - SEDE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA EMPRESA-MÃE								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2016	**6**	**4 838 099,19**		**2 371 760,99**	**1 866 524,03**				**9 076 384,21**		**9 076 384,21**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-345 863,46			0,00	-345 863,46		
	7			**0,00**	**-345 863,46**			**0,00**	**-345 863,46**		**-345 863,46**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							915 645,88	915 645,88		915 645,88
RESULTADO INTEGRAL	**9=7+8**							**915 645,88**	**569 782,42**		**569 782,42**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		173 790,65							173 790,65		173 790,65
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	**173 790,65**							**173 790,65**		**173 790,65**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	**11=6+7+8+10**	**5 011 889,84**		**2 371 760,99**	**1 520 660,57**				**9 819 957,28**		**9 819 957,28**

ORDEM DOS ENFERMEIROS - SEDE
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 550 232,53	5 087 863,64
Pagamento de bolsas		0,00	-1 000,00
Pagamentos a fornecedores		-2 136 453,26	-2 429 004,92
Pagamentos ao pessoal		-1 353 573,68	-1 103 381,98
Caixa gerada pelas operações		**1 060 205,59**	**1 554 476,74**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-48 148,79	-62 824,46
Outros recebimentos/pagamentos		-490 839,02	-632 057,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**521 217,78**	**859 595,13**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 127,65	-76 128,64
Investimentos financeiros		-2 578,83	-1 500,21
Sub-total		-4 706,48	-77 628,85
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	65 698,89
Juros e rendimentos similares		42 779,85	148 345,81
Sub-total			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**38 073,37**	**136 415,85**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos		173 790,65	218 158,33
Sub-total		173 790,65	218 158,33
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-290 920,83	-322 159,19
Juros e gastos similares		-7 153,89	-12 258,80
Sub-total		-298 074,72	-334 417,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-124 284,07**	**-116 259,66**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		435 007,08	879 751,32
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 361 543,92	7 481 792,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 796 551,00	8 361 543,92

CC n.º 61810

Conselho Directivo

Presidente	Vice-Presidente	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ana Rita Cavaco	Luís Filipe Cardoso Barreira
		Fernando Miguel Pinheiro Macedo

anexos

ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros (Sede)

1.2. Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75, 1700-028 Lisboa

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015, de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspecto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não

Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E, subsequentes declarações de rectificação.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	
	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
Equipamento básico	1 a 14 anos
Equipamento administrativo	1 a 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

LOCAÇÕES

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo "imposto sobre o rendimento" inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros, com antiguidade superior a 2 anos, foram reconhecidas como perdas por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a 5 anos foram consideradas incobráveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Sede.

4. MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL 2016					Euros
	Saldo Inicial 2016	**Aumentos**	**Transferências**	**Abates**	**Saldo Final 2016**
Activos fixos tangíveis bruto					
Terrenos e recursos naturais	312 508,60		53 079,70		365 588,30
Edifícios e outras construções	1 201 564,86		-53 079,70		1 148 485,16
Equipamento básico	31 202,44				31 202,44
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo	988 066,32	2 127,65			990 193,97
Outros activos fixos tangíveis	92 736,75				92 736,75
Investimentos em curso	74 169,00				74 169,00
	2 700 247,97	**2 127,65**	**0,00**	**0,00**	**2 702 375,62**
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	334 087,38	22 943,35	-14 862,31		342 168,42
Equipamento básico	31 202,44				31 202,44
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo	967 169,62	16 156,82	-1 328,51		981 997,93
Outros activos fixos tangíveis	91 842,26	207,97	357,24		92 407,47
Investimentos em curso					
	1 424 301,70	**39 308,14**	**-15 833,58**	**0,00**	**1 447 776,26**

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2016, desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		Euros
	2016	**2015**
Terrenos e recursos naturais	365 588,30	312 508,60
Edifícios e outras construções	806 316,74	867 477,48
Equipamento básico		
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	8 196,07	20 896,70
Outros activos fixos tangíveis	329,28	894,49
Investimentos em curso	74 169,00	74 169,00
	1 254 599,39	**1 275 946,27**

5. RENDIMENTOS E GASTOS

5.1. Réditos

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS			Euros	
			Variação	
	2016	2015	Valor	%
Prestações de serviços	**4 591 003,23**	**4 669 970,11**	**-78 966,88**	**-1,69%**
Quotização	4 548 386,36	4 592 450,53		
Emolumentos	42 616,87	77 519,58		
Subsídios à exploração		**1 033,71**	**-1 033,71**	**-100,00%**
Reversões	**0,00**	**214 277,24**	**-214 277,24**	**-100,00%**
Perdas por imparidade		214 277,24		
Outros rendimentos e ganhos	**182 205,10**	**325 599,45**	**-143 394,35**	**-44,04%**
Inscrição em eventos		51 087,50		
Material de divulgação		47,15		
Fotocópias		10,35		
Indemnizações sinistros		51 898,17		
Rendas de propriedades de investimento				
Correcções relativas a períodos anteriores	5 241,62	108 190,67		
Patrocínios	82 520,32	100 000,00		
Reembolso viagens	8 267,19	7 981,46		
Reembolso encargos financeiros	86 175,97			
Outros		6 384,15		
Juros, dividendos e outros rendimentos	**11 015,42**	**118 064,66**	**-107 049,24**	**-90,67%**
Juros obtidos	11 015,42	118 064,66		
	4 784 223,75	**5 328 945,17**	**-544 721,42**	**-10,22%**

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**383 706,91**	**657 428,03**	**-273 721,12**	**-41,64%**
Trabalhos Especializados - Informática	75 466,36	129 205,37	-53 739,01	-41,59%
Trabalhos Especializados - Tipografia	51 849,96	58 913,32	-7 063,36	-11,99%
Trabalhos Especializados - Administrativo	68 260,90	63 169,33	5 091,57	8,06%
Trabalhos Especializados - Análise de Imprensa	10 455,00	8 610,00	1 845,00	21,43%
Trabalhos Especializados - Audiovisuais	30 879,32	3 813,00	27 066,32	709,84%
Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	49 675,83	71 369,60	-21 693,77	-30,40%
Trabalhos Especializados - Outros	97 119,54	322 347,41	-225 227,87	-69,87%
Publicidade e Propaganda	16 034,67	99 528,59	-83 493,92	-83,89%
Vigilância e Segurança	11 191,36	10 258,20	933,16	9,10%
Honorários	135 494,84	197 617,55	-62 122,71	-31,44%
Conservação e Reparação:	**18 462,63**	**94 591,91**	**-76 129,28**	**-80,48%**
Conservação e Reparação - Instalações	14 701,16	93 162,77	-78 461,61	-84,22%
Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	0,00	406,18	-406,18	-100,00%
Conservação e Reparação - Equipamento Informático	3 455,97	543,63	2 912,34	535,72%
Conservação e Reparação - Viatura Renting	305,50	479,33	-173,83	-36,27%
Serviços Bancários	87 784,16	126 825,20	-39 041,04	-30,78%
	652 674,57	**1 186 249,48**	**-533 574,91**	**-44,98%**
Materiais	**67 025,81**	**151 232,69**	**-84 206,88**	**-55,68%**
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	2 999,57	181,57	2 818,00	1552,02%
Livros e Documentação Técnica	21 794,79	33 745,29	-11 950,50	-35,41%
Material de Escritório	34 786,86	100 553,34	-65 766,48	-65,40%
Artigos para Oferta	4 612,25	15 128,34	-10 516,09	-69,51%
Material Informático	0,00	1 360,77	-1 360,77	-100,00%
Outros	2 832,34	263,38	2 568,96	975,38%
	67 025,81	**151 232,69**	**-84 206,88**	**-55,68%**
Energias e fluídos	**33 035,46**	**35 693,45**	**-2 657,99**	**-7,45%**
Eletricidade	22 500,39	24 254,48	-1 754,09	-7,23%
Combustíveis	5 589,87	10 257,90	-4 668,03	-45,51%
Água	4 830,55	1 120,65	3 709,90	331,05%
Outros	114,65	60,42	54,23	89,76%
	33 035,46	**35 693,45**	**-2 657,99**	**-7,45%**
Deslocações, estadas e transportes	**518 206,12**	**556 808,08**	**-38 601,96**	**-6,93%**
Deslocações e Estadas				
Estadias	91 098,73	170 151,77	-79 053,04	-46,46%
Deslocações - Aviões	55 103,30	114 341,73	-59 238,43	-51,81%
Deslocações - Combolos	4 122,06	12 117,30	-7 995,24	-65,98%
Deslocações - Táxis	6 787,20	6 604,22	182,98	2,77%
Deslocações - Viatura própria	261 996,05	90 072,60	171 923,45	190,87%
Deslocações - Carros alugados	4 084,30	135,00	3 949,30	2925,41%
Deslocações - Estacionamento/Portagens	8 606,83	9 275,72	-668,89	-7,21%
Deslocações - Transportes públicos	7 245,67	1 677,70	5 567,97	331,88%
Alimentação	56 648,48	70 840,82	-14 192,34	-20,03%
Inscrições	282,20	4 832,00	-4 549,80	-94,16%
Ajudas de Custo	12 062,83	31 838,48	-19 775,65	-62,11%
Coffee-break	8 556,02	44 855,74	-36 299,72	-80,93%
Transporte de Pessoal	940,00	0,00	940,00	N/A
Transporte de Mercadorias	33,10	65,00	-31,90	-49,08%
Outros	639,35	0,00	639,35	N/A
	518 206,12	**556 808,08**	**-38 601,96**	**-6,93%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**102 469,90**	**162 516,45**	**-60 046,55**	**-36,95%**
Rendas e Alugueres - Instalações	61 100,00	52 800,00	8 300,00	15,72%
Rendas e Alugueres - Viaturas	1 282,05	7 148,48	-5 866,43	-82,07%
Rendas e Alugueres - Salas	2 990,83	18 913,90	-15 923,07	-84,19%
Rendas e Alugueres - Equipamentos	26 908,26	64 242,23	-37 333,97	-58,11%
Rendas e Alugueres - Armazém	879,45	879,45	0,00	0,00%
Rendas e Alugueres - Aluguer de Longa Duração	9 309,31	18 532,39	-9 223,08	-49,77%
Comunicação	**315 093,50**	**360 764,72**	**-45 671,22**	**-12,66%**
Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	57 180,26	53 044,51	4 135,75	7,80%
Comunicação - Correios e estafetas	257 913,24	307 720,21	-49 806,97	-16,19%
Seguros	**231 666,86**	**211 931,57**	**19 735,29**	**9,31%**
Seguros - Viaturas	1 344,52	1 302,06	42,46	3,26%
Seguros - Acidentes Pessoais	19 334,63	19 336,40	-1,77	-0,01%
Seguros - Multi risco	10 847,72	7 160,68	3 687,04	51,49%
Seguros - Responsabilidade Civil	200 062,20	184 057,35	16 004,85	8,70%
Seguros - Outros	77,79	75,08	2,71	3,61%
Contencioso e Notariado	**1 476,57**	**7 990,97**	**-6 514,40**	**-81,52%**
Despesas de Representação	**710,26**	**125,00**	**585,26**	**468,21%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**31 164,58**	**25 693,59**	**5 470,99**	**21,29%**
Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	23 139,81	22 078,47	1 061,34	4,81%
Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	3 658,08	3 615,12	42,96	1,19%
Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos de decoração	4 366,69	0,00	4 366,69	100,00%
Outros	30,30	417,54	-387,24	100,00%
	682 611,97	**769 439,84**	**-167 339,36**	**-21,75%**
	1 953 553,93	**2 699 423,54**	**-826 381,10**	**-30,61%**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 261.996,05 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da Sede.

O acréscimo verificado nesta rubrica deve-se essencialmente ao aumento de número de órgãos sociais em representação da Ordem, com o objectivo de criar maior proximidade junto de todas as instituições de saúde da nossa área de actuação, assim como pela diminuição do número de viaturas ao serviço da Ordem em regime de aluguer.

5.3. Outros rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Inscrição em eventos	0,00	51 087,50	-51 087,50	-100,00%
Material de divulgação	0,00	47,15	-47,15	-100,00%
Fotocópias	0,00	10,35	-10,35	-100,00%
Indemnizações sinistros	0,00	51 898,17	-51 898,17	-100,00%
Correcções relativas a períodos anteriores	5 241,62	108 190,67	-102 949,05	-95,16%
Patrocínios	82 520,32	100 000,00	-17 479,68	-17,48%
Reembolso viagens	8 267,19	7 981,46	285,73	3,58%
Reembolso encargos financeiros	86 175,97			
Outros		6 384,15	-6 384,15	-100,00%
Juros obtidos	11 015,42	118 064,66	-107 049,24	-90,67%
	193 220,52	**443 664,11**	**-336 619,56**	**-75,87%**

5.4. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Impostos	13 218,22	13 825,00	-606,78	-4,39%
Correcções relativas a períodos anteriores	5 390,91	5 455,60	-64,69	-1,19%
Donativos	195,00	22 439,42	-22 244,42	-99,13%
Quotizações	135 748,00	173 532,10	-37 784,10	-21,77%
Insuficiência estimativa para impostos	10 805,82	0,00	10 805,82	N/A
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	117 742,58	119 597,11	-1 854,53	-1,55%
Atribuição de prémios de investigação	0,00	1 000,00	-1 000,00	-100,00%
Multas e penalidades	15 508,79	53,51	15 455,28	28882,98%
Devolução de quotas	0,00	99 176,98	-99 176,98	-100,00%
Outros gastos e perdas	7 523,59	345 852,12	-338 328,53	-97,82%
	306 132,91	**780 931,84**	**-474 798,93**	**-155,10%**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Fornecedores	**271 039,31**	**523 749,67**	**-252 710,36**	**-48,25%**
Fornecedores - Mercado Nacional	139 587,18	505 547,75	-365 960,57	-72,39%
Fornecedores - Mercado Intracomunitário	1 149,13	1 176,04	-26,91	-2,29%
Fornecedores - Outros Mercados	130 303,00	17 025,88	113 277,12	665,32%
	271 039,31	**523 749,67**	**-252 710,36**	**-48,25%**

6.2. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Juros a receber	20,64	68 285,07	-68 264,43	-99,97%
Adiantamentos ao pessoal	3 091,83	0,00	3 091,83	N/A
Ajudas de custo	0,00	67 530,40	-67 530,40	-100,00%
Despesas secções regionais	371 891,08	553 385,32	-181 494,24	-32,80%
Caução de Arrendamento	4 800,00	2 400,00	2 400,00	100,00%
Contas de conferência de quotas	0,00	171 729,07	-171 729,07	-100,00%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	78 500,24	-78 500,24	-100,00%
Gestão de imóveis	483 884,81	375 226,09	108 658,72	28,96%
Outros devedores	23 694,07	15 261,88	8 432,19	55,25%
Perdas por imparidade	-84 760,60	-19 640,87	-65 119,73	331,55%
	802 621,83	**1 312 677,20**	**-444 935,64**	**-33,90%**

A rubrica de ajudas de custo inclui o valor pago em 2015 ao anterior Bastonário de 65.119,68 euros, para o qual tinha sido registada uma provisão de igual montante (Provisões para outros riscos e encargos). Durante o exercício de 2016 esta provisão foi reclassificada para perdas por imparidade (ver Nota 9.2 – Perdas por imparidade acumuladas e Provisões).

6.3. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Dívidas ao pessoal	0,00	1 629,82	-1 629,82	-100,00%
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	194 029,58	141 757,23	52 272,35	36,87%
Outros acréscimos de gastos	63 542,79	90 110,65	-26 567,86	-29,48%
	257 572,37	**231 867,88**	**25 704,49**	**11,09%**
Membros	21 285,37	13 446,50	7 838,87	58,30%
Quotas - Recibos a emitir	75 268,78	0,00	75 268,78	N/A
	354 126,52	**246 944,20**	**108 812,14**	**44,06%**

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
Remunerações do pessoal	1 160 323,04	891 194,40	269 128,64	30,20%
Indemnizações	0,00	202,93	-202,93	-100,00%
Encargos sobre remunerações	231 677,16	201 001,63	30 675,53	15,26%
Seguro acidentes no trabalho	3 860,32	8 369,89	-4 509,57	-53,88%
Outros gastos com o pessoal	5 263,86	3 832,73	1 431,13	37,34%
	1 401 124,38	**1 104 601,58**	**296 522,80**	**26,84%**

Durante o exercício de 2016, as remunerações dos órgãos sociais ascenderam a 144.538,05 euros.

Na rubrica de Remunerações do pessoal constam 18.722,97 euros relativos a deslocações em viatura própria.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente ao aumento do número de colaboradores vinculados à Ordem a tempo inteiro, fruto de uma nova política deste Conselho Directivo, no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes, o que se traduziu igualmente numa diminuição na rubrica de honorários (Ver Nota 5.2 – Fornecimentos e serviços externos).

A rubrica "Outros gastos" inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da Sede foi de 49.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1. Operações contratadas pela actividade com partes relacionadas membros/outros clientes e respectivas imparidades

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS/PATROCINADORES				Euros
Activos	**2016**	**2015**	**Variação Valor**	**%**
Dívidas dos membros - contas correntes	1 343 872,39	1 133 345,77	210 526,62	18,58%
Outros clientes	100 000,00	60 056,59	39 943,41	66,51%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	841 534,50	2 579 170,14	-1 737 635,64	-67,37%
Imparidade Acumulada	-841 534,50	-3 212 466,01	2 370 931,51	-73,80%
	1 443 872,39	**560 106,49**	**883 765,90**	**-56,09%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-661 445,30	-319 174,82	-342 270,48	107,24%

MEMBROS/PATROCINADORES				Euros
Passivos	**2016**	**2015**	**Variação Valor**	**%**
Adiantamentos de membros	187 394,85	320 867,90	-133 473,05	-41,60%
	187 394,85	**320 867,90**	**-133 473,05**	**-41,60%**

O saldo de membros de acordo com a antiguidade do mesmo apresenta-se com o seguinte detalhe:

MEMBROS/PATROCINADORES				Euros
	2016		2015	
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Dívidas dos membros - contas correntes	943 859,03	400 013,36	1 133 345,77	0,00
Outros clientes	100 000,00	0,00	60 056,59	0,00
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	841 534,50	0,00	2 579 170,14
	1 043 859,03	**1 241 547,86**	**1 193 402,36**	**2 579 170,14**

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					Euros
	01/01/2016	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2016
Imparidade acumulada	3 212 466,01	0,00	-661 445,30	-1 709 486,21	841 534,50
	3 212 466,01	**0,00**	**-661 445,30**	**-1 709 486,21**	**841 534,50**

O registo das perdas por imparidade é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos.
A reversão das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.
Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 1.070.709,01 euros, por serem consideradas incobráveis. Foram ainda desreconhecidas do balanço dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade no montante de 638.777,20 euros, referentes à diferença entre os saldos das contas correntes de membros e os saldos da contabilidade.

9.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Caixa	2 109,87	2 412,05	-302,18	-12,53%
Depósitos à Ordem	8 539 941,13	2 351 797,02	6 188 144,11	263,12%
Depósitos a Prazo	254 500,00	6 007 334,85	-5 752 834,85	-95,76%
	8 796 551,00	**8 361 543,92**	**435 007,08**	**5,20%**

INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Esta rubrica decompõe-se em activo corrente e não corrente.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ACTIVOS CORRENTES		Euros
	2016	2015
Activo Corrente		
Fundo de tesouraria BPI	326 840,50	326 224,53
Fundo de tesouraria Montepio	0,00	262 526,28
	326 840,50	**588 750,81**
Activo Não Corrente		
Fundo de compensação do trabalho	4 961,86	2 383,03
	4 961,86	**2 383,03**

SECÇÕES REGIONAIS / MEMBROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Sede tinha os seguintes valores a pagar às Secções Regionais, relativo aos acertos trimestrais, e os seguintes adiantamentos de membros:

SECÇÕES REGIONAIS / MEMBROS			Variação		Euros
	2016	2015	Valor	%	
Percentagem s/ facturação	763 146,21	964 661,35	-201 515,14	-20,89%	
Percentagem s/ recebimentos	544 073,84	696 136,32	-152 062,48	-21,84%	
Percentagem s/ inscrições	95 310,94	82 953,35	12 357,59	14,90%	
Percentagem s/ título especialista	15 237,85	23 094,20	-7 856,35	-34,02%	
	1 417 768,84	**1 766 845,22**	**-349 076,38**	**-19,76%**	
Imparidades Acumuladas	-302 952,42	-916 403,25	613 450,83	-66,94%	
VALOR LÍQUIDO	**1 114 816,42**	**850 441,97**	**264 374,45**	**31,09%**	
Adiantamentos de membros	187 394,85	320 867,90	-133 473,05	-41,60%	
TOTAL	**1 302 211,27**	**1 171 309,87**	**130 901,40**	**11,18%**	

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		Euros
	2016	2015
Activos		
Retenção de impostos s/ rendimento	2 208,72	0,00
	2 208,72	**0,00**

Este montante diz respeito a uma retenção de imposto sobre o rendimento paga em excesso, cuja recuperação ocorrerá no exercício de 2017.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		Euros
	2016	2015
Passivos		
Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	27 357,03 €	30 282,47 €
Imposto sobre o valor acrescentado	19 313,08 €	3 676,21 €
Retenção de impostos s/ rendimento	24 814,28 €	23 518,99 €
Contribuições p/ Segurança Social	23 834,40 €	19 712,60 €
Outras Contribuições	12 731,83 €	2 648,59 €
	108 050,62 €	**79 838,86 €**

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

As responsabilidades com empréstimos obtidos referem-se à aquisição dos imóveis para as secções regionais:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS		Euros
	2016	**2015**
Empréstimo aquisição instalação: SR Centro	0,00	34 739,20
Empréstimo aquisição instalação: SR Madeira	0,00	10 282,36
Empréstimo aquisição instalação: SR Norte	41 911,26	104 281,97
Empréstimos centralizados	846 647,32	1 026 508,30
Locações financeiras	0,00	3 667,58
	888 558,58	**1 179 479,41**
Até 1 ano	222 511,38	304 705,00
Entre 1 a 5 anos	666 047,20	874 774,41
	888 558,58	**1 179 479,41**

Na altura da contratação dos empréstimos acima referidos, a Ordem prestou garantias no valor global de 2.594.490,00 euros. Além das garantias prestadas foram também constituídas hipotecas sobre os seguintes imóveis:

- Rua Latino Coelho, n.º 352, matriz 5541
- Rua Visconde Cacongo, n.º 35, matriz 5095 e 41-M
- Avenida Bissaya Barreto, n.ºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846
- Rua Castilho, n.º 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		Euros
	2016	**2015**
Activos		
Contratos de manutenção	2 032,77	0,00
Seguros	137 719,23	150 901,15
Rendas	1 100,00	3 300,00
Informática	20 882,28	21 641,18
Outros gastos	98 433,96	85 456,17
	260 168,24	**261 298,50**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					Euros
	01/01/2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2016
Fundos patrimoniais	4 838 099,19	173 790,65			5 011 889,84
Reservas	2 371 760,99	0,00			2 371 760,99
Resultados transitados	1 320 658,34	602 791,11	-948 654,57	545 865,69	1 520 660,57
Resultado do período	545 865,69	915 645,88		-545 865,69	915 645,88
	9 076 384,21	**1 692 227,64**	**-948 654,57**	**0,00**	**9 819 957,28**

A conta 56 – "Resultados transitados" encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 602.791,11 euros a crédito e 948.654,57 euros a débito.

As variações positivas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Reversão perdas por imparidade de saldos dos membros	47 994,47
Correção da diferença entre o saldo em dívida de membros nas contas correntes e o saldo contabilístico	282 093,66
Regularização saldos com as secções regionais	70 967,61
Regularização saldo conta acréscimos de gastos	64 718,31
Regularização saldo conta gastos diferidos	43 876,86
Valores recebidos de execução de quotas	39 554,63
Outras situações	53 585,57
	602 791,11

Por sua vez, as variações negativas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Regularização saldos com as secções regionais	708 827,72
Regularização saldos de fornecedores	76 624,84
Regularização saldos credores de membros	70 804,35
Regularização saldos contas gastos diferidos	31 183,53
Regularização saldo devolução de quotas	7 155,51
Outras situações	54 058,62
	948 654,57

O Relatório de Actividades e Contas de 2015 não foi aprovado pela Assembleia Geral.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros suportados				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Juros suportados - Empréstimos obtidos	6 707,29 €	12 258,80 €	-5 551,51	-45,29%

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsidios				
	2016		2015	
	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos
Entidades				
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional			1 033,71 €	

PROVISÕES

MOVIMENTO DAS PROVISÕES					Euros
	01/01/2016	Reforços	Reversões	Transferências	31/12/2016
Outras provisões	85 000,00	128 000,00	0,00	-65 119,68	147 880,32
	85 000,00	**128 000,00**	**0,00**	**-65 119,68**	**147 880,32**

Durante o exercício de 2016 foram registadas provisões no montante de 128.000,00 euros, destinadas a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspectos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. O valor de 19.880,32 euros é para fazer face a processos em pré-contencioso interpostos pela Ordem dos Enfermeiros.

AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Esta rubrica é composta pela actualização dos valores das aplicações de tesouraria.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO — Euros

	2016	2015	Variação Valor	Variação %
Imposto do período	34 417,53	50 131,29	-15 713,76	-31,35%
Imposto diferido				
	34 417,53	**50 131,29**	**-15 713,76**	**-31,35%**
Rendimentos comerciais	0,00	30 146,97	-30 146,97	-100,00%
Rendimentos capitais	10 551,91	77 343,68	-66 791,77	-86,36%
Rendimentos prediais	0,00	10 900,00	-10 900,00	-100,00%
Outros rendimentos	83 186,63	101 476,51	-18 289,88	-18,02%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**93 738,54**	**219 867,16**	**-126 128,62**	**-57,37%**
Colecta	19 685,09	47 271,44	-27 586,35	-58,36%
Tributações autónomas	14 732,44	2 859,85	11 872,59	415,15%
IMPOSTO DO PERÍODO	**34 417,53**	**50 131,29**	**-15 713,76**	**-31,35%**

CC n.º 61810

Conselho Directivo

Presidente	Vice-Presidente	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ana Rita Cavaco	Luís Filipe Cardoso Barreira
		Fernando Miguel Pinheiro Macedo

APÊNDICE 02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ÂMBITO NACIONAL

PRESTAÇÃO de CONTAS

BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ORDEM DOS ENFERMEIROS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	6 912 892,82	7 009 632,88
Investimentos financeiros	9.2	509 523,03	499 883,03
		7 422 415,85	**7 509 515,91**
Activo corrente			
Créditos a receber	6.2	328 818,74	340 859,29
Estado e outros entes públicos	9.2	2 208,72	0,00
Membros/Patrocinadores	9.1	1 443 872,39	560 106,49
Diferimentos	9.2	172 260,06	184 062,86
Outros activos correntes	9.2	346 840,50	588 750,81
Caixa e depósitos bancários	9.2	15 544 027,84	14 044 440,72
		17 838 028,25	**15 718 220,17**
TOTAL DO ACTIVO		**25 260 444,10**	**23 227 736,08**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	9.2	5 822 159,90	5 550 538,46
Reservas	9.2	3 803 785,89	3 755 560,91
Resultados transitados	9.2	11 958 171,77	10 045 290,50
		21 584 117,56	**19 351 389,87**
Resultado líquido do período	9.2	1 496 956,89	1 306 392,02
Total dos fundos patrimoniais		**23 081 074,45**	**20 657 781,89**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9.2	147 880,32	85 000,00
Financiamentos obtidos	9.2	666 047,20	874 774,41
		813 927,52	**959 774,41**
Passivo corrente			
Fornecedores	6.1	308 755,59	543 705,57
Estado e outros entes públicos	9.2	157 752,96	99 201,59
Membros	9.1	187 394,85	320 867,90
Financiamentos obtidos	9.2	222 511,38	304 705,00
Diferimentos	9.2	0,00	628,83
Outros passivos correntes	6.3	489 027,35	341 070,89
		1 365 442,13	**1 610 179,78**
TOTAL DO PASSIVO		**2 179 369,65**	**2 569 954,19**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**25 260 444,10**	**23 227 736,08**

ORDEM DOS ENFERMEIROS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	5.1	7 183 681,42	7 264 360,27
Subsídios à exploração	9.2	503,04	1 662,54
Fornecimentos e serviços externos	5.2	-2 905 089,49	-3 944 631,59
Gastos com o pessoal	7	-2 166 670,31	-1 770 859,23
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	0,00	319 174,82
Provisões (aumentos/reduções)	9.2	-128 000,00	-85 000,00
Aumentos/reduções de justo valor	9.2	666,31	1 476,51
Outros rendimentos	5.1/5.3	155 846,91	589 927,67
Outros gastos	5.4	-381 152,47	-780 765,91
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**1 759 785,41**	**1 595 345,08**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-199 391,54	-198 502,98
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**1 560 393,87**	**1 396 842,10**
Juros e gastos similares suportados	9.2	-9 713,27	-16 153,89
Resultado antes de impostos		**1 550 680,60**	**1 380 688,21**
Imposto sobre o rendimento do período	9.2	-53 723,71	-74 296,19
Resultado líquido do período		**1 496 956,89**	**1 306 392,02**

ORDEM DOS ENFERMEIROS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUITADORES DA EMPRESA-MÃE								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do periodo	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2016	6	5 550 538,46		3 755 560,91	11 351 682,52				20 657 781,89		20 657 781,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				48 224,98	606 489,25				654 714,23		
	7			48 224,98	606 489,25				21 312 496,12		21 312 496,12
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1 496 956,89	1 496 956,89		1 496 956,89
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							1 496 956,89	1 496 956,89		1 496 956,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		271 621,44							271 621,44		271 621,44
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	271 621,44							271 621,44		271 621,44
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	11=6+7+8+10	5 822 159,90		3 803 785,89	11 958 171,77			1 496 956,89	23 081 074,45		23 081 074,45

ORDEM DOS ENFERMEIROS
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		7 053 488,33	7 556 983,43
Pagamento de bolsas		-4 000,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3 070 028,11	-3 867 933,84
Pagamentos ao pessoal		-2 102 119,23	-1 770 859,23
Caixa gerada pelas operações		**1 877 340,99**	**1 918 190,36**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-58 226,11	-84 433,85
Outros recebimentos/pagamentos		-325 562,04	-413 635,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**1 493 552,84**	**1 420 121,33**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-64 511,42	-192 591,00
Subscrição seguro de capitalização		0,00	-497 500,00
Investimentos financeiros		-2 578,83	0,00
Sub-total		-67 090,25	-690 091,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		984,00	0,00
Outros activos		10 200,00	0,00
Juros e rendimentos similares		91 349,45	235 643,37
Sub-total			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**35 443,20**	**-454 447,63**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos		271 621,44	311 672,00
Sub-total		271 621,44	311 672,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-290 920,83	-322 159,19
Juros e gastos similares		-10 109,53	-16 153,89
Sub-total		-301 030,36	-338 313,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-29 408,92**	**-26 641,08**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 499 587,12	939 032,62
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 044 440,72	13 105 408,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 544 027,84	14 044 440,72

CC n.º 61810

Conselho Directivo

Presidente	Vice-Presidente	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ana Rita Cavaco	Luís Filipe Cardoso Barreira
		Fernando Miguel Pinheiro Macedo

anexos

ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros

1.2. Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75, 1700-028 Lisboa

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspecto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector

Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E, subsequentes declarações de rectificação.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	
	Vida útil estimada
Edíficios e outras construções	5 a 50 anos
Equipamento básico	1 a 14 anos
Equipamento administrativo	1 a 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

LOCAÇÕES

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo "imposto sobre o rendimento" inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

4. MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL 2016					Euros
	Saldo Inicial 2016	**Aumentos**	**Transferências**	**Abates**	**Saldo Final 2016**
Activos fixos tangíveis bruto					
Terrenos e recursos naturais	998 170,59		133 085,06		1 131 255,65
Edifícios e outras construções	7 600 123,70	13 816,92	-133 085,06		7 480 855,56
Equipamento básico	70 914,17	5 009,25		-1 747,35	74 176,07
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo	1 593 412,44	41 343,35		-8 887,79	1 625 868,00
Outros activos fixos tangíveis	223 626,19	4 341,90			227 968,09
Investimentos em curso	74 169,00				74 169,00
	10 560 416,09	**64 511,42**	**0,00**	**-10 635,14**	**10 614 292,37**
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1 715 893,30	149 238,62	-37 910,57		1 827 221,35
Equipamento básico	64 372,63	4 413,20	325,07	-1 747,35	67 363,55
Equipamento de transporte					0,00
Equipamento administrativo	1 553 229,14	40 989,02	-994,92	-8 887,79	1 584 335,45
Outros activos fixos tangíveis	217 288,14	4 750,70	440,36		222 479,20
Investimentos em curso					
	3 550 783,21	**199 391,54**	**-38 140,06**	**-10 635,14**	**3 701 399,55**

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2016, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		Euros
	2016	**2015**
Terrenos e recursos naturais	1 131 255,65	998 170,59
Edifícios e outras construções	5 653 634,21	5 884 230,40
Equipamento básico	6 812,52	6 541,54
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	41 532,55	40 183,30
Outros activos fixos tangíveis	5 488,89	6 338,05
Investimentos em curso	74 169,00	74 169,00
	6 912 892,82	**7 009 632,88**

5. RENDIMENTOS E GASTOS

5.1. Réditos

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Prestações de serviços	**7 183 681,42**	**7 264 360,27**	**-80 678,85**	**-1,11%**
Quotização	7 106 881,23	7 152 850,70		
Emolumentos	76 800,19	111 509,57		
Subsídios à exploração	**503,04**	**1 662,54**	**-1 159,50**	**-69,74%**
Reversões	**0,00**	**319 174,82**	**-319 174,82**	**N/A**
Perdas por imparidade	0	319 174,82		
Outros rendimentos e ganhos	**120 235,10**	**395 487,85**	**-275 252,75**	**-69,60%**
Inscrição em eventos	0,00	56 610,70		
Material de divulgação	515,84	1 017,22		
Fotocópias	287,03	132,22		
Indemnizações sinistros	0,00	51 898,17		
Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 900,00		
Correcções relativas a períodos anteriores	14 124,56	134 349,09		
Patrocínios	83 020,32	104 000,00		
Reembolso viagens	0,00	18 560,62		
Outros	12 087,35	18 019,83		
Juros, dividendos e outros rendimentos	**35 611,81**	**194 439,82**	**-158 828,01**	**-81,68%**
Juros obtidos	35 611,81	194 439,82		
	7 340 031,37	**8 175 125,30**	**-835 093,93**	**-10,22%**

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**467.247,68**	**825.524,56**	**-358.276,88**	**-43,40%**
Trabalhos Especializados - Informática	87.449,81	145.792,26	-58.342,45	-40,02%
Trabalhos Especializados - Tipografia	73.502,55	89.819,56	-16.317,01	-18,17%
Trabalhos Especializados - Administrativo	90.608,72	81.865,33	8.743,39	10,68%
Trabalhos Especializados - Análise de Imprensa	14.382,50	52.652,50	-38.270,00	-72,68%
Trabalhos Especializados - Audiovisuais	36.263,10	22.871,40	13.391,70	58,55%
Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	49.964,88	73.902,65	-23.937,77	-32,39%
Trabalhos Especializados - Outros	115.076,12	358.620,86	-243.544,74	-67,91%
Publicidade e Propaganda	39.549,76	139.017,30	-99.467,54	-71,55%
Vigilância e Segurança	27.071,80	27.240,37	-168,57	-0,62%
Honorários	231.254,13	341.205,82	-109.951,69	-32,22%
Conservação e Reparação:	**69.759,63**	**205.958,39**	**-136.198,76**	**-66,13%**
Conservação e Reparação - Instalações	56.032,67	186.459,14	-130.426,47	-69,95%
Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	442,14	5.631,08	-5.188,94	-92,15%
Conservação e Reparação - Equipamento Informático	12.979,32	12.710,79	268,53	2,11%
Conservação e Reparação - Viatura Renting	305,50	1.157,38	-851,88	-73,60%
Serviços Bancários	92.998,78	133.727,69	-40.728,91	-30,46%
Outros	705,52	0,00	705,52	N/A
	928.587,30	1.672.674,13	-703.357,92	-42,05%
Materiais	**132.038,88**	**240.660,89**	**-108.622,01**	**-45,13%**
Ferramentas e Utensíllos Desgaste Rápido	8.285,18	7.952,64	332,54	4,18%
Livros e Documentação Técnica	22.887,68	37.968,27	-15.080,59	-39,72%
Material de Escritório	71.676,38	150.412,65	-78.736,27	-52,35%
Artigos para Oferta	22.728,25	36.556,25	-13.828,00	-37,83%
Material Informático	3.022,72	6.649,17	-3.626,45	-54,54%
Outros	3.438,67	1.121,91	2.316,76	206,50%
	132.038,88	**240.660,89**	**-108.622,01**	**-45,13%**
Energias e fluidos	**77.471,35**	**90.659,30**	**-13.187,95**	**-14,55%**
Eletricidade	58.849,38	62.411,57	-3.562,19	-5,71%
Combustíveis	8.333,31	21.052,59	-12.719,28	-60,42%
Água	10.173,11	7.195,14	2.977,97	41,39%
Outros	115,55	0,00	115,55	N/A
	77.471,35	90.659,30	-13.187,95	-14,55%
Deslocações, estadas e transportes	**883.128,11**	**944.326,51**	**-61.198,40**	**-6,48%**
Deslocações e Estadas				
Estadias	130.312,22	208.700,45	-78.388,23	-37,56%
Deslocações - Aviões	85.160,95	177.544,13	-92.383,18	-52,03%
Deslocações - Comboios	5.101,15	13.522,30	-8.421,15	-62,28%
Deslocações - Táxis	14.800,58	15.504,97	-704,39	-4,54%
Deslocações - Viatura própria	447.191,52	210.015,56	237.175,96	112,93%
Deslocações - Carros alugados	4.582,78	255,00	4.327,78	1697,17%
Deslocações - Estacionamento/Portagens	21.150,25	21.475,73	-325,48	-1,52%
Deslocações - Transportes públicos	9.578,17	4.995,67	4.582,50	91,73%
Alimentação	123.685,70	156.576,43	-32.890,73	-21,01%
Inscrições	552,28	8.733,01	-8.180,73	-93,68%
Ajudas de Custo	12.853,06	52.254,94	-39.401,88	-75,40%
Coffee-break	24.854,55	71.904,91	-47.050,36	-65,43%
Transporte de Pessoal	2.497,96	2.410,00	87,96	3,65%
Transporte de Mercadorias	134,74	286,71	-151,97	-53,00%
Outros	672,20	146,70	525,50	358,21%
	883.128,11	944.326,51	-61.198,40	-6,48%
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**116.870,14**	**209.312,06**	**-92.441,92**	**-44,16%**
Rendas e Alugueres - Instalações	61.100,00	52.800,00	8.300,00	15,72%
Rendas e Alugueres - Viaturas	4.848,14	24.035,38	-19.187,24	-79,83%
Rendas e Alugueres - Salas	7.269,88	41.585,04	-34.315,16	-82,52%
Rendas e Alugueres - Equipamentos	31.231,43	70.352,58	-39.121,15	-55,61%
Rendas e Alugueres - Outros	12.420,69	20.539,06	-8.118,37	-39,53%
Comunicação	**471.779,49**	**502.062,57**	**-30.283,08**	**-6,03%**
Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	159.122,79	162.733,90	-3.611,11	-2,22%
Comunicação - Correios e estafetas	311.144,73	338.308,15	-27.163,42	-8,03%
Comunicação - Outros	1.511,97	1.020,52	491,45	48,16%
Seguros	**233.352,07**	**213.860,86**	**19.491,21**	**9,11%**
Seguros - Viaturas	1.724,91	2.069,78	-344,87	-16,66%
Seguros - Acidentes pessoais	19.334,63	19.379,38	-44,75	-0,23%
Seguros - Multi-riscos	11.438,04	7.562,48	3.875,56	51,25%
Seguros - Responsabilidade civil	200.062,20	184.264,45	15.797,75	8,57%
Seguros - Outros	792,29	584,77	207,52	35,49%
Contencioso e Notariado	1.762,37	8.330,70	-6.568,33	-78,84%
Despesas de Representação	1.124,49	838,40	286,09	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto	**54.336,55**	**54.933,11**	**-596,56**	**-1,09%**
Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	40.753,44	41.542,17	-788,73	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	6.379,98	8.395,84	-2.015,86	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	7.203,13	4.995,10	2.208,03	200,00%
Outros	4.638,74	6.973,06	-2.334,32	100,00%
	883.863,85	**996.310,76**	**-216.277,26**	**-21,71%**
	2.905.089,49	3.944.631,59	-1.102.643,54	-27,95%

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" regista, designadamente, os gastos decorrentes, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais.

Nesse âmbito, montante de 447.191,52 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria destina-se a assegurar o adequado cumprimento das actividades da Ordem dos Enfermeiros.

No cumprimento das metas estabelecidas por estes órgãos sociais, o incremento verificado nesta rubrica justifica-se por um maior acompanhamento do exercício profissional a todas as instituições de saúde, exigindo assim uma presença institucional constante.

Neste seguimento, dado o número e a dispersão dos domicílios pessoais destes órgãos, não foi opção deste Conselho Directivo a aquisição de viaturas para o desempenho destas funções, que seria mais dispendioso, pelo que a solução encontrada foi a utilização de viatura própria.

O decréscimo verificado na rubrica de honorários está relacionado essencialmente com a existência de órgãos sociais que eram remunerados através de facturas-recibo em 2015 (cerca de 43 mil euros) enquanto em 2016 se optou por aumentar o número de órgãos vinculados à Ordem (ver Nota 7 – Benefícios dos empregados). De destacar também as reduções significativas de gastos relacionados com apoio jurídico e formadores (cerca de 27 mil euros).

A rubrica Outros gastos especializados inclui organização de eventos, serviços de certificação eletrónica, assistência informática, serviços de advocacia, serviços de design de comunicação e serviços gráficos. A rubrica de organização de eventos registou um decréscimo de 116.074,00 euros face a 2015.

5.3. Outros rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS			Variação		Euros
	2016	2015	Valor	%	
Inscrição em eventos	0,00	56 610,70	-56 610,70	-100,00%	
Material de divulgação	515,84	1 017,22	-501,38	-49,29%	
Fotocópias	287,03	132,22	154,81	117,09%	
Indemnizações sinistros	0,00	51 898,17	-51 898,17	-100,00%	
Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 900,00	-700,00	-6,42%	
Correcções relativas a períodos anteriores	14 124,56	134 349,09	-120 224,53	-89,49%	
Patrocínios	83 020,32	104 000,00	-20 979,68	-20,17%	
Reembolso viagens	0,00	18 560,62	-18 560,62	-100,00%	
Outros	12 087,35	18 019,83	-5 932,48	-32,92%	
Juros obtidos	35 611,81	194 439,82	-158 828,01	-81,68%	
	155 846,91	**589 927,67**	**-434 080,76**	**-73,58%**	

A diminuição da rubrica de Inscrição em eventos deve-se essencialmente à realização do IV Congresso da Ordem dos Enfermeiros em 2015.

A rubrica Correções de exercícios anteriores, em 2015, respeita essencialmente a correcções de saldos contabilísticos de anos anteriores.

A diminuição verificada na rubrica de juros obtidos fica a dever-se à diminuição significativa dos montantes aplicados em depósitos a prazo, bem como à descida das taxas de juro. Para além desse facto, em 2015 tinham ainda sido cobrados cerca de 40 mil euros em juros de mora sobre quotas. Em 2016 foi implementado um plano interno que consistiu no perdão de juros para os membros que optaram pelo pagamento voluntário das quotas em atraso.

5.4. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS			Variação		Euros
	2016	2015	Valor	%	
Impostos	19 117,95	11 692,16	7 425,79	63,51%	
Correcções relativas a períodos anteriores	8 839,69	83 905,35	-75 065,66	-89,46%	
Donativos	5 745,00	23 029,42	-17 284,42	-75,05%	
Quotizações	135 748,00	173 532,10	-37 784,10	-21,77%	
Insuficiência estimativa para impostos	13 382,76	12 558,57	824,19	6,56%	
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	171 019,25	295 410,34	-124 391,09	-42,11%	
Atribuição de prémios de investigação	4 000,00	13 445,00	-9 445,00	-70,25%	
Multas e penalidades	15 508,79	112,47	15 396,32	13689,27%	
Devolução de quotas	0,00	154 964,05	-154 964,05	-100,00%	
Outros gastos e perdas	7 791,03	12 116,36	-4 325,33	-35,70%	
	381 152,47	**780 765,82**	**-399 613,35**	**-104,84%**	

O decréscimo da rubrica "Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem" deve-se essencialmente ao aumento do número de colaboradores vinculados à Ordem a tempo

inteiro, fruto de uma nova política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes (ver Nota 7 – Benefícios dos empregados).

No exercício de 2016, as notas de crédito emitidas relativamente a devolução de quotas aos membros passaram a ser registadas como uma diminuição dos réditos.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Fornecedores	**308 755,59**	**543 705,57**	**-234 949,98**	**-43,21%**
Nacionais	176 917,44	542 066,82	-365 149,38	-67,36%
Intracomunitários	1 535,15	1 638,75	-103,60	-6,32%
Outros mercados	130 303,00	0,00	130 303,00	N/A
	308 755,59	**543 705,57**	**-234 949,98**	**-43,21%**

6.2. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Juros a receber	5 212,60	97 450,24	-92 237,64	-94,65%
Adiantamentos ao pessoal	3 093,23	0,00	3 093,23	N/A
Ajudas de custo	67 162,38	70 138,82	-2 976,44	-4,24%
Despesas secções regionais	56 438,26	11 145,49	45 292,77	406,38%
Membros	5 385,28	0,00	5 385,28	N/A
Caução de Arrendamento	4 800,00	2 400,00	2 400,00	100,00%
Contas de conferência de quotas	241 781,67	78 128,74	163 652,93	209,47%
Adiantamentos a fornecedores	9 818,16	79 466,24	-69 648,08	-87,64%
Outros devedores	19 887,71	21 770,63	-1 882,92	-8,65%
Perdas por imparidade	-84 760,55	-19 640,87	-65 119,68	331,55%
	328 818,74	**340 859,29**	**-12 040,55**	**-3,53%**

A rubrica de ajudas de custo inclui o valor pago em 2015 ao anterior Bastonário de 65.119,68 euros, para o qual tinha sido registada uma provisão de igual montante (Provisões para outros riscos e encargos). Durante o exercício de 2016 esta provisão foi reclassificada para perdas por imparidade (ver Nota 9.2 – Perdas por imparidade acumuladas e Provisões).

A rubrica "Contas de conferência de quotas" engloba essencialmente os recebimentos ocorridos via SIBS nos dois últimos dias úteis de Dezembro de 2016, que só foram creditados no banco em Janeiro de 2017.

6.3. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	291 579,70	222 072,61	69 507,09	31,30%
Outros acréscimos de gastos	93 262,19	92 620,79	641,40	0,69%
	384 841,89	**314 693,40**	**70 148,49**	**22,29%**
Membros	24 295,14	20 577,96	3 717,18	18,06%
Quotas - recibos a emitir	77 108,03	0,00	77 108,03	N/A
Outros credores	2 782,29	5 799,53	-3 017,24	-52,03%
	489 027,35	**341 070,89**	**147 956,46**	**43,38%**

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
Remunerações do pessoal	1 787 434,48	1 416 898,17	370 536,31	26,15%
Indemnizações	7 620,93	1 862,81	5 758,12	309,11%
Encargos sobre remunerações	360 045,53	306 054,14	53 991,39	17,64%
Seguro acidentes no trabalho	3 860,32	8 369,89	-4 509,57	-53,88%
Outros gastos com o pessoal	7 709,05	37 674,22	-29 965,17	-79,54%
	2 166 670,31	**1 770 859,23**	**395 811,08**	**22,35%**

Durante o exercício de 2016, as remunerações dos órgãos sociais ascenderam a 144.538,05 euros. Os gastos com órgãos sociais em 2015 encontram-se reflectidos na rubrica de "Encargos com Enfermeiros" cedidos à Ordem (ver Nota 5.4 – Outros gastos) e Ajudas de custo (ver Nota 5.2 – Fornecimentos e serviços externos), entre outras.

A restante variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente ao aumento do número de colaboradores vinculados à Ordem a tempo inteiro, fruto de uma nova política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos, em detrimento das entidades cedentes, o que se traduziu igualmente numa diminuição na rubrica de honorários (Ver Nota 5.2 – Fornecimentos e serviços externos).

Na rubrica de "Remunerações do pessoal" constam 18.722,97 € relativos a deslocações em viatura própria.

A rubrica "Outros gastos" inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras, o número médio de colaboradores da OE foi de 89. Em 2015 o número médio de trabalhadores foi de 83.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1. Operações contratadas pela actividade com partes relacionadas membros/outros clientes e respectivas imparidades

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS/PATROCINADORES - ACTIVO				Euros
Activos	**2016**	**2015**	**Variação**	
			Valor	**%**
Dívidas dos membros - contas correntes	1 343 872,39	1 133 345,77	210 526,62	18,58%
Outros clientes	100 000,00	60 056,59	39 943,41	66,51%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	841 534,50	2 579 170,14	-1 737 635,64	-67,37%
Imparidade Acumulada	-841 534,50	-3 212 466,01	2 370 931,51	-73,80%
	1 443 872,39	**560 106,49**	**883 765,90**	**-56,09%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-661 445,30	-319 174,82	-342 270,48	107,24%

MEMBROS/PATROCINADORES - PASSIVO				Euros
Passivos	**2016**	**2015**	**Variação**	
			Valor	**%**
Adiantamentos de membros	187 394,85	320 867,90	-133 473,05	-41,60%
	187 394,85	**320 867,90**	**-133 473,05**	**-41,60%**

O saldo de membros de acordo com a antiguidade apresenta a seguinte decomposição:

MEMBROS/PATROCINADORES - ACTIVO				Euros
	2016		**2015**	
	Até 1 ano	**Entre 1 e 5 anos**	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**
Dívidas dos membros - contas correntes	943 859,03	400 013,36	1 133 345,77	0,00
Outros clientes	100 000,00	0,00	60 056,59	0,00
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	841 534,50	0,00	2 579 170,14
	1 043 859,03	**1 241 547,86**	**1 193 402,36**	**2 579 170,14**

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					Euros
	01/01/2016	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2016
Imparidade acumulada	3 212 466,01	0,00	-661 445,30	-1 709 486,21	841 534,50
	3 212 466,01	**0,00**	**-661 445,30**	**-1 709 486,21**	**841 534,50**

O registo das perdas por imparidade é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos. Em 2015 eram registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de um ano.

A reversão das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 1.070.709,01 euros, por serem consideradas incobráveis. Foram ainda desreconhecidas do balanço dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade no montante de 638.777,20, referentes à diferença entre os saldos das contas correntes de membros e os saldos da contabilidade.

9.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			Variação		Euros
	2016	2015	Valor	%	
Caixa	5 643,04	4 942,22	700,82	14,18%	
Depósitos à Ordem	11 464 730,35	3 508 664,65	7 956 065,70	226,75%	
Depósitos a Prazo	4 073 654,45	10 530 833,85	-6 457 179,40	-61,32%	
	15 544 027,84	**14 044 440,72**	**1 499 587,12**	**10,68%**	

INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ACTIVOS CORRENTES

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES		Euros
	2016	2015
Investimentos financeiros		
Seguro de capitalização	504 561,17	497 500,00
Fundo de compensação do trabalho	4 961,86	2 383,03
	509 523,03	**499 883,03**
Outros activos correntes		
Fundo de tesouraria BPI	326 840,50	326 224,53
Fundo de tesouraria Montepio	0,00	262 526,28
Obrigações do Tesouro	20 000,00	0,00
	346 840,50	**588 750,81**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		Euros
	2016	2015
Activos		
Retenção de impostos s/ rendimento	2 208,72	0,00
	2 208,72	**0,00**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		Euros
	2016	**2015**
Passivos		
Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	36 109,00	29 022,54
Imposto sobre o valor acrescentado	21 841,67	3 886,89
Retenção de impostos s/ rendimento	35 213,29	32 926,27
Contribuições p/ Segurança Social	43 869,95	30 717,30
Outras contribuições e tributações	20 719,05	2 648,59
	157 752,96	**99 201,59**

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

As responsabilidades com empréstimos obtidos referem-se à aquisição dos imóveis para as secções regionais:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS		Euros
	2016	**2015**
Empréstimo aquisição instalação: SR Centro	0,00	34 739,20
Empréstimo aquisição instalação: SR Madeira	0,00	10 282,36
Empréstimo aquisição instalação: SR Norte	41 911,26	104 281,97
Empréstimos centralizados	846 647,32	1 026 508,30
Locações financeiras	0,00	3 667,58
	888 558,58	**1 179 479,41**
Até 1 ano	222 511,38	304 705,00
Entre 1 a 5 anos	666 047,20	874 774,41
	888 558,58	**1 179 479,41**

Na altura da contratação dos empréstimos acima referidos, a Ordem prestou garantias no valor global de 2.594.490,00 euros. Além das garantias prestadas foram também constituídas hipotecas sobre os seguintes imóveis:

- Rua Latino Coelho, n.º 352, matriz 5541
- Rua Visconde Cacongo, n.º 35, matriz 5095 e 41-M
- Avenida Bissaya Barreto, n.ºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846
- Rua Castilho, n.º 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T

PROVISÕES

No exercício de 2016, o movimento na rubrica de "Provisões" foi o seguinte:

MOVIMENTO DAS PROVISÕES					Euros
	01/01/2016	Reforços	Reversões	Transferências	31/12/2016
Outras provisões	85 000,00	128 000,00	0,00	-65 119,68	147 880,32
	85 000,00	**128 000,00**	**0,00**	**-65 119,68**	**147 880,32**

Durante o exercício de 2016 foram registadas provisões no montante de 128.000,00 euros, destinadas a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspectos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. O valor de 19.880,32 euros é para fazer face a processos em pré-contencioso interpostos pela Ordem dos Enfermeiros.

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		Euros
	2016	**2015**
Activos		
Contratos de manutenção	2.461,15	839,98
Seguros	137.867,31	151.427,64
Renda das instalações	1.100,00	3.300,00
Informática	20.980,34	21.641,18
Outros gastos diferidos	9.851,26	6.854,06
	172.260,06	**184.062,86**
Passivos		
Outros diferimentos	0,00	628,83
	0,00	**628,83**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					Euros
	01/01/2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2016
Fundos patrimoniais	5 550 538,46	271 621,44			5 822 159,90
Reservas	3 755 560,91			48 224,98	3 803 785,89
Resultados transitados	10 045 290,50	1 712 166,68	-1 057 452,45	1 258 167,04	11 958 171,77
Resultado do período	1 306 392,02	1 496 956,89		-1 306 392,02	1 496 956,89
	20 657 781,89	**3 480 745,01**	**-1 057 452,45**	**0,00**	**23 081 074,45**

A conta 56 – "Resultados transitados" encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 1.712.166,68 euros a crédito e 1.057.452,45 euros a débito.

O detalhe destas regularizações por secção regional é o seguinte:

VARIAÇÕES DE RESULTADOS TRANSITADOS				Euros
	Variações positivas		Variações negativas	
	Totais	Líquido nacional	Totais	Líquido nacional
Secção Regional Açores	36 400,59	36 400,59	18 049,10	11 002,53
Secção Regional Centro	222 170,31	49 717,88	28 621,13	8 702,53
Secção Regional Madeira	76 373,45	43 219,06	4 466,83	4 466,83
Secção Regional Norte	339 185,98	100 303,23	32 002,12	7 167,40
Secção Regional Sul	435 245,24	165 580,47	25 658,70	6 490,98
Sede	602 791,11	531 823,50	948 654,57	234 500,23
	1 712 166,68	**927 044,73**	**1 057 452,45**	**272 330,50**

A coluna dos valores líquidos nacionais exclui as variações patrimoniais registadas entre as secções e a sede, isto é, sem impacto nas contas nacionais.

As variações positivas líquidas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Reversão perdas por imparidade de saldos dos membros	275 980,78
Correção da diferença entre o saldo em dívida de membros nas contas correntes e o saldo contabilístico	385 887,24
Regularização saldo conta acréscimos de gastos	64 718,31
Regularização saldo conta gastos diferidos	43 876,86
Valores recebidos de execução de quotas	39 554,63
Outras situações	117 026,91
	927 044,73

Por sua vez, as variações negativas em resultados transitados tiveram as seguintes origens:

Regularização saldos de fornecedores	76 624,84
Regularização saldos credores de membros	70 804,35
Regularização saldos contas gastos diferidos	31 183,53
Regularização saldo devolução de quotas	19 889,75
Outras situações	73 828,03
	272 330,50

O Relatório de Actividades e Contas de 2015 não foi aprovado pela Assembleia Geral.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				Euros
			Variação	
	2016	2015	Valor	%
Juros suportados - Empréstimos obtidos	9 713,27	16 153,89	-6 440,62	-39,87%
	9 713,27	**16 153,89**	**-6 440,62**	**-39,87%**

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios				
	2016		2015	
	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos
Entidades				
Instituto Emprego e Formação Profissional	503,04 €		1 662,54 €	

AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Esta rubrica é composta pela actualização dos valores das aplicações de tesouraria.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				Euros
	2016	2015	Variação Valor	Variação %
Imposto do período	53 723,71	74 296,19	-20 572,48	-27,69%
Imposto diferido				
	53 723,71	**74 296,19**	**-20 572,48**	**-27,69%**
Rendimentos comerciais	829,73	42 059,96	-41 230,23	-98,03%
Rendimentos capitais	35 148,30	153 718,84	-118 570,54	-77,13%
Rendimentos prediais	10 200,00	10 900,00	-700,00	-6,42%
Outros rendimentos	83 186,63	106 305,39	-23 118,76	-21,75%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**129 364,66**	**312 984,19**	**-183 619,53**	**-58,67%**
Colecta	27 166,58	67 291,60	-40 125,02	-59,63%
Tributações autónomas	26 557,13	7 004,59	19 552,54	279,14%
IMPOSTO DO PERÍODO	**53 723,71**	**74 296,19**	**-20 572,48**	**-27,69%**

CC n.º 61810

Conselho Directivo

Presidente	Vice-Presidente	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ana Rita Cavaco	Luís Filipe Cardoso Barreira
		Fernando Miguel Pinheiro Macedo

APÊNDICE 03

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO E CONTAS 2016

Conselho Fiscal
2016 / 2019

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do ano 2016

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos, o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano 2016, elaborado pelo Conselho Directivo.

No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade da Ordem dos Enfermeiros através de esclarecimentos obtidos do Conselho Directivo, bem como por via de esclarecimentos obtidos junto do Revisor Oficial de Contas da entidade.

A verificação da informação financeira foi efectuada pelo membro deste Conselho e Revisor Oficial de contas da Ordem, que prestou todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o conteúdo do relatório do conselho directivo, que traduz a actividade desenvolvida pela entidade, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Com base no trabalho desenvolvido, e tendo em conta o teor da Certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas da Ordem dos Enfermeiros, somos de parecer, aprovado por unanimidade, que, a assembleia aprove o Relatório do conselho directivo, e as contas referentes ao exercício de 2016.

Lisboa, 16 de Março de 2017

O Conselho Fiscal,

António Veríssimo
Presidente

Raquel Martins
Vice-Presidente

Antonieta Braga
Vogal e Presidente do
CFRRA dos Açores

João Morais
Vogal e Presidente do
CFR Centro

Orlando Sá
Vogal e Presidente do
CFRRA da Madeira

Júlio Prieto Machado
Vogal e Presidente do
CFRRA do Norte

Manuela Madeira
Vogal e Presidente do
CFR do Sul

APÊNDICE 04

RELATÓRIO DE AUDITORIA - ÂMBITO SEDE

Ordem dos Enfermeiros - Sede Nacional

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros - Sede Nacional**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12.891.823,90 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.819.957,28 euros, incluindo um resultado líquido de 915.645,88 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

1) Conforme referido na nota 9.2 do Anexo, a rubrica "Provisões" apresenta um saldo de 128.000 euros, destinado a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspetos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. No entanto, dadas as incertezas e amplitude das situações envolvidas, não nos é possível pronunciar, se o montante estimado e apresentado é suficiente ou excessivo para fazer face a eventuais contingências.

2) Em 2016, a política adotada no reconhecimento de perdas por imparidade e de dívidas incobráveis encontra-se descrita na nota 3.1 do anexo. As alterações relacionadas com esta política e os erros que existiam nas rúbricas de "Créditos a Receber" e "Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros" foram registados na rubrica "Resultados Transitados" em 2016, não existindo por este facto perdas ou reversões por imparidade registadas na Demonstração dos Resultados. Assim, não dispomos de elementos que nos permitam concluir se algum montante deveria ter sido reconhecido em resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Ênfases

1) As demonstrações financeiras da Ordem dos Enfermeiros - Sede Nacional relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas que expressou uma escusa de opinião sobre essas demonstrações em 4 de maio de 2016.

2) Conforme mencionado na nota 9.2 do Anexo, a rubrica "Resultados transitados" encontra-se influenciada por diversas regularizações de saldos relativas a anos anteriores no montante de 948.654,57 € a débito e 602.791,11 € a crédito.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 15 de março de 2017

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 05

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Ordem dos Enfermeiros

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 25.260.444,10 euros e um total de fundos patrimoniais de 23.081.074,45 euros, incluindo um resultado líquido de 1.496.956,89 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no número 1,2 e 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

1) Conforme referido na nota 9.2 do Anexo, a rubrica "provisões" apresenta um saldo de 128.000 euros, destinado a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspetos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. No entanto, dadas as incertezas e amplitude das situações envolvidas, não nos é possível pronunciar, se o montante estimado e apresentado é suficiente ou excessivo para fazer face a eventuais contingências.

2) Em 2016, a política adotada no reconhecimento de perdas por imparidade e de dívidas incobráveis encontra-se descrita na nota 3.1 do anexo. As alterações relacionadas com esta política e os erros que existiam nas rúbricas de "Créditos a Receber" e "Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros" foram registados na rubrica "Resultados Transitados" em 2016, não existindo por este facto perdas ou reversões por imparidade registadas na Demonstração dos Resultados. Assim, não dispomos de elementos que nos permitam concluir se algum montante deveria ter sido reconhecido em resultados.

3) As demonstrações financeiras da Ordem dos Enfermeiros relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas que expressou uma escusa de opinião sobre essas demonstrações em 4 de maio de 2016. Em virtude da nossa nomeação como Revisor Oficial de Contas ter ocorrido em 8 de Novembro de 2016 para efetuarmos a revisão legal de contas do exercício de 2016, não podemos formar opinião relativamente aos comparativos do exercício anterior.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas

Ênfase

1) Conforme mencionado na nota 9.2 do Anexo, a rubrica "Resultados transitados" no Balanço, encontra-se influenciada por diversas regularizações de saldos relativas a anos anteriores no montante de 1.057.452,45 € euros a débito e 1.712.166,68 euros a crédito.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 15 de março de 2017

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 06

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADO POR UNANIMIDADE, COM ALTERAÇÕES NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA, NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2017, NO PORTO

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA (MCEESMO) 2

2. ACTIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO PELA MCEESMO 4

3. ACTIVIDADES EM DESENVOLVIDAS PELA MCEESMO EM 2016 6

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA (MCEESMO)

Caros Colegas,

Gostaria de os cumprimentar, elogiando mais uma vez, sem reservas todos aqueles que procuraram ao longo do seu percurso profissional dar visibilidade ao nosso trabalho em todos os locais onde um EESMO/Parteira é chamado a intervir com a qualidade nas suas decisões, garantindo a segurança necessária a si e às utentes a quem presta cuidados / serviços.

A filosofia de cuidados proposta e defendida neste mandato passa pelo recurso à evidência dos ganhos em saúde produzidos e ao empoderamento dos EESMO/Parteiras.

É um modelo de assistência em que o EESMO/Parteira trabalha em parceria com a utente/mulher, colocando-a no "lugar central" durante o ciclo reprodutivo, garantindo continuidade de cuidados, melhorando e protegendo a assistência pré natal, o processo normal de parir e nascer, a mulher e o seu filho até ao 28° dia após o nascimento.

Os enfermeiros EESMO contribuem para a sustentabilidade do SNS, pelo que influenciaremos com determinação a negociação de novos modelos de financiamento das unidades de cuidados e modelos de gestão diferentes.

- Queremos um planeamento de gestão de recursos humanos adequado à introdução de informação de qualidade validada.
- Seremos determinados na garantia da independência técnica/funcional e procuraremos criar valor, dando visibilidade aos ganhos em saúde que produzimos com resultados quantificados, suportados na autonomia do nosso desempenho funcional, com competência fundamentada na evidência científica.
- Defenderemos e seremos exigentes na qualidade dos cuidados, na regulação, no controlo do exercício da ESMO e na observância das regras deontológicas.

Enquanto enfermeiros EESMO afirmamos, sem sectarismo e de uma forma despretensiosa que somos a chave e parte da resolução com que a comunidade, as mulheres, os casais grávidos a sociedade terão que se aliar em termos do esforço necessário para a mudança, a vivência do nascimento, não só como uma questão de direitos mas também como uma questão de Saúde Publica do nosso tempo.

Do nosso ponto de vista nós somos apenas um dos agentes que asseguram a qualidade dos cuidados, a acessibilidade, a justiça, a eficiência, a segurança e a sensibilidade para que os serviços de saúde e os profissionais assegurem a continuidade dos cuidados, na defesa das mulheres e dos casais grávidos quanto às suas expectativas e necessidades.

Os EESMO melhoram os serviços prestados, com boas práticas, às mulheres gravidas e suas famílias:

- Humanizando com competência na adopção de cuidados seguros,
- Promovendo interdisciplinaridade, não complementaridade pois esta destrói-nos a autonomia,
- Optimizando recursos humanos, financeiros, tecnológicos,

Pelo que estamos todos a perder, ganhos em saúde.

Os EESMO prestam um serviço centrado na mulher, respeitando e encorajando a independência e o direito à tomada de decisão esclarecida e informada.

A evidência científica é clara, sabemos o que fazemos e porque fazemos e por isso necessitamos de mais EESMO.

Dar à luz deve ser uma experiência preciosa e agradável, segura e por isso um direito com responsabilidades politicas. Assim, esta indecisão, e este receio em se tomarem decisões a nível político, centrado nas competências dos EESMO como um investimento na assistência pré natal, está a custar ao país através do intervencionismo e medicalização muito dinheiro.

Saúde Materna não é um custo, é um investimento, e os profissionais de saúde, nomeadamente os EESMO são uma parte desse "rico" investimento no futuro deste país, chamado Portugal.

Temos essencialmente que não deixar abafar os nossos sentimentos, o nosso conhecimento para que não paralisem um largo abraço a todos aqueles que tem sonhos, esperança e liberdade.

2. ACTIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO PELA MCEESMO

Actividades inseridas nas grandes opções do Mandato

1. APROXIMAR A ORDEM DOS ENFERMEIROS AOS ENFERMEIROS E CIDADÃOS

- Comemoração da Semana Mundial do Aleitamento Materno
- Comemoração do Dia Internacional do EESMO/Parteira

2. MODERNIZAR ESTRUTURA INTERNA DA ORDEM DOS ENFERMEIROS

- Em todos os eventos e actividades a promover, a comunicação entre os vários órgãos da OE é prioritária, nomeadamente a ligação às Secções Regionais e sua participação nos eventos.

3. PROMOVER A VISIBILIDADE E VALOR SOCIAL DA ENFERMAGEM

- Manter uma relação de parceria com as Associações representativas dos EESMO.
- Dar continuidade à comemoração das efemérides:
    - Dia Internacional do EESMO/Parteiro
    - Semana Mundial do Aleitamento Materno
- Promover a participação do CEESMO, no 31° *ICM Triennial Congress*, Toronto-Canada, 18 a 22 Junho de 2017.

4. GARANTIR A SEGURANÇA E QUALIDADE DOS CUIDADOS ATRAVÉS DA EFETIVA REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- Programas de desenvolvimento de competências / certificar para revalidar a cédula profissional (actividade prioritária / 2016)
    - Modelo de acreditação de formação continua / Formação Profissional
        - Programas
            - O conhecimento, a confiança, a habilidade clinica e as competências da EESMO/Parteira para cuidar do períneo nas mulheres férteis, com evidência.
            - Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia
            - *Rastreio do cancro do colo do útero*
            - *Inserção e remoção de contracepção de longa duração*
                - *(IMPLANTE e DIU)*
            - *Preparação das mulheres para a Menopausa*
- Investir na implementação efectiva e apropriação dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem Especializados em Saúde Materna e Obstétrica (actividade prioritária / 2016)
- Definir e divulgar o Core de Indicadores de ESMO (actividade prioritária / 2016)
- Negociar com Ministério da Saúde a introdução de indicadores no financiamento das instituições do SNS para a contratualização, face aos indicadores produzidos pelos EESMO.
- Incentivar à divulgação dos indicadores das consultas de Assistência Pré Natal realizadas pelos EESMO com demonstração dos ganhos em saúde em grávidas de baixo risco.
- Disponibilizar Livro de Bolso sobre: Preparação para o Nascimento e Parentalidade.
- Dar início ao Projecto Maternidade com Qualidade nos Cuidados de Saúde Primários.
- Avaliação do *Projecto Maternidade com Qualidade / Serviços Hospitalares, ano 2015.*

5. INTERVIR NA QUALIFICAÇÃO E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

- Iniciar um projecto de categorização de drogas / medicamentos e segurança, durante a gravidez, parto e puerpério para garantir aos EESMO/Parteiras, práticas clinicas com prescrições seguras? (actividade prioritária / 2016)
- Promover e incentivar a investigação na área da Enfermagem de SMO e a consequente divulgação de resultados no sítio da OE, destinado ao nosso colégio.
- Apoiar o exercício liberal dos EESMO.
- Candidatura à Comissão Permanente de Regulação da ICM – Confederação Internacional de Parteiras (*Regulation Standing Committee* da ICM)
- Pugnar de forma imperativa e consertada no cumprimento legal da Assistência Pré Natal pelos EESMO, em concertação com o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, proposto pela DGS. (actividade prioritária / 2016)
- Realizar pelo menos 1 Visita de Acompanhamento ao Exercício Profissional de 2 em 2 meses (6 por ano).

3. ACTIVIDADES EM DESENVOLVIDAS PELA MCEESMO EM 2016

3.1 ELABORAÇÃO DE PARECERES:

- **Parecer n.º 01 /2016**_ Participação no rastreio do cancro do colo do útero - plataforma Siima;
- **Parecer n.º 02/2016**_ Processo Instaurados pela Inspecção Geral das Actividades em Saúde (IGAS);
- **Parecer n.º 03/2016**_ Competências do Chefe de Equipa num Serviço de Bloco de Partos;
- **Parecer n.º 04/2016**_ Sessão e Tempos de duração dos Cursos de Preparação para o Nascimento e Curso de Recuperação pós-parto;
- **Parecer n.º 05/2016**_ Pedido de parecer processo disciplinar;
- **Parecer n.º 06/2016**_ Pedido de parecer processo disciplinar;
- **Parecer n.º 07/2016** _ Exigências aos EESMOS do Bloco de Partos; 2 Enfermeiros EESMOS no período da manhã, e restantes enfermeiros generalistas;
- **Parecer n.º 08/2016**_ Dúvidas sobre preparação para o parto;
- **Parecer n.º 10/2016**_ Realização de citologias por enfermeiros especialistas em enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica versus Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Comunitária - Utilizando a plataforma SIIMA;
- **Parecer n.º 11/2016**_ Disponibilização de contraceptivo orais combinados (COC) em Mulheres com critérios médicos de elegibilidade para uso de contraceptivos de categoria 4;
- **Parecer n.º 12/2016**_ Proposta de Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve;
- **Parecer n.º 13/2016**_ Plano de Estudos - CPLEE ESMO da ESE de São Francisco das Misericórdias;
- **Parecer n.º 14/2016**_ Proposta de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica da Escola Superior de Saúde Atlântica;
- **Parecer n.º 15/2016**_ Curso de preparação para o parto;
- **Parecer n.º 16/2016**_Número de horas do Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstétrica
- **Parecer n.º 17/2016**_Aleitamento Materno Prolongado
- **Parecer n.º 18/2016**_Colheita de Células Estaminais
- Elaborado em 29 de Abril de 2016 - Projecto de Despacho Plano de Partos_ Consulta Ordens_ Sociedades apreciação da MCEESMO
- Elaborada pela MCEESMO, reposta ao questionário do Fórum Europeu de Associações de Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica – EFNNMA - *Midwifery Education in the WHO European Region.*

3.2 Reuniões e eventos

- II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, no dia 12 de Março, em Coimbra – **Esteve presente a secretária da MCEESMO, Enfermeira Irene Cerejeira.**

- Convite pela Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras (APEO), para a abertura do Curso sobre Parto na Água, com Barbara Harper, fundadora do *Waterbirth Internacional*, no dia 18 de Março, no Porto – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- XIX Encontro Nacional e 3° Congresso Internacional da APEO, na Mesa redonda, intitulada: "O Enfermeiro Especialista de Saúde Materna e Obstétrica (EESMO) no sistema de Saúde", no dia 07 de Maio, no Porto – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro Especialista de Saúde Materna e Obstétrica/Dia da Parteira, organizado pela Secção Regional do Norte da OE, em parceria com a MCEESMO e a APEO para mesa redonda "A Assistência da Gravidez nos Cuidados de Saúde Primários - Um Olhar Retrospectivo", no dia 05 de Maio, em Braga – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- Comemoração do Dia Internacional do EE Saúde Materna e Obstétrica/Dia da Parteira, organizado pela SRNorte, para participar na mesa redonda "Consulta de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica na Gravidez de Baixo Risco", no dia 05 de Maio, em Braga – **Esteve presente a secretária da MCEESMO, Enfermeira Ana Lúcia Torgal.**

- Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro, com a entrega de prémios de reconhecimento, o Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa, organizado pela Secção Regional do Sul da OE, no dia 12 de Maio, na Sede da OE – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- IV Jornadas da UCC Braga Saudável "Amamentação: uma chave para o desenvolvimento sustentável" para a mesa de debate: Implicação da amamentação na sustentabilidade dos cuidados de saúde, no dia 14 de Outubro, em Braga – **Esteve presente a secretária da MCEESMO, Enfermeira Irene Cerejeira.**

- SIMPLEX - Iniciativas digitais na Saúde e na Justiça, no dia 02 de Junho, no auditório da Maternidade Alfredo da Costa / CH de Lisboa Central – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- Reunião no dia 12 de Agosto, com as Senhoras Professoras Teresa Carneiro e Maria João Fernandes, da Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches, grupo que pertence à Universidade Lusófona, sobre a abertura de uma Pós-Licenciatura em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica.

- Conferência Internacional de Aleitamento Materno 2016 - UNICEF - no dia 30 de Setembro, em Lisboa – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- II Jornadas de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica do Hospital de Vila Franca de Xira, sob o tema: Saber para melhor nascer, no dia 27 de Outubro, enquanto palestrante com o tema "Bem nascer nos dias de hoje" – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- IX Jornadas de Obstetrícia em Famalicão, na mesa redonda sobre Organização da intervenção do EESMO nos Cuidados de Saúde Primários, no dia 24 de Novembro, com o tema Posição da Ordem sobre os EESMO nos cuidados de Saúde Primários (USF/UCC), em Famalicão – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela.**

- Workshop Dotações Seguras, no dia 12 de Dezembro, em Lisboa – **Esteve presente o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela;**

3.3 Reuniões do Órgão:

- 10 Reuniões ordinárias

Dia 22.02.2016
Dia 15.03.2016
Dia 13.05.2016
Dia 17.06.2016
Dia 15.07.2016
Dia 12.08.2016
Dia 23.09.2016
Dia 21.10.2016
Dia 11.11.2016
Dia 05.12.2016

3.4 Reuniões internas da OE

- Realização da 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, na Escola Superior Ribeiro Sanches, no dia 04 de Março de 2016;
- Reunião de Trabalho com as Mesas de Colégios das Especialidades, no dia 22 de Abril de 2016, em Vieira de Leiria, Estiveram presentes o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela e a Senhora Enfermeira Irene Cerejeira, secretaria da MCEESMO;
- I Encontro dos Órgãos Estatutários, realizado nos dias 21 e 22 de Abril, em Vieira de Leiria Estiveram presentes o Presidente da MCEESMO, Enfermeiro Vítor Varela e a Senhora Enfermeira Irene Cerejeira, secretaria da MCEESMO;
- Reunião - REDE ESM-LP, no dia 21de Abril em Coimbra – Esteve presente o Enfermeiro Vítor Varela.
- Reunião com a Senhora Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Silveira Machado e com o Senhor Tesoureiro, Enfermeiro Fernando Macedo, no dia 15 de Julho, na Sede da OE – Estiveram presentes os Elementos da MCEESMO.
- Reunião com o Grupo de Trabalho para a Assistência Pré-Natal pelo EESMO na Gravidez de Baixo-risco, no dia 17 de Novembro, na Sede da OE;
- Reunião com o Grupo de Trabalho para a Triagem nos Serviços de Urgência Obstétrica e Ginecológica, no dia 16 de Novembro, na Sede da OE.

3.5 Organização de Eventos

- Aprovação da Ficha de Projecto MCEESMO n.º 04/2016 - Programa de Formação "Direitos Humanos na Gravidez, parto e pós-parto" a realizar- se em parceria com Secção a Regional do Sul.

3.6 Realização de Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

- *Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional Especializado, ao serviço de intervenção núcleo de partos Centro Materno Infantil – Centro Hospitalar do Porto, em conjunto com a Secção Regional do Norte, esteve presente a Enfermeira Irene Cerejeira.*

- *Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional Especializado, sobre Dotações Seguras em Obstetrícia Hospital de Braga, em conjunto com a Secção Regional do Norte da OE, esteve presente a Enfermeira Irene Cerejeira.*

- *Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional Especializado, sobre Dotações Seguras ao Hospital de São João, EPE, em conjunto com a Secção Regional do Norte da OE, esteve presente a Enfermeira Isabel Maria Fonseca Ferreira, elemento da Comissão de Apoio Técnico à MCEESMO.*

- *Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional Especializado, sobre Dotações Segura, à Unidade de Cuidados Continuados Norton de Matos, pertencente ao ACES Baixo Mondego. Estiveram presentes o Enfermeiro Vítor Varela e Enfermeira Ana Lúcia Torgal.*

3.7 Nomeação da Comissão de Apoio Técnica à MCEESMO, através da NI B n.º 25/2016, com a seguinte constituição:

Nome	N° Membro	Instituição
Isabel Maria Fonseca Ferreira	40544	ULS Matosinhos
Isabel Margarida Marques Monteiro Dias Mendes	2035	ESEnf Coimbra
Maria Adília dos Anjos Simões	30918	Hospital Espírito Santo de Ponta Delgada, EPE
Patrícia Dias Sancho	51251	Hospital Particular do Algarve (Ganbelas)
Susana Patrícia Franco Freitas	43249	Hospital Dr. Nélio Mendonça

3.8 Constituição do Grupo de Trabalho para a Assistência Pré-Natal pelo EESMO na Gravidez de Baixo-risco, aprovação através da NI CD n.º 27/2016, com a seguinte constituição:

N° Membro	Nome
31978	Ana Lúcia Esteves Torgal (coordenadora)
36474	Patrícia Meneses Oliveira Duarte
5048	Marta do Rosário de Azevedo Mota
13402	Maria Adelaide Lopes Pires Afonso do Órfão
22662	Carla Cristina Alves da Silva
44576	Élia Fernandes Dourado
29182	Maria João Gouveia Alves Pimenta Marques
18738	Maria Amélia Melo Amorim da Cunha
48663	Sara Isabel Lindo Lopes
34852	Fernanda Macedo
1366	Maria Iolanda Camacho dos Reis
31521	Maria da Graça de Sousa Almeida Duarte

3.9 CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A TRIAGEM NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA OBSTÉTRICA E GINECOLÓGICA, APROVAÇÃO ATRAVÉS DA NI CD N.º 28/2016, COM A SEGUINTE CONSTITUIÇÃO:

N° Membro	Nome
4917	Irene Conceição da Silva Cerejeira (coordenadora)
28636	Cristina Madruga e Silva
4914	Luís Manuel Pinto Miranda
6028	Adriana Maria Milheiro de Moura
36725	Sandra Filipa Ferreira Santana Valongo

Porto, 27 de Janeiro de 2017

O Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

Enf. Vítor Varela

APÊNDICE 07

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM
DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADO POR UNANIMIDADE, NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA, NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2017, NO PORTO

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE SAÚDE INFANTIL E PEDIATRIA 2

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE SAÚDE INFANTIL E PEDIATRIA E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO 3

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016 4

4. CONCLUSÕES 10

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

Com a apresentação do presente relatório de actividades, referente ao ano de 2016, a Mesa do Colégio de Especialidade de Saúde Infantil e Pediátrica (MCEESIP), além de estar a cumprir com uma das suas funções estatutárias, também está a informar os membros do Colégio o trabalho que realizou ao longo do ano transacto.

As actividades aqui descritas incluem todo o trabalho realizado pela Mesa, não só as actividades planeadas no início do seu mandato, para o ano de 2016 mas também, todas as actividades que a Mesa teve oportunidade de realizar e/ou participar sempre com o objectivo máximo do desenvolvimento na Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica e com a optimização dos cuidados prestados aos nossos bebés, crianças e jovens adolescentes e sua família.

A MCEESIP aproveita este momento, para agradecer a todos os quais colaboraram de forma directa ou indirecta, para a realização das suas actividades e alcance dos seus objectivos traçados para o ano de 2016.

Porto, 28 de Janeiro de 2017
A Presidente da Mesa do Colégio de Especialidade de Saúde Infantil e Pediátrica

Enfermeira Lina Pereira

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO

O presente Relatório de Actividades apresentado pela Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (MCEESIP), pretende dar a conhecer aos membros do colégio todas as suas actividades realizadas em prol da Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no ano de 2016.

A actual MCEESIP é composta pelos seguintes elementos:

- Presidente – Enfermeira Lina Pereira
- Secretária – Enfermeira Filipa Barbosa
- Secretária – Enfermeira Sofia Abreu

A MCEESIP representa os enfermeiros portugueses especialistas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. A qualidade dos cuidados especializados, à criança/jovem e família, depende da interdependência entre as competências específicas destes enfermeiros, número de enfermeiros especialistas e os ambientes em que desempenham as suas funções.

No âmbito da candidatura da Ordem dos Enfermeiros (OE) para este mandato, a MCEESIP integra os compromissos assumidos, nomeadamente os que estão directamente relacionados com a especialidade em Saúde Infantil e Pediátrica: Especialidades de Enfermagem; Qualidade no Ensino e nos Serviços de Saúde; Proximidade, Diálogo, Modernização e Tecnologia; Investigação e Empreendedorismo e Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem.

A MCEESIP tem como desígnio, assegurar o cumprimento dos direitos das crianças, jovens e suas famílias; proporcionar cuidados de enfermagem de qualidade e responder às reais necessidades das crianças, jovens e suas famílias.

Prestar cuidados de enfermagem especializados, numa fase de permanente evolução da ciência e da tecnologia, requer por parte dos enfermeiros especialistas, uma actualização permanente dos seus conhecimentos. A MCEESIP considera fundamental o cuidado especializado de enfermagem às crianças/jovens nas suas diferentes dimensões e respectivas necessidades, o que requer um aumento de competências dos profissionais através do desenvolvimento pessoal e profissional (autoformação, formação contínua, formação especializada e investigação).

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016

Como objectivos para o ano de 2016 a MCEESIP traçou os seguintes:

1. Trabalhar em conjunto com os órgãos da OE, no sentido de sensibilizar as instituições de saúde, obrigando-as a cumprir as normas sobre as dotações seguras em enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica;
2. Colaborar com as Escolas Superiores de Enfermagem na definição dos planos de estudo na área da Saúde Infantil e Pediátrica;
3. Desenvolver acções e actividades durante o mês de Abril, no âmbito da comemoração do Mês dos Maus Tractos Infantis;
4. Comemorar o Dia Mundial da Criança;
5. Colaborar com a Escola Superior de Enfermagem do Porto na organização e realização do 3º PNAE *Congress on Paediatric Nursing*, a realizar no Porto no dia 26 e 27 de Maio de 2016;
6. Realizar o VI Encontro de Benchmarking do Colégio de Especialidade de saúde Infantil e Pediátrica (CEESIP) em Novembro de 2016, envolvendo os membros do colégio;
7. Fomentar e apoiar a realização de trabalhos de investigação na área da pediatria;
8. Emitir pareceres técnicos e científicos na área do CEESIP.

Por sua vez, como estratégias para alcançar os referidos objectivos, a MCEESIP delineou:

1. Sensibilização das Administrações Hospitalares e dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, para a necessidade do cumprimento das dotações seguras, desenvolver diligências e denunciar as instituições sempre que estas não cumpram os ratios preconizados;
2. Desenvolvimento de um trabalho conjunto com as Escolas Superiores de Enfermagem na definição e elaboração dos Planos de Estudos de SIP (Saúde Infantil e Pediátrica); bem como, a supervisão da execução dos mesmos;
3. Articulação e trabalho em parceria com os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e Comissões de Protecção de Menores, durante o mês de Abril, no âmbito da Prevenção dos Maus Tratos Infantis;
4. Realização de actividades infantis no Dia mundial da Criança, na comunidade escolar;
5. Colaboração com a Escola Superior de Saúde do Porto, na organização do 3º PNAE *Congress on Paediatric Nursing*, nos dias 26 e 27 de Maio de 2016;
6. Organização de um Benchmarking em SIP no mês de Novembro;
7. Apoio aos enfermeiros que realizam trabalhos de investigação na área pediátrica, promovendo o contributo científico das habilidades clínicas profissionais de EESIP, para dar visibilidades aos ganhos em saúde com resultado dos diagnósticos sensíveis aos cuidados de ESIP;
8. Responder em tempo útil à solicitação de pareceres à MCEESIP.

Actividades desenvolvidas no ano de 2016 pela MCEESIP

Atendendo aos objectivos e estratégias que a MCEESIP delineou para o ano de 2016, estas foram as actividades desenvolvidas pela Mesa para o referido ano.

➢ Reuniões da MCEESIP 2016:

A Mesa reuniu-se dez vezes no ano de 2016, nomeadamente, a:

- 12/02/2016
- 02/03/2016
- 22/04/2016
- 25/05/2016
- 17/06/2016
- 21/07/2016
- 26/08/2016
- 28/09/2016
- 21/10/2016
- 25/11/2016

➢ Pareceres Emitidos pela MCEESIP:

- Parecer n.º 01 2016 _Plano anual de operacionalização das prioridades consignadas na Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020;
- Parecer n.º 02 2016 Vacinação contra a tuberculose em crianças pertencentes a grupos de risco com a vacina BCG;
- Parecer n.º 03 2016 Idade determinante para o autocuidado na criança em Portugal;
- Parecer n.º 04 2016 Administração da Vacina BCG e Prova Tuberculina por Enfermeiros Especialistas de Saúde Comunitária.

➢ Participação em reuniões:

- Quatro Reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira em três reuniões e a Enfermeira Sofia Abreu, em sua substituição em uma reunião;
- Quatro Reuniões da Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira em três reuniões e a Enfermeira Sofia Abreu, em sua substituição em uma reunião;
- Reunião com a Enfermeira Angelina Francisco, então interlocutora do Conselho Directivo e as Mesas do Colégio no dia 04.03;
- Tomada de posse dos novos Órgãos Sociais para o Mandato (2016/2019), em Vieira de Leiria nos dias 20/05 e 21/05 – Estiveram presentes os 3 elementos da MCEESIP;
- Vacinação contra a tuberculose de crianças pertencentes a grupos de risco com a vacina BCG - DGS – Lisboa, no dia 29.01.2016 – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- Reunião com os elementos da comissão organizadora e da comissão científica do 3º Congresso da PNAE, no dia 03.03 na Escola Superior de Enfermagem do Porto – Estiveram presentes os três elementos da MCEESIP;
- Reunião com os elementos da comissão organizadora e a empresa organizadora do 3º Congresso da PNAE, no dia 12.05 na Escola Superior de Enfermagem do Porto – Esteve presente a Enfermeira Sofia Abreu por videoconferência;
- Reunião da PNAE (*Paediatric Nursing Associations of Europe*), na Escola Superior de Enfermagem do Porto, no dia 25.05 – Estiveram presentes os três elementos da MCEESIP;
- Reunião com a Interlocutora do Conselho Directivo (CD) /MCE (Mesas do Colégio de Especialidade), Enfermeira Graça Silveira Machado e Senhor Tesoureiro, na Sede com os 3 elementos da MCEESIP no dia 14/07;

- Reunião com os elementos da organização do Congresso Europeu da *European Society of Paediatric Neonatal Intensive Care* (EPNIC), no dia 27.07 por videoconferência – Esteve presente a Enfermeira Filipa Barbosa;
- Reunião com os elementos da organização do Congresso Europeu da EPNIC, no dia 23.09 na Sede da OE – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- Reunião da PNAE (*Paediatric Nursing Associations of Europe*), no Hospital Trousseau, em Paris nos dias 08.12 e 09.12 – Estiveram presentes a Enfermeira Lina Pereira e a Enfermeira Sofia Abreu;
- Proposta de Tema para Guia Prático "Promoção da Autonomia dos pais de crianças com hemofilia na preparação e administração do Factor VIII". O grupo reuniu com a MCEESIP a 14/07 e a 29.09;
- Proposta de Tema para Guia Prático "Método Canguru". Este projecto já foi submetido a parecer pelo anterior mandato. A Mesa anterior sugeriu um tema mais abrangente aos cuidados ao prematuro, sugestão aceite pelo grupo, que optou pelo tema "Cuidados promotores do desenvolvimento neonatal". Estão a trabalhar no tema e, posteriormente, irão enviar à Mesa, para sua avaliação e opinião.

➢ Participação em Eventos/convites:

17.02.2016	Apresentação do Simplex Saúde Infantil e Juvenil, na Maternidade Alfredo da Costa – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira em representação da Senhora Bastonária no dia 17.02.2016, pelas 10h00.
12.03.2016	II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, para participar no debate – Esteve presente a Enfermeira Filipa Barbosa.
02.06.2016	13° Encontro de Enfermagem do Hospital Pediátrico – CHUC – Esteve presente Enfermeira Lina Pereira.
06.2016	Comemoração do Dia Mundial da Criança, o Conselho Directivo Regional (CDR) do Norte desenvolveu um conjunto de actividades dirigidas às crianças do 1° ciclo, pedindo a colaboração da MCEESIP – Esteve presente a Enfermeira Filipa Barbosa.
02.06.2016	SIMPLEX - Iniciativas digitais na Saúde e na Justiça, no auditório da Maternidade Alfredo da Costa / Centro Hospitalar de Lisboa Central – Esteve presente Enfermeira Lina Pereira.
06 e 07.06.2016	Encontro Nacional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados - 10° Aniversário nos dias 06 e 07 de Junho em Évora – Esteve presente Enfermeira Lina Pereira.
06.06.2016	No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, realizada a conversa informal com adolescentes internados no Serviço de Pedopsiquiatria da Sagrada Família das Irmãs Hospitaleiras – Madeira, sob o tema: "Cuidados ao Sol" – Esteve presente a Enfermeira Sofia Abreu.
30.09.2016	Conferência Internacional de Aleitamento Materno 2016 - UNICEF - em Lisboa – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira em representação da Senhora Bastonária.
14.10.2016	IV Jornadas da UCC Braga Saudável, para integrar a mesa temática: Mitos e crenças na amamentação com o tema: Aleitamento materno e o desenvolvimento psicossocial da criança – Esteve presente a Enfermeira Filipa Barbosa.
12.12.2016	Debate: "Ensino de Enfermagem: Politécnico/Universitário", no Auditório Camões, em Lisboa, organizado pelo Conselho de Enfermagem - Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira.
12.12.2016	Workshop: Dotações Seguras, pelas 15h00, na sede da OE – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira.

➢ Cumprimento das Funções Estatutárias

- Realização da primeira Assembleia Geral do CEESIP, a qual decorreu no dia 5.03, no Auditório Ribeiro Sanches, em Lisboa;
- Inclusão do documento "Dotações Seguras em Contexto Pediátrico" de forma a ser aprovado e regulamentado em Assembleia Geral da OE como parte integrante do plano de actividades de 2016, o qual foi aprovado por unanimidade na Primeira Assembleia Geral do CEESIP;
- Nomeada através da NI CD n.º 24 /2016, a Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, para o Mandato 2016-2019, com a seguinte constituição:

Nome	Membro n.º	Local de trabalho
Miguel Adriano Ferreira Coelho Cardoso	34796	Hospital Divino Espírito Santo – Ponta Delgada, EPE
Sabina de Pinho Fernandes Silva	38117	Hospital Sousa Martins - Guarda
Maria Paulina Freitas Gomes Camacho	9846	Hospital Dr. Nélio Mendonça
Simão Pedro Pereira Vilaça	43405	ESE – Universidade do Minho
Olga Maria Santos Vasconcelos	8103	Hospital de São Francisco Xavier

➢ Colaboração com a PNAE

- Padrões de enfermagem oncológica pediátrica nos países de baixos e médios recursos – *guidelines* definidas pela PNAE, com as quais a Mesa concordou;
- *Palliative Nursing Care of Children and Young People* - questionário colocado pela PNAE, para um estudo a nível europeu, ao qual a Mesa respondeu em Agosto de 2016;
- *Research nurse training questionnaire – Paediatric* – A Mesa realizou uma pesquisa sobre enfermeiros que trabalhem na área de Investigação em Pediatria e enviou o referido questionário para preenchimento de forma anónima;
- Colaboração na realização do III Congresso da PNAE, em conjunto com a PNAE e a Escola Superior de Enfermagem do Porto, nos dias 26 e 27 de Maio.

➢ Outros

- Publicação de artigo elaborado pela MCEESIP, no Jornal Mécido.pt, na publicação mensal de Março de 2016, sobre diversos temas, estreitamente ligados à Saúde Infantil, nomeadamente, mudança da fralda, dermatite atópica, cólicas, primeira dentição e aftas;

- Nomeada a Enfermeira Lina Pereira para o Grupo de Trabalho da Direcção Geral da Saúde (DGS) para colaborar na realização da Noma Clínica "Prevenção e Tratamento de Úlceras de Pressão";

- Visita de acompanhamento do exercício profissional (VAEP), em conjunto com a Secção Regional do Norte, ao Serviço de Pediatria do Hospital de Braga a 22.07;

- Resposta ao questionário colocado à Mesa pela Sociedade Catalã de Saúde Oral em Fevereiro;

- Análise da estrutura curricular e plano de estudos dos Cursos de Pós-licenciatura de Especialização em Enfermagem da Escola Superior do Vale do Ave – A Mesa analisou a estrutura curricular e o plano de estudos dos Cursos de Pós-licenciatura de Especialização em Enfermagem da Escola Superior do Vale do Ave e emitiu o seu parecer;

- Eventual encerramento da Unidade de Neonatologia com Cuidados Intensivos Neonatais do Hospital Espirito Santo em Évora – A Mesa pronunciou-se, em parecer, contra o encerramento da referida unidade;

- Elaboração de panfleto alusivo às comemorações do Dia Mundial de Sensibilização da Prematuridade o qual foi publicado no *microsite* da MCEESIP;

- Colaboração com a Enfermeira Liliana Ferraz no estudo que se encontra a realizar, denominado "Percepção dos enfermeiros nos cuidados ao prematuro" no que concerne na divulgação do seu questionário aos Enfermeiros Especialistas em SIP utilizando o site da Ordem dos Enfermeiros;

- Publicação do Plano Nacional de Vacinação de 2017 no *microsite* da MCEESIP.

4. CONCLUSÕES

Para a MCEESIP o ano de 2016 foi repleto de desafios e empreendimentos pois, sendo os três elementos da Mesa, desconhecidos entre si até então, uniram-se, empenharam-se, dedicaram-se e enfrentaram todos os projectos de espírito aberto.

Ao reflectir sobre o ano ido, a MCEESIP tem a firme convicção que, com trabalho de equipa, dedicação, parceria e amizade, conseguiram alcançar a quase totalidade dos objectivos a que se propuseram.

Surgiram diversas actividades que, apesar de não terem sido traçadas no seu plano de actividades, foi com imenso prazer e dedicação que a MCEESIP as realizou e dinamizou, nomeadamente: colaboração com a PNAE em três estudos realizados; cooperação com a ESPNIC na organização do 28º Congresso, a realizar entre os dias 6 a 9 de Junho de 2017, em Lisboa; publicação de um artigo elaborado pela MCEESIP, no Jornal Médico.pt, sobre diversos temas, ligados à Saúde Infantil; elaboração de um panfleto alusivo às comemorações do Dia Mundial de Sensibilização da Prematuridade o qual foi publicado no *microsite* da MCEESIP; participação nas IV Jornadas da UCC Braga Saudável, integrando a mesa temática: "Mitos e crenças na amamentação" com o tema "Amamentação e o desenvolvimento psicossocial da criança"; colaboração com a Enfermeira Liliana Ferraz em um estudo, denominado "Percepção dos enfermeiros nos cuidados ao prematuro", no que concerne à divulgação do seu questionário pelos Enfermeiros Especialistas em SIP utilizando o site da Ordem dos Enfermeiros e início de dois Manuais de Boas Práticas.

A realização do VI Encontro de *Benchmarking* do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, foi um objectivo não concretizado e deveu-se unicamente ao facto de, termo-nos focado nas várias tarefas a que nos propusemos, e a inexperiência ditou-nos tempos muito escassos para a realização do mesmo.

A MCEESIP agradece o apoio de todos os membros que colaboraram nas actividades realizadas e a todos os colaboradores da OE, pois sem eles este trabalho não seria possível.

APÊNDICE 08

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADA SEM ALTERAÇÕES, POR MAIORIA NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA, EM 28 DE JANEIRO DE 2017, NO PORTO

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

SUMÁRIO

0. NOTA INTRODUTÓRIA 2

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016 3

1.1. Atividades inseridas nas grandes opções do Mandato 3

1.1.1. Aproximar a Ordem dos Enfermeiros aos enfermeiros e cidadãos 3

1.1.2. Modernizar Estrutura Interna da Ordem dos Enfermeiros 4

1.1.3. Promover a visibilidade e valor social da Enfermagem 4

1.1.4. Garantir a segurança e Qualidade dos Cuidados através da efetiva regulação do Exercício Profissional 5

1.1.5 Intervir na qualificação e promover o desenvolvimento profissional 5

2. RELAÇÃO COM O PLANO DE ATIVIDADES DE 2016 6

NOTA FINAL 7

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (MCEESMP), ao apresentar o seu relatório de actividades, cumpre uma obrigação estatutária e apresenta aos membros do Colégio informação detalhada sobre o trabalho realizado durante o ano de 2016.

O presente documento descreve as actividades e eventos desenvolvidos pela MCEESMP, em articulação com os órgãos da Ordem dos enfermeiros, e pretende analisar a execução do plano de actividades aprovado para 2016 em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (CEESMP) em Março de 2016, justificando os desvios.

Este ano de início de mandato, revestiu-se de algumas particularidades, que se reflectiram em dificuldades para a execução atempada de muitas das actividades que integram o plano de actividades. E desde logo, o encurtamento do espaço temporal, bem como a efectivação da articulação necessária com outros órgãos da OE.

Estes constrangimentos, que não foram por nós considerados a quando da aprovação do plano de actividades, levaram-nos a repensar algumas das actividades planeadas e a refletir sobre a oportunidade da sua realização.

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016

1.1. ATIVIDADES INSERIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO MANDATO

1.1.1. Aproximar a Ordem dos Enfermeiros aos enfermeiros e cidadãos

Este objectivo constitui uma prioridade de intervenção deste Colégio. Neste sentido, foi criada uma página no *facebook* https://www.facebook.com/Enfermagem-de-Sa%C3%BAde-Mental-e-Psiqui%C3%A1trica-1928199727404207/?ref=aymt_homepage_panel, que já reúne 380 seguidores.

O *microsite* do Colégio não foi por nós muito dinamizado, indo sofrer um processo de actualização no sentido de o tornar mais atractivo e interactivo.

Foi também nossa preocupação dar respostas céleres às solicitações dos membros, o que nem sempre foi conseguido.

Com esta finalidade foram realizadas comemoração de efemérides e participação em eventos, em estreita relação com os membros da MCESMP e os cidadãos

- Comemorações do Dia Mundial da Saúde Mental –"Outubro fora de portas". Organização em pareceria com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, em Portalegre, 10 de outubro e 28 de Outubro.
- Comemoração do dia Internacional da Violência contra a Mulher, organização em pareceria com a Unidade de Violência Familiar do CRI de Psiquiatria do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC) e Escola Superior de enfermagem de Coimbra (ESENFC), em Coimbra.
- Texto comemorativo, a divulgado no *site* da OE, alusivo ao dia Mundial da Saúde Mental.

Neste âmbito evidencia-se a participação da MCEESMP nos seguintes eventos:

- Apresentação do relatório "Portugal - Saúde Mental em números 2015", no dia 24 de Março.2016, em Lisboa-em representação da Senhora Bastonária, esteve presente a Enf. Helena Quaresma
- Comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental, pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Amares do ACES Cávado II_ Gerês/Cabreira, sob o tema: SeMenteVital II, para integrar, enquanto moderadora, do painel: Ao alcance do Equilíbrio Mental, no dia 13 de Outubro de 2016, em Amares – em representação da s Bastonária, esteve presente a Enf. Helena Quaresma
- Cerimónia de vinculação à profissão da Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, no dia 15 de Outubro de 2016, em Coimbra – Estiveram presentes as Enfermeiras Helena Quaresma e Soledade Lourenço
- Comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental, III Seminário "Novas abordagens no cuidar", para integrar, enquanto moderadora, do painel Saúde Mental no dia 14 de Outubro de 2016, em Mogadouro – em representação da Senhora Bastonária, esteve presente a Enf. Helena Quaresma
- Debate: "Ensino de Enfermagem: Politécnico/Universitário", no Auditório Camões, organizado pelo Conselho de Enfermagem, no dia 12 de Dezembro de 2016 – Esteve presente a Enf. Helena Quaresma

1.1.2. Modernizar Estrutura Interna da Ordem dos Enfermeiros

Ao longo do ano a MCEESMP esteve representada nas seguintes reuniões internas da OE:

- Participação no Encontro dos Órgãos Estatuários da Ordem dos Enfermeiros;
- Participação em 10 reuniões ordinárias e 01 Reunião extraordinária da MCEESMP;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento do Conselho de Enfermagem;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Qualidade do Conselho de Enfermagem;
- Participação em 1 reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Angelina Francisco e Tesoureiro;
- Reunião entre a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária (MCEEC) e a MCEESMP, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP, em Julho de 2016;
- Reunião com a Senhora interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Silveira Machado, Agosto de 2016;
- Reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Machado, e a Mesa do Colégio de Enfermagem Comunitária, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP, Novembro 2016;
- Reunião com a Senhora Bastonária, Enfª Ana Rita Cavaco, Dezembro 2016;
- 1 reunião com a Comissão de Apoio Técnico à MCEESMP.

1.1.3. Promover a visibilidade e valor social da Enfermagem

As actividades realizadas para atingir deste objectivo estratégico estiveram directamente relacionados com a intervenção dos elementos da Mesa em proximidade com os membros do Colégio e com os cidadãos. Nesse sentido, foram realizados 2 eventos comemorativos de efemérides. Os eventos foram desenvolvidos com a colaboração de EESMP, em parceria com organizações de saúde e de ensino, promovendo assim simultaneamente a proximidade e visibilidade. A iniciativa referente às comemorações do dia mundial da saúde mental incluiu a divulgação de diversos conteúdos alusivos à data, na imprensa escrita.

- Comemorações do Dia Mundial da Saúde Mental –"Outubro fora de portas". Organização em pareceria com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, 10 de outubro e 28 de outubro, em Portalegre.
- Comemoração do dia Internacional da Violência contra a Mulher, organização em pareceria com a unidade de Violência Familiar do CRI de Psiquiatria do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC) e Escola Superior de enfermagem de Coimbra (ESENFC), 25 de Novembro, em Coimbra.

Destacamos, ainda, a participação da MCEESMP nos seguintes eventos:

- 7º Encontro do Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental, mesa intitulada "A prevenção e os recursos de Saúde Mental no Distrito de Leiria", realizando uma Comunicação visando a temática "Prevenir em Saúde Mental - Que papel para o Enfermeiro de Saúde Mental", no dia 1 de Abril de 2016,no Centro Hospitalar de Leiria – esteve presente a Enf. Helena Quaresma;
- Conferência Nacional de Saúde Mental, para actualização e implementação do Plano Nacional de Saúde Mental, para integrar o Grupo 3 "Desenvolvimento de programas de prevenção e promoção" enquanto moderadora, no dia 23 de Abril de 2016 – Esteve presente a Enf. Helena Quaresma;
- II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, sob o tema: Enfermagem Avançada: a Reabilitação no ciclo de vida - que articulação? Na área da temática: "A Pessoa, função e autonomia:

reabilitar nos processos de transição no ciclo de vida", no dia 12 de março de 2016, em Coimbra - Esteve presente a Enf. Helena Quaresma;

- Colaboração com a Unidade de Cuidados Continuados "Nós" Estarreja – Saber ouvir ... programa dos enfermeiros, a ser emitido na Rádio Voz da Ria, no dia 6 de Junho de 2016, Aveiro – Esteve presente a Enf. Maria da Soledade Lourenço, secretária da MCEESMP;
- Participação no Simpósio do dia Mundial da Saúde Mental "Outubro Fora de Portas", organizado pela Escola Superior de Saúde e DPSM da ULSNA de Portalegre, dia 10 de Outubro, Portalegre – Esteve presente a MCEESMP;
- Sessão de abertura – Simpósio Internacional-Real (idade) em Saúde Mental "Experiência Inovação e Futuro I, dia 28 de Outubro, em Portalegre – Esteve presente a Enf. Helena Quaresma;
- Participação em 6 reuniões do Conselho Nacional de Saúde Mental, em representação da Ordem dos enfermeiros – Esteve presente a Enf. Helena Quaresma.

Com a finalidade de apresentar proposta de padrão de documentação para a área da Especialidade da enfermagem de Saúde mental e psiquiátrica, suportada em linguagem Classificada, foi constituída uma Comissão de Apoio Técnico.

1.1.4. Garantir a segurança e Qualidade dos Cuidados através da efetiva regulação do Exercício Profissional

- Designação da Comissão de Apoio Técnico (CAT) à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, de acordo com o estatuto da OE;
- Promoção de dotações seguras na área de especialidade - Criação da Comissão de Apoio;
- Elaboradas 2 pronúncias solicitadas pelo Conselho de Enfermagem (CE) sobre questões específicas da área de especialidade;
- Análise de exposição recebida sobre condições de exercício profissional e encaminhamento para realização de visita de acompanhamento do exercício profissional (VAEP) com a secção regional do sul da OE;
- *Workshop*: Dotações seguras, organizado pelo Conselho de Enfermagem Nacional, dia 12 de dezembro de2016, esteve presente a Enf. Helena Quaresma.

1.1.5 Intervir na qualificação e promover o desenvolvimento profissional

No sentido de dinamizar o processo referente à composição da árvore de competências de Enfermagem de Saúde Mental - competências acrescidas (Regulamento nº100/2015, de 20 Março), foram realizadas:

- Reunião entre a MCEEC e a MCEESMP, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP; em Julho de 2016
- Reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Silveira Machado, e a MEEC, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP, Novembro 2016.

2. RELAÇÃO COM O PLANO DE ATIVIDADES DE 2016

Considerando o que estava previsto no plano de actividades, constata-se que ele NÃO foi cumprido na sua globalidade, tendo havido a concorrência de vários factores:

- No facto de neste 1° ano de mandato da Assembleia do Colégio ter ocorrido no mês de Março, restando 9 meses para a sua execução, encontrarmos os motivos para a não realização de actividades como as comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro e do Dia Mundial do Doente com Alzheimer.

- Aquando da realização do plano de actividades do Colégio, em articulação com as prioridades estratégicas do Conselho Directivo (CD) para o 1° ano de mandato, originou que apesar do empenho e das interpelações apresentadas junto do interlocutor do CD no sentido de garantir a sua execução atempada não foi possível iniciar em tempo útil:

  - Conclusão do Guia Orientador de Boas Práticas (GOBP) para a Enfermagem de Saúde Mental nos Cuidados de Saúde Primários;
  - Constituição de grupo de trabalho para realização de GOBP sobre Cuidados de Enfermagem na Recuperação da pessoa com doença Mental Grave;
  - Constituição de grupo de trabalho para realização de GOBP sobre Cuidados de Enfermagem em Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental;
  - Constituição de grupo de trabalho para identificação de indicadores sensíveis aos Cuidados de Enfermagem de Saúde Mental;
  - Constituição do grupo de trabalho para elaboração de cálculo de rácios/dotações suportada em padrões de documentação.

- Sendo as representações da Ordem dos Enfermeiros da exclusiva responsabilidade da Senhora Bastonária, a designação para a integração na subcomissão nos cuidados continuados integrados de saúde mental, junto do Conselho Nacional de Saúde Mental, não teve a intervenção da MCEESMP.

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

NOTA FINAL

O ano de 2016 correspondeu ao primeiro ano de mandato 2016-2019. Foi um ano de integração e aprendizagem que correspondeu a um pequeno contributo para o desenvolvimento da Enfermagem e evolução da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental.

Ao invés de sublinharmos as dificuldades, salientamos o espírito de entreajuda, dedicação e amizade que pauteou o trabalho dos elementos da Mesa.

As actividades realizadas, cumpriram globalmente os objectivos traçados no plano para 2016 e aprovado em Assembleia do Colégio, estando a generalidade das actividades não concluídas integradas na proposta de plano de actividades de 2017.

E, porque o Colégio somos todos nós, contamos com a colaboração de cada um, encarando a proximidade entre a Mesa do Colégio da Especialidade de Saúde Mental e Psiquiátrica (MCEESMP) e os membros do Colégio como uma prioridade para o mandato 2016-2019.

Contamos com o contributo de todos os membros do Colégio.

Faça-nos chegar os projectos em que está envolvido.

Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões.

Seja participativo.

Porto, 28 de Janeiro de 2017
A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

Enf. Maria Helena Quaresma

APÊNDICE 09

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADO SEM ALTERAÇÕES, POR MAIORIA NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO, NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2017, NO PORTO

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO (MCEER) 2

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MCEER E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO 3

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016 4

4. CONCLUSÕES E DESAFIOS PARA 2017 8

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO (MCEER)

No seguimento da obrigação estatutária, os órgãos da Ordem dos Enfermeiros (OE) foram chamados a produzir o presente relatório de atividades, que visa transmitir aos Enfermeiros da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (EEER), o trabalho desenvolvido a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (MCEER) durante o ano 2016.

Neste sentido aproveitamos a oportunidade para recordar algumas das competências estatutárias do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação como seja: a promoção do desenvolvimento das relações científicas entre os membros da especialidade, a elaboração estudos sobre assuntos específicos da especialidade, a elaboração do programa formativo e ainda o acompanhamento o exercício profissional da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Sendo que a MCEER tem a responsabilidade de dirigir os trabalhos do Colégio e dar seguimento às suas deliberações e emitir pareceres na área da especialidade, entre outras.

Feita esta explicitação, importa reforçar que a presente Mesa foi sufragada e eleita pelos seus pares para os representar e dirigir nos próximos quatro anos (2016-2020). Acreditamos que os EEER deram uma mensagem que foi clara e inequívoca: é sua vontade dar continuidade às actividades que vinham sendo desenvolvidas pela anterior MCEER e, foi disso elucidativo a aprovação por unanimidade obtida na Assembleia de 24.02.2016 para plano de acção proposto para 2016.

Consideramos existir a necessidade de voltar a analisar e reflectir sobre o "estado da arte" da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Recordando o passado indelével que é de uma riqueza extraordinária e nos criou oportunidades únicas posicionando-nos na linha da frente dos cuidados de saúde em Portugal. Importa recordar que todo o (muito) trabalho desenvolvido pelos EEER ao longo dos últimos anos, só o foi possível num processo inclusivo, com a colaboração empenhada de todos, de todo o País, de todos os contextos e de todas as sensibilidades profissionais.

Assim e porque neste último ano, muitos tem sido os desafios, contratempos e constrangimentos que se tem colocado, a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (MCEER) solicita aos EEER que mais uma vez demonstrem o seu apoio às actividades definidas por vós, como estruturais para os Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Num projeto que se pretende ambicioso, mas que respeite a articulação e a vontade dos diversos intervenientes e o envolvimento de todos os EEER, em prole da população e dos membros da OE e deste Colégio, a especialidade continuará a crescer e a ser cada vez mais determinante na qualidade e segurança dos cuidados de enfermagem (especializados) dedicados à população.

Obrigado a todos que nos ajudam a honrar o Colégio da Especialidade e a melhorar os Cuidados Especializados em Enfermagem de Reabilitação, servindo cada vez melhor o cidadão.

Porto, 28 de Janeiro de 2017
O Presidente da Mesa do Colégio
da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação



Enfermeiro Belmiro Rocha

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MCEER E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO

O presente documento pretende evidenciar a análise da execução do plano de atividades definido para 2016 e aprovado em assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (CEER). Este relatório pretende dar resposta às atribuições definidas para o Colégio da Especialidade, e às linhas orientadoras definidas e conhecidas à data da elaboração da proposta de plano de atividades para 2016, nomeadamente:

a) Promoção do desenvolvimento profissional,
b) Desenvolvimento de processos de qualidade dos cuidados de enfermagem,
c) Desenvolvimento de instrumentos de apoio aos processos formativos,
d) Promoção da melhoria dos canais de comunicação interna (com os EER) e externa (sociedade e cidadão).

Ao longo deste relatório, descrevem-se as atividades e eventos realizados pela Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (MCEER), sendo apresentado o percurso efetuado, justificados os desvios e avaliados os resultados obtidos em 2016.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2016

3.1 ATIVIDADES INSERIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO MANDATO

3.1.1 Aproximar a Ordem dos Enfermeiros dos enfermeiros e cidadãos

À semelhança dos anos anteriores, este objetivo sempre constituiu uma prioridade de intervenção deste Colégio traduzida na preocupação em dar respostas o mais rapidamente possível e em estreita ligação com os contextos e sociedade/cidadãos. Neste sentido, procurou-se dar respostas céleres às solicitações dos membros por via eletrónica, informação considerada pertinente. Neste sentido, procurou-se dar respostas céleres às solicitações dos membros.

Em 2016 foram emitidos, **6** pareceres:

A proximidade com os EEER e com os cidadãos foi realizada através da comemoração de efemeridades, participação em eventos de proximidade que procuraram levar os diferentes EEER ao contacto direto com os cidadãos e com os membros da MCEER e visita de acompanhamento do exercício profissional (VAEP), em parceria com a Secção Regional Norte/OE.

Neste âmbito, evidencia-se a participação da MCEER em diversos eventos:

Evento	Local	Presença	Data
Sessão solene de abertura do 6º Congresso de Enfermagem de Reabilitação subordinado ao tema "Reabilitar para a Vida".	Viseu	José Manuel Correia	28.01.2016
Sessão solene de abertura nas I Jornadas de Reabilitação na ESSE de Santa Maria	Porto	Belmiro Rocha	15.04.2016
Sessão solene de abertura no II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, sob o tema: «A Pessoa, função e autonomia - Reabilitar nos processos de Transição no Ciclo de vida»,	Coimbra	Belmiro Rocha	10.03.2016
Sessão solene de abertura nas I Jornadas de Reabilitação da Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria	Lisboa	Júlio Gomes	15.04.2016
Comemoração do dia Internacional da Hipertensão, no Centro Hospitalar Baixo Vouga	Aveiro	Belmiro Rocha	17.05.2016
Comemoração do Dia Nacional do Doente com AVC do Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital de São Bernardo)	Setúbal	Júlio Gomes	31.03.2016
Comemoração do Dia Nacional do Doente com AVC do Centro Hospitalar Lisboa Norte	Lisboa	Helena Pestana	31.03.2016
XI Jornadas de Urologia para Medicina Geral e Familiar e VI Jornadas de Enfermagem Urológica, do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho	VNGaia	Belmiro Rocha	15.04.2016
Congresso de Enfermagem de Reabilitação - Reabilidades X	Porto	Belmiro Rocha	02.06.2016
Mesa redonda VII – Associação NOVAMENTE na Fundação Calouste Gulbenkian	Lisboa	Helena Pestana	26.09.2016
3.º Congresso Mundial de Investigação em Saúde - ESS Viseu	Viseu	Belmiro Rocha	20.09.2016
Sessão solene de abertura nas I Jornadas de Enfermeiros Especialistas em Reabilitação do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE	Lisboa	Helena Pestana	18.11.2016

3.1.2 Modernizar Estrutura Interna da Ordem dos Enfermeiros

Verificou-se ainda que o número de consultas do *microsite* foi de **3989** dados ligeiramente inferiores a 2015.

Apesar da disponibilidade demonstrada pelos colegas de integrar e participar nos grupos de trabalho aprovados em plano de acção de 2016 verifica-se que neste momento estimado que o número de dinamizadores/interlocutores seja de **15**; o que representa um decréscimo de participação em cerca de 70% relativamente a 2015 (em 2015 existiam cerca de 50 que correspondeu a um aumento de cerca 147%, em 2014 existiam cerca de 39 o que correspondeu a um aumento 134%) o que é indicador dos momentos difíceis/conturbados vivenciados pelo CEER dentro da própria profissão.

3.1.3 Promover a visibilidade e valor social da Enfermagem

As atividades realizadas para atingir deste objetivo estratégico estiveram diretamente relacionados com a intervenção dos EEER em proximidade com os cidadãos e os colegas do colégio. Assim, foram realizados eventos comemorativos de efemérides, no sentido de evidenciar a importância da intervenção do EEER para obtenção de ganhos em Saúde. Os referidos eventos tiveram com um dos objectivos envolver o maior número de cidadãos e organizações promovendo assim simultaneamente a proximidade e visibilidade dos resultados obtidos com a intervenção do EEER.

Nestas atividades desenvolvidas em parceria com as Instituições locais e com o apoio regular e empenhado da Associação Portuguesa dos Enfermeiros de Reabilitação (APER), foram envolvidos os EEER e as comunidades locais, nomeadamente organizações de saúde, autarquias, escolas e associações de doentes entre outras, bem como a divulgação de diversos conteúdos alusivos á data, na imprensa escrita.

De realçar ainda, as boas relações que se foram constituindo com sociedades científicas e associações de profissionais, revelando um processo importante de aproximação do CEER à sociedade civil, com a consequente promoção da imagem dos enfermeiros.

Os eventos tiveram lugar em:

- **Porto** - Dia Internacional da pessoa com Esclerose Múltipla;
- **Aveiro**- Dia Internacional do Acidente Vascular Cerebral;
- **Gaia**- Dia Internacional do Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica;
- **Viseu** -Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

3.1.4 Garantir a segurança e Qualidade dos Cuidados através da efetiva regulação do Exercício Profissional

No âmbito do desígnio fundamental da OE de promover a defesa da qualidade dos cuidados de Enfermagem prestados à população, e na prossecução das competências dos órgãos regionais a MCEER realizou 1 visita de acompanhamento do exercício profissional (VAEP) a Unidade de AVC – Unidade Local de Saúde do Alto Minho, em conjunto com a Secção Regional do Norte da OE. Os enfermeiros continuam a relatar à OE a existência de dotações inseguras, o que tem motivado a maioria das VAEP realizadas pela MCEER. A problemática das dotações e da organização dos cuidados de enfermagem de reabilitação é transversal a toda a tipologia de prestação de cuidados.

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

A MCEER consciente de que garantir ao cidadão a segurança e a qualidade dos Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação é uma das responsabilidades dos EEER, propôs na Assembleia Geral do Colégio, em 24 de Fevereiro de 2016, a manutenção dos seguintes grupos de trabalho:

- Áreas de Investigação prioritárias para a Enfermagem de Reabilitação;
- Programa Formativo de Enfermagem de Reabilitação;
- Padrão Documental da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação;
- Instrumentos de Colheita de Dados para a documentação dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação
- Core de Indicadores dos Padrões de Qualidade dos Cuidados para a Enfermagem de Reabilitação;
- Dotações seguras na prestação de Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação.

Com o objectivo de assegurar a atualização e pertinência destes documentos que considera estruturantes e estruturadores para as melhores praticas clinicas:

Enquadrado na regulação profissional e na prossecução da atribuição, a MCEER desenvolveu, ainda, as seguintes atividades:

Designação da comissão de apoio técnico, de acordo com o estatuto da OE, mas ainda não nomeada pelo Conselho Diretivo

Elaboração de pareceres e pronúncias:

- **Parecer n.º 01/2016 –** Apreciação do Plano de Estudos do Mestrado em Enfermagem da Área de Especialização em Enfermagem de Reabilitação do Curso de Mestrado em Associação;
- **Parecer n.º 02/2016 –** Apreciação Curso técnico de superior área recuperação funcional desportiva do ISS do Alto Ave
- **Parecer n.º 03/2016 –** Apreciação Curso técnico de superior área recuperação funcional desportiva da ESE Santa Maria;
- **Parecer n.º 04/2016 -** Utilização de dispositivos respiratórios e de ventilação na prestação de cuidados EER no âmbito da reabilitação respiratória;
- **Parecer n.º 05/2016 -** Enfermagem e Pilates;
- **Parecer n.º 06/2016 -** Utilização da osteopatia nos cuidados prestados por EEER

Reuniões da MCEER:

- **11** Reuniões ordinárias;
- **1** Reunião Extraordinária.

Reuniões internas da OE:

- Participação no Encontro dos Órgãos Estatutários da Ordem dos Enfermeiros;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Qualidade do Conselho de Enfermagem;
- Participação em 1 reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Angelina Francisco;
- Realizada 1 Reunião com a Senhora Bastonária, com a Vice-Presidente do Conselho Diretivo e Tesoureiro da OE;
- Reunião com a ADSE, no âmbito do protocolo de actos (reembolso) de EEER;

a. <u>Organização de Grupos de Trabalho e eventos</u>

Neste âmbito, e por indicação da MCEER, foram nomeados pela OE, estando ainda em processo de desenvolvimento:

- **GOBP - Reabilitação Cardíaca** grupo de trabalho constituído por: **Carina Rebelo, Fátima Marques, Sandra Pestana** e **Vítor Hugo Ferreira** coordenado por **Manuel Costa);**

e renomeados os seguintes grupos de trabalho:

- **GOBP - Cuidados de Enfermagem de Reabilitação à pessoa com alterações respiratórias**" (grupo de trabalho constituído por: **Maria de Fátima Ferreira, Maria do Rosário Sousa, Sónia da Rocha e Luís Gaspar** e **Alice Fernandes** coordenado por **Dulce Ferreira);**
- **GOBP - Reeducação para autocuidado da pessoa em situação de doença neurológica** (grupo de trabalho constituído por: **Bruno Costa, Cidália Maia, Domingos Malta** e **Maria João Duarte** coordenado por **Elisabeth Sousa);**

Apesar de propostos pela MCEER **não foi autorizado** pelo CD da OE a constituição dos seguintes grupos de trabalho já aprovados em assembleia do colégio e posteriormente em Assembleia Geral magna da OE:

- **Áreas de Investigação em Enfermagem de Reabilitação**
- **Percursos Formativos para a Especialidade em Enfermagem de Reabilitação.**
- **Dotações Seguras em Enfermagem de Reabilitação**
- **Bilhetes de identidade de indicadores do core de indicadores por categoria de enunciados descritivos dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem de Reabilitação**
- **Padrão de documentação dos Cuidados de Enfermagem Especializados em Enfermagem de Reabilitação**
- **Definição e análise de instrumentos de colheita de dados para documentação dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação**

Eventos promovidos:

- 1.ª Assembleia do CEER no **<u>Lisboa</u>** (26.02.2016);
- Dia Mundial da pessoa com Esclerose Múltipla realizado no **<u>Porto e em Coimbra</u>** (27.05.2016);
- Dia Internacional do Acidente Vascular Cerebral (AVC) realizado em **<u>Aveiro</u>** (29.10.2016);
- Dia Internacional da Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), realizado em **<u>Gaia</u>** (19.11.2016);
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, realizado pela APER com apoio da MCEER, em **<u>Viseu</u>** (03.12.2015).

3.1.5 Relação com o Plano de Atividades para 2016:

Considerando o que estava previsto em plano, constata-se que ele NÃO foi cumprido na sua globalidade, como está descrito em alguns pontos acima, apesar de todas as diligências desenvolvidas junto dos diferentes interlocutores para com a MCEER e junto do CD no sentido de garantir a sua execução. É relevante a não autorização pelo CD da realização de parceria com a APER, previamente prevista e aprovada em AG da MCEER e AG da OE, na realização do Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação.

4. CONCLUSÕES E DESAFIOS PARA 2017

Conclusão e breve discussão global do realizado

Um dos aspetos que tem surgido de forma recorrente nos discursos da OE é que ninguém está sozinho!! Cremos, que isto diz respeito à necessidade de envolver todos os enfermeiros (de todos os contextos, do passado, ao presente...) nos processos identitários da profissão, tornando-os protagonistas na construção da Enfermagem. Esse apelo surge em resposta às críticas feitas no passado à OE, por esta estar muito fechada sobre si mesma e, sem respostas para a realidade socioeconómica da profissão no mundo de hoje. Urge por isso que os enfermeiros retomem as rédeas e comandem os desígnios da profissão de modo integrado e de forma contextualizada a aproximá-los dos cidadãos, garantindo-lhes a segurança e qualidade dos cuidados que prestam e a dignidade da própria profissão.

Este é também uma das missões da MCEER numa área específica dos cuidados prestados à população.

Neste sentido é difícil explicar o incompreensível, ou seja, a não autorização das propostas efetuadas e aprovadas em sede de Assembleia do Colégio, como por ex. o desenvolvimento de trabalhos/grupos de caris técnico no âmbito da Especialidade ou até de propostas com imperativo estatutário como é o caso da nomeação da comissão de apoio técnico à mesa, já designada pela MCEER. Apesar das múltiplas interposições colocadas junto CD no sentido de compreender a razão da tomada decisão, não foram por nós entendidas. A profissão por contingências várias, tem passado por alguns momentos muito complexos, é disso exemplo o caminho e o envolvimento de muitos EEER na conquista da autonomia dos CEER e manutenção desta como Especialidade em Enfermagem.

Hoje, parece que vivemos novamente tempos complexos, com desvalorização da Especialidade e do Órgão que a representa. Ontem, como hoje, as dificuldades não estão fora, mas dentro da Enfermagem.

Em suma, traçando um primeiro olhar sobre a análise do planeado e efectuado neste último ano, e considerando realizado percebemos que ficamos muito aquém das expectativas. Contudo, recordamos que o CEER sempre soube afirmar-se e estar na linha da frente sendo disso exemplo a participação empenhada de um conjunto vasto de membros do Colégio, de todas as sensibilidades e contextos, que, com muito trabalho e competência, têm sido capazes de construir vários instrumentos estruturantes que, parece, se revelam muito importantes para as mudanças que se avizinham.

É necessário não perder o que foi conquistado até ao momento e continuar a integrar os colegas nas diferentes atividades desenvolvidas pela OE no sentido destes se apropriarem mais facilmente dos documentos produzidos e serem eles próprios a criarem e aceitarem desafios que se colocam à Enfermagem de Reabilitação.

Para isso é fundamental que a própria OE saiba relevar o papel do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação e a MCEER que ele elegeu.

Para isso é fundamental que sejam os EEER a valorizar e defender os cuidados de Enfermagem de Reabilitação.

Para isso, é fundamental que ninguém esteja sozinho ...

Os desafios de 2017

Tendo presente os desafios que se colocam à profissão e à OE, nomeadamente no que concerne a articulação construtiva com o CD, dotações seguras, desenvolvimento do DPT, programa formativo e valorização social e profissional do papel do EEER, considera-se fundamental a melhoria significativa da estratégia de proximidade e inclusão com **todos** os membros do Colégio, a atempada e efetiva autorização do plano de atividades aprovado em Assembleia Geral bem como a valorização do papel da MCEER, eleita pelo seu Colégio.

Temos ainda a real espectativa que em 2017 teremos melhores condições para a regulação do exercício profissional, para a importância do EEER na obtenção de bons resultados em saúde e para melhorar a promoção do desenvolvimento científico da especialidade e de todos os membros do colégio.

Acresce dizer que o percurso deste ano só foi possível com a colaboração de muitos EEER que se empenharam e envolveram profundamente nos desafios que se lhes colocaram.

Obrigado a todos quantos que souberam valorizar e foram capazes de colaborar com o Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação e a MCEER.

APÊNDICE 10

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADO POR MAIORIA, SEM ALTERAÇÕES NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA, NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2017, EM BRAGA

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica

SUMÁRIO:

0. NOTA INTRODUTÓRIA 2

2. ACTIVIDADES CONCRETIZADAS 3

NOTA FINAL 6

0. NOTA INTRODUTÓRIA

Os Colégios de Especialidade são os órgãos profissionais especializados, constituídos pelos membros da Ordem que detenham o título profissional da respetiva especialidade (Artigo 39.º dos Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

Cada Colégio elege uma mesa, com um presidente e dois secretários, por sufrágio directo, secreto e periódico de entre os membros detentores da especialidade (Artigo 41.º dos Estatuto da Ordem, dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

Cada Colégio deve designar uma Comissão de Apoio Técnico (CAT), constituída por cinco membros da respectiva especialidade, um por secção regional, destinada a prestar assessoria técnica e científica (Artigo 42.º dos Estatuto da Ordem, dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

A missão do Colégio centra-se no desenvolvimento das diferentes competências estabelecidas n.º 1 do Artigo 42.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, nas quais:

- Promover o desenvolvimento das relações científicas e profissionais, entre os membros da especialidade;
- Elaborar estudos sobre assuntos específicos da especialidade;
- Definir as competências específicas da especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, a propor ao conselho directivo;
- Elaborar os programas formativos da especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, a propor ao conselho directivo;
- Acompanhar o exercício profissional especializado em Enfermagem Médico-Cirúrgica em articulação com os conselhos de enfermagem regionais;
- Definir padrões de qualidade de cuidados de enfermagem especializados e zelar pela sua observância no exercício profissional especializado.

O documento que a seguir de segue reflecte o trabalho de uma equipa, em articulação com os restantes órgãos da Ordem dos Enfermeiros, tendo por base o plano de actividades proposto em 2016 e aprovado em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica a 05 de Março de 2016.

1. ACTIVIDADES CONCRETIZADAS

Tendo presente o plano de actividade proposto para o 2016, realizou-se este documento, expondo as actividades concretizadas.

DOMINIO OPERACIONAL: Prestação de Cuidados

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Criação da Comissão Organizadora e Comissão Científica do IV Encontro do Colégio da Especialidade de EMC;
- Nomeação através da NI CD n.º 23/2016, da Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, para o Mandato 2016-2019.
- Reunião de trabalho com a Comissão de Apoio Técnico (CAT) no sentido de definir áreas de interesse para o desenvolvimento de Guias de Boas Práticas Clínicas:
  - Diálise Peritoneal: um passo para a autonomia da pessoa;
  - O Processo de Transição com Cuidados Especializados na Vivência da Quimioterapia;
  - ECMO: um novo desafio para a prática especializada.
- Disponibilização da Mesa do Colégio (a todas as Secções Regionais) para a realização de visitas de acompanhamento às Unidades de Cuidados de forma a monitorizar o percurso profissional dos membros do Colégio;
- Emissão de Pareceres na área técnica do Colégio, envolvendo peritos:
  - Parecer nº 03/2016
  - Parecer nº 04/2016
  - Parecer nº 06/2016
  - Parecer nº 07/2016
- Reunião de trabalho com associações e/ou sociedades relevantes para a actividade do Colégio;
- Convite a diversas Associações para participarem no IV Encontro de Enfermeiros Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica;
- Reunião de trabalho com outros Órgãos da Ordem;
- Integração da MCEEMC na Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem;
- Participação nas reuniões na Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (4 no total).

DOMINIO OPERACIONAL: Investigação

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Integração da MCEEMC na Comissão de Investigação e Desenvolvimento;
- Participação nas reuniões com Comissão de Investigação e Desenvolvimento (4 no total);
- Desenvolvimento de trabalhos de investigação em articulação com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento;
- Realização do estudo piloto: Percepção sobre o desenvolvimento da Especialidade em Enfermagem Médico-Cirúrgica;
- Colaboração no desenvolvimento e divulgação de estudos científicos relevantes para o colégio;
- Participação em debates a nível regional e nacional:
  - Debate: "Impacto socioeconómico no tratamento de feridas" no âmbito do XII Congresso GAIF - "Do texto do contexto: Gold Standard do tratamento de feridas", em Lisboa – Em representação da Senhora Bastonária;

- Debate organizado pelo Conselho de Enfermagem, sobre: "Ensino de Enfermagem: Politécnico/Universitário", em Lisboa;
- "Conversas em Fim de Tarde" Debate: Emergência Pré-Hospitalar: Realidades e Necessidades, decorrido no Auditório da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança.

- Desenvolvimento de trabalho de proximidade com associações científicas relevantes para o colégio.
- Divulgação e partilha de experiências da prática clínica no âmbito da Enfermagem Médico-Cirúrgica (IV Encontro do Colégio do Colégio da Especialidade de EMC e pedidos individuais).

DOMINIO OPERACIONAL: Docência

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Apreciação das propostas de restruturação curricular dos planos de estudos dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e de Cursos de Mestrados em Enfermagem Médico-Cirúrgica:
  - Parecer n.º 01/2016
  - Parecer n.º 02/2016
  - Parecer n.º 05/2016
- Participação em eventos científicos, organizados por instituições de ensino de enfermagem que contribuam para o desenvolvimento da Enfermagem Médico-Cirúrgica:
  - Comemoração do Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica: 6 anos - 100 dissertações, em Coimbra;
  - II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, sobre a Enfermagem Avançada: a reabilitação no ciclo de vida - que articulação? Congresso realizado em Coimbra, com convite de todas as Mesas dos Colégios da Ordem dos Enfermeiros.

DOMINIO OPERACIONAL: Formação

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Auscultação das necessidades formativas de todos os enfermeiros (em parceria com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento e Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem) para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades dos membros do Colégio;
- Participação e divulgação de programas formativos relevantes para o Colégio;
- Organização do IV Encontro do Colégio da Especialidade de EMC com o tema: "Gente que Cuida de Gente em Contexto da Prática Especializada, com oferta de Workshops: Ventilação não invasiva e Tratamento de feridas com recurso à terapia com pressão negativa.

DOMINIO OPERACIONAL: Assessoria

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Emissão de resposta a pedidos de esclarecimento e/ou pareceres na área científica, técnica e profissional, com divulgação dos mesmos no micro *webpage* do Colégio;
- Divulgação das actividades desenvolvidas pelo colégio EMC ou de áreas de interesse do Colégio;
- Representação do Colégio em eventos:
  - Tomada de posse dos novos Órgãos Sociais para o Mandato (2016/2019), em Vieira de Leiria;
  - Reunião sobre o Plano anual de operacionalização das prioridades consignadas na estratégia integrada para as doenças raras 2015-2020;
  - Conferência da AEEEMC: "Redes de colaboração e produção de conhecimento em Enfermagem Médico-Cirúrgica", em Coimbra;
  - IX Congresso Nacional de Cirurgia Ambulatória, para integrar a Mesa redonda com a palestra sobre: "Especialidades de Enfermagem Peri-operatória", em representação da Senhora Bastonária. Realizado em Portimão;
  - XII Congresso GAIF - "Do texto do contexto: Gold Standard do tratamento de feridas", em Lisboa – Em representação da Senhora Bastonária;
  - II Jornadas de Enfermagem Cirúrgica sobre: a Complexidade do Doente Cirúrgico – Estratégias de Qualidade e Segurança, em Évora, em representação da Senhora Bastonária;
  - *Workshop* Dotações Seguras – organizado pelo Conselho de Enfermagem, em Lisboa;
- Dinamização do micro *webpage* do Colégio como veículo de transmissão da informação produzida;
- Colaboração na definição de estratégias para a concepção e gestão de programas de desenvolvimento da área de especialidade;
- Participação em reuniões com outros Órgãos da Ordem dos Enfermeiros.

DOMINIO OPERACIONAL: Gestão

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Colaboração com os membros do Colégio na definição de estratégias para a concepção, gestão e liderança dos cuidados especializados de enfermagem;
- Promoção da articulação com as Instituições de Ensino de Enfermagem, ou outras, para o desenvolvimento de métodos e técnicas de planeamento, implementação e gestão de equipas.

DOMINIO OPERACIONAL: Actividades Correntes e/ou Actividades de Suporte

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS:

- Realização de Assembleia da Mesa do Colégio;
- Elaboração e submissão do plano de actividades do Colégio para o ano 2017;
- Realização de 12 reuniões ordinárias, 1 reunião extraordinária e 1 reunião com a Comissão de Apoio Técnico à MCEEMC;
- Resposta ao expediente da MCEEMC;
- Resposta ao plano de actividades do Colégio.

NOTA FINAL

Estamos cientes que este ano de trabalho teve apenas um pequeno contributo nas necessidades de mudança e evolução da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Foi um ano de integração e aprendizagem, marcado pela complexidade dos contextos sociais, profissionais e pessoais, sublinhando o espírito de entreajuda, a dedicação, a parceria e a amizade que norteou o trabalho dos elementos da Mesa.

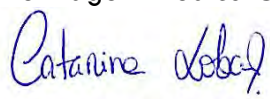
No sentido de continuidade, queremos que seja possível optimizar o trabalho já realizado e responder aos novos desafios com que se defronta a especialidade.

Para crescermos contamos com o contributo de todos os membros do Colégio.

Seja participativo! Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões.

Braga, 21 de Janeiro de 2017

A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem Médico-Cirúrgica



Enf.ª Catarina Alexandra Lobão

APÊNDICE 11

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2016 - COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA

ASSEMBLEIA
DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

APROVADO SEM ALTERAÇÕES, POR MAIORIA NA 2ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA, NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2017, NO PORTO

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária (MCEEC), ao apresentar o seu relatório de actividades, cumpre uma obrigação estatutária e apresenta aos membros do Colégio informação detalhada sobre o trabalho realizado durante o ano de 2016.

O presente documento descreve as actividades e eventos desenvolvidos pela MCEEC, em articulação com os órgãos da Ordem dos Enfermeiros, e pretende analisar a execução do plano de actividades aprovado para 2016 em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária (CEEC) em 04 de Março de 2016, justificando os desvios.

Este ano de início de mandato, revestiu-se de algumas particularidades, que se reflectiram em dificuldades para a execução atempada de muitas das actividades que integram o plano de actividades. E desde logo, o encurtamento do espaço temporal, bem como a efectivação da articulação necessária com outros órgãos da OE.

Estes constrangimentos, que não foram por nós considerados a quando da aprovação do plano de actividades, levaram-nos a repensar algumas das actividades planeadas e a refletir sobre a oportunidade da sua realização.

Relatório de Actividades do ano 2016

Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

1. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ACTIVIDADES 2016

1.1. ACTIVIDADES INSERIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO MANDATO

1.1.1. Aproximar a Ordem dos Enfermeiros aos enfermeiros e cidadãos

- Participação na reunião com a Unidades de Saúde Familiar Associação Nacional (USF-AN) e com o representante do Ministério da Saúde para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários para discutir a Especialidade de Enfermagem de Saúde Familiar em 04/05/2016.
- Foram feitos contactos com a Associação Portuguesa de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Comunitária, que não demonstraram disponibilidade em reunir.
- Foi enviado e-mail às Secções Regionais a informar a disponibilidade da Mesa para estar presente nas Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional Especializado.
- Participação na Visita Conjunta com o Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros, Conselho de enfermagem, Conselho Directivo da Secção Regional Sul, USF – AN, Associação de Unidades de Cuidados na Comunidade (AUCC) e Representante do Ministério da Saúde para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários como observador, aos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) de Oeiras dia 27 de Setembro de 2016 e Lisboa Central dia 28 de Setembro de 2016.
- Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional em conjunto com o Presidente da Secção Regional Sul ao ACES Loures Odivelas, dia 27 de Dezembro de 2016.
- A mesa esteve representada nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, tanto a nível Nacional como Regional, nas secções Norte e Centro.
- Realizado o Encontro de Boas Práticas da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária com o tema "O Enfermeiro de Família", a 24 de Novembro de 2016, em Leiria.
- Não foi possível a descentralização das reuniões da Mesa, quer por indisponibilidade das Secções Regionais, quer da própria Mesa.
- Foi reactivado o correio electrónico do Colégio.
- O *microsite* do Colégio foi utilizado para divulgação de informação relevante, vai sofrer um processo de actualização no sentido de se tornar mais atractivo e interactivo.
- Foi também nossa preocupação dar respostas céleres às solicitações dos membros.

1.1.2. Promover a Segurança e Qualidade dos Cuidados através da efectiva Regulação do Exercício Profissional

O Seminário sobre competências do Enfermeiro de Família na Secção Regional Sul foi englobado no Encontro de Boas Práticas Nacional, em Leiria.

Reunião dos membros do grupo de acompanhamento para a implementação da atividade do Enfermeiro de Família através de experiências piloto a 08 de Junho de 2016, em Lisboa.

Participação na Formação de Esclarecimento sobre a actual Reforma dos Cuidados de Saúde Primários com o Representante do Ministério da Saúde, convocada pelo Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros, a 07 de Outubro de 2016.

Presença da Mesa no evento à conversa com Enfermeiros: ao Encontro da Enfermagem na escola, organizado pela Secção Regional do Norte, no dia 25 de Novembro de 2016, no Porto.

1.1.3 Intervir na Qualidade e Promover Desenvolvimento Profissional

- Reunião com a Comissão de Apoio Técnico da Mesa, dia 16 de Dezembro de 2016, em Lisboa.
- Participação no grupo de trabalho para a certificação dos primeiros algoritmos de triagem telefónica portugueses.
- Participação no Seminário: *A Pessoa Idosa Respostas na Comunidade*, em 03 de Março de 2016, em Lisboa.
- Participação em Mesa Redonda no II Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, dia 12 de Março de 2016, em Coimbra.
- Participação da Mesa nas comemorações do Dia Mundial da Criança, a pedido da Secção Regional Norte, no dia 30 de Maio de 2016.
- Participação no 6º Encontro da UCC Seixal no Debate Novas Responsabilidades/Aumento de Competências.
- Nomeação da Presidente da Mesa para a Comissão Cientifica do encontro EurHeCa, a decorrer em 2017, em Portugal.
- Reuniões com o Grupo Técnico param o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro de Família ao abrigo do despacho n.º 3823/2016 do Ministério da Saúde.
- Reuniões internas na Ordem param a criação da Especialidade de Enfermeiro Especialista em Saúde Familiar.
- Participação da Mesa na integração do grupo técnico para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro de Família ao abrigo do despacho n.º 3823/2016 do Ministério da Saúde.
- Foi constituído grupo de peritos para a Reforma das Unidades de Saúde Pública, coordenado pela Enfermeira Angelina Francisco do Conselho Directivo e membro do Colégio, em colaboração e com o apoio da Mesa.
- Presença da Mesa no dia Internacional e Europeu da Luta Contra a Obesidade, dia 21 de Maio, em Lisboa.
- Presença da Mesa na 1ª Conferência do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico: um olhar atento á saúde dos Portugueses, dia 31 de Maio, em Lisboa.

Ao longo do ano a MCEEC esteve representada nas seguintes reuniões internas da OE:

- Participação no Encontro dos Órgãos Estatuários da Ordem dos Enfermeiros;
- Participação em 11 reuniões ordinárias da MCEEC;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento;
- Participação em 3 reuniões da Comissão de Qualidade do Conselho de Enfermagem;
- Participação em 1 reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Angelina Francisco e Tesoureiro;
- Reunião entre a MCEEC e a MCEESMP, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP, em Julho de 2016
- Reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Silveira Machado, em Agosto de 2016;
- Reunião com a Interlocutora do CD/MCEE, Enfermeira Graça Silveira Machado, e a Mesa do Colégio de Enfermagem Comunitária, no âmbito da Psicoterapia como competência acrescida do EESMP, em Novembro 2016;
- Reunião com a Senhora Bastonária, Enfermeira Ana Rita Cavaco, em Dezembro 2016

2. NOTA FINAL

O ano de 2016 correspondeu ao primeiro ano de mandato 2016-2019. Foi um ano de integração e aprendizagem que correspondeu a um pequeno contributo para o desenvolvimento da Enfermagem e evolução da Especialidade de Enfermagem Comunitária.

As actividades realizadas, cumpriram globalmente os objectivos traçados no plano para 2016 e aprovado em Assembleia do Colégio.

E, porque o Colégio somos todos nós, contamos com a colaboração de cada um, encarando a proximidade entre a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária e os membros do Colégio como uma prioridade para o mandato 2016-2019.

Contamos com o contributo de todos os membros do Colégio.

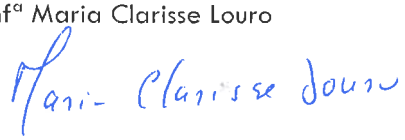
Faça-nos chegar os projectos em que está envolvido.

Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões.

Seja participativo.

Porto, 28 de Janeiro de 2017
A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem de Comunitária

Enfª Maria Clarisse Louro



APÊNDICE 12

RELATÓRIO E CONTAS 2016 - SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

ASSEMBLEIA REGIONAL NORTE

25 DE FEVEREIRO DE 2017

IPB BRAGANÇA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

2016

Aprovado em reunião do Conselho Diretivo Regional Extraordinária de 15 de fevereiro de 2017.

Visto e aprovado em reunião do Conselho Fiscal Regional de 15 de fevereiro de 2017

INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA 4

1. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS 6

2. INVESTIGAÇÃO 15

3. DOCÊNCIA 16

4. FORMAÇÃO 17

5. ASSESSORIA 18

6. GESTÃO 20

7. ACTIVIDADES CORRENTES E ACTIVIDADES DE SUPORTE 21

8. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL 24

9. REDE OE 25

10. RELATÓRIO E CONTAS 27

11. PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE 48

SIGLAS

ACeS – Agrupamento de Centros de Saúde

CE - Conselho de Enfermagem

CHSJ – Centro Hospitalar de São João

CJR – Conselho Jurisdicional Regional

CLE – Curso de Licenciatura em Enfermagem

ESE – Escola Superior de Enfermagem

ESEDJTMM - Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado

ISAVE – Instituto Superior de Saúde do Alto Ave

OE – Ordem dos Enfermeiros

PQCE - Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SRN - Secção Regional do Norte

SRRAA – Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros

SRRAM - Secção Regional da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

VAEP - Visita de Acompanhamento ao Exercício Profissional

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Efemérides alusivas à Saúde

Quadro 2 – Eventos descentralizados

Quadro 3 – Eventos exteriores organizados pela SRN

Quadro 4 – Representações da SRN

Quadro 5 – Reuniões com entidades

Quadro 6 – Apresentação de cumprimentos

Quadro 7 - Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

Quadro 8 – Cerimónias de Vinculação à Profissão

Quadro 9 - Membros Ativos em 31 de Dezembro

Quadro 10 - Inscrições entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 11 - Admissões entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 12 - Outros dados entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 13 - Titulo Cuidados Gerais ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 14 - Títulos de Especialistas ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 15 - Títulos Cuidados Gerais NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 16 - Títulos de Especialistas NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

NOTA INTRODUTÓRIA

A regulamentação da profissão de enfermagem vincula-se na interseção entre a base científica da disciplina com as várias áreas do saber, como a ética, a moral e o definido pela legislação.

A Secção Regional do Norte (SRN) insere-se na Ordem dos Enfermeiros (OE) que, sendo uma associação pública profissional livre e autónoma, representa todos os membros jurídica e profissionalmente. Esta SRN tem, em conformidade com o previsto no artigo 2° do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, atuação correspondente aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

A regulação e supervisão do acesso à profissão de enfermeiro, assim como o exercício profissional nos termos da lei, deontologia, normas e técnicas, e a defesa dos interesses dos seus membros são o pilar de atuação deste órgão regional. Neste sentido, o desenvolvimento de actividades promotoras de proximidade e bem-estar que, em simultâneo, valorizem profissional e cientificamente os seus membros são o foco de atenção. Enquadrando o estatutariamente previsto com as necessidades da sociedade atual consideramos como objetivos estratégicos:

1. defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão

2. regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros

3. representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem

Transportar objetivos estratégicos para a exequibilidade torna-se motivador e complexo pelo que, para a apresentação do presente Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2016 da SRN da OE, foi opção retratá-los nas diversas áreas de atuação dos seus membros assim como da necessidade de relações e logística da SRN que tornarão este processo viável. Assim, o documento encontrar-se-á estruturado de forma a permitir a leitura do que se pretende desenvolver para cada área de atuação: 1) prestação de cuidados; 2) investigação; 3) docência; 4) formação; 5) assessoria; 6) gestão; 7) actividades correntes e de suporte; 8) cooperação institucional e participação em projetos e grupos de trabalho e 9) rede OE. Desde o ponto 1 ao 5 espelham-se as diferentes áreas de atuação

dos enfermeiros. A partir do ponto 7 apresentam-se propósitos que permitem o funcionamento desta estrutura. Paca cada ponto apresentar-se-ão os objetivos operacionais e as actividades a desenvolver.

Cumprindo o que se prevê nas atribuições, competências e funcionamento dos órgãos regionais da OE e respeitando o desígnio do Plano de Ação para o mandato 2016-2019 entendemos que a OE serve para alcançar a valorização profissional dos enfermeiros, incentivando o ensino, a formação profissional e a investigação. Queremos que os enfermeiros sejam o reflexo dessa mudança.

1. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Com base nos objetivos estratégicos apresentados no plano de actividades, na área da prestação de cuidados, foram atingidos os seguintes objectivos:

1. Reforçar a qualificação dos enfermeiros face às necessidades de cuidados de enfermagem da comunidade, ao longo do ciclo vital e em fim de vida:

1.1. Participação na recolha de dados para o diagnóstico sobre o estado de desenvolvimento dos projetos (iniciados, concluídos ou em fase de implementação) no âmbito dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (PQCE);

1.2. Realização de ciclos de partilhas, debates em saúde e eventos de divulgação e difusão da produção científica;

1.3. Emanados relatórios das Visitas de Acompanhamento ao Exercício Profissional (VAEP) com indicação de sugestões a visar a implementação de sistemas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros;

1.4. Efetuada formação interna sobre a norma 533/2014 - Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem com vista à implementação de práticas com garante de qualidade e à qualificação dos membros da SRN;

1.5. Participação na comemoração de efemérides otimizando o contato pela proximidade e a intervenção na comunidade, em conjunto com enfermeiros de diferentes instituições de saúde: dia do enfermeiro; feira das profissões.

Efemérides	Data
Comemorações do Dia Mundial do Enfermeiro	12/mai
Comemorações do Dia Mundial da Criança	1/jun
Comemorações do Dia Mundial do Dador de Sangue – Braga	15/jun

Quadro 1 - Efemérides alusivas à Saúde

2. Fortalecer a visibilidade profissional dos membros da SRN no contexto institucional e na sociedade em geral.

A SRN em visitas de cortesia e de apresentação de cumprimentos a diversas instituições da sua área de abrangência, foram realizadas inúmeras representações formais da SRN por incumbência do CDRN e do Órgão Bastonário assim como marcamos participação temática semanal em meio de comunicação social – Porto Canal na Crónica Ninguém Está Sozinho no Programa Grandes Manhãs.

2.1 Organização de eventos descentralizados na área geográfica da SRN

Eventos descentralizados	Data
Dia Internacional da Enfermeira Especialista de Saúde Materna e Obstétrica / Dia da Parteira	05/mai
Dia Internacional do Enfermeiro - Instituições de saúde do Grande Porto	12/mai
Dia Internacional do Enfermeiros – Centro Materno e Infantil do Norte	12/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança Agrupamento de Escolas de Gondomar	30/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança Agrupamento de Escolas de Gondomar	31/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança Agrupamento de Escolas de Gondomar	01/jun
Comemorações Dia Mundial da Criança Agrupamento de Escolas de Gondomar	02/jun
Comemorações Dia Mundial da Criança	03/jun
Ninguém está sozinho - Nas férias os enfermeiros estão contigo - Valpaços	21/jul
Á Conversa com Enfermeiros - Ao Encontro da Enfermagem na Escola - Porto	25/nov

Quadro 2 - Eventos descentralizados

2.2 Organização de eventos pela SRN

Eventos Organizados pela SRN	Data
Ciclos CJR "Questões em fim de vida"	05/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN em Bragança	07/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN em Vila Real	14/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN em Braga	21/nov
Conversas Fim de Tarde "Comunicação Clínica"- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	30/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN em Viana do Castelo	05/dez

Eventos Organizados pela SRN	Data
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN no Porto	12/dez
Conversas Fim de Tarde "Emergência Pré-Hospitalar: Realidades e Necessidades" – Bragança	20/dez

Quadro 3 - Eventos organizados pela SRN

2.3 Representações e eventos da SRN:

Instituição	Data
Apresentação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar São João, EPE	16/fev
104.º Aniversário da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho	25/fev
Associação Portuguesa de Enfermeiros de Cuidados em Estomaterapia	26/fev
40.º Aniversário Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal	06/mar
Boas Vindas Presidente da República	11/mar
Congresso Europeu de Cuidados de Saúde Primários	11/mar
Bastonária com a Secção Regional do Norte	12/mar
IV Reunião Nacional de Coordenadores de Unidades Clinicas de Ambulatório	14/mar
Inserção no mercado de trabalho Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian da Universidade do Minho	17/mar
Reforma do SNS - Situação atual - Ordem dos Médicos	17 e18 /mar
Sessão Comemorativa 105.º Aniversário da Universidade do Porto	22/mar
Inauguração do Centro Materno-Infantil do Norte	08/abr
Inauguração da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos	09/abr
A Ordem dos Enfermeiros na Promoção da valorização Profissional - ISAVE	14/abr
Sessão Comemorativa do 25º Aniversário da Unidade da Dor Crónica do CHSJ	15/abr
Pós e Contras - Infecções Hospitalares	18/abr
"Eutanásia: Que Legislação?"	20/abr
Encontro de Órgãos Nacionais da Ordem dos Enfermeiros	21 e 22/abr
Conferência Morte Medicamente Assistida - Juventude Socialista de Penafiel	23/abr
Conselho Consultivo Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho	27/abr
Apresentação do livro "A saúde pública e os enfermeiros entre o Vintismo e a Regeneração (1821-1852) "	05/mai
Dia Internacional da Enfermeira Especialista de Saúde Materna e Obstétrica / Dia da Parteira	05/mai
I Encontro UCC Amares	06/mai
Dia Internacional do Enfermeiros - Instituições de saúde do Grande Porto	12/mai
Dia Internacional do Enfermeiros – Centro Materno Infantil do Porto	12/mai
Comemoração Momento Musical na sede da SRN	12/mai
III Congresso Ibérico de Psico-Oncologia – Psicologia Clínica I Psiquiatria I Neurologia	13 e 14/mai
2.º Encontro dos Psicólogos do SNS	20/mai
1º Congresso Internacional de Enfermagem	26 e 27 /mai

Relatório de Actividades e Contas do ano 2016

Instituição	Data
3rd PNAE Congress on Pediatric Nursing	26/mai
1.ª Conferência Escola Superior de Saúde de Santa Maria sobre Gestão de Serviços de Saúde	27/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança	30/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança	31/mai
Comemorações Dia Mundial da Criança	01/jun
4ª Edição da Feira de Emprego e Novas Oportunidades da Universidade Fernando Pessoa	01/jun
Reabilidades X - 10 anos de Reabilidades	02/jun
Comemorações Dia Mundial da Criança	03/jun
3º Congresso Nacional da Associação Católica de Enfermeiros e Profissionais de Saúde	03/jun
Dia Nacional da Itália	04/jun
Encontro de Órgãos Regionais	07/jun
Comemorações do Dia Mundial do Dador de Sangue	15/jun
Kastelo Unidade Pediátrica de Cuidados Continuados e Paliativos - Inauguração	24/jun
Ordem dos Médicos	28/jun
Jornadas de Enfermagem de Saúde Escolar Universidade Católica Portuguesa	01/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem de Vila Real	02/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem Universidade Católica Portuguesa	08/jul
Palestra em Seminário ao 4º ano do CLE da ESEDJTMM	19/jul
Ninguém está sozinho- Nas férias os enfermeiros estão contigo	21/jul
Cerimónia de Vinculação ESEDJTMM	23/jul
Mostra de Emprego de Enfermagem 2016 ESE Porto	26/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem do Porto	28/jul
VII Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa	01 e 02 /set
Cerimónia Solene de Vinculação à Profissão e Homenagem aos Directores das Escolas - SRRAA	11/set
37.º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Homenagem a António Arnaut	15/set
Dia Regional Norte do Engenheiro 2016	17/set
"Abordagem Integrada do Idoso em Estabelecimentos Residenciais para Idosos"	19/set
Sinergias em Saúde - Unidade de Saúde Pública da Unidade Local de Saúde de Matosinhos	21/set
Cerimónia de Vinculação à Profissão dos novos Enfermeiros - SRRAM	21/set
Valorização e Desenvolvimento do Capital Humano da Saúde	23/set
Atribuição do título de Doutor Honoris Causa ao Dr. José Manuel Constantino	26/set
Seminário "Cuidar em Fim de Vida"	26/set
3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses	28/set
Homenagem Dr. Sollari Allegro	30/set
Semana Mundial do Aleitamento Materno 2016	3/out
Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho "Estatuto da Ordem dos Enfermeiros em Debate"	3/out
Dia da Escola Superior de Saúde de Santa Maria	4/out
I Encontro de Enfermagem em Estomaterapia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia /Espinho	06/out
Congresso "Incapacidade(s) e Trabalho(s): Mudar o Paradigma?	07/out
Formação de Esclarecimento sobre a Actual Reforma dos Cuidados de Saúde Primários	07/out

Relatório de Actividades e Contas do ano 2016

Instituição	Data
I Encontro Comemoração Dia Mundial Saúde Mental da UCC Braga Saudável	10/out
Dia Nacional Saúde Mental	10/out
"Comunicação Clinica e Relação de Ajuda"	12/out
III Feira de Emprego Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL	13 e 14/out
Congresso Internacional de Saúde 2016 – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Questões Emergentes em Saúde	13/out
"SeMenteVital II"	13/out
XIII Congresso Português de Transplantação - XV Congresso Luso Brasileiro de Transplantação - II Encontro Ibérico de Transplantação	13/out
IV Jornadas UCC Braga Saudável	14/out
Congresso Internacional de Saúde 2016 – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	15/out
II Encontro de Enfermeiros de Ortopedia da Unidade Local de Saúde de Matosinhos	15/out
Assembleia Geral da EFN	19 e 20/out
Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho "Organizações Profissionais em Enfermagem"	24/out
III Jornadas de Ambulatório "Doente Crónico - Novas Perspetivas"	27/out
Sessão Encerramento Universidade do Porto	28/out
Porto Birth Cohorts Meeting	28/out
Santa Casa de Misericórdia do Porto - Centro Hospitalar Conde Ferreira	28/out
Ciclos CJR "Questões em fim de vida"	05/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN - Bragança	07/nov
XI Encontro de Enfermagem -"A Diabetes- Explorar Novos Horizontes"	11/nov
XXV Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas	11/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN - Vila Real	14/nov
Encontros com a "Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica" no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho	16/nov
Jornadas do Hospital Conde de Bertiandos - Tertúlias da Saúde	17/nov
V Congresso Internacional Saúde: conexões e sustentabilidade para o entendimento global	18/nov
Ação de Sensibilização em Farmacovigilância e Reação Adversa a Medicamentos	18/nov
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN Braga	21/nov
Assinatura do Acordo de Colaboração - Beneficiação da Ala de Pediatria da Unidade II do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho	23/nov
IX Jornadas de Obstetrícia - "Por uma vida melhor..."	24/nov
Jornadas Enfermeiro de Família	24/nov
I Jornadas de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro	25/nov
XII Jornadas de Enfermagem: Reabilitação, Acção e Inovação -	25/nov
Á Conversa com Enfermeiros - Ao Encontro da Enfermagem na Escola	25/nov
I Jornadas de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro - Mirandela	26/nov
Unidade de Medicina da Reprodução 25 anos	26/nov
I Encontro sobre Envelhecimento Ativo - Desafios na Saúde e na Comunidade	28/nov
I Jornadas de Enfermagem de Neurocirurgia - Hospital de Braga	30/nov
Conversas Fim de Tarde "Comunicação Clínica "- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro,	30/nov
1° Encontro das USF de Braga Cuidados de Saúde Primários: Aproximar para Melhor Cuidar	03/dez

Instituição	Data
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN - Viana do Castelo	05/dez
Reforma Hospitalar - Reunião-Debate	12/dez
Workshop "Dotações Seguras"	12/dez
Ciclo de Debates Distritais em Saúde da SRN - Porto	12/dez
Cerimónia de assinatura do Protocolo de colaboração entre Ministério da Saúde e o Grupo de Estudos de Cancro de Cabeça e Pescoço	16/dez
Cerimónia de lançamento da primeira pedra - Construção da nova Unidade de Saúde de Santiago de Bougado (Trofa)	19/dez
Cerimónia de lançamento da primeira pedra - Construção da nova Unidade de Saúde de Baguim do Monte (Gondomar)	19/dez
Conversas Fim de Tarde ""Emergência Pré-Hospitalar: Realidades e Necessidades" - Bragança	20/dez
Início da construção das novas instalações da Unidade de Saúde de Campo - Valongo - cerimónia de lançamento da primeira pedra	30/dez

Quadro 5 – Representações da SRN

2.4 Reuniões com Entidades:

Instituição	Data
Associação Nacional de Enfermeiros do Trabalho	04/abr
Câmara Municipal de Gondomar	4/abr
Plataforma Saúde em Diálogo	05/abr
Administração Regional do Saúde do Norte	25/mai
Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências	25/mai
Reunião Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	25/mai
Centro de Sangue e da Transplantação do Porto	27/mai
Administração Regional do Saúde do Norte	23/jun
ACeS Cávado I - Braga	01/ago
Hospital. N.ª Sra. Guimarães	24/ago
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa	29/ago
Hospital. N.ª Sra. Guimarães	02/set
ERS Indicadores de avaliação SINAS Saúde Mental	6/set
Reunião PSD Vila Real | "Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro"	19/set
Associação Portuguesa de Enfermeiros de Reabilitação	19/set
Elemento da Coordenação Nacional da Reforma Hospitalar do SNS	11/out
Academia de Política Apartidária	9/nov
Administração Regional do Saúde do Norte	13/dez

Quadro 5 – Reuniões com entidades

2.5 Reuniões com Entidades:

Instituição	Data
Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar	16/fev
Associação de Unidades de Cuidados na Comunidade	16/fev
Administração Regional de Saúde do Norte	23/fev

Instituição	Data
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	8/mar
Hospital de Braga	9/mar
UCC Amares	14/mar
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	15/mar
Hospital Nossa Senhora Oliveira - Guimarães	6/abr
Centro Hospitalar do Porto, EPE	11/abr
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	18/abr
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	18/abr
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	19/abr
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	25/mai
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	6/jun

Quadro 6 - Apresentação de cumprimentos

3. Reforçar o apoio aos percursos profissionais dos membros da SRN.

Foram realizadas 38 visitas de acompanhamento ao exercício profissional (VAEP) as instituições das quais resultaram cerca de meia centena de serviços visitados e emanados relatórios das mesmas com indicação de sugestões a visar a implementação de sistemas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros.

Realizados e discutidos valores obtidos pelo cálculo de dotações dos cuidados de enfermagem com vista à implementação de práticas seguras e à qualificação dos membros da SRN.

Participação, com CJR, na recolha de informação que acarrete medidas corretivas e/ou disciplinares conducentes à proteção da dignidade profissional dos membros da SRN, bem como na emissão de orientação a membros.

Foram fornecidos contributos ao Conselho de Enfermagem (CE), para a revisão da norma 533/2014 e na reestruturação do padrão concetual da Estrutura de Idoneidade Formativa.

3.1 Visitas de Acompanhamento ao Exercício Profissional – Cuidados Hospitalares, Primários e Privados

Instituição	Data	Valências
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	8/mar	
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa	18/abr	SIV Amarante
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	19/abr	Cuidados Intensivos Neonatais e Medicina 3
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	26/abr	Núcleos de Partos/Urgência do CMIN
Hospital de Braga	28/abr	Cirurgia Geral/Bloco Operatório/ Urgência
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro	24/mai	Cuidados Intensivos/Cuidados Intermédios

Centro Hospitalar Tâmega e Sousa	06/jun	SIV Amarante
Centro de Respostas Integradas de Braga	08/jun	
Hospital N.ª Sra. Guimarães	13/jun	Serviços de Urgência, Medicina e Neurologia/Pneumologia
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	21/jun	Serviço de Pediatria
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	22/jun	Bloco Operatório
Centro Hospitalar Médio Ave	27/jun	SIV Urgência
ACeS Cávado III - Barcelos/Esposende - USF St.º António	28/jun	
Unidade Local de Saúde Nordeste	30/jun	Serviço Ortopedia
Centro de Acolhimento "O POVERELLO"	07/jul	
Lar Evangélico	08/jul	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Conde de Bertiandos	18/jul	Serviço Medicina
Centro Hospitalar de São João	20/jul	Serviço de Urologia
Hospital de Braga	22/jul	Pediatria
Wecare Póvoa de Varzim	25/jul	Unidade da RNCCI
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa	29/jul	Serviço de Cardiologia
Centro Hospitalar do Porto	01/set	Serviço Bloco Operatório
Centro Hospitalar de São João	07/set	Serviço de Urologia
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Unidade St.ª Luzia	12/set	Serviços Medicina e Urgência e Unidade de AVC
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro - Unidade de Chaves	14/set	Serviços Urgência, Bloco Operatório e Medicina
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	15/set	Bloco de Partos
Centro de Acolhimento "O POVERELLO"	06/out	
Centro Hospitalar de São João	18/out	Serviço de Obstetrícia e Cardiologia
Unidade Longa Duração e Média de Vila Flor	19/out	
Unidade Local de Saúde Nordeste – Hospital de Mirandela		
Centro Hospitalar do Porto	25/out	Serviço de Cuidados Intensivos e Endocrinologia
Centro Hospitalar Conde de Ferreira - Misericórdia do Porto	28/out	
Hospital de Braga	03/nov	
Hospital N.ª Sra. Guimarães	04/nov	Serviço de Urgência, Ortopedia/Cirurgia Vascular - Bastonária
Hospital de Braga	21/nov	Obstetrícia
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	13/dez	Bloco de Partos
Centro Hospitalar de São João	14/dez	Serviço de Cardiologia
Centro Hospitalar do Porto	27/dez	Serviço UCIP

4. Dotar as instituições de saúde de Enfermeiros, membros da SRN, qualificados de acordo com as necessidades de cuidados da comunidade envolvente, ao longo do ciclo vital e em fim de vida.

No que diz respeito à implementação, divulgação e apoio da rede de Enfermeiros de Ligação à Ordem (ELO) na SRN – foi realizada reunião a 12 de dezembro com os Coordenadores distritais ELO`S na sede da SRN com o principal objetivo delinear estratégia e planear atividade.

2. INVESTIGAÇÃO

Com base nos objetivos estratégicos apresentados na nota introdutória, na área da investigação, pretendemos:

1. Promover o desenvolvimento e a valorização científica dos membros da SRN.

   1.1 Desenhado, planeado e divulgado ciclo de eventos "No Caminho da Investigação", a contemplar a partilha de produção científica realizada por membros da SRN;

   1.2 Integrada divulgação científica no evento de "À Conversa com Enfermeiros".

2. Promover o desenvolvimento da investigação científica, inovação e desenvolvimento dos membros da SRN de acordo com áreas prioritárias em Enfermagem.

   2.1 Planeada e calendarizada reunião com Escolas Superiores de Enfermagem;

   2.2 Auscultados enfermeiros investigadores sobre a temáticas a integrar os eventos promovidos pela SRN.

3. Promover a colaboração da SRN com centros de investigação, nacionais e internacionais, no domínio científico de Enfermagem.

   3.1 Presença na parceria no âmbito do consórcio *Porto 4Ageing*, Centro de Excelência em Envelhecimento Ativo e Saudável do Porto (com iniciativas locais, nacionais e internacional).

4. Fortalecer a visibilidade profissional e da Enfermagem no seio da comunidade científica.

   4.1 Integrada divulgação científica no evento "À Conversa com Enfermeiros";

   4.2 Presença em eventos científicos em representação de Órgãos Estatutários.

3. DOCÊNCIA

Com base nos objetivos estratégicos apresentados na nota introdutória, na área da docência, pretendemos:

1. Garantir o desenvolvimento do ensino de Enfermagem nos diferentes ciclos de estudos.

1.1 Planeada e calendarizada reunião com escolas Superiores de Enfermagem;

1.2 Colaboração com CE e demais Órgãos Nacionais, por solicitação da A3ES, na emissão de pareceres acerca dos relatórios de avaliação/acreditação de ciclos de estudos em funcionamento (Guiões AACEF);

1.3 Registo e atualização da base de dados de gestão de Enfermeiros de acordo com dados fornecidos pelas instituições de ensino, públicas e privadas, da zona Norte.

4. FORMAÇÃO

Com base nos objetivos estratégicos apresentados na nota introdutória, na área da formação, pretendemos:

1. Promover o desenvolvimento e a valorização científica, técnica, cultural e profissional dos Enfermeiros.

   1.1 Planeados e organizados ciclos de partilhas temáticos descentralizados: "À Conversa com Enfermeiros" e "No Caminho da Investigação";

   1.2 Presença em Cerimónias de Vinculação à Profissão.

Cerimónias	Data
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem de Vila Real – UTAD	02/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem UCP	08/jul
Cerimónia de Vinculação ESE Chaves	23/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Enfermagem do Porto	28/jul
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	30/set
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa	30/set
Cerimónia de Vinculação da Escola Superior de Saúde de Santa Maria	4/out

Quadro 8 - Cerimónias de Vinculação à Profissão

2. Promover o reconhecimento pelas entidades empregadoras da formação dos Enfermeiros ao longo da vida.

   2.1 Entendemos que este aspeto tem sido colmatado aquando das VAEP realizadas através de aconselhamento de formação em serviço.

3. Complementar a formação graduada e pós-graduada dos Enfermeiros.

   3.1 Colaboração com estabelecimentos de ensino na divulgação da OE enquanto organização profissional, e na visibilidade da enfermagem enquanto profissão;

   3.2 Colaboração na criação de regulamento da formação profissional dos enfermeiros, publicado a 9/5/2016.

5. ASSESSORIA

Com base nos objetivos estratégicos apresentados na nota introdutória, na área da prestação de cuidados:

1. Promover o desenvolvimento de medidas de assessoria aos membros da SRN, com vista a um maior envolvimento e proximidade.

   1.1 Orientações documentais, presenciais, via endereço eletrónico e telefónico;

   1.2 Emanados relatórios das VAEP com indicação de sugestões a visar a implementação de sistemas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros;

   1.3 Auscultação de membros sobre os condicionantes da sua prática, fomentando o suporte à tomada de decisão nos diferentes domínios do exercício profissional;

   1.4 Aconselhamento de fontes documentais promotoras do desenvolvimento profissional.

   Criação e regulamentação de Assessoria Jurídica aos membros da SRN:

   43 Atendimentos de consultoria jurídica (presencial e telefónico)

   140 Pronuncias escritas de consultoria jurídica

2 Fomentar a comunicação eficaz entre os Órgãos da OE, os membros da SRN, as Instituições de Saúde e a sociedade.

   2.1 Colaboração na reconfiguração, conceção e divulgação da *newsletter* da SRN: ATUA;

   2.2 Colaboração com o Gabinete de Comunicação e Imagem no uso de estratégias de *brandings* motivadoras;

   2.3 Solicitação e articulação com o Gabinete de Comunicação e Imagem para divulgação de informação diversa, eventos e resumos de ciclos de partilhas com recurso a fontes *web* de informação;

   2.4 Presença na participação temática semanal em meio de comunicação social – Porto Canal (Crónica Ninguém Está Sozinho no Programa Grandes Manhãs), num total de 11 programas.

   2.5 Privilegiada a proximidade com os membros, instituições e sociedade em geral através do contacto presencial e telefónico diário, seja nas instalações da SRN seja no exterior.

3 Actividades desenvolvidas pelo CJR de acordo com as suas áreas de competência

   3.1 O CJR direcionou a sua atividade para dar cumprimento ao disposto no art.º 47º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei nº 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado pelo anexo II à Lei nº 156/2015, de 16 de Setembro.

3.2 Seguindo a metodologia de monitorização contínua dos processos, foi possível e de forma planeada, dar seguimento a todos os processos de "*leges artis*" em fase de instrução na Secção Regional Norte:

Para o ano de 2016 transitou 1 processo de averiguação, que foi arquivado.

Para o ano de 2016 transitaram 9 processos disciplinares, dos quais: 3 aguardam decisão judicial, 3 com despacho de acusação, 2 com despacho de arquivamento e 1 em tramitação.

Em 2016 foram rececionadas 103 participações/queixas, das quais 95 não continham matéria disciplinar tendo dado origem a 18 Reuniões de Acompanhamento Ético e Deontológica e 13 informações a membros, 8 deram origem a processos de "*legis artis*" com a instauração de 8 processos de averiguação e que se encontram em tramitação.

No ano de 2016 não foi registado qualquer requerimento do direito à objeção de consciência na Secção Regional do Norte.

3.3 O CJR participou em algumas VAEP a instituições pertencentes à área geográfica da Secção Regional do Norte, quando solicitadas pelo Conselho Diretivo Regional da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros.

3.4 O CJR teve uma intervenção ativa no aconselhamento ético e deontológicos aos membros, quer através de respostas escritas, quer através de contactos telefónicos e reuniões, pertencentes à área geográfica da SRN.

6. GESTÃO

Com base nos objetivos estratégicos apresentados na nota introdutória, na área da gestão:

1. Promovemos medidas para a gestão participada dos membros da SRN nas instituições de saúde, tendo em conta o Regulamento de Perfil de Competências do Enfermeiro Gestor.

2. Garantimos um sistema de gestão nas instituições de saúde, públicas e privadas da SRN, que permita um processo eficiente e efetivo, de integração, desenvolvimento e avaliação.

    2.1 Prestada colaboração aos Enfermeiros Gestores, membros da SRN, na definição de estratégias de gestão dos cuidados sempre que solicitada e ou identificada a necessidade;

    2.2 Efetuada articulação com diferentes instituições para o desenvolvimento de métodos e técnicas de planeamento, implementação e gestão de equipas de cuidados sempre que solicitado e/ou identificada a necessidade;

    2.3 Prestadas orientações para a delegação e supervisão em contexto de prestação de cuidados sempre que solicitado e ou identificada a necessidade.

7. ACTIVIDADES CORRENTES E ACTIVIDADES DE SUPORTE

A viabilidade de prossecução dos objetivos estratégicos da SRN da OE está diretamente relacionada com diversas actividades que, de seguida, serão enumerados:

Assim:

a) Gerimos de forma eficaz os recursos materiais da SRN.

b) Administramos dos recursos materiais da SRN necessários ao exercício das suas competências.

c) Gestão das infra-estruturas da SRN e dos contratos associados à sua disponibilização.

d) Atualização permanente do inventário e o registo de todo o património da SRN.

e) Gerimos os recursos humanos de forma eficiente.

f) Controlamos a assiduidade, férias, faltas e licenças dos funcionários da SRN .

g) Processamos as ajudas de custo, horas extraordinárias e outros encargos com os funcionários da SRN.

h) Reorganizamos os serviços, promovendo satisfação e otimização dos recursos na SRN.

i) Reuniões periódicas com os funcionários e colaboradores da SRN.

j) Orientação para condições de trabalho e ambientais de excelência.

k) Promovemos de medidas dirigidas a: redução dos consumos de água e de energia na SRN.

l) Promovemos da melhoria da qualidade do ar e de iluminação das salas da SRN.

m) Promovemos a reciclagem de materiais e consumíveis decorrentes do trabalho diário decorrido na SRN.

n) Fizemos a revisão dos regulamentos/regimentos para procedimentos internos do SRN.

o) Administramos os bens financeiros e patrimoniais necessários ao exercício das suas competências delegadas e autónomas da SRN.

p) Elaboramos as peças necessárias à instrução dos processos de contratualização destinados à aquisição de bens e serviços para a SRN.

q) Promovemos com celeridade às diferentes solicitações/questões/sugestões apresentadas pelos membros/cidadãos/colaboradores da SRN.

r) Realização e atualização dos registos de todos os membros da SRN.

s) Colaboramos na orientação dos processos de admissão ao título de enfermeiro e de enfermeiro especialista pela Comissão de Atribuição de Títulos.

t) Colaboramos na gestão e criação de conteúdos de caráter institucional na página Web da OE.

u) Colaboramos na produção e inserção de novos conteúdos na página Web da OE.

v) Colaboramos na produção e divulgação de conteúdos nos meios de comunicação social nacionais.

w) Levantamos de necessidades de formação dos colaboradores da SRN via questionário.

x) Apoio e financiamento à operacionalização da dotação dos órgãos de gestão da SRN.

Indica-se o número de enfermeiros ativos e o fluxo de membros na região norte no corrente ano, segundo os dados estatísticos da OE em 31 de dezembro de 2016:

Membros Activos em 31 de Dezembro

SECÇÃO REGIONAL	Feminino	Masculino	TOTAL
NORTE	18 964	3 931	22 895

Quadro 9Membros Ativos em 31 de Dezembro

Inscrições entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

SECÇÃO REGIONAL	Feminino	Masculino	TOTAL
NORTE	808	157	965

Quadro 10 - Inscrições entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Admissões entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

SECÇÃO REGIONAL	Feminino	Masculino	TOTAL
NORTE	777	153	930

Quadro 11 - Admissões entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Outros dados entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

SECÇÃO REGIONAL	Arquivado	Cancelado	Expulsão	Falecido	N/ Admitido	Suspenso	TOTAL
NORTE	6	38	1	4	17	532	598

Quadro 12 - Outros dados entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Títulos Cuidados Gerais ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	NORTE
ENFERMEIRO	930

Quadro 13 - Titulo Cuidados Gerais ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Títulos de Especialistas ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	NORTE
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	71
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	27
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	37
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	100
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	45
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	24
TOTAL	**304**

Quadro 14 - Títulos de Especialistas ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Títulos Cuidados Gerais NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	NORTE
ENFERMEIRO	19

Quadro 15 Titulos Cuidados Gerais NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Títulos de Especialistas NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	NORTE
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	1
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	0
TOTAL	**1**

Quadro 16 - Títulos de Especialistas NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

Na circulação interna de documentos foi verificado o seguinte fluxo:

> Correspondência externa enviada – 12445 documentos

> Correspondência externa recebida – 27432 documentos

- Realização de obras de conservação nas instalações físicas, zelando pela manutenção e conservação das instalações da SRN e todo o património existente.

- Realização de diversas reparações internas, nomeadamente, isolamento de cobertura do edifício, do parque de estacionamento e portadas, substituição de motor de garagem de acesso a parque de estacionamento, reparação de mastros exteriores e de vídeo porteiro

- Realizados contratos na área da manutenção de jardim, elevador, extintores, desratização e manutenção de edifício que resultou numa efetiva redução de custos.

- Manutenção do Gabinete de Comunicação e Imagem do Norte (GCIN) – com tratamento e disponibilização no site regional e página no facebook de toda a informação pertinente aos membros.

8. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Para a exequibilidade dos objetivos estratégicos da SRN da OE prevê-se importante a participação em projetos e grupos de trabalho que, de seguida, se mencionam:

- Criação do Grupo "Saúde Escolar"
- Criação do Grupo "Saúde Mental"
- Representatividade no Conselho Nacional da Saúde Mental
- Representatividade no Conselho Regional da Saúde Mental
- Representatividade em reuniões com Sindicatos e Associações Profissionais e de Utentes
- Representatividade em reuniões com o Poder Local
- Representatividade em reuniões subordinadas à Emergência Pré-Hospitalar
- Representatividade em reuniões subordinadas à Enfermagem Militar/Forças Armadas e GNR
- Participação em actividades de caráter internacional.

9. REDE OE

A Rede OE congrega diversas actividades inerentes ao desempenho, viabilidade e concretização dos objetivos estratégicos delineados subjacentes às actividades executadas

Assim:

a) Atualizamos a informação necessária à elaboração de fichas de dados nacionais/regionais dos membros da SRN.

b) Participamos em ações de promoção da SRN.

c) Divulgação das actividades da SRN a nível nacional e internacional.

d) Participamos de forma ativa (apoio, financiamento e representação da SRN) nas Cerimónias de Vinculação e Reconhecimento Profissional organizadas nas diversas instituições, públicas e privadas, da zona Norte.

e) Articulamos com as unidades de saúde cerimónias comemorativas de datas relevantes para os membros da SRN.

f) Fomento da empregabilidade dos recém-graduados pelo incentivo à qualificação progressiva e ao acompanhamento próximo.

g) Reforçamos parcerias institucionais com entidades empregadoras nacionais e internacionais.

h) Contribuímos para a criação de fóruns de partilha entre órgãos regionais e nacionais.

i) Contribuímos para a criação, gestão e regulamentação do Enfermeiro de Ligação à Ordem.

j) Participamos em actividades promovidas pela sociedade, associações profissionais e de beneficiários de cuidados.

k) Acompanhamos a utilização, operacionalidade e desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Documentação na zona Norte.

l) Fomentamos da garantia da qualidade da informação produzida pelos membros da SRN.

m) Promovemos da visibilidade da qualidade dos cuidados de enfermagem, da zona Norte, pela utilização dos Sistemas de Informação e Documentação.

n) Contribuímos para notificação, anónima, de não conformidades decorrentes do exercício profissional.

o) Colaboramos para uma rede de contactos internacionais com Enfermeiros Portugueses a trabalhar no estrangeiro.

p) Acompanhamos a mobilidade internacional dos membros da SRN Portugueses a trabalhar no estrangeiro.

q) Promovemos contactos privilegiados com Congéneres Internacionais, Instituições de Saúde, ou outras, que acolham membros da SRN Portugueses a trabalhar no estrangeiro.

r) Divulgamos os procedimentos da SRN, tendentes à garantia do Sistema de qualidade.

s) Criamos protocolos/parcerias com diversas entidades prestadoras de serviços para proporcionarem vantagens aos Enfermeiros e agregado familiar, num total de 11 perfazendo um total de 69 em vigor.

10. RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2016

No Relatório e Contas aqui explanado, começamos por apresentar as seguintes Demonstrações Financeiras:

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados Por Naturezas**
- **Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais**
- **Demonstração Individual de Fluxos de Caixa**
- **Notas sobre as Demonstrações Financeiras**

É apresentada também a **Análise da Situação Económica e Financeira**, fazendo uma análise comparativa entre os valores orçamentados e os valores que ocorreram efetivamente.

BALANÇO

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos fixos tangíveis	4	1.662.444,37	1.696.312,60
Outros ativos financeiros	9.2	504.561,17	497.500,00
ACTIVO NÃO CORRENTE		**2.167.005,54**	**2.193.812,60**
Créditos a receber	6.2	8.811,28	16.369,21
Estado e outros entes públicos	9.2	-	2.386,36
Associados / Membros	9.1	302.782,86	245.171,77
Diferimentos	9.2	178,07	396,23
Outros ativos financeiros	9.2	20.000,00	-
Caixa e depósitos bancários	9.2	1.983.271,38	1.716.697,61
ACTIVO CORRENTE		**2.315.043,59**	**1.981.021,18**
TOTAL ACTIVO		**4.482.049,13**	**4.174.833,78**
Fundo patrimonial	9.2	296.292,92	267.930,56
Reservas	9.2	492.420,04	464.944,00
Resultados transitados	9.2	3.343.045,84	2.788.577,64
Resultado líquido do período	9.2	142.042,56	274.760,38
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**4.273.801,36**	**3.796.212,58**
Fornecedores	6.1	3.748,53	7.147,02
Estado e outros entes públicos	9.2	10.216,12	5.365,06
Outros passivos correntes	6.3	194.283,12	366.109,12
PASSIVO CORRENTE		**208.247,77**	**378.621,20**
TOTAL DO PASSIVO		**208.247,77**	**378.621,20**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**4.482.049,13**	**4.174.833,78**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas e prestações de serviços	5.1	712 290,43	715 268,60
Fornecimentos e serviços externos	5.2	(247 119,12)	(287 042,86)
Gastos com o pessoal	7	(221 930,46)	(169 262,99)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	-	44 459,81
Outros rendimentos	5.1/5.3	15 663,32	77 678,33
Outros gastos	5.4	(65 743,09)	(56 147,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**193 161,08**	**324 953,47**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(42 825,76)	(40 443,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**150 335,32**	**284 509,80**
Juros e gastos similares suportados	9.2	(924,67)	(1 279,17)
Resultado antes de impostos		**149 410,65**	**283 230,63**
Imposto sobre o rendimento do período		(7 368,09)	(8 470,25)
Resultado líquido do período		**142 042,56**	**274 760,38**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	267.930,56		464.944,00	3.063.338,02				3.796.212,58		3.796.212,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				27.476,04	279.707,82				307.183,86		307.183,86
	7			27.476,04	279.707,82				307.183,86		307.183,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							142.042,56	142.042,56		142.042,56
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8							142.042,56	449.226,42		449.226,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		28.362,36							28.362,36		28.362,36
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	28.362,36							28.362,36		28.362,36
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6 + 7 + 8 + 10	296.292,92		492.420,04	3.343.045,84			142.042,56	4.273.801,36		4.273.801,36

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		654.707,63	673.521,77
Pagamento de bolsas		0,00	-5.500,00
Pagamentos a fornecedores		-248.867,84	-298.862,92
Pagamentos ao pessoal		-212.734,20	-168.986,52
Caixa gerada pelas operações		193.105,59	200.172,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-4.915,15	-10.856,61
Outros recebimentos/pagamentos		505.104,13	14.012,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		693.294,57	203.328,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.333,23	-3.290,25
Investimentos financeiros		-504.561,17	-497.500,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		26.729,53	43.430,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-484.164,87	-457.359,34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		757,65	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-924,67	-1.279,17
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-167,02	-1.279,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		208.962,68	-255.310,37
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.716.697,61	1.924.886,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.983.271,38	1.716.697,61

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Notas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A ORDEM DOS ENFERMEIROS – SECÇÃO REGIONAL DO NORTE ("SRN") tem por objecto a criação de regulamentação da profissão e tem a sua sede na Rua Latino Coelho 352, 4000 – 314 Porto.

A Ordem é uma associação profissional de direito público.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E subsequentes declarações de retificação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

a) As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

b) O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

c) Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

d) O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

e) As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

f) Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

g) Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2016 encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 14
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos activos, foram registadas como gastos do exercício.

Aquando da alienação ou abatimento de activos são registadas nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", a diferença positiva ou negativa entre o valor de venda e o valor contabilístico.

h) Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

i) As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

j) Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

k) As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

l) As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

m) Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

n) Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

4 MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo inicial	179 915,15	1.915 076 69	15 672,91	-	107.489,64	18 745 39	-	2 236 899,78
Aumentos	-	-	716,29	-	5 616 94	-	-	6 333,23
Transferências	9.372,48	(9.372,48)	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final:	189.287,63	1.905.704,21	16.389,20	-	113.106,58	18.745,39	-	2.243.233,01
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo inicial	-	402 676,75	13 205,22	-	106.578,97	18 126,24	-	540 587,18
Depreciações	-	38 114,08	1.538,85	-	2 919,63	253,20	-	42 825,76
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(2 624,30)	-	-	(112,75)	112,75	-	(2 624,30)
Saldo Final:	-	438.166,53	14 744,07	-	109.385,85	18.492,19	-	580.788,64
QUANTIA ESCRITURADA:								
31-Dez-16	189.287,63	1.467.537,68	1.645,13	-	3.720,73	253,20	-	1.662.444,37
31-Dez-15	179.915,15	1.512.399,94	2.467,69	-	910,67	619,15	-	1.696.312,60

5 RENDIMENTOS E GASTOS

5.1 RÉDITOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Prestações de serviços	712.290,43	715.268,60	(0,4)
Outros rendimentos	15.663,32	77.678,33	(79,8)
	727.953,75	**792.946,93**	**(8,2)**

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Trabalhos especializados	23 008,24	46 522,32	(50,5)
Publicidade e propaganda	5 165,90	10 703,79	(51,7)
Vigilância e segurança	8 784,22	8 406,59	4,5
Honorários	11 103,40	27 581,33	(59,7)
Conservação e reparação	18 795,77	32 294,59	(41,8)
Serviços bancários	1 292,46	3 126,78	(58,7)
Materiais	13 943,15	19 150,83	(27,2)
Energia e fluidos	16 266,25	16 167,57	0,6
Deslocações, estadas e transportes	95 182,02	68 323,11	39,3
Rendas e alugueres	4 724,91	10 848,37	(56,4)
Comunicação	44 611,73	38 424,83	16,1
Seguros	869,12	803,79	8,1
Contencioso e notariado	40,40	60,00	(32,7)
Limpeza higiene e conforto	2 623,03	4 628,96	(43,3)
Outros fornecimentos e serviços	708,52	-	-
	247 119,12	**287 042,86**	**(13,9)**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 67.333,48 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRN.

5.3 OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Rendimentos suplementares	28,29	5.374,31	(99,5)
Correcções relativas a períodos anteriores	39,60	38.339,79	(99,9)
Juros obtidos	15.095,43	28.949,75	(47,9)
Outros rendimentos e ganhos	500,00	5.014,48	(90,0)
	15.663,32	**77.678,33**	**(79,8)**

5.4 OUTROS GASTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Impostos	72,60	72,99	(0,5)
Correcções relativas a períodos anteriores	201,00	22.835,65	(99,1)
Donativos	250,00	-	-
Insuficiência estimativa para impostos	2.386,36	11.453,94	(79,2)
Encargos com enfermeiros cedidos à Ordem	36.324,51	-	-
Devolução / anulação de quotas	-	15.597,89	(100,0)
Atribuição de prémios de investigação	-	5.500,00	(100,0)
Reembolso encargos com empréstimos	26.508,62	-	-
Outros gastos e perdas	-	686,95	(100,0)
	65.743,09	**56.147,42**	**17,1**

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 FORNECEDORES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores	3 748,53	7 147,02
	3 748,53	**7 147,02**

6.2 CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros a receber	3.599,06	15.233,16
Outros devedores	5.212,22	1.136,05
	8.811,28	**16.369,21**

6.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Acréscimos de gastos	74 990,75	44 549,52
Dívidas ao Pessoal	-	206,13
Sede a devolver	101 802,51	299 683,29
Quotas em conferência	9 874,34	19 720,74
Membros	7 615,52	1 949,44
	194 283,12	**366 109,12**

7 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Remunerações do pessoal	183 034,99	137 981,59	32,65
Encargos sobre remunerações	38 338,27	28 602,20	34,04
Outros	557,20	2 679,20	(79,20)
	221 930,46	**169 262,99**	**31,12**

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da SRN foi de 13.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 14 de Fevereiro de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA ENTIDADE COM PARTES RELACIONADAS

MEMBROS/OUTROS CLIENTES E RESPECTIVAS IMPARIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à SRN (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Dívidas dos membros	203 791,32	448 019,41
Imparidade acumulada	(71 779,27)	(203 898,38)
	132 012,05	**244 121,03**
Reforço / (redução) imparidade acumulada	(71 106,76)	(44 459,81)

A redução das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado foram desreconhecidas do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 61.012,35 euros.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a SRN tinha o seguinte valor a receber, relativo a dívida dos membros, bem como aos acertos trimestrais com a Sede e outras secções regionais:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Percent. s/facturação	203.791,32	448.019,41
Percent. s/recebimentos	137.179,25	(36.483,96)
Percent. s/inscrições	29.614,44	29.337,14
Percent. s/tit. especialista	3.977,12	8.197,56
	374.562,13	**449.070,15**
Imparidades acumuladas	(71.779,27)	(203.898,38)
VALOR LÍQUIDO	**302.782,86**	**245.171,77**

Na nota 6.3 - Outros passivos correntes, encontram-se evidenciadas dívidas da SRN à Sede.

9.1 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Depósito a prazo	1.900.420,04	1.689.944,00
Depósitos à ordem	82.377,44	26.040,72
Caixa	473,90	712,89
	1.983.271,38	**1.716.697,61**

OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica decompõe-se em activo corrente e não corrente.

ACTIVO CORRENTE	31-Dez-16	31-Dez-15
Obrigações do Tesouro	20.000,00	-
	20.000,00	**-**

ACTIVO NÃO CORRENTE	31-Dez-16	31-Dez-15
Seguro de Capitalização	504.561,17	497.500,00
	504.561,17	**497.500,00**

Os activos financeiros correntes referem-se a obrigações do tesouro disponíveis para venda a qualquer momento.

Os activos financeiros não correntes referem-se a um seguro de capitalização a 12 anos com início em 2015 e com data de vencimento em 2027.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Retenções de capitais	-	2.386,4
ATIVO	**-**	**2.386,4**
IRC a pagar	2.452,94	-
Imposto sobre o valor acrescentado	116,13	97,98
Retenções na fonte IRS	2.187,75	1.868,79
Contribuições para a segurança social	4.404,72	3.398,29
Outras contribuições	1.054,58	-
PASSIVO	**10.216,12**	**5.365,06**

DIFERIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Seguros	148,08	370,4
Outros gastos a reconhecer	29,99	25,83
ACTIVO	**178,07**	**396,23**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	1-Jan-16	Aumentos	Diminuições	Transf.	31-Dez-16
Fundo patrimonial	267.930,56	28.362,36			296.292,92
Reservas	464.944,00			27.476,04	492.420,04
Resultados transitados	2.788.577,64	339.185,98	(32.002,12)	247.284,34	3 343.045,84
Resultado do exercício	274.760,38	142.042,56	-	(274.760,38)	142.042,56
	3.796.212,58	509.590,90	(32.002,12)		4.273.801,36

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 339.185,98 euros a crédito e 32.002,12 euros a débito.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros suportados	924,67	1 279,17
	924,67	**1 279,17**

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRN com o valor contabilístico líquido de 1.656.825,31 euros está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira aqui apresentada, reflete os resultados alcançados pela Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros, no que ao ano de 2016 diz respeito. Sintetiza também a situação financeira e patrimonial à data de 31 de dezembro do mesmo ano.

Rendimentos e Ganhos:

Os rendimentos e ganhos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros no decurso do ano de 2016, estão refletidos no quadro seguinte:

RÉDITOS (RENDIMENTOS E GANHOS)				
Rubricas	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Desvio (em relação ao orçamentado)	
Proveitos Associativos:	**712 290,43 €**	**730 570,80 €**	**-18 280,37 €**	**-2,5%**
Quotização	701 998,91 €	723 070,80 €	-21 071,89 €	
Emolumentos e Outros	10 291,52 €	7 500,00 €	2 791,52 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	**567,89 €**	**20 000,00 €**	**-19 432,11 €**	
Juros e O. Rendimentos	**15 095,43 €**	**10 000,00 €**	**5 095,43 €**	
Sub-Total	727 953,75 €	760 570,80 €	-32 617,05 €	-4,3%
Reversões - Imparidade de dívidas a receber	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TOTAL	727 953,75 €	760 570,80 €	-32 617,05 €	-4,3%

Quadro nº 1 – Rendimentos e Ganhos: análise comparativa entre Realizado e Orçamentado no ano de 2016

A **Quotização** resulta da faturação emitida pela Sede Nacional, na percentagem correspondente à Secção Regional do Norte – 30%.

Evolução dos Membros Activos afetos à Secção Regional do Norte:

22.317	**22.895**
(31/12/2015)	(31/12/2016)

Os **Emolumentos** correspondem às taxas pagas pelos membros, essencialmente, revalidações, renovações e segundas vias de cédulas profissionais, bem como as declarações de directivas comunitárias.

Os **Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares**, resultam das aplicações das disponibilidades de tesouraria em depósitos a prazo e outras aplicações financeiras, a taxas que vigoram no mercado.

Gastos e Perdas:

Os gastos e perdas do exercício aqui apresentado estão discriminados no quadro que se segue:

GASTOS (CUSTOS E PERDAS)				
Rubricas	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Desvio (em relação ao orçamentado)	
Fornecimentos e Serviços Externos	247 119,12 €	328 891,61 €	-81 772,49 €	
Gastos com Pessoal	221 930,46 €	195 225,62 €	26 704,84 €	
Gastos com Depreciações e Amortizações	42 825,76 €	40 256,22 €	2 569,54 €	
Perdas por Imparidade	0,00 €	21 692,12 €	-21 692,12 €	
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros Gastos e Perdas	65 743,09 €	16 000,00 €	49 743,09 €	
Gastos e Perdas de Financiamento	924,67 €	1 750,00 €	-825,33 €	
TOTAL	**578 543,10 €**	**603 815,57 €**	**-25 272,47 €**	**-4,2%**
Sem provisões / imparidades	578 543,10 €	582 123,45 €	-3 580,35 €	-0,6%

Quadro nº 2 – Gastos e Perdas: análise comparativa entre Realizado e Orçamentado no ano de 2016

Impostos	Realizado 2016
Imposto s/ Rendimento do Período	7 368,09 €

A rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos** é a que apresenta a maior expressão (43%) na estrutura de gastos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros. Aqui estão refletidos os gastos gerais de funcionamento da secção, assim como os gastos decorrentes das actividades levadas a cabo pelos órgãos sociais, na execução do plano de actividades apresentado.

Os **Gastos com o pessoal**, traduzem os gastos relativos ao pessoal alocado à Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros, englobando todas as obrigações legais inerentes.

A perda de valor dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos, está refletida na rubrica de **Gastos com depreciações e amortizações.**

Na rubrica **Outros Gastos e Perdas**, estão contempladas essencialmente os reembolsos dos encargos com empréstimos e os encargos com enfermeiros a trabalhar na OE.

Gastos e perdas de financiamento refere-se aos juros suportados decorrentes de financiamentos obtidos.

Análise do Investimento:

A este nível, a Secção Regional do Norte protelou para 2017 alguns investimentos que tinha previsto efetuar em 2016.

INVESTIMENTO				
	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Desvio (em relação ao orçamentado)	
Ativos Fixos Tangíveis:				
- Edifício e Outras Construções	0,00 €	4 500,00 €	-4 500,00 €	
- Equipamento Básico/Administrativo/Informático	6 333,23 €	5 000,00 €	1 333,23 €	
- Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00 €	500,00 €	-500,00 €	
TOTAL	6 333,23 €	10 000,00 €	-3 666,77 €	-36,7%

Quadro nº 3 – Investimento em 2016

Resultados:

A Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros encerrou o exercício económico de 2016 com um resultado líquido de **142.042,56€**.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Desvio	
Resultado Líquido do Exercício	**142 042,56 €**	156 755,23 €	-14 712,67 €	-9,4%

Quadro nº 4 – Resultado Líquido do Exercício 2016

Este valor de resultado reflete a quebra que houve na receita, não sendo compensado na sua totalidade na redução que houve nos gastos, relativamente ao estimado.

Mais se informa que, dando cumprimento ao artº 118 da Lei nº 156/2015 de 16 de Setembro, segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, o Conselho Diretivo Regional procederá à constituição/aumento do **Fundo de Reserva** no valor de **14.204,26€**, correspondente a 10% do Resultado Líquido apresentado no exercício de 2016.

Aprovado em Reunião Extraordinária de Conselho Diretivo Regional de 15 de fevereiro de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo Regional

Enfº João Paulo Marques de Carvalho

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2016

Dando cumprimento ao disposto no artigo 48º, nº2, alínea b) do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros publicado pela Lei n.º 156/2015 de 16 de setembro, vimos dar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal Regional do Norte, sobre o Relatório e Contas do exercício do Conselho Diretivo Regional do Norte, referentes ao ano de 2016.

Acompanhámos com regularidade a atividade da Seção Regional do Norte, tendo recebido do Conselho Diretivo Regional e dos serviços administrativos, todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários, para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, teve este Conselho Fiscal Regional a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho Diretivo, restantes Órgãos e de todos os colaboradores da Secção Regional Norte da Ordem dos Enfermeiros. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Face ao que antecede, o Conselho Fiscal Regional do Norte é de parecer que a Assembleia Regional, agendada para o dia 25 de fevereiro de 2017:

a) Aprove os documentos de prestação de Contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados;
b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho Diretivo Regional.

Porto, 15 de Fevereiro de 2017

O Conselho Fiscal Regional do Norte,

Presidente _____
(Enfº Júlio Prieto Machado)

Vogal _____
(Enfº Miguel Pinto Vaz)

Rua Latino Coelho, 352 4000-314 Porto Telef.: 225 072 710 Fax: 225 072 719 Email: srnorte@ordemenfermeiros.pt

APÊNDICE 13

RELATÓRIO E CONTAS 2016 - SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

RELATÓRIO E CONTAS

SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO



2016

ordem dos enfermeiros

secção regional
centro

RELATÓRIO E CONTAS 2016

APROVADO POR UNANIMIDADE EM REUNIÃO DE CONSELHO

DIRECTIVO REGIONAL DO CENTRO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

PARA SUBMETER A APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA REGIONAL

DO CENTRO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2017

Coimbra, 2017

LIGUE-SE À ORDEM

Sandra Pádua

índice

A SAÚDE EM 2016

A SAÚDE EM 2016____9

A SRCENTRO

RECURSOS HUMANOS____15

ORGÃOS SOCIAIS____18

CENSOS 2016____20

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

NOTA INICIAL____27

1 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: PRESTAÇÃO DE CUIDADOS____29

2 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: INVESTIGAÇÃO____31

3 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: DOCÊNCIA____32

4 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: FORMAÇÃO____33

5 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: ASSESSORIA____35

6 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: GESTÃO____36

7 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: OUTRAS ACTIVIDADES/PROJECTOS____37

NOTA FINAL____43

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA____47

NOTA FINAL____54

BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS____55

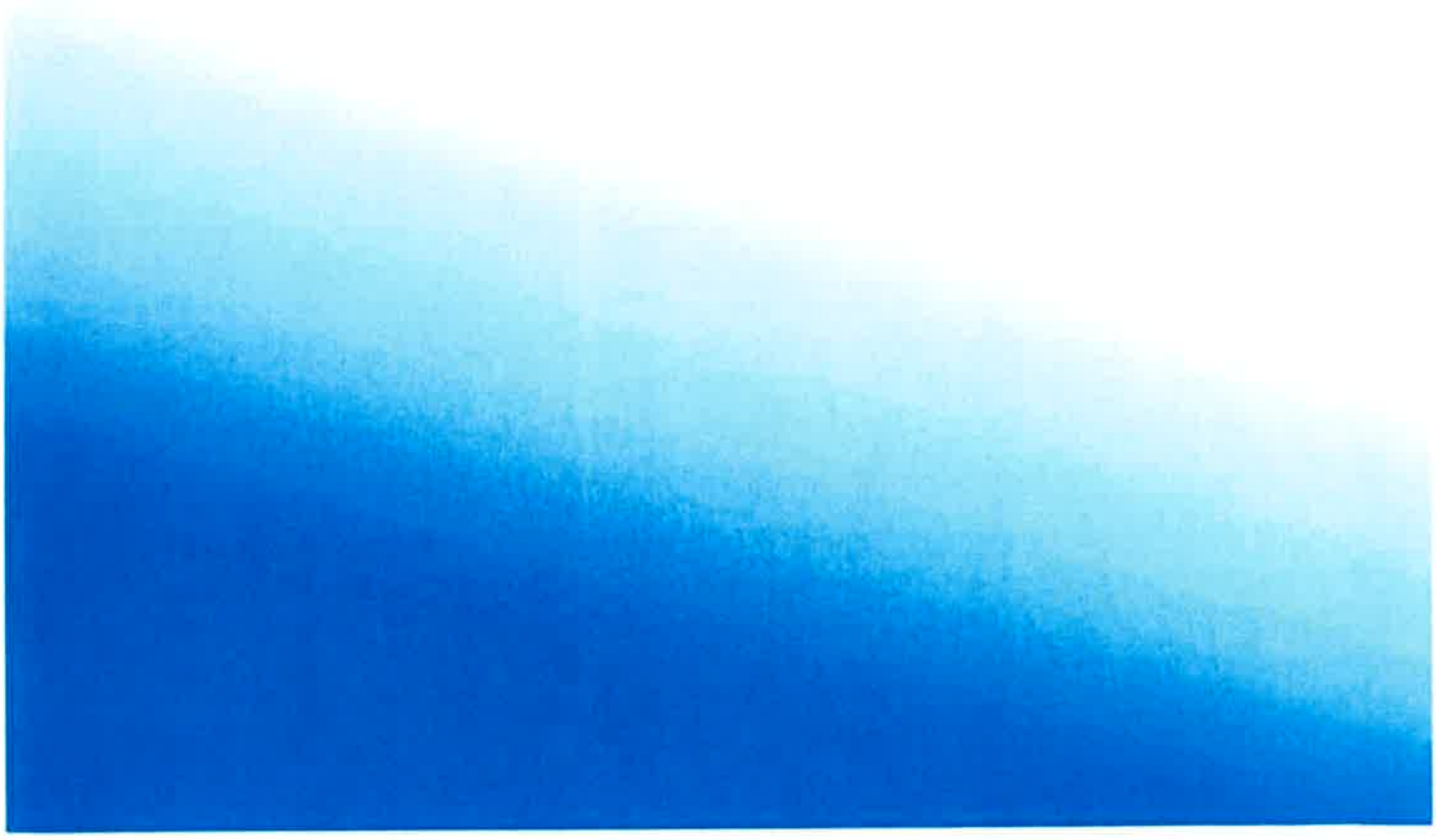
ANEXOS____63

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS____83

PARECER DO CONSELHO FISCAL____87

Pedro Lopes
Sandra Pádua

A SAÚDE EM 2016



Pedro Lopes

Sandra Pádua

A SAÚDE EM 2016

A Saúde em Portugal é palco de tensões constantes fruto do pensamento individual e coletivo que o Bem saúde é a condição mais preciosa que se pode ansiar.

Na realidade todos nós, e demais concidadãos, facilmente consideramos que ter acesso fácil e rápido a cuidados e profissionais de saúde, a instituições de saúde que garantam a melhor e mais célere resposta às nossas necessidades. Nas condições de patologias crónicas, e demais comorbilidades, esperamos um acompanhamento continuado e de proximidade, ao longo de todo o ciclo de vida e que do binómio nascer-morrer exista sempre a adequada e pronta resposta no sistema.

Em 2016 mais uma vez assim aconteceu, como esperado. Em todas as situações e momentos está, e uma vez mais esteve, o Enfermeiro.

A pressão demográfica associada ao envelhecimento e à redução da taxa de natalidade, o aumento da carga de doença crónica, a desaceleração do crescimento económico, o aumento da despesa, a articulação (equilíbrios e desequilíbrios) entre setor público e privado, entre prestação, financiamento e regulação, acicatam a permanência de um cenário de tensão na área da Saúde em Portugal.

O campo da resposta às necessidades em cuidados de saúde tem especificidades muito próprias que derivam de diversos factores determinantes, que por sua vez, se interrelacionam com outras áreas e sectores, de exigências económicas que decorrem da evolução e inovação tecnológicas, e do surgimento de patologias cada vez mais complexas.

Tudo isto, associado às características sociais e epidemiológicas, conduzem para que o sistema tenha que se reorganizar e desenvolver, alicerçado em novos modelos organizativos, para garantir a sustentabilidade, a equidade e a eficiência dos cuidados prestados, respeitando o primado constitucional de acesso universal aos cuidados de saúde. Fica assim o desafio de assegurar o equilíbrio entre a necessidade de mudança e a manutenção da universalidade, em termos da cobertura, geral e tendencialmente gratuita do Sistema Nacional de Saúde.

O Orçamento do sector Saúde de 2016, pretendia assegurar o que tem vindo a ser aqui exposto, prevendo um aumento de 2,8% em termos da despesa total relativamente a 2015.

Sobre o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, com o título "Um Futuro para a Saúde - todos temos um papel a desempenhar", através do Projeto "Health in Portugal: a Challenge for the Future", que mobilizou um conjunto de personalidades nacionais e internacionais, promovendo um relatório sobre a arquitetura dos cuidados de saúde e seus resultados, publicado em 2014, surge como relevante o apelo "para um novo pacto na saúde, em que todos terão um papel a desempenhar - os cidadãos, os profissionais de saúde, os professores, os empresários, as autarquias e o Governo". Este relatório apresenta sete elementos-chave necessários: i) um novo pacto para a saúde, ii) participação dos cidadãos, iii) participação de todos os sectores da sociedade, iv) procura contínua da melhoria da qualidade, v) um sistema de saúde centrado nas pessoas e baseado em equipas, vi) novas funções e uma liderança reforçada a todos os níveis, e vii) sustentabilidade financeira.

No fundo, preconizava-se "uma transição do sistema atual, centrado no hospital e na doença, em que todas as ações têm como objeto e alvo o doente, para um sistema centrado nas pessoas e baseado na saúde, em que os cidadãos são parceiros na promoção da saúde e nos cuidados de saúde".

O relatório acima enunciado encerra também informação sobre o aumento do número de enfermeiros, mesmo a partir de uma base quantitativa muito baixa, considera mesmo assim que Portugal tem menos enfermeiros comparativamente à média da Europa. Acrescenta ainda que, observações circunstanciais a nível internacional, validam que no nosso país, as funções dos enfermeiros têm sido relativamente pouco alargadas, possivelmente devido à exígua percentagem de enfermeiros no sistema. Da mesma forma, sustenta que poucas iniciativas foram tidas na reformulação de cargos ou admissões de novos profissionais, como noutros países europeus.

O relatório fez diversas recomendações, entre as quais, o reconhecimento de competências por parte dos profissionais e a formação especifica e orientada para as áreas de ação, bem como para os défices constatados.

Muito do que foi a nossa intervenção, alicerçou-se nesta visão e estratégia, pois reconhecemos a necessidade de corrigir o que é claro para todos, mas que de forma inoperante, nenhumas diligências foram tidas no passado.

Em 2016, à semelhança dos anos anteriores, muito foi exigido aos enfermeiros. E independente de uma alteração de ciclo político, aos enfermeiros foi requerida a manutenção de sacrifícios e uma entrega absoluta, que sempre fizeram. Esta postura de dádiva é imagem de marca da enfermagem, mas torna-se relevante intervir assertivamente no garante das reais condições para o exercício profissional, para a segurança e para a qualidade dos cuidados de enfermagem

A questão das dotações seguras dos cuidados de enfermagem, é algo que nos preocupa a todos e que mereceu por parte da Tutela especial cuidado. De forma transversal, existiu um incremento de novas contratações pelas diferentes organizações, umas mais que outras, mas passou a estar no léxico dos decisores que já não estamos no tempo de esconder tamanhos défices estruturais em termos destes recursos humanos.

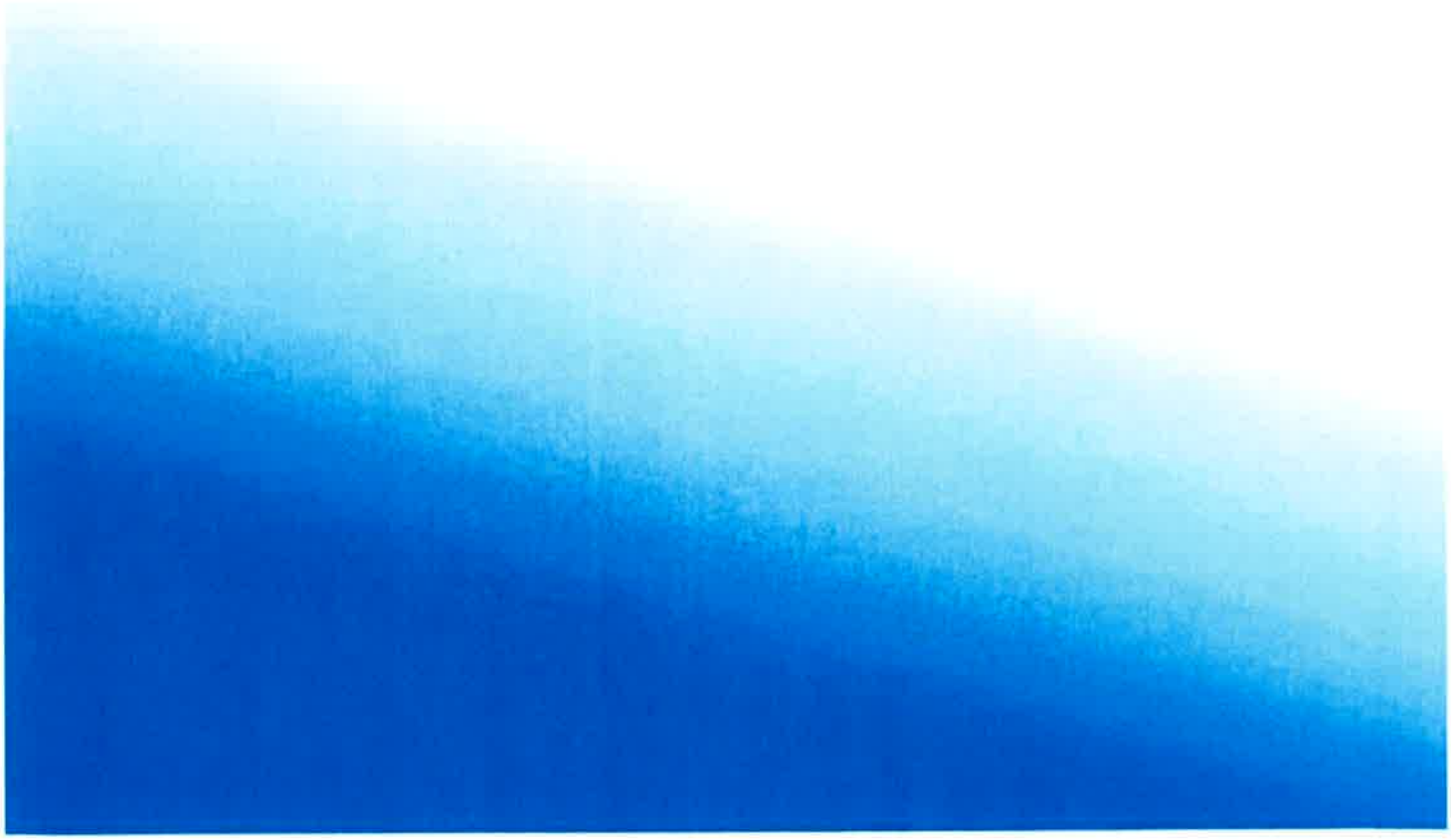
Tendo existido um impulso de contratações significativas, relativamente a anos anteriores, ainda assim, as manifestações do Ministério da Saúde referem que "o SNS acabou 2016 com o melhor saldo orçamental de sempre, sendo cumulativamente, o ano em que o valor das transferências para o setor privado dos dinheiros públicos, foi o mais baixo dos últimos cinco anos".

Chama-se ainda à atenção à regulamentação dos Atos em Saúde, que se apresenta como um instrumento relevante para a valorização e defesa das áreas de exercício dos diversos profissionais da área da saúde, nomeadamente a Enfermagem e os Enfermeiros

Sandro Pádua

A

SRCENTRO





Sandra Pádua

RECURSOS HUMANOS

A Ordem dos Enfermeiros enquadra-se nas Ordens profissionais e estas são associações profissionais de direito público, criadas com o objectivo de representar e auto-regulamentar, de forma autónoma, profissões cujo exercício exige independência técnica. As ordens profissionais, por representarem profissões que exigem um elevado grau de preparação educacional e de especialização, cultivam e defendem um *ethos* associativo que se traduz num conjunto de valores, normas, atitudes e aspirações de carreira em cada uma das profissões que representam.

No início do mandato, a Secção Regional do Centro, no desempenho das suas actividades, possuía um quadro de recursos humanos composto por 8 elementos.

Sendo os Recursos Humanos os activos estratégicos mais valiosos de qualquer organização, tornou-se essencial caracterizar a Gestão de Recursos Humanos. Gestão de Recursos Humanos é uma associação de metodologias, políticas, técnicas e práticas definidas com objetivo de gerir os comportamentos internos e potencializar o capital humano. Tem por finalidade selecionar, gerir e orientar os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa, ou seja, o objetivo básico que persegue é alinhar as políticas de Recursos Humanos com a estratégia da organização.

Neste sentido, a SRC propôs ao ISCAC, no âmbito, da disciplina de Simulação II – Recursos Humanos, a elaboração de um projeto de análise de funções e levantamento de necessidades de formação aos funcionários da Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Centro.

Neste caso, se por um lado se proporciona e estimula o desenvolvimento académico, por outro procurou-se a optimização dos processos ao nível dos Recursos Humanos da SRCOE.

Após a análise dos perfis motivacionais e no levantamento de necessidades de formação de todos os colaboradores, a SRC incentivou ao desenvolvimento formativo e académico. Assim, dois colaboradores inscreveram-se no curso Licenciatura em Secretariado de Direcção e Administração.

Após esta avaliação e uma análise cuidada de todas as actividades planeadas e aprovadas no Plano de Actividades para 2016, procedeu-se a uma Restruturação e à Departamentalização da SRC, de modo a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados.

Assim, os Departamentos existentes são os seguintes:

a) Gestão de Membros
b) Departamento de Contabilidade
c) Departamento de Comunicação e imagem
d) Secretariado dos Órgãos Sociais
e) Serviços Gerais

O Departamento de Contabilidade foi considerado prioritário, dado termos encontrado um Sistema de Contabilidade centralizado em Lisboa, sem capacidade de resposta às exigências de gestão criteriosa que se exige em qualquer Organização, dificultado pelas relações conflituosas entre o Director Administrativo e Financeiro da OE e a empresa contratada em 2015 para elaborar a contabilidade de todas as secções e nacional.

O resultado deste tipo de organização contabilística, foi a não aprovação de contas, quer do contabilista Certificado da OE, quer, posteriormente, dos vários Conselhos Directivos e consequentes, Assembleias Regionais e Nacional.

Conforme o disposto na alínea f) do número 2, do artigo 46º, do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, compete ao Conselho Directivo Regional, elaborar e submeter à aprovação da assembleia regional o relatório e contas relativos ao ano civil anterior, até 1 de Março do ano seguinte.

Assim, o CD da SRC assumiu toda a responsabilidade pela prestação de contas e restantes elementos contabilísticos, o que obrigou à contratação de um Contabilista Certificado a tempo inteiro, que tem como missão executar as operações contabilísticas, dar cumprimento às obrigações fiscais, elaborar mensalmente relatórios sobre a análise económico orçamental da SRC.

O Departamento de Comunicação e Imagem é assegurado a nível nacional, coordenado pelo Director de comunicação.

Os serviços gerais compreendem a limpeza geral do edifício, assim como, o serviço de correspondência, que tem por missão a recepção e expedição da correspondência interna e externa da instituição.

O Conselho Jurisdicional Regional compreende o apoio jurídico, a instrução disciplinar e o contencioso, tem como funções emitir pareceres jurídicos ao CDR, dar apoio jurídico, no âmbito das matérias estatutárias e ético-deontológicas, aos membros e ao publico em geral, instruir e acompanhar a fase pré-contenciosa dos litígios entre colegas e entre colegas e instituições, instruir os procedimentos previstos no Estatuto, assegurar a colaboração com os tribunais, e demais entidades publicas e instruir os processos de inquérito e disciplinares.

A assessoria jurídica ao Conselho Jurisdicional Regional, é assegurada, em regime de contrato de prestação de serviços, pela Drª Liliana Catarino.

Em suma, a 31 de Dezembro de 2016, o quadro de Recursos Humanos da SRC, respeita a seguinte distribuição:

DEPARTAMENTO	COLABORADOR
GESTÃO DE MEMBROS	Elisabete Figueira
	Liliana Reis
	João Pedro Pinto
SECRETARIADO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	Ana Sofia Abreu
	Carla Margarida Pereira
CONTABILIDADE	Rute Santos
SERVIÇOS GERAIS	Lurdes Oliveira

ORGÃOS SOCIAIS

Estes Órgãos Sociais sempre assumiram o objectivo de profissionalizar, estruturar e organizar a Ordem dos Enfermeiros, e neste sentido, foi necessário dotar a estrutura com um número adequado de membros dos diversos Órgãos.

Assim, a 31 de Dezembro de 2016, encontram-se cedidos pelas instituições a tempo inteiro, o Presidente do Conselho Directivo, Enfermeiro Ricardo Correia de Matos, o Secretário do Conselho Directivo Regional, Enfermeiro Pedro Lopes e o Presidente do Conselho Jurisdicional Regional, Enfermeiro Valter Amorim. A tempo parcial, encontram-se cedidos, o Presidente do Conselho de Enfermagem Regional, Enfermeiro Rui Gonçalves, e o Secretário da Mesa da Assembleia Regional, Enfermeiro Maurício Alves.

A complexidade e dimensão dos assuntos que envolve a Secção Regional do Centro da OE, obrigou à identificação das áreas prioritárias e a respectiva responsabilização, conforme quadro seguinte:

ÁREA POLITICA	RESPONSÁVEL
Escolas Superiores de Enfermagem	Rui Gonçalves
Formação / Investigação / Assessoria em Enfermagem	Rui Gonçalves
Apoio à Inserção Profissional e ao Empreendorismo	Valter Amorim
Protocolos Comerciais	Pedro Lopes
Rede de Cuidados de Saúde Primários	Rui Gonçalves
Rede de Cuidados de Saúde Hospitalares	Valter Amorim
Rede de Cuidados de Saúde Continuados Integrados	Pedro Lopes
Enfermagem em Estruturas Residenciais para Idosos	Pedro Lopes
Instituições de Saúde Privadas	Valter Amorim

ÁREA POLITICA	RESPONSÁVEL
Relação com o Poder Politico	Ricardo Matos
Sindicatos, outras Associações Profissionais e Associações de Utentes, Relações Institucionais	Ricardo Matos
ELOS	Pedro Lopes
Pré-Hospitalar	Valter Amorim

O responsável por uma área politica tem como principal objectivo, acompanhar o estadio da respectiva politica e estabelecer prioridades, delinear estratégias de intervenção e comunicação a apresentar ao CD. Deve acompanhar interna e externamente as acções com impacto positivo ou negativo na respectiva área politica e, em tempo útil, apresentar propostas de intervenção operacionalizadas, monitorizar os desenvolvimentos dos trabalhos pela Ordem dos Enfermeiros e/ou de iniciativa externa Deve ainda avaliar resultados e transmitir os mesmos ao CDR para análise e deliberação

CENSOS 2016

A SRCOE é constituída por todos os membros inscritos na Ordem dos Enfermeiros, com o domicílio profissional nos Distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu.

O censo realizado à data de 31 de Dezembro de 2016, mostra a seguinte estatística:

Distribuição por Género	
Distribuição por Género	Total
Feminino	11 898
Masculino	2 904
Total	14 802

Distribuição por Distrito (Exercício Profissional)			
Distrito	F	M	Total
AVEIRO	2 225	430	2 655
CASTELO BRANCO	1 021	253	1 274
COIMBRA	3 889	1 133	5 022
GUARDA	808	236	1 044
LEIRIA	1 625	296	1 921
VISEU	1 641	400	2 041
OUTROS (*)	660	150	810
Total no Território Nacional	11 869	2 898	14 767
ESTRANGEIRO	29	6	35
TOTAL	11 898	2 904	14 802

(*) Enfermeiros caracterizados em distritos do domicílio profissional ou residência fora da área geográfica da sua secção regional.

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	F	M	Total
21 a 25	869	145	1 014
26 a 30	1 865	327	2 192
31 a 35	2 305	517	2 822
36 a 40	1 741	484	2 225
41 a 45	1 397	290	1 687
46 a 50	1 245	307	1 552
51 a 55	1 185	368	1 553
56 a 60	746	244	990
61 a 65	291	116	407
66 a 70	127	54	181
Mais 70	127	52	179
Total	11 896	2 904	14 802

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Título	F	M	Total
ENFERMEIRO	9 225	2 099	11 324

Enfermeiros Especialistas			
Títulos	F	M	Total
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	422	269	691
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	451	34	485
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	548	37	585
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	520	241	761
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	448	90	538
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	289	136	425
Total	2 679	807	3 485

Distribuição por Sector de Actividade			
Sector de Actividade	F	M	Total
HOSPITAIS	5 803	1 619	7 422
CENTROS DE SAÚDE	1 441	218	1 659
CLÍNICAS/ESTAB. PRIVADOS DE SAÚDE	141	53	194
ESTAB. DE ENSINO DE ENFERMAGEM	99	57	156
ESTABELECIMENTO PRISIONAL/FORÇAS DE SEGURANÇA	2	7	9
INSTITUTOS PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	109	23	132
LARES/CASA DE SAÚDE	107	29	136
SERVIÇO PREVENÇÃO TRATAMENTO TOXICODEPENDÊNCIA	21	9	30
EXERCÍCIO LIBERAL	207	38	245
APOSENTADOS	41	27	68
OUTROS	39	8	47
DESCONHECIDO (4)	3 888	816	4 704
TOTAL	11 898	2 904	14 802

(4) Situação de enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados

Distribuição por Área de Actuação			
Área de Actuação	F	M	Total
Assessoria / Consultadoria	3	4	7
Ensino e Investigação	48	27	75
Formação	39	11	50
Gestão	204	105	309
Outra	77	22	99
Prestação de Cuidados Especializados	299	114	413
Prestação de Cuidados Gerais	4 854	1 114	5 968
Desconhecido (4)	6 374	1 507	7 881
Total	11 898	2 904	14 802

(4) Situação de enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados

Distribuição por Nacionalidade			
Nacionalidade	F	M	Total
ALEMÃ	4	1	5
ANGOLANA	6	3	9
BELGA	1	0	1
BRASILEIRA	21	4	25
CABO VERDIANA	1	0	1
CANADENSE	2	0	2
CUBA	1	1	2
ESCOCESA	0	1	1
ESPANHOLA	106	29	135
FILANDESA	0	1	1
FRANCESA	14	0	14
GUINEENSE	1	1	2
HOLANDESA	3	0	3
INGLESA	2	0	2
IRLANDESA	1	0	1
ITALIANA	1	0	1
LUXEMBURGESA	1	0	1
MACAENSE	1	1	2
MARROQUINA	0	1	1
MOÇAMBICANA	3	0	3
MOLDAVA	2	0	2
NORTE AMERICANA	0	2	2
PERUANA	6	0	6
POLOCA	6	1	7
PORTUGUESA	11 696	2 856	14 552
ROMENA	1	0	1
SÃO TOMENSE	2	1	3
TAILANDÊSA	1	0	1
UCRANIANA	10	0	10
VENEZUELANA	5	1	6
Total	11 898	2 904	14 802

Inscrições entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro			
SECÇÃO REGIONAL	Feminino	Masculino	TOTAL
CENTRO	503	105	608
TOTAL	503	105	608

Admissões entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro			
SECÇÃO REGIONAL	Feminino	Masculino	TOTAL
CENTRO	498	106	604
TOTAL	498	106	604

Sandra Pádua

Títulos Cuidados Gerais ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	CENTRO	TOTAL
ENFERMEIRO	604	604

Outros dados entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

SECÇÃO REGIONAL	Arquivado	Cancelado	Expulsão	Falecido	N/ Admitido	Suspenso	TOTAL
CENTRO	9	13	0	5	0	246	273
TOTAL	**9**	**13**	**0**	**5**	**0**	**246**	**273**

Títulos de Especialistas ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	CENTRO	TOTAL
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	24	24
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	17	17
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	7	7
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	55	55
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	7	7
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	19	19
TOTAL	**129**	**129**

Títulos Cuidados Gerais NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	CENTRO	TOTAL
ENFERMEIRO	4	4

Títulos de Especialistas NÃO ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro

TITULO	CENTRO	TOTAL
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	0	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	0	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	1	1
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	0	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	0	0
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	0	0
TOTAL	**1**	**1**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

NOTA INICIAL

O Relatório de Atividades (RA) e Contas de 2016 pretende constituir-se como um documento que traduz a ação que foi desenvolvida para a concretização do Plano de Atividades (PA) da Secção Regional do Centro (SRC) da Ordem dos Enfermeiros (OE) aprovado na Assembleia Regional em 19 de Março de 2016, em Coimbra.

Tendo por base as regras definidas no Estatuto da OE publicado pelo Decreto-Lei nº 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em Anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de setembro, e em conformidade com o nº 2 do artigo 46, cabe ao Conselho Diretivo Regional (CDR) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Regional o Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano civil anterior.

Desde 1 de fevereiro de 2016 os órgãos socias honraram o compromisso feito com todos os colegas da Região Centro, procurando através de uma organização coesa, responsável e com bom senso, centrada na transparência de processos e procedimentos, atingir níveis de eficácia e eficiência na gestão de uma "Casa" com a dimensão da SRC. O documento que a seguir se segue reflete o trabalho de uma equipa, em articulação com os restantes órgãos da OE.

Sob o lema "ninguém está sozinho" relembrámos e afirmámos nos diversos contextos o desígnio fundamental da OE - a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão. Neste ano de mandato, procurámos dar a voz a quem quase a perdeu, procurámos acima de tudo devolver aos enfermeiros alguma dignidade.

Para efeitos do relato das atividades desenvolvidas será utilizada uma metodologia de natureza descritiva e esquemática por domínios de intervenção da SRC (prestação de cuidados, investigação, docência, formação, assessória, gestão, outras atividades/ projetos) num alinhamento próximo no definido em sede de PA 2016 permitindo assim uma melhor leitura, análise e interpretação.

1 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: empregabilidade, prestação de cuidados

- Participações em reuniões com representantes do Ministério da Saúde, Administração Central do Sistema de Saúde, Administração Regional de Saúde do Centro e representantes dos Agrupamentos de Centros de Saúde da Região Centro (n = 10)

- Realização de estudo de (re)conhecimento da realidade dos recém graduados de 2016 através do envio de questionário online para 488 novos graduados com uma taxa de retorno de 44,64% (n= 217)

- Participação em reuniões com Serviço de Apoio a Novos Graduados de instituições de ensino superior de enfermagem e identificação de estratégias de aproximação (n=1).

- Atualização permanente do registo dos membros da SRC: 14 802 membros; 11 324 Enfermeiros; 3 478 Enfermeiros Especialistas; 35 membros com exercício profissional fora de Portugal; 733 novos membros admitidos (604 Enfermeiros, 129 Enfermeiros Especialistas); 4 processos de inscrição recusados

- Monitorização do número de enfermeiros em exercício de funções por instituição.

- Construção de mapas de controlo do exercício profissional de 2016 nas instituições de saúde da área de abrangência da SRC

- Participação em 34 Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional e/ou Visitas de Cortesia Institucional (a convite e autopropostas) a instituições de saúde (públicas, sociais, particulares e cooperativas) com apresentação de medidas corretivas/disciplinares e tendentes à melhoria da segurança e da qualidade do exercício profissional, bem como das condições físicas, técnicas e humanas das diferentes organizações

- Participação em Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional em parceria com a Mesa de Colégio de Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica com apresentação de medidas corretivas

- Participação em reuniões de planificação de atividades conjuntas com as Mesas de Colégio de Especialidades para o ano de 2017 (n=4).

- Definição de áreas de intervenção política e operacional da rede dos membros dos órgãos sociais e dos Enfermeiros de Ligação à SRC por área geográfica e por tipologia de organização de saúde (e.g. Estruturas Residenciais para Idosos, Rede de Cuidados Continuados Integrados, Rede de Cuidados Hospitalares, Rede de Cuidados de Saúde Primários, Associações Profissionais e Associações de Utentes)

- Participação em reuniões (4) da Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem.

- Identificação dos projetos de melhoria propostos, desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento no âmbito do Programa dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem por organização de saúde da área – 42 projetos de 11 organizações de saúde; estando em fase de tratamento e análise dos dados recolhidos para criação de base de dados de indicadores sensíveis aos cuidados de enfermagem em articulação com a Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

- Indicação de membros da SRC para grupos de trabalho e estruturas orgânicas da OE (e.g. Estruturas de Idoneidades Formativas, Comissão de Atribuição de Títulos, Comissões de Apoio Técnico às Mesas de Colégio de Especialidade, Sistemas de Informação, Desenvolvimento e Valorização Profissional, Conselho Científico da Unidade de Farmacovigilância do Centro com sede na Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem – AIBILI, Fórum Regional do Centro da Ordens Profissionais – FoRCOP, Grupo de Trabalho para a Revisão da Norma para Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem)

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: empregabilidade, prestação de cuidados, delegação

- Nestes 11 meses de mandato não foi possível levar a cabo a colaboração com as Associações de Doentes na defesa dos interesses dos seus associados e a melhoria da qualidade dos cuidados na medida em que não existe na SRC um ficheiro organizado e sistematizado com a informação necessária para tornar esta atividade viável.

- Sobre as atividades do domínio operacional "DELEGAÇÃO" temos a referir que as mesmas têm-se como concretizadas em parceria com os órgãos nacionais pelas diversas iniciativas e tomadas de posição oficiais sobre exercício ilegal da profissão e/ou usurpação de funções. A nível regional pudemos implementar parte das atividades propostas no decorrer das VAEP

2 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: INVESTIGAÇÃO

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: produção, transferência e divulgação de conhecimento científico, inovação e desenvolvimento

- Assessoria no processo de operacionalização do percurso metodológico de estudos de investigação promovidos por membros da SRC (n=5)

- Articulação com os órgãos nacionais para assessoria no processo de operacionalização do percurso metodológico de estudos de investigação promovidos por membros da SRC (n=2)

- Participação em eventos científicos e iniciativas precursoras de prática baseada em evidências científicas promovidas por instituições de saúde, de ensino e associações profissionais (n = 47)

- Participação em reuniões com organismos nacionais e internacionais para criação de parcerias que promovam a produção e transferência do conhecimento científico na área de Enfermagem (n = 11).

- Participação em reuniões com organismos nacionais e internacionais para criação de parcerias para organização de eventos científicos, para construção de projetos de inovação e desenvolvimento na área de Enfermagem ou outas áreas interdisciplinares (n=13).
- Planificação de processo de implementação de Gabinete de Apoio a Projetos da SRC.
- Participação em reuniões (3) com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento para identificação das linhas prioritárias de investigação, inovação e desenvolvimento – criadas três linhas de investigação, e definição de apoios científicos a membros.
- Manutenção da acessibilidade dos membros às bases científicas disponibilizadas pela OE.
- Participação na Comissão Instaladora da Revista Científica da OE.

3 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: DOCÊNCIA

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: restruturação curricular, inovação e desenvolvimento, capacitação do corpo docente

- Análise dos Relatórios de Autoavaliação dos Ciclos de Estudos dos Cursos Graduados e Pós-Graduados em Enfermagem enviados pela A3ES com apresentação de propostas de melhoria tendo por base a matriz de apreciação (n=7).
- Participação em seis (6) Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional e/ou Visitas de Cortesia Institucional (a convite e autopropostas) a instituições de ensino (públicas, particulares e cooperativas) com apresentação de medidas corretivas/disciplinares e tendentes à melhoria dos processos de reestruturação curricular, processos supervisivos, inovação e desenvolvimento, bem como das condições físicas, técnicas e humanas das diferentes organizações.
- Reunião com órgãos de direção de todas as instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas na SRC e da sua área de abrangência com projeção de parcerias para o decorrer do

mandato e definição de estratégias de aproximação da OE aos estudantes dos Cursos de Licenciatura e de Pós-Licenciatura em Enfermagem ao longo dos planos de estudos (n=1).

- Construção de mapas de controlo do exercício profissional de 2016 nas instituições de ensino superior, públicas, particulares e cooperativas da área de abrangência da SRC, com identificação de 397 enfermeiros em exercício de funções docentes – foram implementadas medidas para a regularização das situações (e.g. atualização do domicílio profissional e quotização).

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS NÃO PLANEADAS: restruturação curricular, inovação e desenvolvimento, capacitação do corpo docente

- Participação em Cerimónias de Encerramento de Cursos de Licenciatura em Enfermagem de instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas da área de abrangência da SRC.

- Organização de reunião com órgãos de direção de todas as instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas da área de abrangência da SRC de caráter trimestral e nas instalações da SRC.

- Participação em sessões de integração à vida profissional organizadas pelas instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas da área de abrangência da SRC (n=11).

4 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: FORMAÇÃO

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: formação científica, técnica, cultural e profissional, acreditação da formação

- Identificação das necessidades formação profissional dos membros da SRC em parceria com o Gabinete de Formação Investigação e Desenvolvimento (GAFID): cuidados paliativos, dotações seguras dos cuidados de enfermagem, ética e deontologia profissional, gestão em enfermagem,

padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem, prevenção e controlo da dor, segurança do doente, sistemas de informação em enfermagem, viabilidade tecidual e tratamento de feridas.

- Reunião com órgãos de direção de todas as instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas na SRC e da sua área de abrangência com projeção de parcerias para reforço das respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais para o decorrer do mandato (n=1).

- Realização de 2 cursos de Programa Neurolinguística para membros da SRC: "Faz Acontecer"

- Constituição da Comissão Organizadora e Científica do Congresso da Secção Regional do Centro

- Colaboração na construção do Regulamento da Formação Profissional da OE em parceria com o Gabinete de Formação Investigação e Desenvolvimento tendente à organização da oferta formativa proporcionada aos membros da SRC, sua certificação e acreditação.

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: formação científica, técnica, cultural e profissional, acreditação da formação

- Nestes 11 meses de mandato não foi possível levar a cabo a realização de cursos de formação, potenciando a qualidade da formação graduada e pós-graduada dos enfermeiros da SRC na medida em que no decorrer desse período de tempo implementamos a recolha de necessidades de formação dos enfermeiros da SRC e assim podermos, em conjunto com o GAFID, definir o plano de formação nacional.

- Sobre as atividades do domínio operacional "ACREDITAÇÃO DA FORMAÇÃO" temos a referir que as mesmas têm-se como concretizadas em parceria com os órgãos nacionais, tal como a sua operacionalização.

5 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: ASSESSORIA

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: assessoria, aconselhamento e recomendação

- Foram emitidas 71 respostas a pedidos de esclarecimento e/ou pronúncias nas áreas científicas, técnicas, jurídica e profissional dentro do período de tempo que os órgãos envolvidos entenderam necessário para uma resposta de qualidade (tempo médio de resposta = 16 dias).

- Foram reencaminhados para o Gabinete da Digníssima Bastonária 30 pedidos de esclarecimento e/ou parecer nas áreas científicas, técnicas, jurídicas e profissional que careciam de intervenção de âmbito nacional.

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: assessoria, aconselhamento e recomendação

- Neste domínio foram contempladas em sede de PA 2016 algumas atividades, colaboração na definição de estratégias para a conceção e gestão de programas de desenvolvimento/promoção da melhoria contínua dos cuidados e colaboração proactiva na definição de políticas de saúde, em parceria com as instituições de saúde e de ensino de enfermagem da área de abrangência da SRC, que a sua operacionalização coincidiu com as atividades concretizadas noutros domínios operacionais (e.g. Prestação de Cuidados).

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS NÃO PLANEADAS: assessoria, aconselhamento e recomendação

- Foram fornecidas 8122 respostas via correio eletrónico a pedidos de esclarecimento nas áreas de gestão de membros e de aconselhamento científico, técnico, jurídico e profissional.

- Foram realizadas 200 reuniões presenciais com membros para encaminhamento e esclarecimento de assuntos relacionados com o exercício profissional.

- Constituição de bolsa de peritos a nível da SRC para assessoria à emissão de respostas aos membros e ao desenvolvimento de áreas sensíveis aos cuidados de enfermagem

6 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: GESTÃO

ATIVIDADES CONCRETIZADAS: gestão

- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão com definição de estratégias para garante do respeito pelos valores, ética profissional, prática legal e as melhores práticas profissionais.

- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão (a convite e autopropostas) com definição de estratégias para garante de uma adequada gestão de recursos humanos, materiais e equipamentos na resposta às necessidades dos cidadãos em cuidados de saúde.

- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão (a convite e autopropostas) com definição de estratégias para garante do cumprimento da norma para cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem promovendo a segurança e a qualidade dos cuidados.

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: gestão

- Sobre a atividade promoção da articulação com as instituições de ensino de enfermagem, ou outras, para o desenvolvimento de métodos e técnicas de planeamento, implementação e gestão de equipas de cuidados temos a referir que a sua operacionalização coincidiu com as atividades concretizadas noutros domínios operacionais (e.g. Docência).

- Sobre as atividades criação de orientações para a delegação e supervisão em contexto de prestação de cuidados e criação de estruturas de trabalho pluridisciplinares tendentes à melhoria da qualidade dos cuidados temos a referir que as mesmas têm-se como concretizadas em

parceria com os órgãos nacionais pelas diversas iniciativas e tomadas de posição oficiais. A nível regional pudemos implementar parte das atividades propostas no decorrer das VAEP.

7 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: OUTRAS ATIVIDADES/PROJETOS

ATIVIDADES CONCRETIZADAS: atividades correntes e de suporte, cooperação Institucional, rede OE

- Organização e concretização de 11 reuniões inter-orgãos com todos os presidentes dos órgãos sociais e secretário do CDR
- Organização e concretização de 16 reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do CDR com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 10 reuniões ordinárias do CER com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 10 reuniões ordinárias do CJR com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 6 reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do CFR com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 6 reuniões ordinárias e/ou extraordinárias da Mesa de Assembleia Regional com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 2 reuniões com todos os membros dos órgãos sociais regionais com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 1 reunião da Assembleia Regional ordinária.
- Organização e concretização de 1 reunião da Assembleia Regional extraordinária.

- Organização e concretização de 11 reuniões com todos os colaboradores da SRC.
- Organização e concretização de reuniões individuais com cada um dos colaboradores da SRC.
- Restruturação, em cooperação com o Instituto de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra, das funções de cada colaborador.
- Indicação de um colaborador da SRC e de um membro do CDR para implementação de processos de gestão da qualidade dos serviços da SRC.
- Indicação de um colaborador da SRC para a Estrutura Formativa – colaborador de atendimento diário.
- Identificação das necessidades de formação dos colaboradores, em cooperação com o Instituto de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra: *Software* Primavera, Atualização de Conhecimentos de Direito, Gestão de Conflitos, Comunicação Organizacional, Formação de Código de Procedimento Administrativo, Línguas Estrangeiras, Conhecimentos Básicos de Informática.
- Atualização profissional da qualificação dos colaboradores com participação em eventos e ações formativas.
- Revisão dos contratos de prestação de serviço diversos e de alguns colaboradores, bem como a contratação de dois colaboradores.
- Reorganização e inventariação de materiais e equipamentos da SRC.
- Atualização do equipamento informático da SRC.
- Reestruturação dos espaços da SRC e conclusão do processo de regularização da Licença de Utilização do edifício da SRC.
- Realização de atividades inerentes à gestão administrativa dos recursos humanos de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos (e.g. controlo de assiduidade, férias, faltas licenças, processamento de encargos com pessoal).
- Articulação e envio de informação de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos nos suportes e formas previstas.
- Gestão financeira e patrimonial de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos.
- Monitorização do Programa de Cobrança e Execução de Quotização em Dívida possibilitou a recuperação de 42.859,40€, dos quais 30% revertem para a SRC.

- Implementação de medidas tendentes à melhoria das condições de trabalho e ambientais (e.g eficiência energética da SRC – redução do valor dos encargos de faturação em cerca de 23%).

- Implementação de medidas tendentes à triagem dos resíduos sólidos decorrentes da atividade administrativa (e.g. recolha de cerca de 40 kg de papel e plástico)

- Promoção da celeridade de resposta às solicitações dos membros

- Promoção da melhoria da instrução dos processos de admissão de membros.

- Promoção da celeridade de publicitação das atividades e eventos promovidos pela SRC, bem como da gestão de conteúdos em redes sociais (criação de perfil de *facebook* com 131 publicações desde 18 de março de 2016 e 324 632 visualizações, numa média de 1131 por dia), na *webpage* da SRC (66 publicações), nos meios de comunicação social regionais/nacionais (15 referências) e no *Youtube* (2 vídeos).

- Planificação da produção e divulgação de *flyer* e *newsletter* regional.

- Participação em reuniões de trabalho com organismos nacionais e internacionais para renovação ou criação de projetos de cooperação.

- Planificação de processo de implementação de Gabinete de Apoio a Projetos (GAP) da SRC

- Participação em representações internacionais em colaboração com os órgãos nacionais (e.g ICN, EFNMA)

- Participações em reuniões com organizações e associações profissionais para a definição de estratégias de concertação profissional de âmbito regional (n = 17)

- Organização e operacionalização da Cerimónia de Vinculação e Reconhecimento Profissional – 15 de outubro de 2016, com participação de 130 membros recém admitidos à SRC e 2 membros que passaram à qualidade de aposentado

- Organização e operacionalização de cerimónias comemorativas de datas relevantes para a Enfermagem e para a área da Saúde em geral (e.g. Dia Mundial da Criança, Dia Internacional do Enfermeiro, Dia Mundial da Saúde Mental)

- Planificação e redação do manual "Enfermeiro de Ligação à Ordem – ELO"

- Colaboração nas atividades do Gabinete de Projetos Estratégicos (GPE) na materialização de benefícios para os membros da SRC

- Indicação membro da SRC para o grupo de trabalho dos Sistemas de Informação da OE e como interlocutor dos Sistemas de Informação nos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

- Colaboração nas atividades de projetos de intervenção na comunidade de diversas instituições de saúde e de ensino (e.g. projeto PEREGRINO)

- Participação da digressão pelas instituições de saúde pelo país juntamente com a OE – "NO SEU CAMINHO"

- Participação dos vogais de todos os órgãos sociais da SRC no Encontro de Órgãos da Ordem dos Enfermeiros de 21 a 22 de abril de 2016

- Organização e operacionalização de iniciativas de aproximação aos membros nos diversos distritos – Projeto LADOaLADO, com propostas de melhoria de qualidade dos cuidados, assessoria e enfoque para a sua continuidade – decorreu de 5 a 9 de dezembro no distrito da Guarda, com visitas institucionais às valências da ULS da Guarda e Escola Superior de Saúde da Guarda, reuniões com enfermeiros (com participação da Bastonária), apresentação de projetos de melhoria da qualidade dos cuidados (7).

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: actividades correntes / actividades de suporte

- Nos 11 meses de mandato as atividades referentes construção e atualização do manual de procedimentos internos e revisão dos regulamentos/regimentos para procedimentos internos não foram concretizadas porque estão em fase de construção após o levantamento dos procedimentos internos em uso, com apoio do Instituto de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra.

- No domínio operacional da GESTÃO DOCUMENTAL devemos salientar que as atividades propostas em sede de PA 2016 são da responsabilidade dos colaboradores sob alçada/tutela/supervisão do órgão executivo

- No domínio operacional da COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA não se construiu o manual de acolhimento destinado aos novos colaboradores da SRC

- No domínio operacional ATIVIDADES PROMOCIONAIS houve suspensão da redação da Revista "Enfermagem e o Cidadão" na medida em que se integrou nas dinâmicas da OE a direção, edição e redação da Revista "Cuida" de âmbito nacional

Neste domínio devemos salientar que algumas das atividades planeadas em sede de PA 2016 se confundem com atividades desenvolvidas para dar resposta a outros objetivos operacionais não carecendo, em nossa opinião, de qualquer descrição adicional.

NOTA FINAL

Na persecução da sua missão a SRCOE tem tentado estar cada vez mais presente no dia-a-dia dos enfermeiros nos seus diferentes domínios e contextos do exercício profissional - é isso que nos move constantemente. Sendo este o relatório dos primeiros 11 meses do mandato 2016-2019, deparamo-nos com a necessidade de adaptação e transição global às dinâmicas segundo as quais tinha vindo a constituir a atividade da SRCOE.

A adaptação dos membros dos órgãos sociais à orgânica e funcionamento da instituição careceu de um envolvimento e esforço suplementares. Em continuidade, nestes primeiros meses não nos preocupa tanto o número de atividades desenvolvidas e inscritas no PA para 2016. Tivemos sim, uma preocupação adicional para que, com qualidade, as atividades desenvolvidas fossem relevantes para os membros da SRC em cada uma das instituições visitadas, em cada projeto implementado, em cada resposta emitida e em cada contacto efetuado.

A presença constante e a aposta no diálogo interinstitucional permitiram a resolução de alguns impasses que transitaram entre mandatos e outros que foram emergindo ao longo do ano fruto das incoerências governativas.

Medir, avaliar e otimizar serão sempre desafios essenciais para a construção de uma OE e uma Secção mais voltada para o Enfermeiro e para o cidadão, transparente e eficiente na sua função

Sabemos e reconhecemos os desafios com que os membros da SRC se deparam nos diversos domínios do exercício profissional. Creiam-nos atentos às condições de exercício, de dignidade e de prestígio da profissão a nível regional a fim de garantirmos que "ninguém está sozinho"

PRESTAÇÃO de CONTAS

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da OE, nos termos da na alínea f) do número 2, do artigo 46.º, aprovado pela Lei 156/2015 de 16 de Setembro, o Conselho Directivo apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2016.

Para o efeito, depois de obtidos os pareceres do Conselho Fiscal Regional, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Não podemos deixar de referir que a maior dificuldade encontrada prende-se com o comparativo com o ano transato, dado as contas não terem sido aprovadas por não apresentarem uma imagem fiel e verdadeira da SRC da Ordem dos Enfermeiros. Este facto consta do relatório e contas 2015 e é prejudicado ainda, por não ter sido dada nenhuma explicação por parte do Conselho Directivo Regional então em funções.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 477 641,68 euros, distribuído pelas grandes rubricas:

RENDIMENTOS E GANHOS

Euros

	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado Valor	%
Prestações de serviços	461 505,60	3 529,50	465 035,10	468 606,00	-3 570,90	-0,76%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	500,00	-500,00	-100,00%
Reversões	0,00	0,00	0,00	4 000,00	-4 000,00	-100,00%
Outros rend e ganhos	59 096,49	-47 342,97	11 753,52	14 850,00	-3 096,48	-20,85%
Juros, divid. e outros rend	10 057,21	-9 204,15	853,06	1 000,00	-146,94	-14,69%
	530 659,30	**-53 017,62**	**477 641,68**	**488 956,00**	**-11 314,32**	**-2,31%**

RENDIMENTOS E GANHOS

Euros

	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado Valor	%
Prest. de serviços:						
Quotização	456 307,20	2 014,34	458 321,54	466 106,00	-7 784,46	-1,67%
Emolumentos	5 198,40	1 515,16	6 713,56	2 500,00	4 213,56	168,54%
Sub. à exploração		**0,00**		**500,00**	**-500,00**	**-100,00%**
Reversões						
Perdas por imparidade		0,00		4 000,00	-4 000,00	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos						
Inscrição em eventos	1 728,20	-1 728,20			0,00	100,00%
Material de divulgação	831,85	-713,40	118,45	1 500,00	-1 381,55	-92,10%
Fotocópias	119,00	-119,00			0,00	100,00%
Descontos de pronto pag obtidos	0,10	486,97	487,07		487,07	100,00%
Alienações de act fixos tangíveis		948,00	948,00		948,00	100,00%
Rendas de prop de investimento	10 900,00	-700,00	10 200,00	8 350,00	1 850,00	22,16%
Correcções relat a per anteriores	45 412,40	-45 412,40			0,00	100,00%
Sub p/ investimentos	104,94	-104,94			0,00	100,00%
Outros				5 000,00	-5 000,00	100,00%
Juros, divid. e outros rend.						
Juros obtidos	10 057,21	-9 204,15	853,06	1 000,00	-146,94	-14,69%
	530 659,30	**-53 017,62**	**477 641,68**	**488 956,00**	**-11 314,32**	**-2,31%**

Conforme se pode observar a execução foi muito aproximada dos cem por cento tendo em conta o orçamento previsto, correspondendo a um insignificante desvio de 11 314,32 euros, correspondente a 2,31 por cento do valor inicialmente orçamentado.

Conclui-se, não obstante alguma variação entre rubricas, que o nível de execução orçamental tem um elevado grau de rigor dado que a variação é praticamente nula.

Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 412 079,37 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

GASTOS E PERDAS — Euros

	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado Valor	%
FSE	243 022,75	-50 291,48	192 731,27	213 550,00	-20 818,73	-9,75%
Gastos pessoal	141 472,31	-9 288,28	132 184,03	175 600,00	-43 415,97	-24,72%
Gastos de dep e de amort	51 064,12	2 618,41	53 682,53	55 000,00	-1 317,47	-2,40%
Perdas por imparidade			0,00	9 500,00	-9 500,00	-100,00%
OGP	33 411,76	-533,92	32 877,84	20 100,00	12 777,84	63,57%
GP Financiamento	847,96	-244,26	603,70	600,00	3,70	0,62%
	469 818,90	**-57 739,53**	**412 079,37**	**464 850,00**	**-52 770,63**	**-11,35%**

Da análise sumária ao quadro anterior, pode concluir-se que o maior desvio resulta da rubrica de gastos com pessoal, dado que os gastos com os enfermeiros cedidos contabilizam-se na rubrica "Outros gastos e perdas", daí o aumento verificado de 12 777,84 euros.

De seguida apresenta-se uma análise mais detalhada da rubrica que sofreu maior desvio, os fornecimentos de serviços externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Euros

	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado Valor	%
Serviços Especializados						
Trabalhos Especializados:	39 106,25	-26 459,24	12 647,01	30 000,00	-17 352,99	-57,84%
Trab Esp - Informática			3 502,37		3 502,37	100,00%
Trab Esp - Tipografia			389,68		389,68	100,00%
Trab Esp - Administrativo			5 872,82		5 872,82	100,00%
Trab Esp - Audiovisuais			1 777,85		1 777,85	100,00%
Trab Esp - Outros			1 104,29		1 104,29	100,00%
Pub e Prop	14 266,49	-12 009,42	2 257,07	15 000,00	-12 742,93	-84,95%
Vigilância e Segurança	2 370,38	-115,01	2 255,37	1 500,00	755,37	50,36%
Honorários	27 152,43	-13 406,43	13 746,00	30 000,00	-16 254,00	-54,18%
Cons e Reparação:	13 954,53	533,07	14 487,60	15 000,00	-512,40	-3,42%
Cons e Rep - Instalações			14 071,37		14 071,37	100,00%
Cons e Rep - Equip Adm			416,23		416,23	100,00%
Cons e Rep - Equip Inf						
Cons e Rep - V Renting						
Serviços Bancários	565,55		429,90	600,00	-170,10	-28,35%
	97 415,63	**-51 592,68**	**45 822,95**	**92 100,00**	**-46 277,05**	**-50,25%**
Materiais	15 086,27	-3 740,74	11 345,53	12 000,00	-654,47	-5,45%
Ferram e Ut Desg Rápido			482,17	1 000,00	-517,83	-51,78%
Livros e Doc Técnica			565,92	1 000,00	-434,08	-43,41%
Material de Escritório			7 933,45	8 000,00	-66,55	-0,83%
Artigos para Oferta			1 670,28	1 500,00	170,28	11,35%
Material Informático			688,81	500,00	188,81	37,76%
Outros			4,90		4,90	100,00%
	15 086,27	**-3 740,74**	**11 345,53**	**12 000,00**	**-654,47**	**-5,45%**
Energias e fluídos	16 275,14	-8 165,12	8 110,02	10 100,00	-1 989,98	-19,70%
Eletricidade			7 403,87	6 000,00	1 403,87	23,40%
Combustíveis			160,01	3 500,00	-3 339,99	-95,43%
Água			546,14	600,00	-53,86	-8,98%
	16 275,14	**-8 165,12**	**8 110,02**	**10 100,00**	**-1 989,98**	**-19,70%**
Desl, est e transp						
Deslocações e Estadas	69 516,67	20 120,56	89 637,23	70 000,00	19 637,23	28,05%
Estadias			6 343,47		6 343,47	100,00%
Deslocações - Aviões						
Desl - Comboios			413,75		413,75	100,00%
Desl - Táxis			206,39		206,39	100,00%
Desl. - Viatura própria			60 559,98		60 559,98	100,00%
Desl - Carros alugados			346,38		346,38	100,00%
Deslocações - Est/Portagens			4 064,98		4 064,98	100,00%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamentado Valor	%	Euros
Desl – Transp publicos			210,90		210,90	100,00%	
Alimentação			14 377,19		14 377,19	100,00%	
Inscrições							
Ajudas de Custo			362,33		362,33	100,00%	
Coffee-break			2 727,86		2 727,86	100,00%	
Transp. de Pessoal							
Transporte de Merc							
Outros			24,00		24,00	100,00%	
	69 516,67	**20 120,56**	**89 637,23**	**70 000,00**	**19 637,23**	**28,05%**	
Serviços diversos							
Rendas e Alugueres	9 466,15	-8 853,04	613,11	1 000,00	-386,89	-38,69%	
Rend e Alug - Viaturas			613,11		613,11	100,00%	
Rendas e Alug - Salas							
Comunicação	29 686,31	3 205,26	32 891,57	25 000,00	7 891,57	31,57%	
Com - Fixas/Móveis/Internet			20 659,35		20 659,35	100,00%	
Comunicação - Correios			12 232,22		12 232,22	100,00%	
Seguros	415,23	400,86	816,09	200,00	616,09	308,05%	
Seguros - Viaturas			156,09		156,09	100,00%	
Seguros - Equipamentos			660,00		660,00	100,00%	
Contencioso e Notariados	120,00	124,40	244,40	150,00	94,40	62,93%	
Despesas de Rep			414,23		414,23	100,00%	
Limp, Hig e Conf	5 041,35	-2 205,21	2 836,14	3 000,00	-163,86	-5,46%	
Limp. Hig e Conf - Serviços			2 031,72		2 031,72	100,00%	
Limp. Hig e Conf - Produtos			804,42		804,42	100,00%	
	44 729,04	**-6 913,50**	**37 815,54**	**29 350,00**	**8 465,54**	**28,84%**	
	243 022,75	**-50 291,48**	**192 731,27**	**213 550,00**	**-20 818,73**	**-9,75%**	

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da SRC estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela. O ano de 2016 foi de muita participação, com bastantes actividades e reuniões de vital importância pra o cumprimento da nossa estratégia em prol do reconhecimento e afirmação regional e nacional da Enfermagem

Torna-se deveras importante realçar que todos os vogais efectivos e suplentes foram convocados para todas as reuniões dos órgãos sociais, tendo sido cumprido o estipulado legal, no que respeita ao pagamento por deslocação em carro próprio.

A Compensação pela deslocação em viatura própria do membro, são despesas que a SRC suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da SRC. Assim, a SRC é obrigada a comprovar os encargos efectivamente suportados com a compensação por uso de viatura própria (quilómetro), através do mapa itinerário, sendo necessário identificar o nome do membro, o local onde se deslocou, a data da deslocação, tempo e objectivo de permanência, matrícula da viatura, bem como o montante pago por quilómetro, de modo a aferir se o mesmo excede os limites legais de sujeição a IRS.

Por fim, salientar que o resultado líquido do período de 2015, no valor de 97 843,07 euros, é fortemente influenciado pela reversão de imparidades de dívidas a receber (41 022,27 euros) e pela rubrica de correcções relativas a períodos anteriores, no montante de 45 142,40 euros, cujo reconhecimento e respectiva contabilização não foi explicado no relatório de contas 2015.

RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		Euros
	2016	2015
Resultado líquido do exercício	**60 094,95**	**97 843,07**
Reversões de dívidas a receber		41 022,27
Correcções relativas a períodos anteriores		45 142,40
	60 094,95	**11 678,40**

Investimentos

Os investimentos realizados no período em apreço totalizaram 45 256,69 euros, distribuídos da seguinte forma:

a) 13 736,47 € - valor que a SRC suportou com a aquisição de equipamento informático.

b) 10 057,22 € - valor que a SRC suportou com a aquisição de mobiliário administrativo.

c) 1 345,50 € - valor que a SRC pagou pelos serviços de substituição por LED das luminárias.

d) 10 455,00 € - valor que a SRC suportou com a cobertura do parque de estacionamento e entrada secundária.

e) 9 662,50 € - Valor que a SRC suportou com as obras de restauração e conservação do hall de entrada e zona de atendimento.

DESCRIÇÃO					Euros
	Saldo Inicial 2016	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2016
Activos fixos tang. bruto					
Terrenos e rec naturais	157 337,51		23 758,00		181 095,51
Edifícios e out const.	2 009 050,01	10 455,00	-23 758,00		1 995 747,01
Equip básico	160,00				160,00
Equip de transporte					
Equip administrativo	144 867,16	23 793,69		-6 120,00	162 540,85
Outros activos fixos tangíveis	28 958,65	4 341,90			33 300,55
Investimentos em curso					
	2 340 373,33	**38 590,59**	**0,00**	**-6 120,00**	**2 372 843,92**
Depreciação acumuladas	**610 260,92**	**53 682,53**	**-13 139,23**	**741,78**	**651 546,00**
Activo Liquido	**1 730 112,41**	**-15 091,94**	**13 139,23**	**-6 861,78**	**1 721 297,92**

NOTA FINAL

Perante as considerações apresentadas, estamos perante um documento com um grau de detalhe nunca exibido na história da SRCOE. A execução orçamental foi equilibrada, atendendo ao momento em que foi desenhada e todos os constrangimentos conhecidos.

De salientar o empenhamento de todos os envolvidos na vida da instituição: membros, colaboradores e dirigentes, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros.

Com o presente documento, confirma-se a gestão eficaz e equilibrada, com opções e apostas claras, sem pôr em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos.

Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objectivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo que antecede, o Conselho Directivo propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2016.
2. Que seja efectuada a seguinte aplicação dos resultados:
   21 A importância de 6.009,50€ para a Fundo de Reserva, conforme obrigação estatutária.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição no exercício objecto de relato.

Conselho Directivo

Presidente	**Secretário**	**Tesoureiro**
Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Pádua

BALANÇO e DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	Notas	PERÍODOS 2016	 2015
			Euros
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 721 297,92	1 730 112,41
		1 721 297,92	**1 730 112,41**
Activo corrente			
Créditos a receber	6.2	1 211,22	3 698,72
Fundadores/membros	9.1	179 498,70	179 213,97
Diferimentos	9.2	523,76	1 092,15
Caixa e depósitos bancários	9.2	1 324 252,47	1 021 623,32
		1 505 486,15	**1 205 628,16**
TOTAL DO ATIVO		**3 226 784,07**	**2 935 740,57**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	9.2	168 752,87	149 791,23
Reservas	9.2	176 398,77	176 398,77
Resultados transitados	9.2	2 479 923,33	2 188 531,08
		2 825 074,97	**2 514 721,08**
Resultado líquido do período	9.2	60 094,95	97 843,07
Total dos fundos patrimoniais		**2 885 169,92**	**2 612 564,15**
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	6.1	21 159,97	9 381,12
Estado e outros entes públicos	9.2	9 993,00	7 104,60
Diferimentos	9.2	0,00	628,83
Outros passivos correntes	6.3	310 461,18	306 061,87
		341 614,15	**323 176,42**
TOTAL DO PASSIVO		**341 614,15**	**323 176,42**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**3 226 784,07**	**2 935 740,57**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	51	465 035,10	461 505,60
Subsídios à exploração	92	503,04	628,83
Fornecimentos e serviços externos	52	-192 731,27	-243 022,75
Gastos com o pessoal	7	-132 184,03	-141 472,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	91	0,00	41 022,27
Outros rendimentos	51/53	12 642,58	68 883,70
Outros gastos	54	-32 877,84	-33 411,76
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**120 387,58**	**154 133,58**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-53 682,53	-51 064,12
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**66 705,05**	**103 069,46**
Juros e gastos similares suportados	92	-603,70	-847,96
Resultado antes de impostos		**66 101,35**	**102 221,50**
Imposto sobre o rendimento do período		-6 006,40	-4 378,43
Resultado líquido do período		**60 094,95**	**97 843,07**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUITADORES DA EMPRESA-MÃE							Int. q não controlam	Total dos FP
		Fundos	Ex.edentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Exced. de reval.	Aj./ ou var. nos FP	RL do periodo	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2016	**6**	**149 791,23**		**176 398,77**	**2 286 374,15**			**2 612 564,15**		**2 612 564,15**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					193549,18				193 549,18	
	7				193 549,18				193 549,18	193 549,18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**							**60 094,95**	**60 094,95**	**60 094,95**
RESULTADO INTEGRAL	**9=7+8**							**60 094,95**	**253 644,13**	**253 644,13**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos		18 961,64							18 961,64	18 961,64
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
	10								18 961,64	18 961,64
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	**11=6+7+8+10**	**149 791,23**		**176 398,77**	**2 479 923,33**			**2 885 169,92**		**2 885 169,92**

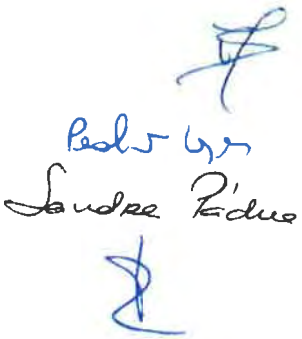
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS 2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		464 799,32	437 135,89
Pagamento de bolsas		0,00	-3 500,00
Pagamentos a fornecedores		-180 290,43	-249 195,09
Pagamentos ao pessoal		-134 894,22	-144 797,86
Caixa gerada pelas operações		**149 614,67**	**39 642,94**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-686,75	-2 119,13
Outros recebimentos/pagamentos		175 591,05	34 184,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**324 518,97**	**71 708,69**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-38 590,59	-3 720,00
Sub-total		-38 590,59	-3 720,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		984,00	0,00
Outros activos		10 200,00	10 900,00
Juros e rendimentos similares		3 938,45	22 629,86
Sub-total			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-23 468,14**	**29 809,86**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		1 897,29	0,00
Sub-total		**1 897,29**	**0,00**
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-603,70	-847,96
Sub-total		**-603,70**	**-847,96**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**1 293,59**	**-847,96**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**302 344,42**	**100 670,59**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 021 623,32	893 834,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 324 252,47	1 021 623,32

CC n.º 61810	Conselho Directivo		
	Presidente	Secretário	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Páctua

anexos



ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. **Designação da entidade:** Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Centro

1.2. **Sede:** Avenida Bissaya Barreto, n.º 185, 3000-076 Coimbra

1.3. **Natureza da atividade:** A Ordem dos Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Centro (SRC) é uma **pessoa coletiva de direito público**, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. **Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.**

1.5. **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E, subsequentes declarações de rectificação.

2.2. **Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL

2.3. **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
Equipamento básico	1 a 14 anos
Equipamento administrativo	1 a 12 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas"

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento

LOCAÇÕES

3.2. **Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.**

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar. Para as finalidades deste capítulo, o termo "imposto sobre o rendimento" inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da SRC.

4. MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES AIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos
- A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL 2016 — Euros

	Saldo Inicial 2016	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2016
Act fixos tang bruto					
Terrenos e rec naturais	157 337,51		23 758,00		181 095,51
Edifícios e outras const	2 009 050,01	10 455,00	-23 758,00		1 995 747,01
Equip básico	160,00				160,00
Equip de transporte					
Equip administrativo	144 867,16	23 793,69		-6 120,00	162 540,85
Outros act fixos tang	28 958,65	4 341,90			33 300,55
Invest em curso					
	2 340 373,33	**38 590,59**	**0,00**	**-6 120,00**	**2 372 843,92**
Depreciação acumuladas					
Terrenos e rec naturais					
Edifícios e outras cons	443 781,38	39 596,42	-7 019,23		476 358,57
Equip básico	53,33	53,33			106,66
Equip de transporte					0,00
Equip administrativo	141 235,26	10 378,37	-6 120,00	716,85	146 210,48
Outros act fixos tang	25 190,95	3 654,41		24,93	28 870,29
Invest em curso					
	610 260,92	**53 682,53**	**-13 139,23**	**741,78**	**651 546,00**

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2016, desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		Euros
	2016	2015
Terrenos e recursos naturais	181 095,51	157 337,51
Edifícios e outras construções	1 519 388,44	1 565 268,63
Equipamento básico	53,34	106,67
Equipamento administrativo	16 330,37	3 631,90
Outros activos fixos tangíveis	4 430,26	3 767,70
Investimentos em curso		
	1 721 297,92	**1 730 112,41**

5. RENDIMENTOS E GASTOS

5.1. Réditos

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				Euros
	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Prestações de serviços	**465 035,10**	**461 505,60**	**3 529,50**	**0,76%**
Quotização	458 321,54			
Emolumentos	6 713,56			
Subsídios à exploração	**503,04**	**628,83**	**-125,79**	**-20,00%**
Outros rendimentos e ganhos	**11 789,52**	**58 826,49**	**-47 036,97**	**-79,96%**
Material de divulgação	118,45			
Descontos de pronto pagamento obtidos	487,07			
Alienações de activos fixos tangíveis	984,00			
Rendas de propriedades de investimento	10 200,00			
Juros, dividendos e outros rendimentos	**853,06**	**10 057,21**	**-9 204,15**	**-91,52%**
Juros obtidos	853,06			
	478 180,72	531 018,13	-52 837,41	-9,95%

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS — Euros

	2016	2015	Variação Valor	Variação %
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	12 647,01	39 106,25	-26 459,24	-67,66%
Trabalhos Especializados - Informática	3 502,37			
Trabalhos Especializados - Tipografia	389,68			
Trabalhos Especializados - Administrativo	5 872,82			
Trabalhos Especializados - Audiovisuais	1 777,85			
Trabalhos Especializados - Outros	1 104,29			
Publicidade e Propaganda	2 257,07	14 266,49	-12 009,42	-84,18%
Vigilância e Segurança	2 255,37	2 370,38	-115,01	-4,85%
Honorários	13 746,00	27 152,43	-13 406,43	-49,37%
Conservação e Reparação:	14 487,60	13 954,53	533,07	3,82%
Conservação e Reparação - Instalações	14 071,37			
Conservação e Reparação - Equip. Administrativo	416,23			
Conservação e Reparação - Equip Informático				
Conservação e Reparação - Viatura Renting				
Serviços Bancários	429,90	565,55	-135,65	-23,99%
	45 822,95	**97 415,63**	**-51 592,68**	**-52,96%**
Materiais	11 345,53	15 086,27	-3 740,74	-24,80%
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	482,17			
Livros e Documentação Técnica	565,92			
Material de Escritório	7 933,45			
Artigos para Oferta	1 670,28			
Material Informático	688,81			
Outros	4,90			
	11 345,53	**15 086,27**	**-3 740,74**	**-24,80%**
Energias e fluídos	8 110,02	16 275,14	-8 165,12	-50,17%
Eletricidade	7 403,87			
Combustíveis	160,01			
Água	546,14			
	8 110,02	**16 275,14**	**-8 165,12**	**-50,17%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				Euros
			Variação	
	2016	2015	Valor	%
Deslocações, estadas e transportes	**89 637,23**	**69 516,67**	**20 120,56**	**28,94%**
Deslocações e Estadas				
Estadias	6 343,47			
Deslocações - Aviões				
Deslocações - Comboios	413,75			
Deslocações - Táxis	206,39			
Deslocações - Viatura própria	60 559,98			
Deslocações - Carros alugados	346,38			
Deslocações - Estacionamento/Portagens	4 064,98			
Deslocações - Transportes públicos	210,90			
Alimentação	14 377,19			
Inscrições				
Ajudas de Custo	362,33			
Coffee-break	2 727,86			
Transporte de Pessoal				
Transporte de Mercadorias				
Outros	24,00			
	89 637,23	**69 516,67**	**20 120,56**	**28,94%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	613,11	9 466,15	-8 853,04	-93,52%
Rendas e Alugueres - Viaturas	613,11			
Rendas e Alugueres - Salas				
Comunicação	32 891,57	29 686,31	3 205,26	10,80%
Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	20 659,35			
Comunicação - Correios	12 232,22			
Seguros	**816,09**	**415,23**	**400,86**	**96,54%**
Seguros - Viaturas	156,09			
Seguros - Equipamentos	660,00			
Contencioso e Notariados	244,40	120,00	124,40	103,67%
Despesas de Representação	414,23		414,23	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto	2 836,14	5 041,35	-2 205,21	-43,74%
Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	2 031,72			
Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	804,42			
	37 815,54	**44 729,04**	**-6 913,50**	**-15,46%**
	192 731,27	**243 022,75**	**-50 291,48**	**-20,69%**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 60.559,98 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRC.

5.3. Outros rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS				Euros
	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Inscrição em eventos		1 728,20	-1 728,20	-100,00%
Material de divulgação	118,45	831,85	-713,40	-85,76%
Fotocópias		119,00	-119,00	-100,00%
Descontos de pronto pagamento obtidos	487,07	0,10	486,97	486970,00%
Alienações de activos fixos tangíveis	984,00		984,00	100,00%
Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 900,00	-700,00	-6,42%
Correcções relativas a períodos anteriores		45 142,40	-45 142,40	-100,00%
Subsídios para investimentos		104,94	-104,94	-100,00%
Juros obtidos	853,06	10 057,21	-9 204,15	-91,52%
	12 642,58	**68 883,70**	**-56 241,12**	**-81,65%**

5.4. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS				Euros
	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Impostos	4 652,81	0,90	-4 651,91	-99,98%
Correcções relativas a períodos anteriores		7 831,09	7 831,09	100,00%
Donativos		290,00	290,00	100,00%
Insuficiência estimativa parta impostos		1 104,63	1 104,63	100,00%
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	13 654,26	3 700,89	-9 953,37	-72,90%
Devolução de prémios de investimentos		16 591,43	16 591,43	100,00%
Atribuição de prémios de investigação		3 500,00	3 500,00	100,00%
Multas e penalidades		7,07	7,07	100,00%
Outros gastos e perdas	14 570,77	385,75	-14 185,02	-97,35%
	32 877,84	**33 411,76**	**533,92**	**1,62%**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Fornecedores	21 159,97	9 381,12	11 778,85	125,56%
Meo - Serviços de Comunicação, SA	7,35			
CTT - Correios de Portugal, SA	1 543,04			
CTT Expresso	105,17			
HAWORTH Portugal, SA	7 197,01			
ALISLUX, Unip, Lda	5 227,50			
CERTIFICOIMBRA - Engenharia, Unip Lda	4 662,65			
Leonilde&Mauro, Lda	262,15			
Centro Hosp. entre Douro e Vouga, EPE	1 769,08			
IBERDROLA	386,02			
	21 159,97	**9 381,12**	**11 778,85**	**125,56%**

6.2. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Juros a receber	613,33	3698,72	-3 085,39	-83,42%
Adiantamentos a fornecedores	597,89		597,89	100,00%
	1 211,22	**3 698,72**	**-2 487,50**	**-67,25%**

6.3. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Dívidas ao pessoal		44,00	-44,00	-100,00%
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	14 064,45 €	16 774,64	-2 710,19	-16,16%
Outros acréscimos de gastos	44 467,20 €	13 202,10	31 265,10	236,82%
	58 531,65	**29 976,74**	**28 554,91**	**95,26%**
Valores a devolver à SEDE	117 376,01	230 211,88	-112 835,87	-49,01%
Quotas em conferência	133 950,45	39 733,97	94 216,48	237,12%
Membros	603,07	2 257,70	-1 654,63	-73,29%
Outros credores		3 837,58	-3 837,58	-100,00%
	310 461,18	**306 061,87**	**4 443,31**	**1,45%**

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				Euros
	2016	2015	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
Remunerações dos Órgãos da Ordem				
Remunerações do pessoal	107 997,07	118 719,77	-10 722,70	-9,03%
Indemnizações	2 623,81		2 623,81	100,00%
Encargos sobre remunerações	21 129,35	21 930,48	-801,13	-3,65%
Seguro acidentes no trabalho				
Gastos de acção social				
Outros gastos com o pessoal	433,80	822,06	-388,26	-47,23%
	132 184,03 €	**141 472,31 €**	**-9 288,28 €**	**-6,57%**

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da SRC foi de 7.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 13 de Fevereiro de 2017

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1. Operações contratadas pela atividade com partes relacionadas membros/outros clientes e respectivas imparidades

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à SRC (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

O cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER — Euros

Membros	2016	2015	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros	102 981,57 €	290 158,19 €	-187 176,62 €	-64,51%
Imparidade Acumulada	-39 164,33 €	-127 392,73 €	88 228,40 €	-69,26%
	63 817,24 €	**162 765,46 €**	**-98 948,22 €**	**-133,77%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	31 250,15 €	41 022,27 €	31 250,15 €	76,18%

A redução das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 56 978,25euros

9.2. Associados/membros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS — Euros

	2016	2015	Variação Valor	Variação %
Percentagem s/ facturação	102 981,57 €	290 158,19 €	-187 176,62 €	-64,51%
Percentagem s/ recebimentos	93 457,32 €	-7 887,49 €	101 344,81 €	-1284,88%
Percentagem s/ inscrições	20 185,34 €	20 205,00 €	-19,66 €	-0,10%
Percentagem s/ título especialista	2 038,80 €	4 131,00 €	-2 092,20 €	-50,65%
	218 663,03 €	**306 606,70 €**	**-87 943,67 €**	**-28,68%**
Imparidades Acumulada	-39 164,33 €	-127 392,73 €	88 228,40 €	-69,26%
VALOR LÍQUIDO	**179 498,70 €**	**179 213,97 €**	**284,73 €**	**0,16%**

Na nota 6.3 - Outros passivos correntes, encontram-se evidenciadas dívidas da SRC à Sede.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a SRC tinha o seguinte valor a receber, relativo a dívida dos membros, bem como aos acertos trimestrais com a Sede e outras secções regionais

9.3. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS À ORDEM				Variação		Euros
	Descrição	2016	2015	Valor	%	
Caixa - SRC	Caixa	0,00 €	620,86 €	-620,86 €	-100,00%	
Depósitos à Ordem	Dep. Ordem	524 252,47 €	322 796,38 €	201 456,09 €	62,41%	
Depósitos a Prazo	Dep. Prazo	800 000,00 €	698 206,08 €	101 793,92 €	14,58%	
		1 324 252,47 €	**1 021 623,32 €**	**302 629,15 €**	**29,62%**	

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		Euros
	2016	2015
Passivos		
Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	4 842,76 €	2 259,30 €
Imposto sobre o valor acrescentado	1 493,50 €	112,70 €
Retenção de impostos s/ rendimento	816,00 €	2 017,49 €
Contribuições p/ Segurança Social	2 388,45 €	2 715,11 €
Outras Contribuições	452,29 €	
	9 993,00 €	**7 104,60 €**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		Euros
	2016	2015
Activos		
Contratos de manutenção	428,38	839,98
Seguros		156,09
Gastos a reconhecer	95,38	96,08
	523,76	**1 092,15**
Passivos		
Outros diferimentos		628,83
	0,00	**628,83**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					Euros
	01/01/2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2016
Fundos patrimoniais	149 791,23	18 961,64			168 752,87
Reservas	176 398,77				176 398,77
Resultados transitados	2 188 531,08	222 170,31	-28 621,13	97 843,07	2 479 923,33
Resultado do período	97 843,07	60 094,95		-97 843,07	60 094,95
	2 612 564,15	**301 226,90**	**-28 621,13**	**0,00**	**2 885 169,92**

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 222.170,31 euros a crédito e 28.621,13 euros a débito.

O Relatório de Actividades e Contas de 2015 não foi aprovado pela Assembleia Geral.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS			Variação		Euros
	2016	2015	Valor	%	
Juros suportados - Empréstimos obtidos	603,70	847,96	-244,26	-28,81%	
	603,70	**847,96**	**-244,26**	**-28,81%**	

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

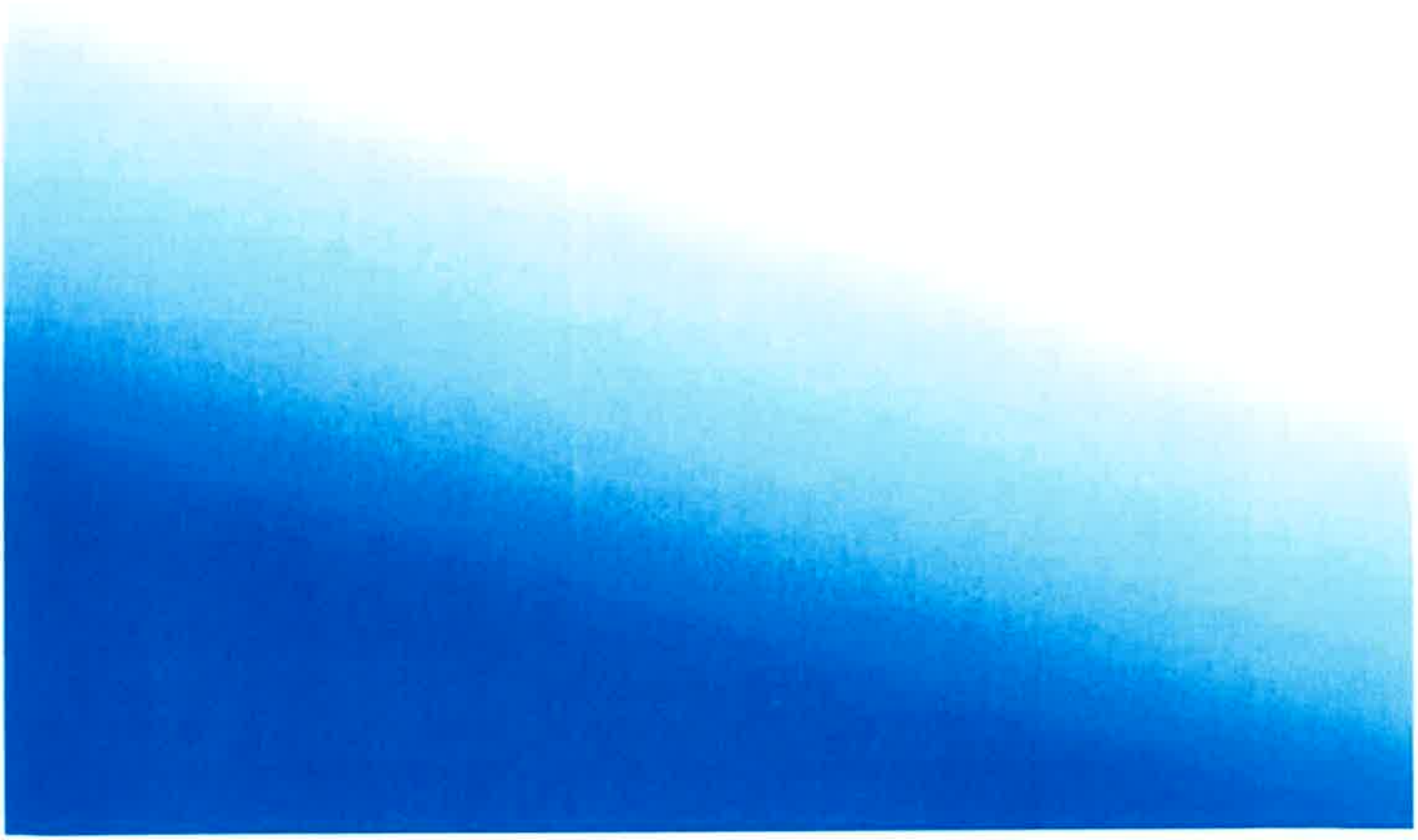
SUBSÍDIOS				
	2016		2015	
	Sub. à Exploração	Outros Rendimentos	Sub. à Exploração	Outros Rendimentos
Entidades				
Instituto Emprego e Formação Profissional	503,04 €		628,83 €	

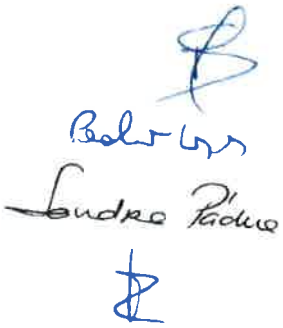
HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRC com o valor contabilístico líquido de 1.700.483,95 euros está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

CC n.º 61810	Conselho Directivo		
	Presidente	Secretário	Tesoureiro
Ana Filipa Xavier de Basto	Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Pádua

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Centro

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Centro** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2016** (que evidencia um total de 3.226.784,07 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2.885.169,02 euros, incluindo um resultado líquido de 60.094,95 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Centro** em **31 de dezembro de 2016** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

As demonstrações financeiras da Ordem dos Enfermeiros relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas que expressou uma escusa de opinião sobre essas demonstrações em 4 de maio de 2016.

Conforme mencionado na nota 9.2 do Anexo, a rubrica "Resultados transitados" no Balanço, encontra-se influenciada por diversas regularizações de saldos relativas a anos anteriores no montante de 28.621,13€ a débito e 222.170,31€ a crédito.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do Órgão Diretivo e do Órgão de Fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O Órgão Diretivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF - ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Capital Social 5 000 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 411 900 - SROC n.º 277 - OROC

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nivel elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Diretivo;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Diretivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com o Órgão Diretivo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 13 de fevereiro de 2017

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capital Social 5.000 € - Contribuinte e NIPC nº 510 113 900 - SROC nº 272 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - jorgesilva.roc@mail.telepac.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar - Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

COIMBRA 2017 • 84

PARECER CONSELHO FISCAL

Secção Regional do Centro

Conselho Fiscal Regional do Centro
2016/2019

Parecer sobre o Relatório de Contas do ano 2016
Aos membros da Ordem dos Enfermeiros da Secção Regional do Centro

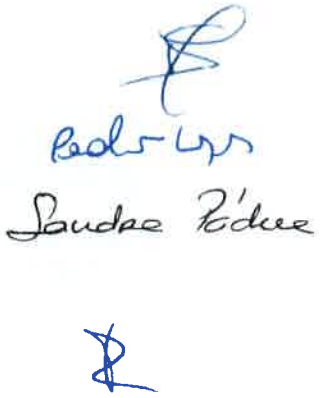
Em cumprimento do disposto da alínea b) do nº 2 do artº 48 do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, somos de parecer que o relatório de actividades do Conselho Directivo Regional do ano 2016, está bem construído e com demonstração de detalhes, bem como o Relatório de Contas de 2016, que obtém um parecer favorável por parte do Conselho Fiscal Regional do Centro.

Coimbra, 13 de Fevereiro de 2017
O Conselho Fiscal Regional

João Morais, Presidente

Bráulio Sousa, Vogal

Luís Lopes, Vogal



ordem dos enfermeiros

secção regional
centro

ORDEM DOS ENFERMEIROS

APÊNDICE 14

RELATÓRIO E CONTAS 2016 - SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ordem dos enfermeiros
secção regional
sul

Relatório de Actividades

e

Contas

2016

Aprovado em reunião ordinária do Conselho Directivo Regional da Secção Regional do Sul de 16 de Fevereiro de 2017

Aprovado em Assembleia Regional de 24 de Fevereiro de 2017

Índice

1. **Introdução** **6**

2. **Uma Ordem dos Enfermeiros com os Enfermeiros** **7**

1. Actualização do perfil socioprofissional dos membros da SRSul. 7
2. Realização de visitas de proximidade nos contextos de prática profissional. 10
3. Estabelecimento de protocolos e parcerias com diversas entidades e organizações. 12
4. Envolvimento dos ELO`s nos seus contextos clínicos. 12
5. Criação do gabinete de mediação de conflitos. 12
6. Realização de sessões de esclarecimento, sobre Enfermagem e Ordem dos Enfermeiros. 12
7. Envolvimentos dos estabelecimentos de ensino superior e respectivos docentes nas actividades da SRSul. 14
8. Organização da Cerimónia de Vinculação à Profissão. 14

3. **Uma Ordem dos Enfermeiros Moderna e Eficiente** **16**

9. Promoção de práticas de melhoria contínua no funcionamento administrativo da Secção: ... 16
10. Organização do processo de atribuição de títulos em articulação com a comissão de atribuição de títulos. 20
11. Criação da Via Verde SRSul 21
12. Manutenção da promoção de uma política de protecção do ambiente: 21

4. **Uma Ordem dos Enfermeiros socialmente credível e visível** **23**

13. Identificação e divulgação de projectos nos contextos profissionais. 23
14. Promoção e apoio ao desenvolvimento de projectos liderados por Enfermeiros 23
15. Divulgação, no site da SRSul, de projectos inovadores e criativos da prática profissional ... 23
16. Promoção do diálogo com instituições/associações da sociedade civil: 24

17. Comemorações de efemérides com relevo para o papel do Enfermeiro na promoção da saúde e prevenção da doença. 25

18. Promoção do intercâmbio internacional para a valorização do trabalho desenvolvido pelos Enfermeiros portugueses. 26

19. Estabelecimento de parcerias com meios de comunicação social locais como veículo de promoção da saúde e das competências dos Enfermeiros. 27

20. Promoção da divulgação das actividades dos Enfermeiros e da SRSul através dos meios de comunicação social. 27

5. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora da Qualidade e da Segurança dos Cuidados 28

21. Realização de visitas de proximidade nos contextos da prática profissional 28

22. Reavaliação da actividade dos grupos de acompanhamento existentes na SRSul e se necessário criação de novos 28

23. Promoção das competências dos Enfermeiros junto da comunidade no âmbito dos programas de saúde prioritários: 28

24. Participação activa na defesa do cumprimento de dotações seguras: 29

25. Promoção da adequação do número e perfil de Enfermeiros, face às necessidades do cidadão/contexto de prática clínica. 31

26. Controlo de situações de usurpação de funções de enfermagem da área da SRSul: 31

27. Política de proximidade relativamente aos Enfermeiros emigrados: 31

6. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora do desenvolvimento científico e técnico-profissional 33

28. Criação de protocolos e linhas orientadoras sobre estratégias de intervenção formativa. . 33

29. Apoio ao desenvolvimento de núcleos de investigação de enfermagem em Portugal e/ou no estrangeiro. 33

30. Promoção de espaços de debate científico entre os Enfermeiros 33

31. Promoção da investigação em enfermagem:..... 34

32. Promoção do desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento profissional, em contextos de prática clínica, em articulação com as Escolas de Enfermagem. 35

33. Atribuir o Prémio de investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa..... 35

34. Integração da Comissão de Atribuição de Títulos, assegurando a inscrição e atribuição de títulos de Enfermeiro e Enfermeiro Especialista. 36

35. Realização de um Congresso Regional de Enfermagem. 36

36. Colaboração, com as organizações de saúde, em processos conducentes à melhoria da qualidade do exercício profissional..... 38

37. Colaboração na implementação de sistemas de informação para a prática de enfermagem..... 39

7. Uma Ordem dos Enfermeiros presente, dinâmica e responsável 40

38. Representação da SRSul em eventos nacionais e internacionais..... 40

39. Realização da Assembleia Regional..... 40

40. Realização de encontro semestral de membros dos órgãos estatutários para acompanhamento, avaliação e definição de estratégias de melhoria..... 41

41. Elaboração de relatórios semestrais das actividades desenvolvidas por cada órgão regional..... 41

42. Pronúncia sobre todos os assuntos que forem apresentados, dentro das responsabilidades estatutárias..... 41

43. Criação da comissão de intervenção em assédio moral. 41

44. Instrução de processos de inquérito e processos disciplinares. 42

8. Contas da SRSul de 2016 45

9. Considerações Finais 49

Índice de Figuras

TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos Enfermeiros por Género 7
Tabela 2- Distribuição dos Enfermeiros por Distrito 7
Tabela 3 - Distribuição dos Enfermeiros por Grupo Etário 8
Tabela 4 - Enfermeiros de Cuidados Gerais 8
Tabela 5 - Distribuição dos Enfermeiros por Especialidade 8
Tabela 6 - Distribuição dos Enfermeiros por Área de Actividade 9
Tabela 7 - Distribuição dos Enfermeiros por Área de Competências 9

QUADROS

Quadro 1 - Visita de Acompanhamento ao Exercício Profissional 11
Quadro 2 - Visitas formais de proximidade 11
Quadro 3 - Reuniões de acompanhamento 11
Quadro 4 - Sessões de Esclarecimento em Estabelecimentos de Ensino Superior 13
Quadro 5 - Satisfação relativamente à cerimónia de vinculação 14
Quadro 6 - Satisfação relativamente ao atendimento 19
Quadro 7 - Atendimento Via Verde 21
Quadro 8- Representações 40
Quadro 9 - Actividade do CJR da SRSul 42
Quadro 10 - Tipo de assuntos apresentados em CJRS 43
Quadro 11 – Processos do mandato anterior 43
Quadro 12 - Processos actuais 44
Quadro 13 - Assuntos analisados nas reuniões de CJRS 44
Quadro 14 - Execução orçamental de rendimentos 2016, com comparação à execução 2015 46
Quadro 15 - Execução orçamental de gastos 2016, com comparação à execução 2015 47
Quadro 16 - Investimentos em activos fixos tangíveis 2016 48

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atendimento telefónico e presencial 17
Gráfico 2 - Distribuição dos atendimentos por Assunto 17
Gráfico 3 – Distribuição do registo por assunto 18
Gráfico 4 - Distribuição de questionários respondidos 19

Anexo – Demonstrações financeiras e anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

Tendo por base o artigo 3º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, a representação e defesa dos interesses da profissão, regular e supervisionar o acesso dos seus membros, bem como garantir o exercício profissional legalmente estabelecido, baseado nas normas técnicas, deontológicas e regulamentares são os grandes objectivos da Secção Regional do Sul (SRSul).

O ano de 2016 foi o primeiro de um novo mandato, em que a SRSul assumiu, de forma clara e inequívoca, uma mudança na defesa, valorização e dignificação dos Enfermeiros, da Enfermagem e dos cuidados de saúde por consequência.

Este Relatório traduz uma análise crítica das actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2016, que foram ao encontro do esperado no respectivo Plano de Actividades aprovado em Assembleia Regional de 2016, bem como a análise da situação financeira da Secção Regional do Sul.

A par da transparência, importa referir a solidez, sustentabilidade e viabilidade orçamental, aumentando significativamente a eficiência da SR Sul.

2. Uma Ordem dos Enfermeiros com os Enfermeiros

Objectivos Estratégicos

- Acompanhar o exercício profissional dos Enfermeiros;
- Melhorar a comunicação com os membros;
- Melhorar os benefícios sociais dos membros;
- Promover a actividade dos Elementos de Ligação à Ordem (ELO´s).

Actividades

1. Actualização do perfil socioprofissional dos membros da SRSul.

Podemos observar que, através da Tabela 1, o género feminino predomina nos Enfermeiros da SRSul.

Tabela 1 - Distribuição dos Enfermeiros por Género

Distribuição por Género	
Distribuição por Género	Total
Feminino	22.876
Masculino	4.948
Total	27.824

Da distribuição dos Enfermeiros por distrito da área de intervenção da SRSul, Lisboa, Setúbal, Santarém e Faro são os distritos que mais concorrem para o número de Enfermeiros da SRSul. Como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2- Distribuição dos Enfermeiros por Distrito

Distribuição por Distrito (Exercício Profissional)			
Distrito	F	M	Total
BEJA	731	171	902
ÉVORA	893	182	1.075
FARO	2.051	455	2.506
LISBOA	12.537	2.741	15.278
PORTALEGRE	614	204	818
SANTARÉM	1.855	355	2.210
SETÚBAL	3.564	657	4.221
OUTROS (*)	582	171	753
Total no Território Nacional	22.827	4.936	27.763
ESTRANGEIRO	49	12	61
TOTAL	22.876	4.948	27.824

(*) Enfermeiros caracterizados em distritos do domicílio profissional ou residência fora da área geográfica da sua secção regional.

Como podemos observar na tabela 3, a classe etária dos 31 aos 35 anos predomina relativamente às outras e onde cerca de metade (16764 Enfermeiros) se situa entre os 26 e os 45 anos.

Tabela 3 - Distribuição dos Enfermeiros por Grupo Etário

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	F	M	Total
21 a 25	1.392	191	1.583
26 a 30	3.301	519	3.820
31 a 35	4.816	1.062	5.878
36 a 40	3.145	787	3.932
41 a 45	2.522	554	3.076
46 a 50	2.319	485	2.804
51 a 55	2.188	426	2.614
56 a 60	1.419	434	1.853
61 a 65	753	197	950
66 a 70	505	123	628
Mais 70	516	170	686
Total	22.876	4.948	27.824

Os membros da SRSul, são maioritariamente Enfermeiros de Cuidados Gerais (Tabela 4) e cerca de 1/5 da totalidade são Enfermeiros Especialistas com maior relevância para a Especialização em Reabilitação (tabela 5)

Tabela 4 - Enfermeiros de Cuidados Gerais

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Titulo	F	M	Total
ENFERMEIRO	18.035	3.947	21.982

Tabela 5 - Distribuição dos Enfermeiros por Especialidade

Enfermeiros Especialistas			
Titulos	F	M	Total
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	928	345	1.273
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	846	62	908
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	985	60	1.045
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	837	229	1.066
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	762	120	882
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	488	190	678
Total	4.846	1.006	5.852

Relativamente à área de actividade, verificamos que é nos Hospitais que a maioria dos Enfermeiros da SRSul desempenha a sua actividade (tabela 6) e que cerca de metade o faz na área de prestação de cuidados (Tabela 7)

Tabela 6 - Distribuição dos Enfermeiros por Área de Actividade

Distribuição por Área de Actividade			
Sector de Actividade	F	M	Total
HOSPITAIS	13.407	2.951	16.358
CENTROS DE SAÚDE	2.384	301	2.685
CLÍNICAS/ESTAB. PRIVADOS DE SAÚDE	487	167	654
ESTAB. DE ENSINO DE ENFERMAGEM	217	65	282
ESTABELECIMENTO PRISIONAL/FORÇAS DE SEGURANÇA	36	65	101
INSTITUTOS PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	240	51	291
LARES/CASA DE SAÚDE	177	50	227
SERVIÇO PREVENÇÃO TRATAMENTO TOXICODEPENDÊNCIA	51	21	72
EXERCÍCIO LIBERAL	275	92	367
APOSENTADOS	219	90	309
OUTROS	102	37	139
DESCONHECIDO (4)	5.281	1.058	6.339
TOTAL	22.876	4.948	27.824

(4) Situação de Enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados.

Tabela 7 - Distribuição dos Enfermeiros por Área de Competências

Distribuição por Área de Competências			
Área de Actuação	F	M	Total
Assessoria / Consultadoria	25	6	31
Ensino e Investigação	62	26	88
Formação	107	23	130
Gestão	671	217	888
Outra	162	48	210
Prestação de Cuidados Especializados	529	120	649
Prestação de Cuidados Gerais	11.135	2.294	13.429
Desconhecido (4)	10.185	2.214	12.399
Total	22.876	4.948	27.824

(4) Situação de Enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados.

2. Realização de visitas de proximidade nos contextos de prática profissional.

As visitas de proximidade nos contextos de prática profissional (Quadro 1) foram realizadas conjuntamente com o Conselho de Enfermagem Regional (CER), algumas com o Conselho Directivo Nacional e sempre que o assunto da visita se relacionava com uma área específica acompanhavam-nos um perito dessa mesma área. Caso a área de intervenção justificasse estava também presente um elemento do Colégio da Especialidade a complementar a intervenção. De cada visita foi realizado um relatório.

As questões que emergiram durante as visitas de proximidade estiveram relacionadas sobretudo com:

- O défice nas dotações seguras e consequente desmotivação e risco para a qualidade e segurança dos cuidados;
- A dificuldade no cumprimento do horário semanal estabelecido por lei (sobretudo para colmatar a passagem das 40 horas para as 35 horas);
- Os horários de trabalho nem sempre explícitos em relação à "bolsa de horas", horas totais e "turnos extraordinários";
- O absentismo;
- Os conflitos laborais vs assédio moral.

Perante tais constatações, traçámos como intervenções:

- Acompanhamento, reflexão e discussão com os Enfermeiros, Direcções de Enfermagem e Conselhos de Administração sobre os contextos da prática profissional;
- Pedidos à tutela para admissão de mais Enfermeiros, através do Conselho Directivo Nacional;
- Análise de denúncias apresentadas;
- Gestão de conflitos;
- Exigência no cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros.

Como **potencialidades** realçamos:

- Momentos de proximidade e possibilidade de cooperação e colaboração de projectos/parcerias;
- Incremento da comunicação entre Enfermeiros e reforço dos laços institucionais.

Quadro 1 - Visita de Acompanhamento ao Exercício Profissional

Unidades	Número de Visitas
Hospitais	16
Centros Hospitalares	16
ACES	7
Lares/Casas de Repouso/Residenciais para Idosos	4
Sub	4
Unidades Locais de Saúde	3
Administrações Regionais de Saúde	3
Institutos	2
Escolas	2
Centros de Medicina e Reabilitação	2
USF	1
Santas Casas da Misericórdia	1
Centro Social	1
Total	**62**

Quadro 2 - Visitas formais de proximidade

Unidades	Número de Visitas
Centros Hospitalares	2
ACES	3
SUB	2
Unidades Locais de Saúde	1
Total	**8**

Quadro 3 - Reuniões de acompanhamento

Unidades	Número de Visitas
Centros Hospitalares	3
ARS	3
Hospitais	2
ACES	2
Total	**10**

Para além das Visitas de Acompanhamento constantes no quadro 1, foram realizadas outras visitas de proximidade, informais, a pedido de colegas ao longo de todo o ano com regiões predominantes tais como Lisboa, Santarém, Abrantes, Évora e Faro.

3. Estabelecimento de protocolos e parcerias com diversas entidades e organizações.

Com o objectivo de gerir e analisar as propostas de protocolos e parcerias, visando a obtenção de vantagens e benefícios aos Enfermeiros colaborámos com o grupo nacional e, neste sentido, foram celebrados, com entidades da área geográfica de abrangência da Secção Regional do Sul, trinta e um protocolos e parcerias, dos quais onze já se encontram formalizados e os restantes estão por formalizar. As entidades e as condições dos protocolos, serão divulgadas no site da Secção Regional do Sul.

4. Envolvimento dos Elementos de Ligação à Ordem (ELO´s) nos seus contextos clínicos.

Integrámos o grupo de trabalho que funciona a nível Nacional onde foram promovidas cinco reuniões, uma realizada nas instalações da SRSul e as restantes na Sede Nacional, com vista ao desenvolvimento formal das competências dos ELO´s.

Nos seus contextos clínicos os ELO`s identificaram situações que comprometiam ou que poderiam comprometer a dignidade da profissão ou a saúde das pessoas, comunicando, posteriormente, os factos ao Conselho Directivo Regional. Sensibilizaram os colegas para a importância da actualização dos dados pessoais e profissionais na área reservada do site da Ordem dos Enfermeiros. Informaram os colegas da importância da cédula profissional válida e colaboraram na visibilidade de projectos liderados por Enfermeiros dos seus serviços.

5. Criação do gabinete de mediação de conflitos.

Numa fase inicial a criação do gabinete de mediação de conflitos foi projectada a nível da SRSul. No entanto, a sua complexidade e elevado número de conflitos e transversalidade, tornaram pertinente alargar este projecto a nível Nacional.

6. Realização de sessões de esclarecimento, sobre Enfermagem e Ordem dos Enfermeiros.

Com o objectivo de dar a conhecer o Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, o Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros, bem como todos os documentos legais que suportam a tomada de

decisão em Enfermagem, esclarecer as dúvidas e promover a proximidade com os estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem, foram realizadas catorze sessões de esclarecimento em Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de Enfermagem, nos distritos que integram a SRSul, como podemos constatar no quadro n.º 4.

Quadro 4 - Sessões de Esclarecimento em Estabelecimentos de Ensino Superior

Estabelecimento de Ensino	Data
ESS Santarém	11/02/2016 e 22/06/2016
ESS Cruz Vermelha Portuguesa	16/02/2016 e 20/09/2016
ESS Setúbal	23/02/2016
ESS Egas Moniz	17/03/2016
Universidade Católica Portuguesa	06/06/2016
Universidade do Algarve	28/06/2016 e 09/11/2016
ESS Jean Piaget Algarve	28/06/2016
ESS Beja	28/06/2016
ESSE São João de Deus Évora	30/06/2016 e 31/01/2017
ESS Portalegre	03/11/2016

Destas sessões de esclarecimento as questões principais transmitidas pelos estudantes estavam relacionadas com;

- A finalidade da Ordem dos Enfermeiros;
- A sua organização estrutural;
- A documentação necessária para a inscrição e consequente obtenção de título de Enfermeiro;
- A incompatibilidade entre a enfermagem e outras profissões;
- A quotização;
- O seguro de responsabilidade civil;
- A forma como poderiam fazer denúncias de más práticas profissionais.

7. Envolvimentos dos estabelecimentos de Ensino Superior e respectivos docentes nas actividades da SRSul.

No âmbito desta actividade, a SRSul, promoveu quatro reuniões com Estabelecimentos de Ensino Superior, com o objectivo de criar uma maior participação destes estabelecimentos, nas actividades promovidas pela SRSul.

Estas reuniões decorreram no mês de Abril e no mês de Junho de 2016, sendo que a primeira reunião decorreu nas instalações da SRSul e as seguintes nas instalações da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve e da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa.

Com a finalidade de manter o envolvimento dos estabelecimentos de ensino integrámos docentes desses estabelecimentos nos vários painéis que constituíram o I Congresso da SRSul – "Ser Enfermeiro em contexto de mudança".

De realçar que na concepção do programa científico houve uma especial atenção em garantir uma vasta representatividade das instituições de ensino em Enfermagem.

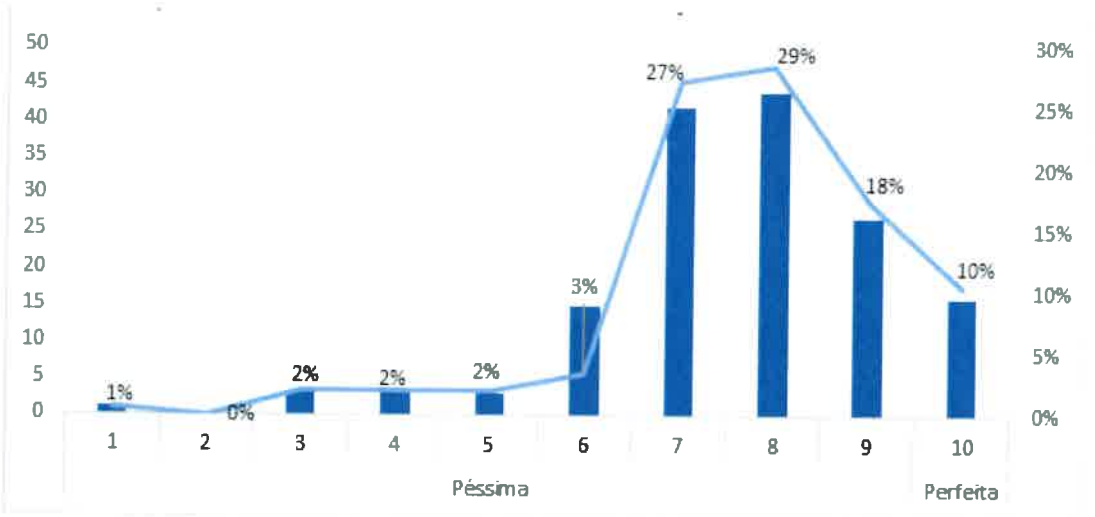
8. Organização da Cerimónia de Vinculação à Profissão.

A Cerimónia de Vinculação à Profissão da SRSul decorreu no dia 17 de Setembro de 2016, contou com a presença da Digníssima Bastonária, Enfermeira Ana Rita Cavaco.

Esta cerimónia realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian estiveram presentes duzentos e sete jovens Enfermeiros, acompanhados dos seus familiares e amigos.

A distribuição do nível de satisfação relativamente à cerimónia encontra-se plasmada no quadro 5.

Quadro 5 - Satisfação relativamente à Cerimónia de Vinculação


50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
30%
25%
20%
15%
10%
5%
0%
1%
0%
2%
2%
2%
3%
27%
29%
18%
10%
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
Péssima
Perfeita

3. Uma Ordem dos Enfermeiros Moderna e Eficiente

Objectivos Estratégicos

- Melhorar a resposta da SRSul, garantindo a adequação às necessidades dos Enfermeiros e dos cidadãos;
- Optimizar a utilização das tecnologias de informação e comunicação visando uma melhor gestão dos recursos da SRSul;
- Garantir a continuidade de funções nas diferentes áreas administrativas.

Actividades

9. Promoção de práticas de melhoria contínua no funcionamento administrativo da Secção:

a. Implementação da metodologia de avaliação do desempenho;

Não existindo uma metodologia anterior de avaliação do desempenho dos funcionários administrativos da Ordem dos Enfermeiros, foi desenvolvida uma metodologia formal ficando a mesma a cargo da Directora dos Recursos Humanos da instituição, tendo sido nomeado um membro do CDR como responsável por esta área na SRSul.

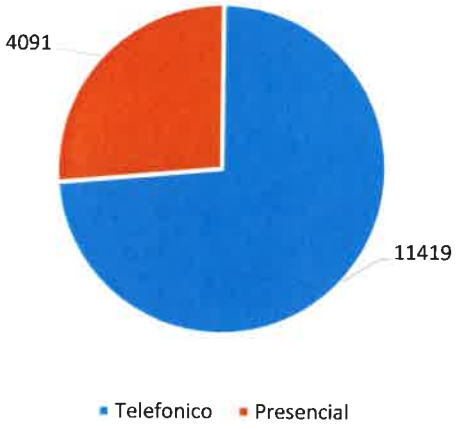
Neste momento, a metodologia de avaliação encontra-se em fase de elaboração e conta-se para breve a sua aplicação.

b. Monitorização das áreas de responsabilidade administrativa;

Com a finalidade de melhorar continuamente o atendimento aos membros da SRSul torna-se primordial a monitorização das áreas de responsabilidade administrativa.

Em 2016 foram efectuados 15.510 atendimentos, dos quais 4.091 foram presenciais e 11.419 telefónicos.

Gráfico 1 - Atendimento telefónico e presencial



Do tratamento de dados relativamente ao atendimento presencial e telefónico destacam-se os seguintes assuntos: quotas (3290); vinheta/cédula (1491); inscrições (1096); declarações de IRS (461) e outras declarações (445), tal como pode ser verificado nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 - Distribuição dos atendimentos por Assunto

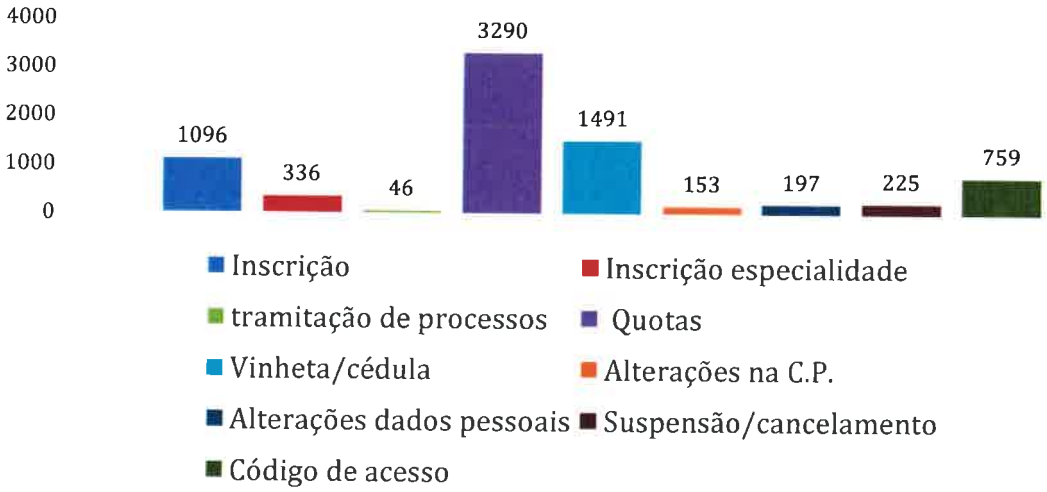
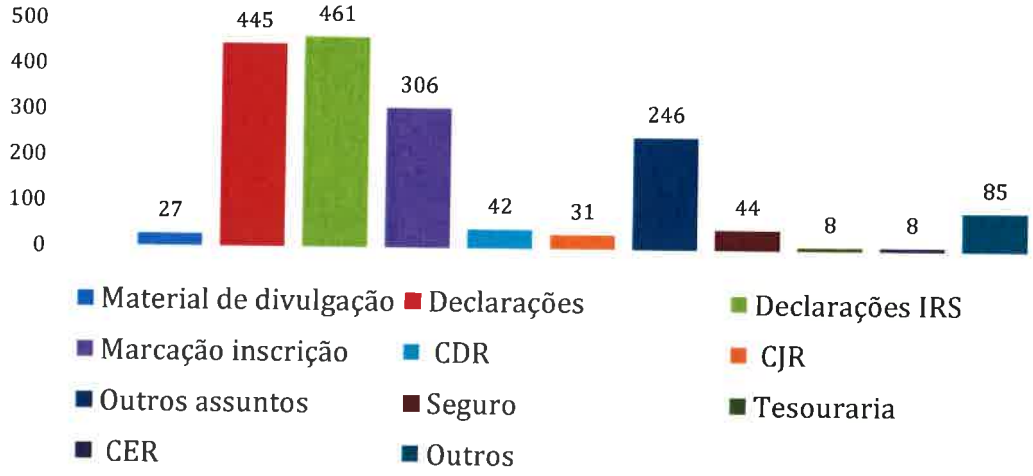


Gráfico 3 – Distribuição do registo por assunto



c. Promoção de formação aos funcionários, de acordo com as necessidades identificadas;

No início do mandato procedeu-se ao levantamento das necessidades formativas, um direito legal que os assiste, junto dos colaboradores da SRSul.

Perante o resultado obtido, realizámos três acções de formação, a todos eles. As temáticas abordadas foram a inteligência emocional, primeiros socorros e suporte básico de vida, tendo ido ao encontro do que foi solicitado pelos colaboradores.

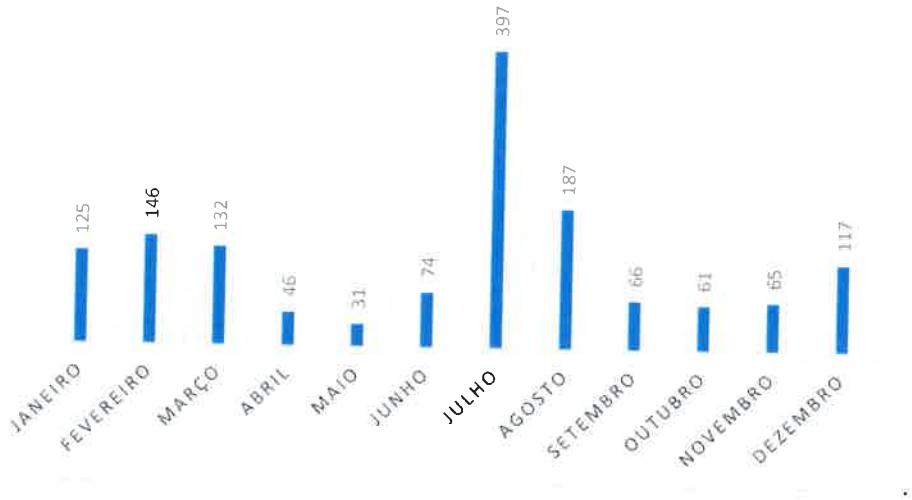
Para a realização destas acções de formação recorremos aos membros dos órgãos estatutários peritos nestas áreas, permitindo desta forma um fortalecimento das relações com consequência para o desempenho da equipa.

d. Avaliação da satisfação dos membros/cidadãos que recorrem à SRSul.

Com a finalidade de avaliar o grau de satisfação dos membros que recorrem aos serviços da SRSul, presencialmente, é solicitado o preenchimento de um inquérito de satisfação, para posterior intervenção dentro da perspectiva de melhoria contínua das áreas cuja satisfação total está, ainda, comprometida.

O gráfico 4 explana o número de inquéritos preenchidos ao longo do ano de 2016.

Gráfico 4 - Distribuição de questionários respondidos



Foram aplicados 1447 inquéritos de satisfação, uma média de 120 questionários por mês. Sendo que os meses de Fevereiro, Julho e Agosto, foram os meses onde se aplicaram mais inquéritos.

Do tratamento de dados dos inquéritos, e de uma escala de Likert de 1 a 5, em que 1 corresponde a muito mau e 5 a muito bom, classificaram como bom (4), as instalações e o atendimento por parte dos colaboradores. Quanto ao horário e tempo de espera classificaram com 3.

Quadro 6 - Satisfação relativamente ao atendimento

Itens	Classificação
Instalações	4
Horário e tempo de espera	3
Colaboradores	4

Na rúbrica, sugestões/opiniões dos membros, do inquérito de satisfação surgem, no que diz respeito ao serviço/atendimento as principais sugestões:

- Alteração da localização da secção,
- Estacionamento gratuito,

- Sinalização do acesso à secção,
- Acesso à internet no atendimento,
- Alargamento do horário de funcionamento da secção.

Perante estas sugestões foram tomadas as seguintes diligências, marcação de uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a fim de identificarmos um espaço que pudesse servir os melhores interesses dos membros da SRSul, processo que se encontra em curso.

Foi solicitado à autarquia a disponibilização de dois lugares destinados a utilizadores da SRSul.

Intervimos junto do condomínio para serem colocados corrimões ao longo das escadas desde a entrada do prédio até o 8º andar, bem como a reparação da iluminação que se encontrava danificada e a colocação da sinalização em falta, o que já sucedeu.

Colocámos a *password* de acesso à internet através da rede Wi-fi, visível aos membros que se encontram na área do atendimento.

Relativamente ao horário de atendimento, adaptámos o horário da área de Gestão de membros, para que os membros possam ser atendidos, telefonicamente, até às 18H.

10. Organização do processo de atribuição de títulos em articulação com a comissão de atribuição de títulos.

Em Março de 2016 foi nomeada nova Comissão de Atribuição de Títulos (CAT). Integram esta Comissão quatro membros da SRSul, que se reúnem na SRSul quinzenalmente, tendo realizado 18 reuniões, durante o ano de 2016. Decorrentes destas, foram atribuídos 926 títulos de Enfermeiro e 398 de Enfermeiro Especialista.

A média de demora na análise dos processos para a atribuição do título de enfermeiro foi de 13 dias e do título de Enfermeiro Especialista de 25 dias.

11. Criação da Via Verde SRSul.

Com a criação desta Via, pretendia-se que os Enfermeiros fossem sempre atendidos dentro de um período máximo de 72 horas por um dos membros do CDR, sempre que solicitado.

Foram realizados duzentos e um atendimentos, entre presenciais e telefónicos, conforme podemos constatar no quadro 6.

Quadro 7 - Atendimento Via Verde

Atendimento	
Presencial	14
Telefónico	187

Os assuntos expostos foram os mais variados, contudo o tema predominante prendeu-se com as dotações seguras e a consequente exaustão das equipas de enfermagem nos seus contextos, com o assédio moral a que são sujeitos nos seus locais de trabalho e com os pedidos de esclarecimento sobre pareceres e tomadas de posição.

Das estratégias facilitadoras da concretização desta actividade, destacamos a permanência diária de um membro do Conselho Directivo Regional (CDR) na SRSul, a cedência do contacto telefónico dos membros do CDR aos Enfermeiros e o registo dos dados do Enfermeiro, para posterior contacto telefónico.

12. Manutenção da promoção de uma política de protecção do ambiente:

a. Incentivo à realização de reuniões com recurso a tecnologias de informação;

Decorreram na SRSul 8 reuniões com recurso a tecnologias de informação, nomeadamente 3 reuniões do ELOS, 3 reuniões CDR, 1 reunião do Conselho Fiscal Regional.

Na reunião que antecedeu a Cerimónia de Vinculação à Profissão, o Presidente da SRSul, Enfermeiro Sérgio Branco, esteve também por via Skype.

Sempre que possível, é utilizado o recurso à vídeo conferência por parte de elementos que quer pela disponibilidade, quer pela distância esteja, de alguma forma, condicionada a sua presença.

b. Uso de produtos reciclados;

Foram adquiridos pela SRSul, para uso interno e para distribuir pelos colegas em contexto de visitas/reuniões/eventos, canetas recicladas.

Os toneres das impressoras em actividade na SRSul são constituídos por materiais reciclados.

c. Reduzir a utilização de papel e outros consumíveis.

Houve uma redução de utilização de papel, principalmente devido à utilização instrumentos de gestão de documentos e da realização de reuniões com recurso a tecnologias de informação.

4. Uma Ordem dos Enfermeiros socialmente credível e visível

Objectivos Estratégicos

- Elevar a imagem da Enfermagem e dos Enfermeiros na sociedade portuguesa;
- Promover o valor dos cuidados de Enfermagem;
- Divulgar projectos relevantes da prática profissional.

Actividades

13. Identificação e divulgação de projectos nos contextos profissionais.

Foram divulgados projectos realizados por colegas nos contextos profissionais em vários eventos organizados pela SRSul, nomeadamente no Dia Internacional do Enfermeiro e no I Congresso Regional da Secção Regional do Sul.

Foi ainda solicitado às organizações de saúde a identificação de projectos realizados por Enfermeiros no âmbito da qualidade. Este levantamento nacional, que germinou a 30/12/2016, teve como objectivos o diagnóstico de situação, identificação de focos mais representativos e principais necessidades formativas na área. Os resultados estão a ser trabalhados.

14. Promoção e apoio ao desenvolvimento de projectos liderados por Enfermeiros.

Colaboração com UCC Girassol (ACES Cascais) – programa "Palavras com saúde".

Colaboração com ACES Arrábida – curso de abordagem à pessoa diabética (projecto padrões de qualidade – consulta de enfermagem à pessoa com diabetes)

15. Divulgação, no site da SRSul, de projectos inovadores e criativos da prática profissional.

Tendo em conta a necessidade de reformulação do site institucional, dentro da estratégia do Departamento de Comunicação, a divulgação dos projectos acima mencionados foram inicialmente

reorientados para o evento I Congresso de Secção Regional do Sul, para posterior divulgação no site logo que este esteja reestruturado.

16. Promoção do diálogo com instituições/associações da sociedade civil:

a. Associações de doentes e/ou utentes;

A SRSul esteve ao lado da Associação de Utentes do SNS do Algarve ouvindo as questões relativas ao seu posicionamento face à degradação dos cuidados de saúde no Algarve.

b. Associações de profissionais;

Com o pressuposto da promoção do diálogo com instituições/associações da sociedade civil, a SRSul a 21 de Junho de 2016, realizou uma reunião com a Associação Nacional dos Enfermeiros, que decorreu nas instalações da SRSul.

No mês de Maio procedeu-se a uma reunião com a Associação Católica dos Enfermeiros Portugueses.

Realizou-se também, uma reunião com os representantes da Associação de Enfermeiros do Trabalho.

c. Ordens Profissionais.

As Ordens Profissionais da área da saúde, foram convidadas para estarem presentes na cerimónia de entrega do Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa 2016 e na entrega dos prémios homenagem carreira que decorreram no âmbito do Dia Internacional do Enfermeiro, 12 de Maio, e neste sentido, foi possível contar com a presença do Senhor Presidente do Conselho Regional do Sul da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos Dr. Jaime Teixeira Mendes, com o Vogal do Conselho Regional do Sul da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos Dr. Mário Durval e com a Senhora Presidente da Direcção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos Dra. Ema Paulino.

Ainda neste âmbito, a SRSul participou num debate organizado pela Secção Regional Sul da Ordem dos Médicos, que decorreu em Beja, no dia 29 de Novembro de 2016, subordinado ao tema "A Saúde e o interior – necessidades e desafios".

Em Junho, a Ordem dos Farmacêuticos contou com a presença de um membro do CER no lançamento de um jogo para crianças.

17. Comemorações de efemérides com relevo para o papel do Enfermeiro na promoção da saúde e prevenção da doença.

Em Abril estivemos na Comemoração dos 50 anos da vacinação na USF de Artemisa.

Para assinalar o Dia Internacional do Enfermeiro, a SRSul promoveu, no dia 09 de Maio de 2016, visitas de proximidade ao Centro Hospitalar Lisboa Central, à Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo e ao Agrupamento de Centros de Saúde Algarve Central.

No dia 12 de Maio, no pavilhão da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, decorreu uma acção de formação em suporte básico de vida, dirigida à população. Nesta acção de formação estiveram presentes estudantes de enfermagem, a polícia municipal, trabalhadores da Junta de Freguesia e público em geral, contando com cerca de 100 participantes.

Também no dia 12 de Maio, em Évora, no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, numa parceria entre a SRSul, a Universidade de Évora/Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus, o SEP, ARS do Alentejo, o ACES Alentejo Central, o Hospital Espirito Santos de Évora e ACEPS, foram desenvolvidas diversas actividades, nomeadamente: conferência subordinada ao tema "Uma força de mudança – melhorando a resiliência do sistema de saúde"; artigo no jornal Diário do Sul; entrevista para a rádio local e actividades na comunidade: aconselhamento e rastreio de hipertensão arterial e diabetes à população.

Ainda no dia 12 de Maio, nas instalações da sede nacional da Ordem dos Enfermeiros, a SRSul organizou um evento durante o qual se realizou a entrega do Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa e a atribuição dos Prémios Homenagem Carreira a quatro Enfermeiras que prestigiaram a profissão ao longo da vida profissional.

No dia 15 de Setembro estivemos no aniversário do Sistema Nacional de Saúde em Coimbra.

Representações em eventos

- Reunião Nacional de Cuidados Paliativos
- Comemorações dos 50 anos da Vacinação – USF Artemisa
- Celebrações do 43º Aniversário da Escola Superior de Santarém
- Congresso "Os Hospitais: Reforma do SNS"

- 7ª Jornadas pela Educação pelos Pares – Integrando e moderando mesa intitulada "Inovar na formação de Jovens"
- Sessão de encerramento do curso de licenciatura em Enfermagem ESEL – participação em mesa "Enfermagem: Disciplina vs Profissão"
- Cerimónia de Celebração do Convento de Cristo em Tomar
- Evento da Ordem do Farmacêuticos sobre lançamento de Jogo para crianças
- Apresentação do "Projecto de Sustentabilidade em Portugal", no Instituto de Ciências Sociais
- 5ª Jornadas de Enfermagem do Instituto Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa
- Comemorações dos 60 anos da Unidade de Assistência Domiciliária do IPO de Lisboa FG EPE
- Festa de celebração do XV aniversário da SRS
- 2ª Conferência dos IPOs – Lisboa
- Cerimónia de Encerramento da Licenciatura em Enfermagem na Universidade Atlântica
- XX Seminário da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa – "O valor da Saúde"
- Cerimónia de Encerramento da Licenciatura em Enfermagem na Escola Superior de Saúde de Santarém
- Aniversário do Sistema Nacional de Saúde em Coimbra
- Sessão Pedagógica, na Escola de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa
- Reunião sobre a reformulação dos cuidados hospitalares

18. Promoção do intercâmbio internacional para a valorização do trabalho desenvolvido pelos Enfermeiros portugueses.

Em substituição do Presidente da SRSul, a vencedora do Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa estará presente no congresso ICN 2017 em Barcelona, com a apresentação do trabalho "Conceção e avaliação de um instrumento vídeo sobre autocuidado e reabilitação em pessoas com lesão medular", dando visibilidade ao que de bom se faz em matéria de produção de conhecimento de entre os membros da SRSul.

19. Estabelecimento de parcerias com meios de comunicação social locais como veículo de promoção da saúde e das competências dos Enfermeiros.

Colaboração com os meios de comunicação social, como resposta às solicitações, ou em programas que visavam a reflexão sobre a saúde.

20. Promoção da divulgação das actividades dos Enfermeiros e da SRSul através dos meios de comunicação social.

A comunicação SRSul no ano de 2016 centrou-se na publicação de notícias no *site* e actualização do menu Agenda com congressos e reuniões relevantes para a Enfermagem. A metodologia utilizada foi a de após publicação no site transferir as notícias e uma selecção de eventos em agenda publicados no site da Secção Regional para o Sul para publicações no Facebook.

- Notícias – 33
- Agenda – 48
- Facebook – 60 publicações

Acresce às publicações no *site* e no Facebook a *Newsletter* para todos os membros da Secção Regional do Sul:

- ExpressOE SRSul - Convocatória para a Assembleia Regional da Secção Regional do Sul, 19 de Março de 2016.
- ExpressOE SRSul - Convocatória para a Assembleia Extraordinária da Secção Regional do Sul, 16 de Abril de 2016.
- ExpressOE SRSul - I Congresso Regional da Secção Regional do Sul.

5. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora da Qualidade e da Segurança dos Cuidados

Objectivos Estratégicos

- Proteger o direito à saúde dos cidadãos, garantindo a defesa dos seus melhores interesses.
- Assegurar o cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros.

Actividades

21. Realização de visitas de proximidade nos contextos da prática profissional.

Para além das visitas mencionadas no quadro 1 e que não podem ser dissociadas da proximidade, desenvolveram-se várias visitas informais junto de colegas, quer por sua solicitação, quer no âmbito do diagnóstico real dos contextos clínicos.

Estas visitas, por vezes assumiram o carácter emergente justificadas por contextos que punham em causa a segurança do doente e comprometiam os valores da própria profissão.

22. Reavaliação da actividade dos grupos de acompanhamento existentes na SRSul e se necessário criação de novos.

No que diz respeito a este ponto, numa fase inicial foi analisada a actividade e pertinência de cada grupo de trabalho, de acordo com as áreas prioritárias definidas pelo Conselho Directivo Regional da SRSul.

Após reestruturação, os grupos de trabalho passaram a estar constituídos em bolsa de peritos e a sua participação para consultoria e apoio à tomada de decisão acontece dentro da pertinência do contexto.

23. Promoção das competências dos Enfermeiros junto da comunidade no âmbito dos programas de saúde prioritários:

Como resultado das parcerias formadas, foram desenvolvidas várias intervenções:

- Formadores no Curso de Suporte Básico de Vida, em parceria com o Centro de Saúde Militar de Santa Margarida, na Escola Secundária do Entroncamento;
- Organização e Participação nas Comemorações do mês do Idoso, em Estremoz, parceria com UCC Estremoz (ACES Alentejo Central);
- Participação em actividade "Envelhecimento Activo" – UCC Girassol (ACES Cascais).

Com vista à promoção das competências dos Enfermeiros junto da comunidade no âmbito de programas de saúde prioritários, estão já planeadas as seguintes parcerias/ intervenções:

- UCC Montemor-o-Novo (Doenças Respiratórias; Controlo de Infecção; HIV)
- UCC Reguengos de Monsaraz
- UCC Girassol ("Vacinar...sim ou não"; "Cuidados Paliativos"; "*Bullying*...uma realidade escondida"; "O preço da fama"; "Medicina tradicional vs Medicina Alternativa"
- UCC Vila Viçosa (Depressão; Prevenção de consumo de substâncias psicoativas nos adolescentes)
- ACES Arrábida (Consulta de Diabetes)
- Centro Hospitalar do Algarve.

24. Participação activa na defesa do cumprimento de dotações seguras:

a. Identificação das situações de risco e definição de estratégias correctivas;

- O défice nas dotações seguras e consequente desmotivação e risco para a qualidade e segurança dos cuidados;
- Com a dificuldade no cumprimento do horário semanal estabelecido por lei (sobretudo para colmatar a passagem das 40 horas para as 35 horas);
- Os horários de trabalho nem sempre explícitos em relação à "bolsa de horas", horas totais e "turnos extraordinários";

No que diz respeito à intervenção relativamente ao diagnóstico, esta incidiu em primeira instância junto dos órgãos de gestão, onde através do recurso ao argumento legal e científico, tentámos ser parceiros na constituição de soluções.

Felizmente, na maior parte das situações, denota-se uma intenção visível através de um conjunto de acções que nos permitem verificar a vontade de corrigir aquilo que, sobretudo, se considera um desfalque assistencial relativamente aos cuidados de enfermagem, tendo sido a este nível a nossa área de maior prioridade.

Foram encontrados vários obstáculos sobretudo ao nível da gestão, na ausência de pedido de alocação de Enfermeiros; na não consagração plena de alguns direitos (e.g. estatuto de trabalhador estudante, direito à maternidade, direito às folgas e compensações remuneratórias, "turnos extraordinários" programados). Foram emitidas notificações e reportados os casos mais graves à tutela.

Após a avaliação verificamos que, muitas destas situações se resolveram, havendo necessidade de implementar um sistema de avaliação objectivo que se encontra em fase de construção e que será aplicado a partir do próximo ano de 2017.

b. Apoio às solicitações dirigidas por Enfermeiros, unidade funcionais, e/ou instituições de saúde para a implementação das normas de cálculo de dotações seguras de Enfermeiros;

Sempre que solicitado fornecemos, através do Conselho de Enfermagem Regional, os documentos legais, formação e apoio consultivo, a todas as entidades públicas ou mesmo a nível individual

c. Identificação das metodologias de cálculo de dotações nas unidades de saúde da SRSul.

Questões relacionadas com a metodologia do cálculo de dotações seguras, foram colocadas e discutidas durante o período de visitas aos contextos clínicos, no âmbito do acompanhamento do exercício profissional e decorrentes de visitas de proximidade.

25. Promoção da adequação do número e perfil de Enfermeiros, face às necessidades do cidadão/contexto de prática clínica.

Relativamente à promoção da adequação do número e perfil de Enfermeiros face às necessidades do cidadão no contexto de prática clínica, há a referir que este aspecto era analisado e eram sugeridas soluções durante o período em que decorriam as visitas de proximidade nos contextos de prática profissional em conjunto com o Conselho de Enfermagem Regional.

26. Controlo de situações de usurpação de funções de enfermagem da área da SRSul:

a. Acompanhamento dos contextos de prática profissional

No seguimento das visitas de acompanhamento efectuadas aos contextos de prática clínica, não foram detectadas quaisquer situações de usurpação de funções.

b. Análise de denúncias apresentadas;

No âmbito das denúncias recepcionadas na SRSul, foram confirmadas, duas situações de usurpação de funções, através de um conjunto de diligências levadas a cabo pelo Conselho Directivo Regional.

c. Intervenção judicialmente activa perante casos de eventual usurpação de funções.

No seguimento das detecções de situações de usurpação de funções, o Conselho Directivo Regional da SRSul, remeteu para o Ministério Público para os devidos procedimentos judiciais. Havendo neste momento um processo em curso no ministério público.

27. Política de proximidade relativamente aos Enfermeiros emigrados:

a. Promoção da articulação entre a SRSul e os Enfermeiros emigrantes;

Em articulação com o projecto nacional, coube-nos dar apoio administrativo e de consultoria a todos os Enfermeiros emigrantes ou que pretendiam emigrar.

b. Caracterização dos Enfermeiros que trabalham fora do país.

Projecto que se tornou de âmbito nacional dada a abrangência que nos fornece os dados necessários e sempre que necessário.

6. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora do desenvolvimento científico e técnico-profissional

Objectivos Estratégicos

- Acompanhar o desenvolvimento da formação;
- Estimular a produção de conhecimento em Enfermagem;
- Promover o desenvolvimento de programas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional.

Actividades

28. Criação de protocolos e linhas orientadoras sobre estratégias de intervenção formativa.

A pensar no desenvolvimento profissional, foi desenvolvido, em colaboração com a sede nacional, um questionário que visou, através do diagnóstico das necessidades formativas dos Enfermeiros, fazer emergir as áreas de formação prioritárias.

29. Apoio ao desenvolvimento de núcleos de investigação de enfermagem em Portugal e/ou no estrangeiro.

Em todas as visitas efectuadas foi realçada a necessidade de criar estratégias para a criação de contextos promotores da produção de evidência. Este aspecto, embora considerado "impertinente" dada a falta de Enfermeiros, o facto é que o mesmo justifica de forma legal a presença de Enfermeiros nesta área.

30. Promoção de espaços de debate científico entre os Enfermeiros.

No âmbito desta actividade a SRSul promoveu um jantar debate, no dia 09 de Dezembro de 2016 em Cascais, integrado no I Congresso da SRSul, subordinado ao tema "Falar sobre

sexualidade: O desafio de uma intervenção especializada". Estiveram presentes neste jantar debate cerca de 120 colegas.

A registar também a sinergia criada com o grupo nacional de Sistemas de Informação, constituindo a Enfermeira Maria Luísa Rodrigues, elemento perito da Secção Regional do Sul. Com ela realizámos visita ao Hospital das Forças Armadas e discutimos a importância da **implementação de sistemas de informação para a prática de Enfermagem**, com vista à cooperação na padronização.

Foi ainda realizado o espaço de debate acerca do "Modelo dinâmico de avaliação e intervenção familiar" que aconteceu na SRS e dinamizado pela Sra. Professora Henriqueta Figueiredo.

Apresentado e discutido na SRS "Palavras com Saúde...Motivar; Contribuir e Agir" - UCC Girassol do ACES Cascais – estabelecida parceria de intervenção junto da comunidade.

31. Promoção da investigação em enfermagem:

a. Definição de linhas prioritárias de investigação em Enfermagem;

Consideramos fundamental o acompanhamento do desenvolvimento da formação e a produção de conhecimento em Enfermagem. Integrados na estratégia nacional da OE colaborámos no levantamento das necessidades formativas, solicitado por correio electrónico, a todos os Enfermeiros.

Colaborámos ainda, na pessoa da Presidente do CER, na definição das linhas de investigação pela Comissão Nacional de Investigação e Desenvolvimento (i.e. Bem-estar, saúde e doença; Formação de profissionais; Politicas, Sistemas e Organizações de Saúde).

b. Identificação de projectos desenvolvidos pelos Enfermeiros nos contextos da prática clínica;

Justificado na alínea anterior.

c. Identificação da investigação desenvolvida pelos Enfermeiros nas instituições de ensino que leccionam Cursos de 2º Ciclo em Enfermagem;

No sentido de promover o desenvolvimento e a valorização científica dos Enfermeiros, assim como acompanhar o desenvolvimento da investigação em enfermagem, a Secção Regional do Sul da OE

solicitou às instituições de ensino que leccionam Cursos de Enfermagem, o envio de projectos ou trabalhos de investigação que considerem relevantes. Pretende assim, a Secção Regional do Sul da OE, em colaboração com as instituições de Ensino Superior, promover a divulgação e difusão do conhecimento em enfermagem.

d. Divulgação de estudos de investigação e projectos de intervenção realizados por estudantes de formação pós-graduada.

Os estudos recolhidos, no âmbito da alínea anterior serão acompanhados e os achados científicos poderão ser divulgados através do departamento de comunicação visando a sua promoção.

32. Promoção do desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento profissional, em contextos de prática clínica, em articulação com as Escolas de Enfermagem.

No que diz respeito a esta actividade, foi celebrado com a Universidade do Algarve, um protocolo com o objectivo de promover o desenvolvimento de formações de aperfeiçoamento profissional, em contexto de prática clínica.

Porque acreditamos que a promoção do **desenvolvimento de cursos/programas de aperfeiçoamento profissional**, em contextos de prática clínica com as Escolas de Enfermagem, é fundamental, colaborámos na organização das *Primeiras Jornadas de Cuidados Paliativos em Évora* (Projecto iniciado pelo anterior mandato) apresentado em cerimónia, sob a forma de estudos de caso.

Procurando reforçar laços institucionais e estabelecer futuras parcerias com vista a novos projectos de cooperação e intervenção no desenvolvimento de competências, foram realizadas reuniões com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo; Instituto de Segurança Social e Escola Superior de Enfermagem Cruz Vermelha Portuguesa.

33. Atribuir o Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa.

O Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa 2016, foi atribuído à Senhora Enfermeira Catarina Isabel dos Reis Silva Garcia e Teles de Araújo, membro nº 48190, autora do trabalho de investigação "Conceção e avaliação de um instrumento vídeo sobre autocuidado e reabilitação em pessoas com lesão medular", no decorrer das comemorações do Dia Internacional do

Enfermeiro, no valor de 4000€. A publicação deste trabalho de investigação está a aguardar a adjudicação.

34. Integração da Comissão de Atribuição de Títulos, assegurando a inscrição e atribuição de títulos de Enfermeiro e Enfermeiro Especialista.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 977 inscrições para a obtenção do título de Enfermeiro, destas foram admitidos 926, sendo arquivados 2 e não admitidos 34.

Relativamente ao título de Especialista foram realizadas 399 inscrições sendo que a um dos Enfermeiros não lhe foi atribuído o referido título por incumprimento processual.

35. Realização de um Congresso Regional de Enfermagem.

O I Congresso Regional da Secção Regional do Sul, decorreu nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2016, no Auditório da Casa das Histórias Paula Rego, em Cascais, tendo como tema central "Ser Enfermeiro em Contextos de Mudança". O programa, de dia e meio, foi constituído por cinco painéis, uma conferência e dois momentos de apresentação de trabalhos científicos na forma de pósteres.

Os painéis foram constituídos por 17 especialistas nas principais áreas temáticas abordadas a designar: formação, investigação e conhecimento; os novos domínios na prática clínica; os desafios éticos na actualidade; o *empowerment* na Enfermagem, e um painel sobre contributos para a qualidade no qual foram apresentados quatro projectos de unidades de saúde da área de abrangência da Secção Regional do Sul.

Foram submetidos 18 resumos científicos para apresentação sob a forma de póster, tendo a Comissão Científica do Congresso aceite 11 para serem apresentados durante o Congresso. Aos três melhores trabalhos apresentados foram atribuídos três prémios de reconhecimento, atribuindo o primeiro, segundo e terceiro lugares.

Este evento evolveu cerca de 200 participantes, os quais incluíram 40 estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem. Do total de participantes, 42% responderam ao questionário de satisfação do evento.

Dos resultados do questionário de satisfação realçamos:

A escala de avaliação utilizada para a apreciação do programa científico foi qualitativa de quatro níveis

Em relação à organização geral do Congresso, as questões colocadas aos participantes, foram sobre o acolhimento e secretariado, o apoio aos participantes, os meios de apoio pedagógico e as condições físicas da sala, tendo os participantes avaliado na sua maioria: . (de entre as hipóteses de escolha: Insuficiente; Suficiente; Bom; Muito Bom)

- O acolhimento e secretariado - **muito bom**
- O apoio aos participantes - **muito bom**
- Os meios de apoio pedagógico - **bom**
- As condições físicas da sala - **muito bom**

No que respeita à avaliação do programa científico foram colocadas quatro questões: apreciação dos conteúdos, pertinência e interesse do tema, aplicação prática e metodologias pedagógicas. A apreciação global de cada conjunto de intervenções foi a seguinte: (de entre as hipóteses de escolha: Insuficiente; Suficiente; Bom; Muito Bom)

Painel 1: Formação, investigação e conhecimento – **bom**

Conferência: Como construir um artigo científico e dar-lhe visibilidade – **muito bom**

Painel 2: Novos domínios na prática clínica –**bom e muito bom**

Painel 3: Desafios éticos na actualidade: da intenção à acção – **muito bom**

Painel 4: *Empowerment* na Enfermagem – **muito bom**

Painel 5: Contributos para a qualidade – **bom**

Aos participantes foi ainda solicitado que classificassem o Congresso numa escala de 1 a 10, sendo a maioria das respostas posicionadas no intervalo de 7 a 10.

O questionário termina com um campo aberto que convida ao preenchimento de sugestões. Das sugestões apresentadas pelos participantes que responderam ao questionário destaca-se a manifestação de interesse em que se realizem mais iniciativas do género, onde seja possível a partilha de experiências e de projectos.

137

36. Colaboração, com as organizações de saúde, em processos conducentes à melhoria da qualidade do exercício profissional.

Tendo como objectivos estratégicos proteger o direito à saúde dos cidadãos e assegurar o cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros, há a realçar as visitas de acompanhamento, na reflexão sobre a qualidade dos cuidados e sobre a prática segura dos mesmos. Estas visitas ganharam forma estando com os Enfermeiros nos serviços onde desempenham funções, nos contextos da prática profissional, mas também em reuniões com Administrações e Direcções de Enfermagem.

Enquanto integrante do Conselho de Enfermagem Nacional, a Presidente do CER com a colaboração dos restantes conselheiros regionais, participou na realização de 10 pareceres.

No que diz respeito à colaboração, com as organizações de saúde, em processos conducentes à melhoria da qualidade:

- Integração de Vogal do CER na Comissão de Atribuição de Títulos (CAT).
- Integração da Presidente do CER na Comissão da Qualidade e Cuidados de Enfermagem, estando a ser traçadas, a nível nacional, as linhas orientadoras da dinamização, acompanhamento e monitorização dos padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem gerais e especializados. Foi feito um levantamento nacional, para diagnóstico de situação, dos projectos relacionados com boas práticas, cujos resultados estão a ser trabalhados. O objectivo passa por perceber quais os focos mais representativos e quais as necessidades na área.

  Prevê-se ainda a criação de indicadores comuns (i.e. de cuidados gerais e especializados), sensíveis aos cuidados de enfermagem que possam permitir estratégias de intervenção nacionais.

Prevê-se para 2017 reforçar esta estratégia de discussão científica entre Enfermeiros, considerando as necessidades formativas identificadas pelo Conselho Directivo Nacional e as linhas de investigação consideradas pela Comissão Nacional de Investigação e Desenvolvimento (i.e. Bem-estar, saúde e doença; Formação de profissionais; Politicas, Sistemas e Organizações de Saúde).

Consideramos fundamental, o acompanhamento do desenvolvimento da formação e a produção de conhecimento em Enfermagem. Integrados na estratégia nacional da OE colaborámos no levantamento das necessidades formativas, solicitado por correio electrónico, a todos os Enfermeiros.

37. Colaboração na implementação de sistemas de informação para a prática de enfermagem.

Foi nomeada para integrar o grupo de trabalho (Nacional) no âmbito dos Sistemas de Informação a Senhora Enfermeira Maria Luísa Afonso Rodrigues, como representante da SRSul.

Este grupo encontra-se, neste momento, a desenvolver junto com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) um protocolo de cooperação. Esta parceria encontra-se a desenvolver soluções que visem sobretudo a poupança de tempo nos registos, simplificação e validação dos conteúdos dos Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE).

7. Uma Ordem dos Enfermeiros presente, dinâmica e responsável

Objectivos Estratégicos

- Assegurar a presença, da SRSul, em eventos nacionais e internacionais;
- Avaliar semestralmente as actividades desenvolvidas pela SRSul;
- Transmitir as actividades desenvolvidas por cada órgão regional.

Actividades

38. Representação da SRSul em eventos nacionais e internacionais.

No que diz respeito às representações, no decorrer do ano em questão, os membros dos órgãos da SRSul realizaram setenta e duas representações, quer de âmbito nacional quer de âmbito regional, conforme podemos verificar no quadro infra.

Quadro 8- Representações

Âmbito	Número
Nacional	26
SRSul	46
Total	**72**

39. Realização da Assembleia Regional.

A Assembleia Regional Ordinária da Secção Regional do Sul realizou-se no dia 19 de Março de 2016, no Auditório do Parque de Ciências e Tecnologias do Alentejo, em Évora, cedido pela Câmara Municipal de Évora, contando com 44 participantes.

A inexistência de relatório de contas do ano 2015 obrigou à realização de uma Assembleia Regional Extraordinária que decorreu no dia 16 de Abril de 2016, em Lisboa, no Auditório da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, cedido pela respectiva escola, contando com 32 participantes.

40. Realização de encontro semestral de membros dos órgãos estatutários para acompanhamento, avaliação e definição de estratégias de melhoria.

Foram realizados dois encontros de membros dos órgãos estatutários da SRSul, um realizado a 4 de Fevereiro e o outro realizado a dia 15 de Julho, ambos decorreram nas instalações da SRSul. Estes encontros tiveram como objectivo primordial, numa primeira fase a transmissão das actividades de cada órgão e posteriormente a monitorização das mesmas, tendo em conta o plano de actividades aprovado em Assembleia Regional da SRSul.

Discussão trimestral sobre estratégias de intervenção entre órgãos (i.e. presidentes dos órgãos da secção regional) e semestral com vista à avaliação de actividades desenvolvidas (i.e. membros efectivos da SRS).

41. Elaboração de relatórios semestrais das actividades desenvolvidas por cada órgão regional.

No final do primeiro semestre foi apresentado pelos respectivos Presidentes dos Órgãos Estatutários da SRSul as actividades já desenvolvidas, bem como as estratégias a serem utilizadas para a concretização das restantes.

42. Pronúncia sobre todos os assuntos que forem apresentados, dentro das responsabilidades estatutárias.

Neste âmbito o Conselho Directivo Regional da SRSul realizou treze reuniões ordinárias e promoveu duas reuniões entre os Presidentes dos Órgãos Regionais da SRSul.

Participámos, integrados no Conselho de Enfermagem Nacional, no processo de acreditação das Escolas de Enfermagem (apreciações de ACEF´S após solicitação pela A3E).

Fomos auscultados, pelas estruturas nacionais da OE, sobre a definição do Acto de Enfermagem.

43. Criação da comissão de intervenção em assédio moral.

Através do atendimento telefónico e presencial, das visitas de acompanhamento ao exercício profissional, de *mails* recepcionados através do *mail* da SRSul e em conversas informais com os

membros da SRSul, apercebemo-nos que o assédio moral é uma realidade dentro dos seus locais de trabalho.

Para além do assédio moral interpares existem vários relatos dos restantes membros da equipa multidisciplinar ao profissional de enfermagem. Constatámos que este assédio moral tinha implicações não só a nível profissional, levando ao absentismo, à desmotivação profissional, como a nível pessoal, levando mesmo à somatização de doenças do foro psiquiátrico.

Tendo em conta a sua dimensão e sabendo que é uma realidade relatada a nível das outras secções regionais, a criação da Comissão em Assédio Moral passou a ser feito a nível nacional. Nesta comissão estão integrados dois membros da SRSul, peritos na área e se encontram neste momento ultimar o desenho do estudo que será aplicado aos Enfermeiros a nível nacional.

44. Instrução de processos de inquérito e processos disciplinares.

Nos quadros seguintes (quadro 9, 10, 11,12 e 13), podemos verificar a actividade desenvolvida pelo Conselho Jurisdicional Regional (CJR) da SRSul da Ordem dos Enfermeiros, no decorrer do primeiro ano de mandato.

Como actividades/objectivos de 2016, destacamos a integração da equipa de Enfermeiros que compõem o CJR, nas competências do órgão.

Com o elevado número de processos (38) que transitaram de mandato, em diferentes fases processuais, a grande aposta passou pela rápida apropriação de conhecimento do ponto de vista ético, deontológico e legal, para dar uma resposta célere aos processos existentes, bem como a eventuais queixas com fundamento para abertura de novos processos.

Quadro 9 - Actividade do CJR da SRSul

Actividade CJR	
Reuniões realizadas	20
Reuniões extraordinárias	1
Nº de dias de inquirições	24
Nº de inquirições	Agendadas 94 Realizadas 63
Dias extra de inquirições	9
Nº de pareceres solicitados ao CE/CJ	2
Nº de respostas recepcionadas aos pedidos de pareceres	1

Quadro 10 - Tipo de assuntos apresentados em CJRS

Tipificação dos assuntos apresentados em sede de reuniões de CJR	Quantidade
Queixas de serviços prisionais	4
Queixas de serviços em lares	11
Queixas de bullying entre profissionais	5
Queixas de assédio sexual	2
Queixas de maus tratos	3
Queixas de má prática	8
Queixas de falhas de comunicação do profissional/doente/família	20
Queixas inconsequentes após pedido de concretização	10
Objecção de Consciência	10
Indeferimento Liminar	2
Processos arquivados por conciliação das partes	4
Assuntos remetidos ao CDR -	10
Assuntos remetidos ao CJ/Solicitação de pareceres	6
Pedidos sobre processos a decorrer ex: passagem certidão,	10

Quadro 11 – Processos do mandato anterior

Processos do mandato anterior	
23 PI	9 – PD em curso 1 – PI em curso
16 PD	19 – Não instauração de PD 4 – Arquivamentos 3 – Acusações 3 – PI passaram a PD

Quadro 12 - Processos actuais

Processos actuais	
27 Processos	11 – PD em curso
	15 – PA em curso + 1 PI

Quadro 13 - Assuntos analisados nas reuniões de CJRS

Assuntos analisados nas reuniões de CJRS	
52	22 – Assuntos diversos 10 – Pedidos de concretização de queixa 8 – Pedidos de Objecção de consciência 10 – Reencaminhamentos para acompanhamento do CDR 2 – Indeferimento liminar
31	14 – PA em curso 2 – PD em curso 15 – Não instauração de PD

PA - Processos de Averiguações; PI – Processos de Inquérito; PD – Processos Disciplinares; CDR – Conselho Directivo Regional

8. Contas da SRSul de 2016

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme o estabelecido no Estatuto da Ordem dos Enfermeiro aprovado pelo Decreto-Lei n.º104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei nº156/2015, de 16 de Setembro, apresentamos à apreciação dos membros as contas do ano de 2016.

A presente análise deverá ser conjugada com as demonstrações financeiras e o anexo às demonstrações financeiras.

A SRSul encerrou o exercício económico de 2016 com um resultado líquido positivo de **248.178,13€.**

Este resultado apenas foi conseguido através da gestão eficiente dos gastos, e do esforço na redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo ao balanço e demonstração de resultados que fazem parte do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação, resultante da acção desenvolvida no âmbito do plano de actividades e orçamento que foram oportunamente aprovados.

Para o efeito apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 859.024,76€.

A quotização constitui a principal fonte de receita da SRSul, composto por 30% da facturação correspondente aos membros afectos à Secção Regional do Sul, cujo valor em 2016 foi de 843.245,14€.

A execução orçamental das rubricas de rendimentos e ganhos é sintetizada no quadro seguinte:

Quadro 14 - Execução orçamental de rendimentos 2016, com comparação à execução 2015

Rubricas	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
Rendimentos associativos			
- Quotização	863.679,10 €	879.271,20 €	843.245,14 €
- Emolumentos	10.771,00 €	7.816,13 €	11.185,86 €
Outros rendimentos			
- Rendimentos suplementares	213,06 €	253,92 €	369,84 €
- Correcções relativas a períodos anteriores	2.038,63 €	0,00 €	1.021,59 €
- Juros obtidos	29.710,33 €	39.918,05 €	3.202,08 €
- Outros rendimentos e ganhos	3.568,80 €	5.387,28 €	0,25 €
TOTAL RENDIMENTOS	**895.650,12 €**	**932.647,23 €**	**859.024,76 €**

Os rendimentos suplementares são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações e material de divulgação.

A rubrica "correções relativas" a períodos anteriores, diz respeito a correcções relativas ao ano de 2015, cujo conhecimento ocorreu já em 2016.

A rubrica juros obtidos inclui os juros bancários provenientes dos depósitos a prazo da conta da SRSul.

Os outros rendimentos e ganhos são correcções efectuadas relativas ao ano 2016.

GASTOS E PERDAS

Os gastos do exercício de 2016 perfizeram um total de 607.080,82 €, representando uma redução de **132.374,39 €** (17,9%), ao invés dos 739.455,21 € verificados em 2015, conforme se pode verificar no Quadro seguinte:

Quadro 15 - Execução orçamental de gastos 2016, com comparação à execução 2015

Rubricas	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
- Fornecimentos e serviços externos	397.387,59 €	502.726,95 €	268.333,72 €
- Gastos com pessoal	233.646,19 €	225.019,44 €	286.325,15 €
- Gastos/reversões com depreciação e amortização	14.997,65 €	15.122,87 €	13.849,83 €
- Imparidades de dívidas e receber	15.820,97 €	68.853,52€	0,00 €
- Outros gastos	75.986,74 €	5.683,01 €	37.461,40 €
- Gastos e perdas de financiamento	1.616,07€	2.576,30 €	1.110,72 €
TOTAL GASTOS E PERDAS	**739.455,21 €**	**819.982,09 €**	**607.080,82 €**

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é a que reflecte a maioria dos gastos consumidos nas actividades planeadas e concretizadas, logo a que mais peso apresenta. Em 2016, representou aproximadamente 44% do total dos gastos.

Comparativamente com o ano de 2015, em 2016 verifica-se uma redução dos fornecimentos e serviços externos no valor de **234.393,23 €.**

Gastos com Pessoal

Também esta rubrica tem um peso significativo, aproximadamente cerca de 47% do total dos gastos. Comparativamente com 2015, houve um incremento de cerca de 22,5%.

Gastos/reversões com depreciação e amortização

Esta rubrica reflecte os gastos com a redução do valor do activo, em função do seu desgaste ao longo do tempo. Ou seja, o gasto dos activos é reconhecido ao longo dos anos da sua vida útil.

Imparidades de dívidas e receber

Aqui esta rubrica inclui quotas em dívida, com antiguidade significativa e cuja recuperação será pouco provável.

Outros gastos

Inclui essencialmente gastos com impostos e encargos com empréstimos.

Gastos e perdas financiamento

Rubrica que reflecte os juros suportados de financiamentos obtidos.

EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO

Investimento em activos fixos tangíveis

O investimento efectuado pela Secção Regional do Sul no decorrer de 2016 pode ser analisado no quadro seguinte:

Quadro 16 - Investimentos em activos fixos tangíveis 2016

Rubricas	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
- Equipamento administrativo	0,00 €	3.500,00 €	599.99 €
- Equipamento informático	0,00 €	2.500,00 €	0,0 €
- Outros activos fixos tangíveis	0,00 €	1.000,00 €	0,0 €
TOTAL DE INVESTIMENTOS	**0,00 €**	**7.000,00 €**	**599.99 €**

9. Considerações Finais

Em síntese, das actividades desenvolvidas ao longo deste primeiro ano de mandato sobressai o início de um caminho percorrido que se pretende contínuo na concretização de etapas. Os objectivos estratégicos e operacionais não devem pois ser lidos de forma hermética, porque estes reflectem de forma dinâmica um compromisso assumido por esta equipa. Intervenções que se complementaram com os restantes Órgãos Estatutários, na procura da qualidade do exercício profissional, nas organizações de saúde mas também junto da comunidade, no incremento da proximidade e no desenvolvimento e valorização técnica e científica dos Enfermeiros, reforçando o desenvolvimento da formação e da investigação em enfermagem.

Analisando as contas do ano de 2016, conclui-se que, com menor rendimento relativamente ao ano anterior (menos 36.625,36€), desenvolveu-se uma maior intervenção ao nível do acompanhamento exercício profissional indo ao encontro dos compromissos assumidos com os Enfermeiros, com uma redução importante dos gastos (menos 132.374,39€ - devido essencialmente à diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos), tornando assim a Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros mais eficiente.

ANEXOS

Anexo – Demonstrações financeiras e anexo às demonstrações financeiras

BALANÇO

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos fixos tangíveis	4	594 184,42	594 942,89
ACTIVO NÃO CORRENTE		**594 184,42**	**594 942,89**
Créditos a receber	6.2	2 300,12	21 292,85
Estado e outros entes públicos	9.1	-	961,22
Associados / Membros	9.1	390 559,29	254 753,64
Diferimentos	9.2	4 084,67	1 320,00
Caixa e depósitos bancários	9.2	2 266 570,99	1 944 045,52
ACTIVO CORRENTE		**2 663 515,07**	**2 222 373,23**
TOTAL ACTIVO		**3 257 699,49**	**2 817 316,12**
Fundo patrimonial	9.2	281 742,79	252 722,22
Reservas	9.2	499 670,51	499 670,51
Resultados transitados	9.2	2 032 196,25	1 442 176,22
Resultado líquido do período	9.2	248 178,13	180 433,49
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**3 061 787,68**	**2 375 002,44**
Fornecedores	6.1	8 531,64	12 623,02
Estado e outros entes públicos	9.2	25 022,10	8 567,41
Outros passivos correntes	6.3	162 358,07	421 123,25
PASSIVO CORRENTE		**195 911,81**	**442 313,68**
TOTAL DO PASSIVO		**195 911,81**	**442 313,68**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**3 257 699,49**	**2 817 316,12**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas e prestações de serviços	5.1	854.431,00	860.119,30
Fornecimentos e serviços externos	5.2	(268.333,72)	(397.387,59)
Gastos com o pessoal	7	(286.325,15)	(233.646,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	-	15.820,97
Outros rendimentos	5.1/5.3	4.593,76	35.530,82
Outros gastos	5.4	(37.461,40)	(75.986,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		266.904,49	204.450,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(13.849,83)	(14.997,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		253.054,66	189.452,92
Juros e gastos similares suportados	9.2	(1.110,72)	(1.616,07)
Resultado antes de impostos		251.943,94	187.836,85
Imposto sobre o rendimento do período		(3.765,81)	(7.403,36)
Resultado líquido do período		248.178,13	180.433,49

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	252.722,22		499.670,51	1.622.609,71				2.375.002,44		2.375.002,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de nova referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	7				409.586,54				409.586,54		409.586,54
					409.586,54				409.586,54		409.586,54
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							248.178,13	248.178,13		248.178,13
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8							248.178,13	657.764,67		657.764,67
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		29.020,57							29.020,57		29.020,57
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	29.020,57							29.020,57		29.020,57
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6 + 7 + 8 + 10	281.742,79		499.670,51	2.032.196,25			248.178,13	3.061.787,68		3.061.787,68

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		718.995,19	834.267,82
Pagamento de bolsas		-4.000,00	-3.445,00
Pagamentos a fornecedores		-262.520,62	-403.928,00
Pagamentos ao pessoal		-277.745,51	-234.915,22
Caixa gerada pelas operações		174.729,06	191.979,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.824,48	-8.364,58
Outros recebimentos/pagamentos		3.484,04	-104.698,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		175.388,62	78.916,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3.961,91	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		11.297,91	33.458,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		7.336,00	33.458,34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		108,80	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-1.110,72	-1.616,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.001,92	-1.616,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		181.722,70	110.759,01
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.944.045,52	1.807.221,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.266.570,99	1.944.045,52

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Notas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A ORDEM DOS ENFERMEIROS – SECÇÃO REGIONAL DO SUL ("SRS") tem por objecto a criação de regulamentação da profissão e tem a sua sede na Rua Castilho, nº59 – 8º Esquerdo, 1250-068 Lisboa.

A Ordem é uma associação profissional de direito público.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRFESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E subsequentes declarações de retificação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

a) As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

b) O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

c) Os réditos relativos às vendas de produtos de merchandising são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

d) O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

e) As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

f) Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

g) Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2016 encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 14
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos activos, foram registadas como gastos do exercício.

Aquando da alienação ou abatimento de activos são registadas nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", a diferença positiva ou negativa entre o valor de venda e o valor contabilístico.

h) Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

i) As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

j) Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

k) As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

l) As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

m) Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

n) Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

4. MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo Inicial	161 822,67	613 849,00	-		139 383,12	33 897,75	-	948 952,54
Aumentos	-	1 381,92			599,99			3 981,91
Transferências	30 431,50	(30 431,50)						
Alienações	-	-						
Abates	-	-						
Saldo Final:	192 254,17	586 779,42	-	-	139 983,11	33 897,75	-	952 914,45
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo Inicial	-	183 356,10			137 736,10	32 917,65	-	354 009,85
Depreciações	-	11 701,97			1 577,09	570,77	-	13 849,83
Abates	-	-					-	
Alienações	-	-					-	
Transferências	-	(9 129,45)			38,12	(38,12)	-	(9 129,45)
Saldo Final:	-	185 928,62	-	-	139 351,31	33 490,10	-	358 730,03
QUANTIA ESCRITURADA:								
31-Dez-16	192 254,17	400 850,80	-	-	631,80	447,65	-	594 184,42
31-Dez-15	161 822,67	430 492,90	-	-	1 647,02	980,10	-	594 942,69

5 RENDIMENTOS E GASTOS

5.1 RÉDITOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Prestações de serviços	854 431,00	860 119,30	(0,7)
Outros rendimentos	4 593,76	35 530,82	(87,1)
	859 024,76	895 650,12	(4,1)

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Trabalhos especializados	26 085,94	56 331,39	(53,7)
Publicidade e propaganda	4 686,55	6 811,32	(31,2)
Vigilância e segurança	2 824,09	1 810,41	56,0
Honorários	35 294,11	66 379,70	(46,8)
Conservação e reparação	7 567,01	13 239,24	(42,8)
Serviços bancários	1 740,50	1 693,40	2,8
Materiais	27 056,28	23 974,17	12,9
Energia e fluidos	11 969,38	11 978,99	(0,1)
Deslocações, estadas e transportes	69 914,93	119 357,61	(41,4)
Rendas e alugueres	4 393,43	21 876,62	(79,9)
Comunicação	62 035,82	54 443,48	13,9
Seguros	-	207,10	(100,0)
Despesas de representação	-	713,40	(100,0)
Limpeza higiene e conforto	10 301,64	11 658,12	(11,6)
Outros fornecimentos e serviços	4 464,04	6 912,64	(35,4)
	268 333,72	397 387,59	(32,5)

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 43.217,71 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRS.

5.3 OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Rendimentos suplementares	369,84	213,06	73,6
Correcções relativas a períodos anteriores	1 021,59	2 038,63	(49,9)
Juros obtidos	3 202,08	29 710,33	(89,2)
Outros rendimentos e ganhos	0,25	3 568,80	(100,0)
	4 593,76	35 530,82	(87,1)

5.4 OUTROS GASTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Impostos	267,84	133,92	100,0
Correcções relativas a períodos anteriores	-	20 228,03	(100,0)
Donativos	300,00	300,00	-
Insuficiência estimativa para impostos	961,22	-	-
Encargos com enfermeiros cedidos à Ordem	-	32 071,07	(100,0)
Devolução / anulação de quotas	-	13 289,78	(100,0)
Atribuição de prémios de investigação	4 000,00	3 445,00	16,1
Reembolso encargos com empréstimos	31 932,34	-	-
Outros gastos e perdas	-	6 518,94	(100,0)
	37 461,40	75 986,74	(50,7)

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 FORNECEDORES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores	8 531,64	12 623,02
	8 531,64	12 623,02

6.2 CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros a receber	-	8.095,83
Adiantamentos ao pessoal	-	17,17
Adiantamentos para deslocações	2.207,61	2.292,81
Adiantamentos a fornecedores	65,51	10.887,04
Outros devedores	27,00	-
	2.300,12	21.292,85

6.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Acréscimos de gastos	58 879,66	57 128,39
Sede a devolver	78 170,51	335 501,49
Quotas em conferência	20 246,00	22 897,67
Despesas de deslocação a pagar	1 923,40	1 923,40
Membros	2 474,61	3 076,27
Outros credores	663,89	596,03
	162 358,07	421 123,25

DETALHE ACRÉSCIMOS DE GASTOS	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações a liquidar	34 210,62	25 765,66
Outros acréscimos de gastos	24 669,04	31 362,73
	58 879,66	57 128,39

7 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Remunerações do pessoal	233 682,40	167 900,11	39,2
Encargos sobre remunerações	46 835,33	34 252,15	36,7
Outros	810,30	29 834,05	(97,3)
	286 325,15	233 646,19	22,5

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da SRS foi de 13.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 13 de Fevereiro de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA ENTIDADE COM PARTES RELACIONADAS

MEMBROS/OUTROS CLIENTES E RESPECTIVAS IMPARIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à SRS (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Dívidas dos membros	318 260,63	431 919,88
Imparidade acumulada	(138 810,45)	(436 082,15)
	179 450,18	(4 162,27)
Reforço / (redução) imparidade acumulada	(95 182,13)	(15 820,97)

A redução das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado foram desreconhecidas do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 202.089,57 euros.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a SRS tinha o seguinte valor a receber, relativo a dívida dos membros, bem como aos acertos trimestrais com a Sede e outras secções regionais:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Percent. s/facturação	318 260,63	431 919,88
Percent. s/recebimentos	178 303,83	220 058,20
Percent. s/inscrições	27 152,23	29 052,14
Percent. s/tit. especialista	5 653,05	9 805,57
	529 369,74	690 835,79
Imparidades acumuladas	(138 810,45)	(436 082,15)
VALOR LÍQUIDO	390 559,29	254 753,64

Na nota 6.3 - Outros passivos correntes, encontram-se evidenciadas dívidas da SRS à Sede.

9.1 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Depósito a prazo	-	1 500 000,00
Depósitos à ordem	2 264 596,54	443 767,94
Caixa	1 974,45	277,58
	2 266 570,99	1 944 045,52

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Retenções de capitais	-	961,2
ATIVO	-	961,2
IRC a pagar	941,33	-
Imposto sobre o valor acrescentado	9,22	-
Retenções na fonte IRS	6 577,71	4 810,24
Contribuições para a segurança social	11 013,49	3 757,17
Outras contribuições	6 480,35	-
PASSIVO	25 022,10	8 567,41

DIFERIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Gastos a reconhecer	4.084,67	1.320,00
ACTIVO	4.084,67	1.320,00

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	1-Jan-16	Aumentos	Diminuições	Transf.	31-Dez-16
Fundo patrimonial	152 722,22	29 020,6	-	-	281 742,79
Reservas	499 670,51	-	-	-	499 670,51
Resultados transitados	1 442 176,22	435 245,24	(25 658,70)	180 433,49	2 032 196,25
Resultado do exercício	180 433,49	248 176,13	-	(180 433,49)	248 176,13
	2 375 002,44	712 443,94	(25 658,70)	-	3 061 787,68

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 435.245,24 euros a crédito e 25.658,70 euros a débito.

O relatório de actividades e contas de 2015 não foi aprovado pela Assembleia Geral.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros suportados	1 110,72	1 616,07
	1 110,72	1 616,07

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRS com o valor contabilístico líquido de 593.104,97 euros está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

APÊNDICE 15

RELATÓRIO E CONTAS 2016 - SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ordem dos enfermeiros

SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Ordem dos Enfermeiros

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ANO 2016

FICHA TÉCNICA

Título
Relatório de Atividades e Contas 2016

Edição e Design
Robson Cavalcanti de Lima

Coordenação
Conselho Diretivo Regional
Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros

Rua Dr. Armando Narciso N.º 2
9500-185 Ponta Delgada

sracores@ordemenfermeiros.pt
www.ordemenfermeiros.pt/sites/acores

Fevereiro 2017

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL 8

1. INTRODUÇÃO 9
2. MISSÃO, VISÃO E VALORES 11
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 13
4. REGULAR FUNCIONAMENTO DA SECÇÃO REGIONAL 15
   4.1. Atividade Interna dos Órgãos Estatutários Regionais da SRRAA 16
   4.2. Membros Inscritos 17
   4.3. Gestão de Membros 18
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016 20
   5.1. Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro 20
   5.2. Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem 26
   5.3. Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional 30
   5.4. Ética e Deontologia Profissional 31
   5.5. Eficiência Interna e Comunicação Externa 33
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL 37
   6.1. Análise da Situação Económico-Financeira 37
   6.2. Rendimentos e Ganhos 37
   6.3. Gastos e Perdas 38
   6.4. Analise da Situação Financeira e Patrimonial 39
      6.4.1. *Reserva Estatutária* 30

ANEXOS
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42
ANEXO II – PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL 58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Composição da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2016	13
Tabela 2.	Composição do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2016	13
Tabela 3.	Composição do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2016	14
Tabela 4.	Composição do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2016	14
Tabela 5.	Composição do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2016	14
Tabela 6.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária da Mesa da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2016	16
Tabela 7.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Diretivo e do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2016	16
Tabela 8.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Jurisdicional e do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2016	16
Tabela 9.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2016	16
Tabela 10.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho de Enfermagem e do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2016	17
Tabela 11.	Número de encontros de órgãos estatutários realizados com referência a 31.12.2016	17
Tabela 12.	Número de enfermeiros inscritos na SRRAA, por título, com referência a 31.12.2016	17
Tabela 13.	Número de enfermeiros especialistas inscritos na SRRAA com referência a 31.12.2016	17
Tabela 14.	Número de procedimentos realizados associados à atividade de inscrição de membros em referência a 31.12.2016	18
Tabela 15.	Número de procedimentos realizados associados à atribuição de título de enfermeiro e enfermeiro especialista em referência a 31.12.2016	18
Tabela 16.	Número de procedimentos realizados associados a pedidos de vinheta ou de emissão de cédula profissional em referência a 31.12.2016	19
Tabela 17.	Número de procedimentos realizados associados ao exercício do poder disciplinar em referência a 31.12.2016	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Eixo Estruturante I (Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2016	26
Quadro 2.	Eixo Estruturante II (Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2016	29
Quadro 3.	Eixo Estruturante III (Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2016	31
Quadro 4.	Eixo Estruturante IV (Ética e Deontologia Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2016	32
Quadro 5.	Eixo Estruturante V (Eficiência Interna e Comunicação Externa), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2016	34
Quadro 6.	Publicações na imprensa escrita relativas à intervenção da SRRAA com referência a 31.12.2016	36
Quadro 7.	Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de rendimentos e ganhos	37
Quadro 8.	Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de gastos e perdas	38
Quadro 9.	Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de investimentos	39

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ALRAA – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo
CDR – Conselho Diretivo Regional
CER – Conselho de Enfermagem Regional
CFR – Conselho Fiscal Regional
CIT – Contrato Individual de Trabalho
CJR – Conselho Jurisdicional Regional
DRS – Direção Regional da Saúde
EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros
EPER – Entidade Pública Empresarial Regional
ESS – Escola Superior de Saúde
HDESPD – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada
HH – Hospital da Horta
HSEIT – Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira
IPTB – Índice de Pressão Tornozelo Braço
MAR – Mesa da Assembleia Regional
NSF – Núcleos de Saúde Familiar
OE – Ordem dos Enfermeiros
OER – Órgãos Estatutários Regionais
PPQCE – Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RRCCISM – Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
SR – Secção Regional
SReEA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
SReS – Secretaria Regional da Saúde
SRRAA – Secção Regional da Região Autónoma dos Açores
SRRAM – Secção Regional da Região Autónoma da Madeira
SRS – Serviço Regional de Saúde
UAç – Universidade dos Açores
UBU – Unidade Básica de Urgência
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados
USI – Unidade de Saúde de Ilha
USIC – Unidade de Saíde da Ilha do Corvo
USIF – Unidade de Saúde da Ilha do Faial
USIFlores – Unidade de Saúde da Ilha das Flores

USIG – Unidade de Saúde da Ilha Graciosa
USIP – Unidade de Saúde da Ilha do Pico
USISJ – Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge
USISM – Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel
USISMaria – Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria
USIT – Unidade de Saúde da Ilha Terceira

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL

Este é o momento de, com rigor e clareza, prestar contas aos membros desta Secção Regional da Região Autónoma dos Açores (SRRAA) da Ordem dos Enfermeiros (OE), ao apresentar-lhes, em sede de Assembleia Regional (órgão deliberativo desta Secção), aquele que é o Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2016.

Este foi o primeiro ano do mandato vigente (2016-2019), e, para muitos dos membros dos Órgãos Estatutários Regionais (OER), marcou o início da sua experiência na estrutura de regulação que é a OE, com todos os desafios e dificuldades que estão associados a uma estrutura com esta dimensão e complexidade, com a consequente apropriação das regras de funcionamento interno, consolidação das responsabilidades e atribuições estatutárias específicas e aos respetivos, e diferentes, cargos desempenhados.

Foi um ano marcado pela instabilidade política no quadro governativo nacional, por eleições legislativas regionais e a tomada de posse de um novo elenco governativo. Foi, também, um ano de grande volatilidade e incerteza em relação ao comportamento da economia portuguesa, volatilidade esta à qual a Região Autónoma dos Açores (RAA) não está imune com todos os constrangimentos e implicações que esta conjuntura representa para os cidadãos, para o sector da saúde e, muito particularmente, para os enfermeiros enquanto partes indissociáveis deste conjunto.

Apesar das dificuldades, apesar dos contratempos, quer no plano interno, quer no plano externo, acredito que esta equipa conseguiu dar passos significativos na consolidação do projeto regional que apresentou aos enfermeiros açorianos e que foi, por eles, sufragado, ao mesmo tempo que, e num claro exercício de lealdade e de dever para com a profissão e para com a estrutura de regulação, no plano nacional, tem contribuído para a definição do caminho que a profissão deverá seguir, trabalhando com toda a estrutura eleita – a Ordem é uma só.

Nem tudo aquilo que planeamos para este primeiro ano de mandato foi conseguido, fruto de diversas circunstancias, contudo, o balanço que esta equipa faz é, indiscutivelmente, positivo, sendo que este é, e será sempre, um caminho que se faz, caminhando.

Luís Carlos do Rego Furtado
Presidente do Conselho Diretivo Regional
Secção Regional da Região Autónoma dos Açores
ORDEM DOS ENFERMEIROS

CAPÍTULO 1.
INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2016 da SRRAA mantém a tónica que tem norteado a sua elaboração em anos anteriores, representando um importante instrumento de gestão que tem por objetivo principal relatar a atividade desenvolvida, avaliar os resultados alcançados e estruturar a informação que permita refletir sobre o seu futuro. Assim, o documento sintetiza as principais atividades desenvolvidas pela SRRAA ao longo do ano e avalia o grau de execução do seu Plano de Atividades, decorrendo, como habitualmente, de um trabalho de cooperação entre os diferentes OER, em observância do disposto na alínea f) do número 2 do Artigo 46.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros (EOE), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei N.º 156//2015, de 16 de setembro, cumprindo o CDR desta Secção Regional (SR) com aquilo que estatutariamente se lhe acomete e que é a apresentação do presente Relatório de Atividades e Contas para discussão e votação em Assembleia Regional.

Pretendeu-se que a estrutura do documento fosse o mais inteligível e organizada possível e focada na análise da concretização das ações propostas, sendo de referir que a atividade de natureza corrente e conducente ao normal funcionamento da SRRAA, onde se inclui a atividade dos OER, pelo facto de mobilizarem uma parte importante dos recursos, foi considerada na feitura deste documento.

O ano de 2016 tem a particularidade de corresponder ao primeiro ano do mandato 2016-2019, como de resto já havia sido referido na mensagem do Presidente do Conselho Diretivo Regional (CDR), com todas as questões associadas a esta condição. Em todo o caso, os membros que integram esta equipa trabalharam afincadamente no sentido de cumprir com os compromissos que assumiram junto dos enfermeiros e dos cidadãos açorianos, colocando a ênfase da sua intervenção na salvaguarda dos seus interesses, mas também intervindo em matéria de política de saúde regional, numa senda de salvaguardar a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde (SRS), uma das grandes conquistas das autonomias regionais.

A análise da atividade do ano 2016 realiza-se nos capítulos que se seguem. Em ponto próprio evidenciam-se as atividades realizadas em 2016, estruturadas de acordo com os eixos estruturantes que norteiam este projeto, procurando demonstrar um cenário de colaboração na Secção, com partilha de esforços para o alcance dos objetivos e metas propostas. Descreve-se, como antes adiantado, igualmente, um conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito das áreas de suporte, transversais às áreas estratégicas, e que, como tal, se revelam fundamentais para a sua boa execução.

A componente relativa às contas, para além de dar cumprimento às disposições legais, traduz

a execução patrimonial e orçamental resultante das atividades desenvolvidas pela SRRAA em 2016, evidenciando-se, de igual modo, uma análise económico-financeira às contas, estruturada de acordo com as peças das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO 2.
MISSÃO, VISÃO E VALORES

As SR das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira inserem-se num contexto geopolítico e administrativo ímpar, em tudo diferente das SR do Norte, Centro e Sul, contexto este que goza de autonomia política, legislativa, administrativa, financeira e patrimonial, que se exerce no quadro da Constituição da República Portuguesa e, no caso dos Açores, nos termos da Lei N.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da RAA.

No que concerne à condição da SRRAA, deve, igualmente, considerar-se o facto de esta estar implantada numa região ultraperiférica e insular, adensada por uma descontinuidade territorial que se materializa em nove ilhas profundamente heterogéneas.

A OE tem como desígnio fundamental "... *a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão...*", nos termos do seu Estatuto. As SR são as estruturas de proximidade da OE e, para além da óbvia e natural necessidade de descentralização administrativa, têm por função intervir – no plano regional e atendendo às necessidades e idiossincrasias locais – na salvaguarda daquele que é o desígnio fundamental da OE e no limite das suas atribuições.

O referido no parágrafo anterior é tanto mais verdade quanto a especificidade da região onde cada Secção está sediada. A SRRAA, tal como já se referiu, encontra-se inserida num contexto político-administrativo ímpar, o qual só encontra equivalente na Secção Regional da Região Autónoma da Madeira (SRRAM). Nestas regiões a existência de órgãos de governo próprios com autonomia legislativa, a par da sua condição insular e arquipelágica, coloca desafios únicos ao exercício profissional da Enfermagem, pelo que aqui a adversidade deve ser reconhecida como um terreno fértil, posicionando esta Secção como um parceiro estratégico na definição da política regional de saúde, na salvaguarda, porém, dos interesses da profissão e dos cidadãos.

MISSÃO

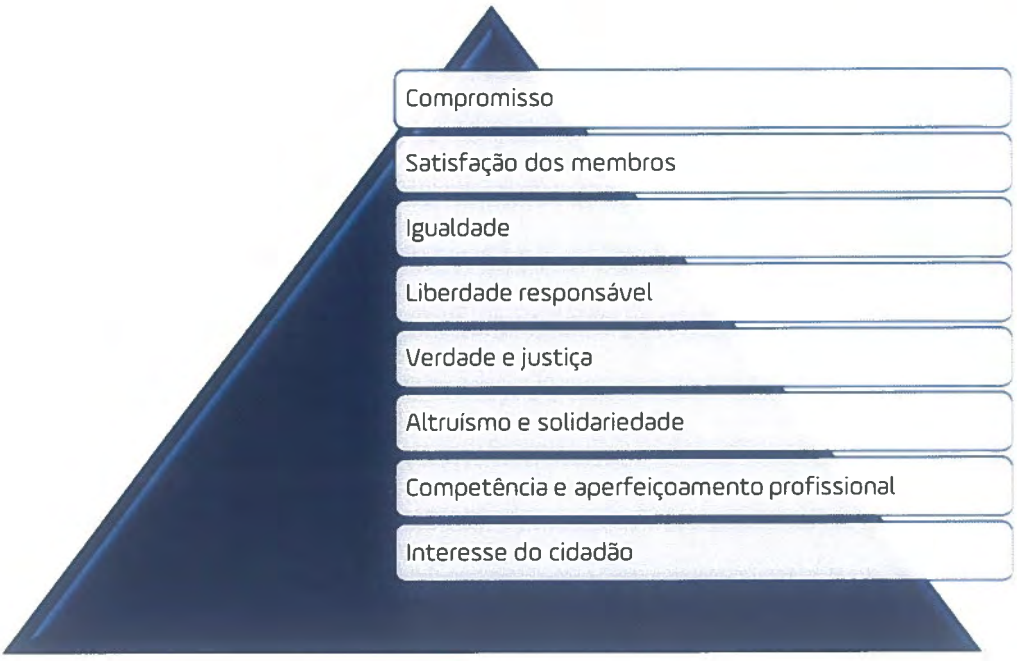
Defender uma Enfermagem de matriz regional, que incorpore a essência da conjunção político-administrativa onde se insere, no respeito e atenção pela especificidade do exercício profissional em contexto açoriano, e atenta às idiossincrasias de cada uma das nove realidades insulares. Uma Enfermagem que assuma como objetivos principais o desenvolvimento profissional, a aquisição contínua de competências, e a necessidade de afirmação num sector dinâmico, adverso e adensado por uma conjuntura difícil.

VISÃO

Uma SRRAA forte e credível, com uma intervenção suportada nas suas atribuições estatutárias, assumindo-se como parceiro estratégico no processo de tomada de decisão em matéria de política regional de saúde. Uma Secção que convirja para um quadro em que enfermeiros e cidadãos encontrem sentido na Enfermagem.

VALORES

Quer a missão quer a visão estão ancoradas na opção por uma conduta interna que tem sido a base da identidade coletiva da SRRAA, de todos os membros dos seus OER e dos seus colaboradores, de entre os quais sobressaem referenciais de progresso civilizacional e de boa governação pública, nomeadamente:



3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional e o funcionamento da OE e, neste caso em particular, dos OER da SRRAA, definem-se nos termos do EOE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156//2015, de 16 de setembro, mais precisamente nos seus artigos 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º e 50.º.

São órgãos estatutários regionais:

- Mesa da Assembleia Regional (MAR)
- Conselho Diretivo Regional (CDR)
- Conselho Jurisdicional Regional (CJR)
- Conselho Fiscal Regional (CFR)
- Conselho de Enfermagem Regional (CER)

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	
Presidente	Marta Maria Puim Loura ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Secretário	Hildeberto Carlos da Silva Bettencourt ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha do Pico
Secretário	Marlene dos Santos Picanço ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha Graciosa

Tabela 1. – Composição da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL	
Presidente	Luís Carlos do Rego Furtado ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Secretário	Pedro Rodriguez Novais Brázio ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Tesoureiro	Verónica da Conceição da Silva Amaral ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Marco Bruno Alves dos Santos Pedroso Bettencourt ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira EPER
Vogal	Luís Manuel Correia Costa ENFERMEIRO | Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel

Tabela 2. – Composição do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL	
Presidente	Ricardo Jorge Correia Pacheco ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Maria Cristina Azevedo Abrantes ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	Maria Isabel Ventura Araújo Moreira ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores

Tabela 3. – Composição do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO FISCAL REGIONAL	
Presidente	Antonieta Manuela dos Santos Braga ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria
Vogal	Xénio Miguel da Silva Terra ENFERMEIRO | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	Sandra de Sousa Pereira da Silva ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel

Tabela 4. – Composição do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL	
Presidente	Márcio Filipe Moniz Tavares ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Hélia Maria Soares ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha Terceira
Vogal	Maria Manuela Marreiros Gomes Dias ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha Terceira
Vogal	Sofia Margarida Alves Antunes ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	João Miguel Andrade Amaral ENFERMEIRO | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER

Tabela 5. – Composição do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2016

CAPÍTULO 4.
REGULAR FUNCIONAMENTO DA SECÇÃO REGIONAL

Para além do corpo de atividades que são levadas a cabo no âmbito da concretização do programa de ação apresentando a eleições pelos OER da SRRAA, do plano de atividades para o ano em análise, e pelo facto do normal funcionamento tanto da SR e como da OE mobilizarem um conjunto muito importante de recursos, importa, antes mesmo de abordar as atividades específicas e programáticas levadas a cabo, detalhar a atividade que decorre dos serviços que a SR presta aos seus membros e do cumprimento daquilo que é vazado pelo legislador no EOE e que diz respeito à atividade interna dos seus próprios órgãos.

A composição e funcionamento dos OER, e, bem assim, as suas diferentes atribuições estatutárias, estão, como de resto já se mencionou, patentes no EOE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156//2015, de 16 de setembro, mais precisamente nos seus artigos 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º e 50.º.

À MAR compete dirigir as atividades do órgão deliberativo máximo regional, a Assembleia Regional, de acordo com o estatuído para este órgão, observando os regulamentos internos dispostos para o efeito.

O CDR, composto pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e dois Vogais, assume a responsabilidade executiva, missão esta que passa pela gestão do património da SR, até ao acompanhamento do exercício profissional, representando os enfermeiros junto dos parceiros políticos e sociais, velando pela sua dignidade e pela qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem prestados às populações.

Ao CJR compete instruir os procedimentos disciplinares que respeitem aos membros da SR, colaborando com os demais órgãos regionais na problematização ético-deontológica do exercício da profissão de enfermeiro, pelas vias entendidas como mais adequadas.

Ao CFR, estatutariamente, compete fiscalizar a ação institucional do CDR, através da análise trimestral da sua gestão financeira, emitindo pareceres sobre o relatório de atividades e proposta de orçamento apresentados anualmente.

O CER, enquanto órgão responsável por pensar a profissão, vê na promoção do desenvolvimento científico e valorização científica dos seus membros o principal desiderato, partilhando também a prerrogativa estatutária de acompanhamento do exercício profissional, procurando estimular nos contextos de prática uma cultura de qualidade nos cuidados de Enfermagem.

4.1. Atividade Interna dos Órgãos Estatutários Regionais da SRRAA

Os Presidentes dos OER de qualquer SR, por inerência, têm assento nos órgãos correspondentes da estrutura organizacional de âmbito nacional, pelo que, para além das reuniões que decorrem no plano regional, de acordo com a periodicidade definida pelo EOE e pelos respetivos regimentos internos, comparecem também nas reuniões de âmbito nacional.

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
-	-	-	-

Tabela 6. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária da Mesa da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
8	12	2	2

Tabela 7. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Diretivo e do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
14	9	2	1

Tabela 8. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Jurisdicional e do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO FISCAL REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
2	2	2	2

Tabela 9. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2016

CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
17	10	-	-

Tabela 10. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho de Enfermagem e do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2016

ENCONTROS DE ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	
Nacional	Regional
1	2

Tabela 11. – Número de encontros de órgãos estatutários realizados com referência a 31.12.2016

Pese embora não se constitua como uma imposição estatutária, ou disposição em regimento interno próprio, mas por forma a assegurar uma melhor comunicação e articulação entre os diferentes OER, os seus Presidentes reúnem periodicamente. Em 2016 foram lavadas a cabo três reuniões de Presidentes dos OER.

Pelo facto do ano 2016 ter consistido no primeiro ano do mandato 2016-2019, a Mesa da Assembleia Regional cessante levou a cabo, ainda, a organização da segunda volta para a eleição do Órgão Bastonário, nos termos do EOE e do regulamentarmente instituído.

Foram, ainda, levadas a cabo duas Assembleias Regionais, uma de carater ordinário, na cidade da Horta (19-03-2016), e uma segunda, de caracter extraordinário, na cidade de Ponta Delgada (11-11-2016).

4.2. Membros Inscritos

Enquanto reguladores e, muito particularmente, em face da condição de arquipélago desta Região, é, para nós, importante conhecer, com rigor, a distribuição dos nossos.

TOTAL DE ENFERMEIROS INSCRITOS NA SRRAA	
2.025	
ENFERMEIROS DE CUIDADOS GERAIS	ENFERMEIROS ESPECIALISTAS
1.659	366

Tabela 12. – Número de enfermeiros inscritos na SRRAA, por título, com referência a 31.12.2016

ENFERMEIROS ESPECIALISTAS	Enfermagem de Saúde Metal e Psiquiátrica	45
	Enfermagem de Reabilitação	43
	Enfermagem de Saúde Comunitária	88
	Enfermagem Médico Cirúrgica	72
	Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	42
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	76

Tabela 13. – Número de enfermeiros especialistas inscritos na SRRAA com referência a 31.12.2016

Na RAA, e no que respeita à representatividade do género, a distribuição de enfermeiros obedece à tendência global da profissão, 81,4% dos enfermeiros são do género feminino. Em

termos da distribuição etária desta população, globalmente, pode ser qualificada como jovem, uma vez que 60,7% do total de enfermeiros inscritos na SRRAA tem 40 ou menos anos de idade.

O rácio de enfermeiros especialistas por enfermeiros de cuidados gerias na RAA cifra-se em 0,22 sendo expectável que o mesmo venha a aumentar progressivamente ao longo dos próximos anos em virtude do forte investimento que tem sido feito por parte dos enfermeiros em matéria de formação pós-graduada, designadamente a frequência a pós-licenciaturas de especialização em Enfermagem.

No que respeita à distribuição por ilha de exercício profissional, as ilhas de São Miguel e Terceira concentram a maioria dos enfermeiros inscritos na SRRAA, com 49,5 e 31,5% respetivamente, representando, no conjunto, mais de 80% do total de enfermeiros que exercem na RAA.

4.3. Gestão de Membros

A gestão de membros é a principal atividade, e, simultaneamente, aquela que agrega o maior número de contatos estabelecidos entre os membros da SR e os colaboradores que estão afetos a esta área.

INSCRIÇÃO DE MEMBROS	Novas admissões	68
	Cancelamento de inscrição	-
	Suspensão de inscrição	27
	Falecimento	1
	Reativações	4
	Processos de transferência entrados	14
	Processos de transferência saídos	13

Tabela 14. – Número de procedimentos realizados associados à atividade de inscrição de membros em referência a 31.12.2016

ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	Enfermeiro	68
	Enfermeiro Especialista	20
	Enfermagem de Saúde Metal e Psiquiátrica	1
	Enfermagem de Reabilitação	8
	Enfermagem de Saúde Comunitária	-
	Enfermagem Médico Cirúrgica	6
	Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	5
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	-

Tabela 15. – Número de procedimentos realizados associados à atribuição de título de enfermeiro e enfermeiro especialista em referência a 31.12.2016

PEDIDOS DE VINHETA OU EMISSÃO DE CÉDULA PROFISSIONAL	Revalidação	52
	Averbamento	-
	Alteração de nome/fotografia	4
	Segunda via	-
	Não receção/extravio de vinheta	23
	Inutilização de primeira via	2
	Furto/extravio	4
	Correção de dados	-

Tabela 16. – Número de procedimentos realizados associados pedidos de vinheta ou de emissão de cédula profissional em referência a 31.12.2016

EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR	Queixas e denúncias entradas	3
	Processos de averiguações abertos	1
	Processos de averiguações encerrados	1
	Processos disciplinares abertos	-
	Processos disciplinares em tramitação	-
	Processos disciplinares encerrados	-
	Processos de renúncia	-

Tabela 17. – Número de procedimentos realizados associados ao exercício do poder disciplinar em referência a 31.12.2016

CAPÍTULO 5.
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016

O desenvolvimento da atividade da SRRAA teve o seu enquadramento no Plano de Ação sufragado pelos enfermeiros açorianos para o mandato 2016-2019, no Plano de Atividades para 2016, aprovado em Assembleia Regional a 19-03-2016, bem como na estratégia global definida para a OE.

A consolidação das atividades desenvolvidas pela SR continuou a revelar-se um exercício complexo, atendendo à diversidade de realidades ao nível das nove ilhas que compõem este arquipélago dos Açores.

Num contexto difícil, como já se explanou ao longo deste documento, pode-se afirmar que, no cômputo geral, os objetivos fixados foram atingidos, apesar de terem ocorrido ajustamentos em determinadas iniciativas, tendo algumas sido concretizadas parcialmente, outras suspensas e outras ainda, que, não estando planeadas, foram levadas a cabo.

De facto, e apesar dos constrangimentos verificados, a SRRAA continuou a assumir um posicionamento orientado para a defesa dos interesses dos enfermeiros e dos cidadãos açorianos, intervindo ativamente na definição da política de saúde da Região e estreitando os laços com os seus parceiros.

Apresentam-se, de seguida, as atividades desenvolvidas em 2016, organizadas em função dos eixos estruturantes e objetivos estratégicos definidos em sede de Plano de Ação e Plano de Atividades.

5.1. Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro

Prevista nas atribuições da OE está, no ponto 3, alínea a), do Artigo 3.º do Estatuto, a de "... *zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de enfermeiro, promovendo a valorização profissional e científica dos seus membros...*".

Seguidamente apresentamos as atividades que foram levadas a cabo neste âmbito, onde se expressa a orientação da SRRAA naquilo que foi a intervenção tida na definição da política regional de saúde, mas também na consolidação da sua posição de parceiro estratégico com os diversos agentes de decisão que operam na RAA, bem como outras atividades que fomentam a visibilidade social dos enfermeiros.

Esta vontade consubstanciou-se, ainda, no disposto no ponto 3, alínea m), do Artigo 3.º do Estatuto, reconhecendo como atribuição da OE a participação "... *na elaboração da legislação*

que diga respeito à profissão de enfermeiro...", situação que encontra equivalente apenas na Região Autónoma da Madeira (RAM), Região com órgãos de governo próprios, à semelhança da RAA.

EIXO ESTRUTURANTE I - EXERCÍCIO PROFISSIONAL E VISIBILIDADE SOCIAL DO ENFERMEIRO		
I.1. Defender uma Enfermagem mais interventiva e com uma matriz identitária regional		
i.	Realizar o seminário do Dia Internacional do Enfermeiro 2016	Realizado a 12-05-2015 no Auditório do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDESPD) EPER com o mote "Os Enfermeiros no Centro da Decisão e Saúde: A Díade Autonomia Regional em Regulação da Profissão". Contou com a presença de: · Manuela Raposo · Lucília Nunes · Sandra Pereira · Pablo Hernandéz-Marrero
ii.	Reunir com as estruturas sindicais de Enfermagem regional	Foi realizada uma reunião com a Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP)
iii.	Reunir com o Presidente do Governo Regional dos Açores	Não foi conseguida reunião/audiência com o Presidente do Governo Regional dos Açores. Foi solicitada audiência, com incidência sobre a carência de enfermeiros na RAA, contudo esta audiência foi remetida para a SReS por corresponder à área de tutela
iv.	Reunir com o Secretário e Diretor Regional da Saúde	Foram levadas a cabo diversas audiências e reuniões de trabalho com o Secretário Regional da Saúde e com o Diretor Regional da Saúde, assim como com o Adjunto do Secretário Regional da Saúde
v.	Reunir com os grupos parlamentares dos partidos com representação na Assembleia Legislativa Regional	Foram realizadas reuniões com três partidos políticos com representação regional: · A 22-03-2016 com o PS/Açores no âmbito da reforma do Estatuto Político-Administrativo da RAA · A 17-05-2016 com o PSD/Açores no âmbito discussão das prioridades para a Saúde na RAA e para a Enfermagem Regional, no quadro das eleições legislativas regionais de 2016 · A 27-10-2016 com um representante do PCTP-MRPP para discutir os principais constrangimentos evidenciados pelo Sector da Saúde na RAA

I.2. Defender o interesse dos Enfermeiros e dos cidadãos açorianos nas novas áreas de cuidados criadas na RAA		
i.	Promover um estudo sobre a acessibilidade da população açoriana à Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados da RAA	Iniciados os contatos com o Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra
ii.	Reunir com a Secretária Regional da Solidariedade Social	Atividade não concretizada
iii.	Intervir para que as instituições do sector social e cooperativo, com enfermeiros nelas a exercer, convirjam para um quadro de dotações seguras em matéria de cuidados de Enfermagem	Realizada visita de acompanhamento do exercício profissional à Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, tendo, posteriormente sido calculada a dotação segura de enfermeiros para esta instituição, de acordo com o Regulamento N.º 533/2014 (Cálculo da Dotação Segura dos Cuidados de Enfermagem), e remetido à mesma
iv.	Caracterizar o sector pré-hospitalar na RAA em termos da sua utilização e funcionamento	Atividade não concretizada
v.	Realizar visitas de acompanhamento do exercício profissional nos contextos de prática com Suporte Imediato de Vida implementado	Realizadas duas visitas de acompanhamento do exercício profissional: · A 29-04-2016 ao Serviço de Urgência do Hospital da Horta (HH) EPER · A 11-11-2016 ao Centro de Saúde de São Roque do Pico – Unidade de Saúde da Ilha do Pico (USIP)
vi.	Caracterizar os processos de acreditação das instituições de saúde da RAA	Atividade não concretizada
I.3. Intervir na definição da política de saúde da RAA		
i.	Aprofundar as relações institucionais e de parceria com a Direção Regional da Saúde (DRS)	Realizadas reuniões com o Diretor Regional da Saúde, assim como diversos contatos telefónicos Apresentada proposta de protocolo de cooperação entre a DRS e a SRRAA, proposta esta que, até ao momento se encontra em análise por parte da DRS
ii.	Emitir pronuncia relativamente às propostas legislativas de âmbito regional, que direta ou indiretamente, digam respeito ao sector da saúde e ao exercício da profissão de enfermeiro	Foram emitidas três pronúncias, a pedido da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) (disponíveis para consulta nos sítios online da SRRAA e da ALRAA): · A 13-06-2016 relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 67/X – Altera o Vale Saúde e Aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia da Região Autónoma dos Açores · A 13-06-2016 relativamente ao Projeto de Resolução N.º 158/X – Dotar e Aumentar o Número de Terapeutas da Fala nas Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde

		• A 20-06-2017 relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 74/X – Cria a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RRCCISM) Emitida pronúncia no âmbito da alteração do documento normativo que regula o acompanhamento de doentes com origem na RAA: • A 13-05-2016 emitida pronúncia relativamente à alteração da Circular Normativa N.º 14 de 2016-04-18 da DRS com incidência sobre o Acompanhamento de Doentes na RAA
iii.	Apresentar à DRS propostas de normalização/orientação clínica para áreas específicas de intervenção dos enfermeiros	Apresentada proposta de circular normativa à DRS no âmbito da utilização do Índice de Pressão Tornozelo Braço (IPTB) no processo de tomada de decisão do enfermeiro para a utilização de terapia compressiva. Em análise pela DRS
I.4. Acompanhar o alargamento da Enfermagem de Família na RAA		
i.	Acompanhar a implementação dos Núcleos de Saúde Familiar (NSF) na Unidades de Saúde de Ilha (USI) da RAA	Realizadas visitas de acompanhamento do exercício profissional: • A 06-07-2016 ao Centro de Saúde de Ponta Delgada – Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel (USISM) • A 29-10-2016 aos Centros de Saúde de Velas e da Calheta – Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge (USISJ) • A 10-11-2016 aos Centros de Saúde da Madalena e das Lajes do Pico – USIP • A 11-11-2016 ao Centro de Saúde de São Roque do Pico – USIP • A 25-11-2016 ao Centro de Saúde da Povoação – USISM • A 02-12-2016 ao Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores – Unidade de Saúde da Ilha das Flores (USIFlores)
ii.	Criar o grupo técnico de análise da Circular Normativa N.º 17 da DRS	Criado grupo técnico para a análise e elaboração de proposta de alteração da Circular Normativa N.º 17 da DRS, sob a Coordenação da enfermeira Luísa Ázera e supervisão do CER, a 10-02-2016
iii.	Apresentar uma proposta de alteração à Circular Normativa N.º 17 da DRS	Entregue proposta de alteração da Circular Normativa N.º 17 da DRS à SReS a 20-06-2016
iv.	Defender condições adequadas para que ao nível dos NSF os enfermeiros possam desenvolver a sua atividade assistencial: infraestruturas, recursos humanos, recursos materiais e sistemas de informação	Realizadas reuniões com a SReS neste âmbito e, aquando das visitas de acompanhamento do exercício profissional, nas reuniões com as Direções de Enfermagem e Vogais Executivos das USI, especial atenção foi dada às infraestruturas, dotação de enfermeiros e equipa multiprofissional, recursos materiais e sistemas de informação disponíveis para os NSF

I.5. Fomentar o alargamento das áreas de intervenção autónoma dos Enfermeiros		
i.	Estudar, em articulação com a SReS/DRS e o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SReEA), a possibilidade de incluir no boletim "Estatísticas da Saúde" a atividade assistencial dos enfermeiros, nomeadamente as consultas de Enfermagem realizadas nos serviços de consulta externa dos hospitais da RAA por tipologia	Atividade não concretizada
ii.	Estudar, em articulação com a SReS/DRS e o SReEA, a possibilidade de aumentar o nível de granulação – detalhe – na informação relativa às consultas de Enfermagem realizadas nos centros de saúde da RAA, incluindo a área de intervenção e a caracterização dos utentes	Atividade não concretizada
iii.	Reunir com a SReS e a Saudaçor para trabalhar numa estratégia concertada relativamente aos sistemas de informação na RAA, particularmente no que concerne à Enfermagem	Atividade não concretizada
I.6. Promover a valorização dos cuidados de Enfermagem, a dignidade e a visibilidade social do enfermeiro		
i.	Manter o programa de rádio da SRRAA "Haja Saúde"	Manutenção da emissão do programa "Haja Saúde" na rádio. Foram temáticas abordadas: • Janeiro: Pneumonia • Fevereiro: Bronquiolite • Março: Tuberculose Pulmonar • Abril: Doença de Parkinson • Maio: Alergias • Junho: Cuidados com o Sol • Julho: Doenças de Verão • Agosto: Infeção por Zika e Dengue • Setembro: O Regresso às Aulas e Cuidados com a Saúde • Outubro: Gripe Sazonal • Novembro: Tabaco • Dezembro: Antibióticos
ii.	Emitir comunicados relativamente às matérias que, no entendimento do CDR, e naquilo que é a esfera	Foram emitidos comunicados pelo CDR, no âmbito da sua atividade estatutária e em virtude de matérias sobre as quais tomou, publicamente, posição:

	Regional, interferam com o exercício da profissão e com a qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem	• A 28-06-2016 relativamente à proposta de adenda à Circular Normativa N.º 17 da DRS • A 11-07-2016 relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 74/X – Cria a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental • a 26-09-2016 relativamente à Circular Normativa N.º 25, 01-09-2016, da Direção Regional da Saúde, que implementa o Sistema de Triagem de Manchester nas unidades básicas de urgência (UBU) das USI da RAA
iii.	Caracterizar os enfermeiros em funções de gestão na RAA	Atividade não concretizada
iv.	Reunir com as estruturas sindicais de enfermagem com representação na RAA com o intuito de se trabalhar concertadamente num quadro de igualdade de tratamento de todos os enfermeiros que exercem na RAA, em prol da dignidade da profissão	Realizada reunião com a Direção Regional dos Açores do SEP e audiência conjunta com o Secretário Regional da Saúde que incidiu sobre o acompanhamento de doentes a partir da RAA, o alargamento da carga horária semanal de 35 horas para enfermeiros com Contrato Individual de Trabalho (CIT) e a situação da inversão das posições remuneratórias ("Bónus César"), que afeta muitos enfermeiros açorianos
v.	Levar a cabo visitas de acompanhamento do exercício profissional aos contextos de prática:	Realizada visita de acompanhamento do exercício profissional ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada a 21-06-2016 Realizada visita de acompanhamento do exercício profissional ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) EPER: • Consulta Externa • Serviço de Diálise • Serviço de Cuidados Intensivos Realizada visita institucional aos navios da Atlânticoline a 11-10-2016 para aferição das condições de transporte de doentes no canal
vi.	Participar em eventos e atividades com dimensão social e que enfatizem e reforcem a presença e visibilidade dos enfermeiros e da SRRAA	Participação no cortejo religioso das Grandes Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres Presença na Sessão Solene Evocativa dos 40 Anos da Autonomia dos Açores Presença na Exposição "No meu Canto: Homenagem Póstuma a Fátima Sequeira Dias" Presença na Tomada de Posse do XII Governo dos Açores
I.7. Defender a dignidade dos enfermeiros recém-licenciados no acesso ao emprego		
i.	Apresentar uma proposta de regulação do Programa Estagiar L para enfermeiros à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	Reunião com a Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional a 30-06-2016 A apresentação de proposta de regulação do Programa Estagiar L para enfermeiros não foi concretizada em virtude da posição tomada pela OE relativamente ao Programa Governamental Pró-Empregabilidade Estagiar L

ii.	Caracterizar o fenómeno de emigração ao nível dos enfermeiros inscritos na SRRAA entre 2012 e 2016	Elaborado questionário online para ulterior envio (início de 2017) aos membros inscritos na SRRAA entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016
iii.	Caracterizar o nível de desemprego e a inserção profissional dos enfermeiros licenciados entre 2012 e 2016	Monitorização do número de pedidos para emissão da Declaração de Diretivas Comunitárias: • 14 emissões
iv.	Realizar a Cerimónia de Vinculação à Profissão e Homenagem aos Antigos Diretores das Escolas de Enfermagem da RAA	Realizada a Cerimónia de Vinculação à Profissão e Homenagem aos Antigos Diretores das Escolas de Enfermagem da RAA a 11-09-2016 em Ponta Delgada

Quadro 1. – Eixo Estruturante I (Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2016

De uma forma geral, consideramos a atividade desenvolvida no âmbito deste domínio estratégico como muito positiva, com uma intensa intervenção ao nível da definição da politica de saúde da RAA. Naturalmente que a intervenção neste segmento está, de certa forma, também condicionada à atividade legislativa e à apresentação de propostas legislativas de âmbito regional com aplicação ao Sector da Saúde.

Destacamos as pronúncias do CDR remetidas à ALRRA, designadamente a referente à criação da RRCCISM, mas também, e no âmbito de importantes documentos normativos, a apresentação da proposta de alteração à Circular Normativa N.º 17 da DRS que institui os NSF na Região, a posição tomada relativamente à instituição do Sistema de Triagem de Manchester nas UBU das USI da RAA, ou a proposta de Circular Normativa relativa à utilização do IPTB por parte dos enfermeiros açorianos.

Apoiamos, ainda, e no cumprimento do nosso mandato social, a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) – Açores através da compra de presentes de Natal para os seus utentes, proporcionando assim uma quadra mais feliz a esta população, num tempo em que estas associações, e outras que ao mesmo fim se dedicam, atravessam fortes constrangimentos financeiros.

5.2. Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem

Na qualidade de garante da "*defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem*", a OE tem por missão assegurar, na esfera da regulação profissional, a qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem prestados ao cidadão. Nesta vertente intervimos no sentido de aprofundar e consolidar iniciativas pioneiras que foram desenvolvidas a nível regional, que colocaram a SRRAA numa posição cimeira no País.

EIXO ESTRUTURANTE II – QUALIDADE E SEGURANÇA DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM		
II.1. Defender o cumprimento da Norma para o Cálculo das Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem, legalmente consignada no Regulamento N.º 533/2014		
i.	Concluir o levantamento das necessidades de enfermeiros em todas as instituições de saúde públicas da RAA	Foi concluída a primeira fase de cálculo da dotação segura de enfermeiros para as unidades de saúde do SRS dos Açores Identificadas lacunas relevantes no cálculo e imprecisões nos elementos remetidos à SRRAA por parte das instituições Iniciado o recálculo da dotação segura de enfermeiros para as unidades de saúde do SRS dos Açores Encontram-se concluídas as instituições de saúde que se seguem: • USIFlores • Unidade de Saúde da Ilha do Faial (USIF) • Unidade de Saúde da Ilha do Corvo (USIC) • HSEIT EPER • HH EPER Aguardam validação por parte das instituições de saúde as que se seguem: • Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria (USISMaria) • Unidade de Saúde da Ilha Graciosa (USIG) • USIP • USISJ Aguardam recálculo: • Unidade de Saúde da Ilha Terceira (USIT) • USISM • HDESPD EPER
ii.	Enviar à SReS o levantamento das necessidades identificadas e dar início à última fase do acordo de cooperação firmado entre a SRRAA e a SReS	Entregue o relatório preliminar relativo ao cálculo da dotação segura de enfermeiros para as instituições de saúde públicas da RAA (hospitais e USI) Relatório devolvido com elementos sujeitos a clarificação por parte das instituições de saúde, quer em termos da imprecisão da informação produzida, quer em termos do cálculo efetuado e cálculo de suporte para a informação disponível
iii.	Identificar junto das instituições de saúde públicas da RAA as suas necessidades em termos de número de enfermeiros especialistas	Foi apurado o número de enfermeiros especialistas na RAA por extração direta da base de dados da OE Decidida pela alteração da metodologia de apuramento antes referida por inflacionar o número real de enfermeiros especialistas efetivamente em exercício na RAA. A base de dados da OE agrega a totalidade dos inscritos, independentemente da área de atividade; por uma questão de rigor, optou-se por solicitar às diferentes

		instituições de saúde o número exato de enfermeiros especialistas em prestação direta de cuidados, subtraindo-se os enfermeiros afetos à gestão, ao ensino, à assessoria ou coordenação de comissões e grupos de trabalho
iv.	Enviar à SReS informações sobre as necessidades de enfermeiros especialistas por instituições de saúde públicas da RAA	Entregue o relatório preliminar relativo ao número de enfermeiros especialistas nas instituições de saúde públicas da RAA (hospitais e USI) Relatório sujeito a correções em virtude do facto da SRRAA, por uma questão de rigor na informação veiculada, ter decidido pela alteração da metodologia de apuramento do número real de enfermeiros especialistas
II.2. Promover a implementação do Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (PPQCE)		
i.	Definir a estratégia Regional para o PPQCE	Atividade não concretizada
ii.	Definir a estrutura pretendida para o PPQCE na RAA	Atividade não concretizada
iii.	Definir as condições para o exercício de funções dos enfermeiros ligados ao PPQCE, ao abrigo do protocolo celebrado com a DRS	Atividade não concretizada
iv.	Iniciar a construção da plataforma de suporte online ao PPQCE	Atividade não concretizada
v.	Proceder ao levantamento dos programas de melhoria contínua dos cuidados de Enfermagem atualmente em curso	Levado a cabo, por iniciativa da SRRAA, em 06-04-2016 este levantamento. Em 14-11-2016, por solicitação do CE da OE, foi enviado questionário eletrónico para todas as instituições aderentes ao PPQCE
II.3. Incentivar a inovação nos cuidados de Enfermagem		
i.	Apoiar projetos inovadores, desenvolvidos por enfermeiros inscritos na SRRAA, que promovam a visibilidade e a qualidade dos cuidados de Enfermagem	Apoio institucional (parceiros) ao programa "*Increasing Access to and Effectiveness of Palliative Care for All Citizens in the Atlantic Area*" (InAcPall4All) inserido no INTERREG ATLANTIC AREA. São ainda parceiros deste projeto: · Instituto de Bioética, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal · All Ireland Institute of Hospice and Palliative Care (Border, Midland and Western, Southern and Eastern), Ireland · Gold Standards Framework, Centre in End of Life Care, United Kingdom · European Association for Palliative Care, Milan, Italy (Supporting Institution) O InAcPall4All tem por objetivos: · Desenvolver uma visão transnacional das necessidades e práticas de cuidados de fim de

		vida e de tomada de decisão ética em fim de vida no Espaço Atlântico • Aumentar o acesso e a eficácia dos cuidados paliativos e de fim de vida para todos os cidadãos, reduzindo iniquidades horizontais e verticais • Forçar a transferência de modelos inovadores de prestação de cuidados paliativos e em fim de vida, geográfica e culturalmente adaptados a todas as regiões do Espaço Atlântico
ii.	Elaborar o regulamento do Prémio Inovação Enfermagem	Atividade não concretizada

Quadro 2. – Eixo Estruturante II (Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2016

No âmbito da defesa do cumprimento do Regulamento N.º 533/2014 relativo ao cálculo da dotação segura de enfermeiros nas instituições de saúde públicas da RAA, foi dada continuidade ao já iniciado no final do mandato anterior e que se prendeu com o acordo de cooperação assinado com a SReS. Este foi, e continua a ser, um processo moroso e complexo, que tem merecido, por parte de algumas instituições de saúde, uma falta de cooperação cuja razão não é clara para esta SR. Em todo o caso, e para uniformizar o cálculo, a SRRAA optou ela própria por solicitar a informação às instituições de saúde e fazer o cálculo autonomamente; os cálculos obtidos são então devolvidos às instituições de saúde para validação, ou alteração e enquadramento das alterações efetuadas.

Neste domínio da defesa do cumprimento da dotação segura de enfermeiros a SRRAA desenvolveu uma intensa atividade, tendo as mais mediáticas estado relacionadas com a situação de rutura na UCCI do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo (CSVCF) – USISM – onde a intervenção da Secção junto da SReS levou à contratação de enfermeiros para aquela Unidade e ao anúncio público, por parte da Presidente do CA da USISM, da abertura de um processo concursal conducente à admissão de novos enfermeiros. Foi também com o objetivo de salvaguardar a dotação segura dos cuidados de Enfermagem, e a não sobrecarga dos enfermeiros, que o CDR da SRRAA emitiu um comunicado relativamente à introdução do Sistema de Triagem de Manchester das UBU das USI nos termos em que o documento normativo que o implementa se refere.

No âmbito do PPQCE, e por se tratar de um programa de âmbito nacional, entendeu a SRRAA, à parte do levantamento autónomo que realizou no início de 2016, aguardar a reestruturação do mesmo por parte do órgão competente para o efeito na OE, o CE. Esta decisão radica no facto de não ser desejável conferir uma dinâmica no plano regional que seja substancialmente diferente daquela que será a orientação nacional para este programa, evitando redundâncias e um esforço individual de todos os envolvidos, nomeadamente os autores dos projetos de melhoria contínua e dos dinamizadores institucionais, que se poderão revelar inconsequentes face à referida reestruturação.

5.3. Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional

O fomento do desenvolvimento da formação e da investigação em Enfermagem, a colaboração científica e técnica com entidades nacionais ou internacionais e a prossecução das atribuições da OE, previstas no ponto 3, alíneas o), p) e q), do Artigo 3.º do Estatuto, constituem-se como o motor deste eixo estruturante, procurando, naquilo que são as competências da SRRAA, dar a necessária resposta às necessidades específicas sentidas pelos enfermeiros açorianos nesta área.

EIXO ESTRUTURANTE III – FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL		
III.1. Incrementar a produção científica, fundamental e aplicada, em Enfermagem		
i.	Rever e publicar o regulamento do Prémio EXPLORA Research	Regulamento revisto. Aguarda aprovação por parte do COR
ii.	Elaborar o regulamento para o serviço de suporte logístico a autores de trabalhos de investigação que os desejem ver publicados em revistas internacionais	Atividade não concretizada
III.2. Melhorar a acessibilidade à formação por parte dos enfermeiros da RAA		
i.	Caracterizar, do ponto de vista da formação recebida, os enfermeiros inscritos na SRRAA	Atividade não concretizada
ii.	Identificar as áreas prioritárias de formação em Enfermagem, e definir o Plano Estratégico para a Formação em Enfermagem	Atividade não concretizada
iii.	Procurar um parceiro para a lecionação de uma pós-graduação em Enfermagem do Trabalho	Foram realizadas diversas reuniões com a Universidade dos Açores (UAç) e Escola Superior de Saúde (ESS) da UAç, no sentido de encontrar uma solução de parceria que pudesse conduzir à abertura de uma pós-graduação em Enfermagem do Trabalho na RAA, garantindo aos enfermeiros açorianos a possibilidade de disporem desta oferta formativa na RAA, sem a obrigatoriedade de terem de se deslocar para o continente português Foi assinado a 18-10-2016 o Convénio para um Compromisso Estratégico entre a SRRAA e a UAç Foi assinado a 16-12-2016 o Acordo-Projeto entre a SRRAA e a UAç que estabelece os termos da colaboração entre a UAç e a SRRAA para a formação pós-graduada em Enfermagem do Trabalho pela ESS da UAç

iv.	Contactar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento para no sentido da realização de estágios e intercâmbios de natureza profissional	Atividade não concretizada
III.3. Fomentar o exercício profissional alicerçado na melhor evidência disponível		
i.	Dinamizar sessões de acesso e utilização das bases de dados científicos disponibilizadas pela OE	Atividade não concretizada
ii.	Iniciar a definição do grupo regional de Enfermagem baseada na evidência	Atividade não concretizada
iii.	Divulgar a produção científica desenvolvida pelos enfermeiros da RAA	Atividade não concretizada

Quadro 3. – Eixo Estruturante III (Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2016

Uma quantidade muito significativa da atividade planeada para este eixo estruturante assenta na intervenção direta do CER. Uma parte importante da não concretização desta atividade é explicada pelo facto de todos os seus membros serem novos neste âmbito, o que, e até à plena apropriação da natureza da sua atividade, processos internos, atividades em andamento e pedidos remetidos pelo CDR, conjuntamente com a participação do seu Presidente na atividade do órgão nacional correspondente, contribuíram para esta situação.

Ademais, as iniciativas aqui propostas obrigam a um nível de estruturação e planeamento elevado, uma vez que recorrem à mobilização de diversos recursos e a uma logística complexa, factos que também contribuíram decisivamente para a sua não concretização.

Foram ainda redefinidas as bases para que no próximo ano o projeto de investigação QUALIDERA, da autoria dos investigadores Sandra Pereira e Pablo Hernandéz-Marrero, e no qual a SR é parceira, passe para a fase de campo.

5.4. Ética e Deontologia Profissional

Volvidos 18 anos da criação da OE, continua a existir uma clara necessidade em discutir, aprofundar e definir um rumo para a profissão na vertente ético-deontológica. Esta esfera, essencial ao exercício da profissão, não deve ser descurada. Apesar do substancial desenvolvimento registado pela profissão, novas questões, com origem intrínseca e extrínseca, emergem continuamente, pelo que é essencial estarmos preparados para os desafios colocados. Ao nível da RAA, estes desafios são adensados pelas condições subjacentes à própria Região, pelo que é nossa obrigação intervir a este nível, conforme previsto no ponto 3, alínea b), do Artigo 3.º, ao "*assegurar o cumprimento das regras de deontologia profissional*".

EIXO ESTRUTURANTE IV – ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL		
IV.1. Reforçar o pensamento ético-deontológico no exercício da profissão		
i.	Iniciar o processo de reorganização do Grupo de Enfermeiros Parceiros do CJR, em termos da sua estrutura, âmbito e atividade	Atividade não concretizada
ii.	Realizar a Conferência de Ética e Deontologia em Enfermagem da RAA	Realizado o I Encontro de Ética e Deontologia Profissional da SRRAA no dia 18-10-2016 em Angra do Heroísmo (Hotel do Caracol). O Encontro foi subordinado ao tema "O Código Deontológico do Enfermeiro: Um Meio para o Empoderamento do Cidadão"
iii.	Reunir com a UAç e ESS no sentido de se formalizar, por meio de acordo de cooperação, ou carta de colaboração, a intervenção da SRRAA ao nível dos Cursos Conducentes ao Grau de Licenciado em Enfermagem	Foram realizadas diversas reuniões com a UAç e com a ESS no sentido de estabelecer os termos em que o acordo de cooperação no âmbito da intervenção da SRRAA ao nível dos estudantes da licenciatura se iria estabelecer Foi assinado a 18-10-2016 o Acordo de Cooperação entre a SRRAA e a UAç tendo em vista a participação científica e técnica da SRRAA no percurso formativo dos estudantes inscritos no Curso Conducente ao Grau de Licenciado em Enfermagem da UAç
iv.	Promover, em parceria com instituições de saúde da RAA, sessões formativas dirigidas aos enfermeiros no âmbito da ética e deontologia profissional	De forma focalizada, e indo ao encontro das necessidades específicas dos enfermeiros açorianos em matéria de ética e deontologia profissional, foram dinamizadas diversas sessões formativas pelo CJR. A saber: · 30-09-2016 na USISJ subordinada ao tema "Ética e Deontologia Profissional" · 17 e 19-10-2016 USIT subordinada ao tema "Confidencialidade e Sigilo Profissional"
v.	Dinamizar uma reunião entre a SRRAA e os enfermeiros que integram as comissões de ética para a saúde das instituições de saúde da RAA	Atividade não concretizada

Quadro 4. – Eixo Estruturante IV (Ética e Deontologia Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2016

Este foi um ano particularmente relevante neste domínio com a assinatura do Acordo de Cooperação com a UAç. À parte deste acordo de cooperação, foram levadas a cabo sessões letivas às turmas dos Cursos Conducentes ao Grau de Licenciado em Enfermagem da ESS da UAç (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), num total de 4 horas, a 18-02-2016 e 06-06-2016.

Representação da SRRAA na lecionação do módulo "A profissionalização da Enfermagem"

inserida na unidade curricular de Fundamentos de Enfermagem e Ética I do Curso Conducente ao Grau de Licenciado em Enfermagem, da ESS da UAç, Departamento de Enfermagem, Saúde da Família e Comunidade, em 25-10-2016.

Relativamente ao Grupo de Enfermeiros Parceiros do CJR, e atendendo a que neste momento, não é considerado oportuno a manutenção do mesmo, não foi dinamizada qualquer atividade neste âmbito.
O CJR, na pessoa do seu Presidente, realizou duas palestras de aprofundamento do conhecimento ético-deontológico:

- "Justiça Deontológica em Enfermagem" na conferência Justiça em Saúde, promovida pela Inspeção Regional da Saúde, a 6 de maio, na cidade de Angra do Heroísmo;
- O Código Deontológico do Enfermeiro, um meio para o empoderamento do cidadão" no I Encontro de Deontologia Profissional, a 18 de outubro, na cidade de Angra do Heroísmo.

5.5. Eficiência Interna e Comunicação Externa

A boa gestão que desde sempre pautou esta SR, apesar de um orçamento reduzido, comparativamente aos orçamentos de outras SR, e da grande dispersão geográfica dos seus membros, fruto da condição arquipelágica, é um valor que conseguimos preservar ao longo deste exercício.

Na vertente da comunicação, quisemos manter a tónica impressa que tem caracterizado esta SR, tornando-a mais eficiente e profissional, ao mesmo tempo que alargamos o seu âmbito.

EIXO ESTRUTURANTE V – EFICIÊNCIA INTERNA E COMUNICAÇÃO EXTERNA		
V.1. Melhorar a eficiência operacional da SRRAA		
i.	Implementar a utilização do software SharePoint em todas as reuniões dos OER (órgãos executivos numa primeira fase)	O software SharePoint está perfeitamente instituído na atividade regular do CDR, onde tanto a ordem de trabalhos das diferentes reuniões, como a documentação de suporte aos seus pontos, e processo deliberativo, se encontram alojadas e disponíveis para todos os membros do órgão através do seu acesso à intranet da OE
ii.	Maximizar a utilização da plataforma Edoc (Gestão Documental) na atividade administrativa da SRRAA	A plataforma de gestão documental Edoc está a ser amplamente utilizada pelos Serviços Administrativos da SRRAA No âmbito do funcionamento dos órgãos, e estruturas associadas, todo o expediente dos Presidentes do CDR e CER, e dos órgãos a que presidem, é gerido com recurso ao Edoc

		Os órgãos estatutários regionais não executivos, pelo reduzido volume de expediente, não estão a recorrer ao Edoc de momento
V.2. Melhorar o desempenho económico-financeiro da SRRAA		
i.	Renegociar os contratos de prestação de serviços existentes na SRRAA sempre que estes se revelarem proveitosos	É mantida a política de solicitação de propostas de orçamento a diferentes fornecedores para a aquisição e contratualização de bens e serviços na SRRAA Em 2016 não foram renegociados quaisquer contratos existentes, uma vez que estes se mantêm adequados às necessidades da SRRAA e em linha com o mercado
ii.	Agregar atividades de âmbito regional promovidas pela SRRAA	Foram agregadas diversas atividades ao longo de 2016, fazendo-as coincidir com eventos importantes organizados pela SRRAA, como forma de diluir e minimizar os custos a elas associadas
V.3. Aumentar e diversificar as vantagens existentes para os enfermeiros da SRRAA		
i.	Divulgar os protolocos comerciais de âmbito regional e nacional junto dos enfermeiros da SRRAA	Foram enviados emails de divulgação dos quatro protocolos comerciais celebrados na RAA
ii.	Celebrar protocolos comerciais, com interesse para os enfermeiros açorianos, com especial ênfase nas ilhas de menor dimensão	No decurso de 2016 foram assinados os protocolos comerciais que se seguem: · Nako Talho & Take Away · Largo das Cores, Lda · MG Auto, Lda · Espaço Riso – Clínica Dentária, Lda
V.4. Melhorar a comunicação com os enfermeiros da SRRAA		
i.	Alargar o âmbito da Revista Enfermagem Açores	Atividade não concretizada
ii.	Criar o Conselho Editorial da Revista Enfermagem Açores com uma estrutura independente dos Órgãos Estatutários Regionais	Criado o Conselho Editorial da Revista Enfermagem Açores
iii.	Estruturar a ExpressOE-Açores	Reestruturada a newsletter da SRRAA e remetida a sua primeira edição no dia 08-11-2016

Quadro 5. – Eixo Estruturante V (Eficiência Interna e Comunicação Externa), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2016

A SRRAA mantém o seu forte compromisso com uma gestão eficiente dos recursos financeiros que tem ao seu dispor, designadamente por via da sua otimização e procurando soluções e alternativas que onerem menos as suas contas, mas que, simultaneamente, não coartem a sua atividade.

Tem sido feito um progresso muito significativo ao nível da eliminação do papel na vertente administrativa e no âmbito do normal funcionamento dos OER, sendo mais evidente ao nível

do CDR e do CER. Isto consubstancia-se pelo reforço da utilização quer da plataforma Edoc, quer do software SharePoint.

No âmbito da celebração de protocolos comerciais, e apesar do interessante número conseguido no decurso de 2016, prevalece a sua concentração na ilha de São Miguel. Têm de ser criadas condições e definidas estratégias para a captação de parceiros comerciais em ilhas de menor dimensão.

Apesar da Revista Enfermagem Açores já ter visto o seu Conselho Editorial definido, por indisponibilidade de agenda não foi possível retomar a sua publicação. Em sede própria – Plano de Atividades e Orçamento 2017 – irão ser definidos os termos em que esta publicação possa vir a ser retomada.

Manteve-se a parceria com o jornal Açoriano Oriental através da rúbrica mensal "Os Enfermeiros e...". Ao longo de 2016 foram publicados os seguintes artigos:

- A Bronquiolite na Criança, publicado a 27 de março, da autoria do enfermeiro Jorge Manuel Ribeiro Pessoa
- A Sobrecarga do Cuidador Informal dos Idosos, publicado a 24 de abril, da autoria da enfermeira Alexandrina Margarida Corvelo Piedade
- O Aconselhamento da Literatura Infantil, publicado a 29 de maio, da autoria das enfermeiras Hélia Maria Soares e Patrícia Pombo de Sousa Tavares
- A Decisão e Desenvolvimento de Políticas de Saúde, publicado a 26 de junho, da autoria dos enfermeiros Sandra Martins Pereira e Pablo Hernandéz-Marrero
- A Resiliência dos Sistemas de Saúde, publicado a 31 de julho, da autoria dos enfermeiros Pablo Hernandéz-Marrero e Sandra Martins Pereira
- A Deontologia Profissional, publicado a 25 de setembro, da autoria do enfermeiro Ricardo Jorge Correia Pacheco
- A Saúde Psicossocial no Idoso, publicado a 30 de outubro, da autoria da enfermeira Elisabete Maria Pacheco Carvalho
- A Promoção do Uso Racional dos Antibióticos, publicado a 27 de novembro, da autoria do enfermeiro Fábio Alexandre Melo do Rego Sousa
- Ser Enfermeiro no Natal, publicado a 25 de dezembro, da autoria dos enfermeiros Filipe Alexandre Bettencourt e Maria Catarina Rocha Furtado Bettencourt

A SRRAA manteve assegurada a sua presença nos órgãos de comunicação social, através da intervenção pública no âmbito de matérias que considerou relevantes para o Sector da Saúde na RAA e para a Enfermagem regional. Informação e textos integrais relativos à imprensa escrita disponíveis no sítio online da SR.

TÍTULO	PUBLICAÇÃO	DATA
"População precisa saber que a falta de enfermeiros coloca em causa a sua segurança"	Jornal Açoriano Oriental	24/01/2016

Secretário não avança com novas contratações de enfermeiros	Jornal Açoriano Oriental	26/01/2016
Governo Regional quer continuar cooperação com Ordem dos Enfermeiros	Jornal Correio dos Açores	27/01/2016
Entrevista com o Enfermeiro Luís Furtado	Revista Pontos de Vista	06/02/2016
"Contratação de enfermeiros não é despesa mas retorno"	Jornal Diário Insular	12/02/2016
Equipa para recolha de órgãos no HDES para breve	Jornal Açoriano Oriental	11/03/2016
Enfermeiros negam "qualquer desentendimento" na recolha de órgãos	Jornal Diário dos Açores	17/03/2016
Debate sobre a reforma da autonomia está a dar os seus frutos	Jornal Correio dos Açores	23/03/2016
Conferencia assinala Dia do Enfermeiro	Jornal Açoriano Oriental	11/05/2016
Ordem dos Enfermeiros comemora Dia Internacional do Enfermeiro	Jornal Diário dos Açores	11/05/2016
Enfermeiros nos Açores mostram cada vez mais vontade de emigrar por falta de emprego e baixos salários	Jornal Correio dos Açores	12/05/2016
"Há enfermeiros açorianos que estão a emigrar"	Jornal Diário dos Açores	12/05/2016
Duarte Freitas preocupado com 200 enfermeiros desempregados	Jornal Açoriano Oriental	18/05/2016
Entrevista com o Enfermeiro Luís Furtado	Revista Pontos de Vista	21/05/2016
Circular da Saúde cria situações de risco	Jornal Açoriano Oriental	06/06/2016
Apontada falta de planeamento nos Núcleos de Saúde Familiar	Jornal Açoriano Oriental	30/06/2016
Baixas por exaustão deixam Centro de Saúde em rutura	Jornal Açoriano Oriental	08/07/2016
Ordem critica estrutura prevista para rede de saúde mental	Jornal Açoriano Oriental	12/07/2016
Ordem dos Enfermeiros faz reparos à criação nos Açores da Rede de Cuidados Continuados	Jornal Açoriano Oriental	12/07/2016
Ordem critica implementação da Triagem de Manchester sem dotação de mais enfermeiros	Jornal Diário dos Açores	27/09/2016
Ordem diz que é inadmissível triagem sem mais enfermeiros	Jornal Diário dos Açores	27/09/2016
Região vai ter mais enfermeiros na Saúde Mental	Jornal Açoriano Oriental	15/10/2016
Enfermeiros debatem deontologia da profissão	Jornal Açoriano Oriental	17/10/2016
Ordem dos Enfermeiros assina pacto estratégico com a UAç	Jornal Açoriano Oriental	18/10/2016
Saúde tem de ter política clara para os cuidados primários	Jornal Açoriano Oriental	19-12-2016

Quadro 6. – Publicações na imprensa escrita relativas à intervenção da SRRAA com referência a 31.12.2016

CAPÍTULO 6.
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A análise da situação económico-financeira e patrimonial da SRRAA que seguidamente se apresenta, sintetiza, com rigor, transparência e credibilidade os resultados alcançados por esta SR com referência a 31 de dezembro de 2016. Esta análise deve ser adjuvada pelas demonstrações financeiras e notas anexas.

6.1. Análise da Situação Económico-Financeira

A SRRAA encerrou o exercício económico de 2016 com um resultado líquido positivo de 43.809,88 €. Este resultado líquido deriva, por um lado, do esforço realizado no que respeita à contenção e racionalização da despesa corrente, e, por outro, da não concretização e/ou adiamento de algumas das atividades inicialmente propostas no Plano de Atividades e Orçamento para 2016; deve-se, igualmente, à otimização da estrutura de custos que resulta da agregação e concentração das atividades, assim como à procura, no mercado, das melhores alternativas em matéria de custo-benefício

6.2. Rendimentos e Ganhos

A quotização continua a constituir-se como a principal fonte de rendimento e financiamento da SRRAA, e de toda a estrutura da OE, para que a concretização dos sucessivos planos de atividades tome forma. Este valor, no caso concreto da SRRAA (similar ao que ocorre na SRRAM) é obtido pela retenção de 30% do valor global da quotização dos membros da SR, acrescido de 3% do valor total da quotização da OE.

A execução orçamental nas suas principais rúbricas de rendimentos e ganhos pode ser analisada com maior detalhe com recurso ao Quadro 7.

Execução Orçamental	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
Prestação de serviços	276.961,08 €	283.995,72 €	279.197,64 €
Outros rendimentos e ganhos	143.436,33 €	11.841,00 €	5.439,22 €
Total	420.397,41 €	295.837,59 €	284.636,86 €

Quadro 7. – Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de rendimentos e ganhos

Em 2016 o valor total da quotização atribuída à SRRAA cifrou-se em 279.197,64 €, o que representa aproximadamente 98% do total do rendimento gerado.

A rúbrica relativa a outros rendimentos e ganhos diz respeito, essencialmente, à venda de publicações e material de divulgação e/ou propaganda, mas também à capitalização dos juros de depósitos a prazo detidos pela SRRAA e que dizem respeito às suas reservas, onde se inclui a reserva estatutária (adiante detalhada).

No particular dos juros provenientes dos depósitos a prazo detidos por esta SR, e apesar do seu valor cumulativamente crescente ao longo dos vários exercícios anteriores, a diminuição das taxas de juro, fruto da crise económica e financeira que Portugal e a Europa enfrentam, com repercussões severas no mercado bancário, fazem com que a rendibilidade obtida seja progressivamente menor.

6.3. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas do exercício económico 2016 cifraram-se em 5.413,49 €, o que representou uma diminuição na ordem dos 58% relativamente ao exercício económico anterior. A execução orçamental nas suas principais rúbricas de gastos e perdas pode ser analisada com maior detalhe com recurso ao Quadro 8.

Execução Orçamental	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
Fornecimentos e serviços externos	179.855,29 €	200.919,02 €	156.778,47 €
Gastos com o pessoal	59.410,85 €	65.128,00 €	58.972,29 €
Outros gastos e perdas	9.278,27 €	17.073,00 €	5.413,49 €
Gastos/reversões de depreciação e amortiz.	10.722,71 €	10.722,71 €	18.024,26 €
Total	259.267,12 €	293.842,73 €	239.188,51 €

Quadro 8. – Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de gastos e perdas

A rúbrica de fornecimentos e serviços externos é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos justamente por refletir, na sua maioria, a quase totalidade das atividades do plano, tendo, em 2016, se cifrado em 156.778,47 €.

No exercício económico de 2016 esta rúbrica representou praticamente 65% do total de custos incorridos pela SRRAA. As despesas que mais contribuem para este facto são, essencialmente, as relacionadas com trabalhos especializados, nomeadamente no âmbito das assessorias técnicas, publicidade e propaganda, comunicação com membros, e as deslocações e estadas dos membros dos OER que resultam do normal funcionamento dos órgãos e, bem assim, da concretização das atividades previstas no plano.

No que concerne aos gastos com pessoal, no exercício económico a que se refere o presente documento, estes cifraram-se em 58.972,29 €, correspondendo isto a 25% do total de gastos e perdas da SRRAA.

As amortizações representam a perda de valor dos ativos devido ao uso e desgasto dos mesmos, daí a necessidade e importância de serem reconhecidas como perdas do exercício. O mesmo é dizer que o valor do custo dos ativos é reconhecido ao longo dos vários exercícios económicos pelo período da sua vida útil, na forma de amortização.

6.4. Analise da Situação Financeira e Patrimonial

O nível de investimento realizado pela SRRAA no exercício económico 2016 encontra-se refletido no Quadro 9.

Execução Orçamental	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016
Equipamento Administrativo	14.917,50 €	1.000,00 €	- €
Equipamento Informático	- €	7.084,92 €	6.545,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	94.534,00 €	- €	- €
Total	109.451,50 €	8.084,92 €	6.545,00 €

Quadro 9. – Comparativo entre o total orçamentado para 2016, o total executado em 2016 e o total executado em 2015 em matéria de investimentos

A execução do orçamento de investimento foi concretizada por não colocar em causa a estabilidade financeira da SRRAA e incidiu, essencialmente, sobre a renovação do parque informático da mesma, uma vez que muitos dos equipamentos estavam obsoletos e não garantiam condições mínimas para o seu funcionamento capaz.

6.4.1. *Reserva Estatutária*

Considerando o resultado líquido do exercício económico 2016, no valor de 43.908,88 €, assim como o disposto no Artigo 118º, ponto 1, a reserva estatutária será reforçada em 10% do saldo obtido para as contas de gerência, o que corresponde a um reforço efetivo de 4.380,99 €.

Aprovado em reunião ordinária do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, realizada no dia 13 de fevereiro de 2017, em Ponta Delgada, para a apresentação na Assembleia Regional Ordinária de 24 de fevereiro de 2017.

Luís Carlos do Rego Furtado
Presidente

Pedro Rodriguez Novais Brázio
Secretário

Verónica da Conceição da Silva Amaral
Tesoureira

Marco Bruno dos Santos Bettencourt
Vogal

Luís Manuel Correia Costa
Vogal

ANEXOS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS
2016

BALANÇO

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos fixos tangíveis	4	556.560,34	563.764,32
ACTIVO NÃO CORRENTE		**556.560,34**	**563.764,32**
Créditos a receber	6.2	2.387,54	14.312,37
Estado e outros entes públicos	9.2	-	1.965,55
Associados / Membros	9.1	103.365,56	79.302,26
Diferimentos	9.2	649,32	801,46
Caixa e depósitos bancários	9.2	661.230,75	597.225,56
ACTIVO CORRENTE		**767.633,17**	**693.607,20**
TOTAL ACTIVO		**1.324.193,51**	**1.257.371,52**
Fundo patrimonial	9.2	30.880,11	20.609,61
Reservas	9.2	185.598,05	168.657,80
Resultados transitados	9.2	1.033.444,79	862.631,05
Resultado líquido do período	9.2	43.809,88	169.402,50
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**1.293.732,83**	**1.221.300,96**
Fornecedores	6.1	3.597,66	2.556,15
Estado e outros entes públicos	9.2	1.614,75	1.144,24
Outros passivos correntes	6.3	25.248,27	32.370,17
PASSIVO CORRENTE		**30.460,68**	**36.070,56**
TOTAL DO PASSIVO		**30.460,68**	**36.070,56**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**1.324.193,51**	**1.257.371,52**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas e prestações de serviços	5.1	279.197,64	276.961,08
Fornecimentos e serviços externos	5.2	(156.778,47)	(179.855,29)
Gastos com o pessoal	7	(58.972,29)	(59.410,85)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	-	9.982,60
Outros rendimentos	5.1/5.3	5.439,22	143.436,33
Outros gastos	5.4	(5.413,49)	(9.278,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**63.472,61**	**181.835,60**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(18.024,26)	(10.722,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**45.448,35**	**171.112,89**
Resultado antes de impostos		**45.448,35**	**171.112,89**
Imposto sobre o rendimento do período		(1.638,47)	(1.710,39)
Resultado líquido do período		**43.809,88**	**169.402,50**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	20.609,61		168.657,80	1.032.033,55				1.221.300,96		1.221.300,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				16.940,25	1.411,24				18.351,49		18.351,49
	7			16.940,25	1.411,24				18.351,49		18.351,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							43.809,88	43.809,88		43.809,88
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8							43.809,88	62.161,37		62.161,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		10.270,50							10.270,50		10.270,50
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	10.270,50							10.270,50		10.270,50
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6 + 7 + 8 + 10	30.880,11		185.598,05	1.033.444,79			43.809,88	1.293.732,83		1.293.732,83

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		255.362,39	274.639,27
Pagamentos a fornecedores		-153.310,48	-180.334,01
Pagamentos ao pessoal		-57.033,53	-61.822,04
Caixa gerada pelas operações		45.018,38	32.483,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.397,92	-3.675,94
Outros recebimentos/pagamentos		-3.121,66	-99.918,35
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		40.498,80	-71.111,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.545,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	16.443,38
Juros e rendimentos similares		5.591,66	26.616,54
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-953,34	43.059,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		396,43	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		396,43	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		39.941,89	-28.051,15
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		597.225,56	622.921,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		661.230,75	597.225,56

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Notas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A ORDEM DOS ENFERMEIROS – SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES ("SRA") tem por objecto a criação de regulamentação da profissão e tem a sua sede na Rua Dr. Armando Narciso, n.º 2, 9500-185 Ponta Delgada.

A Ordem é uma associação profissional de direito público.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E subsequentes declarações de retificação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

a) As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

b) O rédito proveniente da quota cobrada, aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

c) Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

d) O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

e) As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

f) Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

g) Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2016 encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 14
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos, foram registadas como gastos do exercício.

Aquando da alienação ou abatimento de activos são registadas nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", a diferença positiva ou negativa entre o valor de venda e o valor contabilístico.

h) Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

i) As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

j) Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

k) As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

l) As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

m) Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

n) Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

4 MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo Inicial	90.470,99	549.587,33	9.046,67	-	79.381,87	23.977,94	-	752.464,80
Aumentos	-	-	-	-	6.545,00	-	-	6.545,00
Transferências	16.443,38	(16.443,38)		-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(1.747,35)	-	(2.767,79)	-	-	(4.515,14)
Saldo Final:	**106.914,37**	**533.143,95**	**7.299,32**	**-**	**83.159,08**	**23.977,94**	**-**	**754.494,66**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo Inicial	-	89.792,49	9.046,67	-	65.976,23	23.885,09	-	188.700,48
Depreciações	-	10.662,88	-	-	7.297,03	64,35	-	18.024,26
Abates	-	-	(1.747,35)	-	(2.767,79)	-	-	(4.515,14)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(4.275,28)	-	-	-	-	-	(4.275,28)
Saldo Final:	**-**	**96.180,09**	**7.299,32**	**-**	**70.505,47**	**23.949,44**	**-**	**197.934,32**
QUANTIA ESCRITURADA:								
31-Dez-16	**106.914,37**	**436.963,86**	**-**	**-**	**12.653,61**	**28,50**	**-**	**556.560,34**
31-Dez-15	**90.470,99**	**459.794,84**	**-**	**-**	**13.405,64**	**92,85**	**-**	**563.764,32**

5 RENDIMENTOS E GASTOS

5.1 RÉDITOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Prestações de serviços	279.197,64	276.961,08	0,8
Outros rendimentos	5.439,22	143.436,33	(96,2)
	284.636,86	**420.397,41**	**(32,3)**

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Trabalhos especializados	13 083,95	20 586,23	(36,4)
Publicidade e propaganda	8 494,50	6 660,45	27,5
Vigilância e segurança	360,61	1 260,48	(71,4)
Honorários	24 431,78	10 818,08	125,8
Conservação e reparação	2 444,85	10 300,82	(76,3)
Serviços bancários	1 011,43	934,18	8,3
Materiais	7 440,37	17 811,12	(58,2)
Energia e fluidos	3 122,80	4 177,74	(25,3)
Deslocações, estadas e transportes	75 260,54	84 922,77	(11,4)
Rendas e alugueres	3 609,98	4 109,47	(12,2)
Comunicação	10 946,65	12 580,55	(13,0)
Contencioso e notariado	1,00	159,73	(99,4)
Limpeza higiene e conforto	6 428,61	5 533,67	16,2
Outros fornecimentos e serviços	141,40	-	-
	156 778,47	**179 855,29**	**(12,8)**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 8.075,52 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRA.

5.3 OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Rendimentos suplementares	228,05	32,95	592,1
Correcções relativas a períodos anteriores	-	5.324,99	(100,0)
Subsídios ao investimento	-	121.532,46	(100,0)
Juros obtidos	4.950,23	6.309,31	(21,5)
Outros rendimentos e ganhos	260,94	10.236,62	(97,5)
	5.439,22	**143.436,33**	**(96,2)**

5.4 OUTROS GASTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Impostos	2,96	13,06	(77,3)
Correcções relativas a períodos anteriores	3.247,78	4.182,10	(22,3)
Insuficiência estimativa para impostos	1.965,55	-	-
Devolução / anulação de quotas	-	4.895,54	(100,0)
Outros gastos e perdas	197,20	187,57	5,1
	5.413,49	**9.278,27**	**(41,7)**

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 FORNECEDORES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores	3 597,66	2 556,15
	3 597,66	**2 556,15**

6.2 CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros a receber	978,01	1 619,44
Adiantamentos para deslocações	166,45	8 781,93
Adiantamentos a fornecedores	832,33	3 911,00
Outros devedores	410,75	-
	2 387,54	**14 312,37**

6.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Acréscimos de gastos	13 853,32	10 551,03
Sede a devolver	11 288,78	18 071,83
Membros	106,17	103,00
Outros credores	-	3 644,31
	25 248,27	**32 370,17**

DETALHE ACRÉSCIMOS DE GASTOS	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações a liquidar	8 509,28	6 570,52
Outros acréscimos de gastos	5 344,04	3 980,51
	13 853,32	**10 551,03**

7 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Remunerações do pessoal	47.704,13	49.331,77	(3,3)
Encargos sobre remunerações	11.011,36	9.822,28	12,1
Outros	256,80	256,80	-
	58.972,29	**59.410,85**	**(0,7)**

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da SRA foi de 4.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 13 de Fevereiro de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA ENTIDADE COM PARTES RELACIONADAS

MEMBROS/OUTROS CLIENTES E RESPECTIVAS IMPARIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à Secção dos Açores (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Dívidas dos membros	69.269,34	93.781,65
Imparidade acumulada	(26.600,23)	(81.069,21)
	42.669,11	**12.712,44**
Reforço / (redução) imparidade acumulada	(21.489,96)	(9.982,60)

A redução das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado foram desreconhecidas do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 32.979,02 euros.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a SRA tinha o seguinte valor a receber, relativo a dívida dos membros, bem como aos acertos trimestrais com a Sede e outras secções regionais:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Percent. s/facturação	69.269,34	93.781,65
Percent. s/recebimentos	50.149,88	63.789,25
Percent. s/inscrições	9.145,68	2.340,00
Percent. s/tit. especialista	1.400,89	460,57
	129.965,79	**160.371,47**
Imparidades acumuladas	(26.600,23)	(81.069,21)
VALOR LÍQUIDO	**103.365,56**	**79.302,26**

Na nota 6.3- Outros passivos correntes, encontram-se evidenciadas dívidas da SRA à Sede.

9.1 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Depósito a prazo	650 000,00	550 000,00
Depósitos à ordem	11 161,70	46 793,57
Caixa	69,05	431,99
	661 230,75	**597 225,56**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Retenções de capitais	-	1 965,55
ATIVO	**-**	**1 965,55**
IRC a pagar	240,55	-
Imposto sobre o valor acrescentado	7,22	-
Retenções na fonte IRS	311,59	231,80
Contribuições para a segurança social	1 055,39	912,44
PASSIVO	**1 614,75**	**1 144,24**

DIFERIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Gastos a reconhecer	649,32	801,46
ACTIVO	**649,32**	**801,46**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	1-Jan-16	Aumentos	Diminuições	Transf.	31-Dez-16
Fundo patrimonial	20.609,61	10.270,50	-	-	30.880,11
Reservas	168.657,80	-	-	16.940,25	185.598,05
Resultados transitados	862.631,05	36.400,59	(18.049,10)	152.462,25	1.033.444,79
Resultado do exercício	169.402,50	43.809,88	-	(169.402,50)	43.809,88
	1.221.300,96	**90.480,97**	**(18.049,10)**	**-**	**1.293.732,83**

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 18.049,10€ a débito e 36.400,59€ a crédito.

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

ANEXO II

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

SECÇÃO REGIONAL DA R. A. DOS AÇORES

Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2016

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos, o Conselho Fiscal Regional apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas relativos ao ano 2016, elaborado pelo Conselho Diretivo Regional decorrente do acompanhamento do exercício.

Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho Diretivo Regional e verificámos as demonstrações financeiras.

Da análise do Relatório de Atividades e Contas de 2016 verificou-se um resultado líquido positivo do período em análise, 43.809.88 euros, o qual ficou a dever-se à politica de contenção e racionalização da despesa e pela não concretização e/ou adiamento de algumas atividades previstas no Plano de Atividades e Orçamento de 2016.

Para além das normais diligências, o Conselho Fiscal Regional solicitou ao Conselho Diretivo Regional as informações e esclarecimentos adicionais que considerou necessárias à emissão do seu parecer.

Da análise do Relatório e Contas de 2016, **o Conselho Fiscal Regional é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o Relatório de Atividades quer as Contas em 31 de Dezembro de 2016, da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, apresentados à Assembleia Regional Ordinária de 24 de fevereiro de 2017 pelo Conselho Diretivo Regional.**

Ponta Delgada, 14 de fevereiro de 2017
O Conselho Fiscal Regional,

Antonieta Braga, presidente

Xenio Terra, voga

Sandra Silva, vogal

APÊNDICE 16

RELATÓRIO E CONTAS 2016 - SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2016

Secção Regional da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

VISTO E APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REGIONAL
DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSEMBLEIA REGIONAL DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

CHAVE DE SIGLAS

ACEPS – Associação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde

ACERAM – Associação Casa do Enfermeiro da Região Autónoma da Madeira

CAT – Comissão de Atribuição de Títulos

CDR – Conselho Diretivo Regional

CE – Conselho de Enfermagem

CJ – Conselho Jurisdicional

CJR – Conselho Jurisdicional Regional

CIPE – Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem

DPT – Desenvolvimento Profissional Tutelado

EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros

GCIR – Gabinete de Comunicação e Imagem Regional

MDP – Modelo de Desenvolvimento Profissional

OE – Ordem dos Enfermeiros

PPQCE – Programa de Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira

SIE – Sistemas de Informação em Enfermagem

SRRAM-OE – Secção Regional da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

Índice

INTRODUÇÃO 3
1- EXERCÍCIO PROFISSIONAL 4
1.1- Qualidade dos Cuidados de Enfermagem 4
1.2- Condições para o Exercício Profissional 7
1.3- Formação e Investigação em Enfermagem 9
1.4- Certificação de competências / Títulos Profissionais 12
1.5- Desenvolvimento da reflexão ética e deontológica 13
2- MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE 15
2.1- Para com os Cidadãos 15
2.2- Para com os Enfermeiros 21
2.3- Para com o Poder Político 23
2.4- Atividades Estatutariamente Definidas 26
2.5- Comunicação e Imagem 27
2.6- Gestão do Património e Recursos da Ordem 31
3 – COOPERAÇÃO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS 33
4- CONTAS 34

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades e Contas do ano 2016, é referente ao primeiro ano do quinto mandato dos órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros, tem como objetivo efetuar uma síntese sobre o grau de execução do Plano de Atividades para esse ano e ser submetido à discussão e votação na Assembleia Regional do dia 23 de fevereiro de 2017. Surge como o resultado do envolvimento dos diferentes membros, na execução das atividades planeadas e de todo um processo de análise e reflexão crítica, acerca das atividades desenvolvidas. Com ele pretendemos elencar as atividades realizadas na RAM pelos Órgãos desta Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros (SRRAM-OE). As atividades realizadas pelos membros desta Secção Regional que pertencem ou reúnem periodicamente com os Órgãos Nacionais, encontram-se incluídas no Relatório de Atividades Nacional.

As atividades realizadas pela Secção Regional da Madeira tiveram por base o plano de atividades definido e foram desenvolvidas em torno de três grandes áreas e incluíram: Desenvolvimento e Valorização Científica, Técnica e Profissional dos Enfermeiros, Condições para o Exercício Profissional; Reflexão Ético Deontológica e o Enfermeiro na Sociedade.

As atividades planeadas, não executadas são em número reduzido e devem-se a contingências próprias das alterações pontuais efetuadas em qualquer processo de planeamento, com vista ao seu ajustamento a novas necessidades e problemáticas surgidas, às quais foi necessário dar uma resposta.

Assim, na primeira parte deste relatório apresentamos as principais atividades desenvolvidas e, na segunda, efetuamos a análise da situação económica e financeira inerente ao ano a que se reporta este relatório.

1- EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Área que inclui os aspetos inerentes ao desenvolvimento profissional, à qualidade dos cuidados e sistemas de informação, à reflexão ético-deontológica, à melhoria das condições para o exercício profissional e à garantia do controlo do exercício.

1.1- Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

Atividades desenvolvidas:

- Participação na construção e divulgação de indicadores de saúde sensíveis aos cuidados de enfermagem;
    - Intervenção política e organizacional visando a utilização de indicadores na, qualidade, segurança, gestão e financiamentos cuidados de saúde - Audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3).
- Acompanhamento e intervenção na utilização dos indicadores definidos pela OE para as dotações de enfermeiros nos diferentes contextos:
    - Recolha de informação para fundamentação da contratação de novos enfermeiros, a nível da intervenção política, organizacional e nos *media*.
- Monitorização do cumprimento das orientações emanadas pela OE, relativas a dotações seguras nas instituições:
    - Utilização de informação segundo as orientações da OE para alertar, por diferentes meios, da acentuada carência de enfermeiros, na atualidade e no futuro, particularmente nos CSP, Continuados e Lares;
    - Participação no *Workshop* da OE «Dotações Seguras» - Enfermeiro Élvio Jesus, Enfermeira Natércia Freitas, Enfermeira Cláudia Fernandes e Enfermeiro Sidónio Faria – 12 de dezembro de 2016.
- Dinamização do processo de adesão, pelas instituições regionais de saúde e ensino de enfermagem, ao Programa dos padrões de qualidade / Melhoria contínua da qualidade, adaptado à RAM:
    - Contacto com todos os Serviços / Instituições da RAM que aderiram ao Programa dos Padrões de Qualidade;

- Aplicação de inquérito para levantamento de informação sobre o ponto de situação projetos de melhoria contínua ao nível da RAM;
- Comparação com projetos similares que estão a ser desenvolvidos em outras Unidades do País.

- Divulgação dos benefícios inerentes à implementação do Modelo de desenvolvimento profissional:
  - Participação na restruturação que se encontra em curso do novo Programa dos padrões de qualidade / Melhoria contínua da qualidade a nível nacional. Após a sua conclusão, deverá se proceder a respetiva adaptação à RAM.
- Dinamização de eventos promotores da qualidade e segurança no exercício profissional nas diferentes áreas: Técnico-Científica; Ético-Deontológica; Liderança / Gestão na saúde e na enfermagem:
  - Ciclo de Conferências: Condições do exercício e desenvolvimento profissional (ponto 1.2);
  - Reuniões descentralizadas de reflexão ética-deontológica (ponto 1.5);
  - *Workshop* sobre «Desenvolvimento Profissional, Regimes de Carreira e Gestão», destinado aos Enfermeiros Gestores na RAM – 07 de junho de 2016;
  - Simpósio sobre Tele-Saúde / e-Health – 28 de setembro de 2016.
- Promoção a nível regional, de atividades inerentes aos sistemas de informação de enfermagem, designadamente:
  - Participação no Grupo de Trabalho para os Sistemas de Informação em Enfermagem, de nível nacional, estabelecendo ligação aos diferentes níveis, Nacional e Regional;
  - Sensibilização dos enfermeiros aos diferentes níveis – *Workshop* de Gestão – 07 de junho de 2016;
  - Apoio às entidades governamentais na implementação e demonstração do contributo dos Sistemas de Informação para o financiamento e contratualização dos cuidados de enfermagem;

- Simpósio sobre Tele-Saúde / *e-Health* – 28/09;
- Dinamização da Conferência teleferidas;
- Participação em reuniões do Grupo de Trabalho para a Telemedicina da SPMS.

- Apoio aos enfermeiros envolvidos em projetos específicos na área da prestação de cuidados, nomeadamente, dinamização de atividades no domínio do cuidado à pessoa com feridas; pessoa com dor; e pessoa em cuidados continuados ou paliativos:
  - Agendamento da Formação sobre feridas: Cuidar para a viabilidade tecidular – úlcera venosa, entretanto adiado para janeiro de 2017, por indisponibilidade da preletora em 2016;
  - 2ª Conferência: «Decisões em fim de vida: do testamento vital à eutanásia.» - 16 de abril de 2016;
- Acompanhamento e suporte aos enfermeiros envolvidos em projetos inovadores, multidisciplinares e multiprofissionais, bem como na sua divulgação:
  - Promoção de um ciclo de conferências periódicas, sobre «Condições de exercício e desenvolvimento profissional» (ponto 1.2), que versaram diversas temáticas de suporte a projetos dinamizados por Enfermeiros.
- Promoção de Encontros periódicos com os Enfermeiros Especialistas para reflexão e apoio nas diversas áreas de especialidade:
  - 1 de abril 2016 – Reunião com Especialistas de Saúde Infantil e Pediatria;
  - 27 de abril 2016 - Reunião com Especialistas de Reabilitação;
  - 5 de maio 2016 - Reunião com Especialistas de Saúde Materna e Obstétrica;
  - 9 de maio 2016 - Reunião com Especialistas de Saúde Mental e Psiquiátrica;
  - 6 de junho 2016 - Reunião com Especialistas de Médico-cirúrgica;
  - 7 de julho 2016 - Reunião com Especialistas de Saúde Comunitária.
- Participação em comemorações de efemérides de maior relevo para a saúde e enfermagem com a respetiva avaliação e divulgação:

- 5 de maio 2016 – Dia Internacional da Parteira;
- 12 de Maio 2016 – Dia Internacional do Enfermeiro;
- 7 e 12 de outubro 2016 - Comemorações da Semana Mundial do Aleitamento Materno 2016 e Sessão informativa na FNAC - Semana Mundial do Aleitamento Materno.

1.2- Condições para o Exercício Profissional

Atividades desenvolvidas:

- Sensibilização dos enfermeiros gestores, poder político e cidadãos relativamente às medidas necessárias para uma dotação segura, em particular, de recursos físicos, técnicos / tecnológicos, materiais e humanos:
  - *Workshop* sobre «Desenvolvimento Profissional, Regimes de Carreira e Gestão», destinado aos Enfermeiros Gestores na RAM – 07 de junho 2016;
  - Audiências com Secretaria Regional da Saúde, Inclusão e Assuntos Sociais e Conselho de Administração do SESARAM (ponto 2.3).
- Promoção de um ciclo de conferências periódicas, sobre «Condições de exercício e desenvolvimento profissional»:

  Ciclo de Conferências: Condições do exercício e desenvolvimento profissional:
  - 1ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «*Engagement, Burnout*, Rotatividade e Carreira» – 12/03/2016;
  - 2ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «Decisões em Fim de Vida: do Testamento Vital à Eutanásia» – 16/04/2016;
  - 3ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «A Segurança do Doente» – 14/05/2016;

- 4ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «Ambientes favoráveis à prática» – 09/07/2016;
- 5ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «Cuidados de Saúde Baseados na Evidência: Da informação à Decisão» – 22/10/2016;
- 6ª Conferência do Ciclo de Conferências «Condições do Exercício e Desenvolvimento Profissional» subordinada ao tema: «Justiça nos Cuidados de Saúde: Um Imperativo Ético» – 19/11/2016;
- Simpósio sobre Tele-Saúde / e-Health – 28/09.

- Colaboração na divulgação e acompanhamento da implementação das Tomadas de Posição da OE:
  - Divulgação na RAM dos enunciados e tomadas de posição da OE, nomeadamente por via eletrónica.
  - Pronunciamento e divulgação junto dos membros sobre a posição da SRRAM-OE sobre diferentes assuntos, designadamente, sobre os CSP, Gestão, etc.
- Colaboração com os grupos de trabalho, na elaboração / atualização de guias de boas práticas e sua divulgação:
  - Envolvimento do CER nos grupos de trabalho a nível nacional para elaboração e atualização de guias de boas práticas e sua divulgação.
- Participação nos grupos de trabalho a nível nacional para o acompanhamento do exercício profissional que se verifique adequado à RAM:
  - Área da Tele-Saúde, Sistema de Informação e Formação - Enfº Élvio Jesus;
  - Área da Gestão da Qualidade – Enfº Susana Ribeiro e Enf. Nuno Neves;
  - Gabinete de Comunicação e Imagem – Enf.ª Susana Pedro e Enf. Nuno Neves;
  - Área das Relações Internacionais e Protocolos de Benefício aos membros - Enfº Nuno Neves;
  - Grupo das Especialidades e DPT – Enf.ª Clementina Morna.

- Acompanhamento do exercício profissional e apoio aos enfermeiros nas suas dificuldades e potencialidades em todos os contextos de cuidados, com a realização de visitas institucionais;
    - Reuniões com Enfermeiros por áreas de cuidados (Especialidades – Ponto 1.1)
    - Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional:
        - Hospital dos Marmeleiros – 14/06/2016
        - Centro de Saúde do Bom Jesus – 20/09/2016
        - Lar da Bela Vista – 21/09/2016
        - Hospital dos Marmeleiros – 22/09/2016
        - Serviço de Medicina do Hospital Dr Nélio Mendonça – 22/09/2016
        - Serviço de Urgência do Hospital Dr Nélio Mendonça – 22/09/2016
        - Casa de Saúde São João de Deus – 18/11/2016
        - Escola Superior de Saúde da Universidade da Madeira – 02/12/2016
- Promoção do respeito pelos enfermeiros enquanto pessoas e profissionais, apoio ao seu papel nas equipas de saúde e de gestão aos diferentes níveis:

    Assuntos debatidos nas audiências com as Entidades governativas da RAM para influência das políticas de saúde (ponto 2.3).

1.3- Formação e Investigação em Enfermagem

Atividades desenvolvidas:

- Apoio na formação graduada e pós-graduada, nos domínios da prestação de cuidados, da gestão, da formação e da investigação em enfermagem, designadamente através da disponibilização de espaços para trabalho, acesso a bases de dados, meios tecnológicos, divulgação de eventos e dinamização de atividades formativas:
    - Disponibilização de espaços e meios tecnológicos da Sede para trabalho – Biblioteca da SRRAM-OE;

- Manutenção e promoção do acesso a bases de dados na área reservada do site da OE;
- Divulgação de eventos e dinamização de atividades formativas com temáticas científicas – Ciclo de conferências periódicas, sobre «Condições de exercício e desenvolvimento profissional» (ponto 1.2), entre outras.

- Promoção e dinamização da investigação, inovação e o empreendedorismo na enfermagem:
  - Apoio para a participação de Enfermeiros da RAM no Congresso Internacional do ICN em Barcelona entre maio e junho de 2017.
- Promoção do intercâmbio científico, profissional e cultural dos enfermeiros da RAM, da RAA, do Continente e a nível internacional, designadamente com os enfermeiros madeirenses a trabalhar no estrangeiro:
  - Preparação e promoção do Congresso Insular Açores – Madeira em 2017;
  - Apoio para a participação de Enfermeiros madeirenses no Congresso Internacional do ICN em Barcelona entre maio e junho de 2017.
- Participação e acompanhamento das atividades definidas no plano nacional da OE, divulgando e adaptando-as às especificidades e contextos da RAM:
  - 12 de maio – Dinamização das atividades para o Dia Internacional do Enfermeiro com apresentação do Kit do ICN para a efeméride;
  - Visita da Senhora Bastonária e elementos do Conselho Diretivo à Ilha da Madeira e visitas de acompanhamento do exercício profissional;
  - Tomada de posse dos Órgãos Estatutários da Sede Nacional - Mandato 2016/2019 – 30/01;
  - Assembleia Geral em Coimbra – Enfermeiro Élvio Jesus, Beto Martins, Cristina Pestana, Isabel Silva, Orlando Sá e Nuno Neves – 07/05;
  - 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica – Enfermeira Susana Freitas – 04/03;

- 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação – Enfermeira Ana Luísa Cró e Enfermeiro José Carlos Castro – 04/03;
- 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica – Enfermeira Luísa Pereira e Enfermeira Vera Pestana – 05/03.

- Participação nas atividades de âmbito nacional relativas à investigação e à formação em enfermagem, divulgando-as a nível da RAM:
  - XIX Encontro Nacional & 3º Congresso Internacional APEO – Enf. Susana Freitas – 06 e 07/05;
  - VII Congresso Internacional «Gestão de Feridas Complexas» – Enf. Cátia Neves – 29 e 30/04;
  - Formação ISO 9001 – Enf. Nuno Neves – 22/06;
  - Formação na área da gestão da qualidade – Enf. Nuno Neves e Enf. Susana Ribeiro – 05 a 08/09;
  - *Be well Global Health Conference* – Enf. Élvio Jesus e Enf. Cristina Pestana – 01/10;
  - Formação de Esclarecimento sobre a Atual Reforma dos Cuidados de Saúde Primários - Enf. Élvio Jesus e Enf. Susana Ribeiro – 07/10;
  - Congresso APTFeridas – Enf. Natércia Freitas – 03 e 04/11;
  - Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação e II Seminário Internacional de Atualidade em Enfermagem de Reabilitação e II Seminário Internacional de Atualidade em Enfermagem de Reabilitação – Enf. Luís Ângelo Freitas – 01 a 03/12;
  - *Workshop* «Dotações Seguras» - Enfermeiro Élvio Jesus, Enfermeira Natércia Freitas, Enfermeira Cláudia Fernandes e Enfermeiro Sidónio Faria – 12/12;
  - Debate sobre «Ensino de Enfermagem: Politécnico/Universitário» - Enfermeiro Élvio Jesus, Enfermeira Natércia Freitas, Enfermeira Cláudia

Fernandes, Enfermeiro Sidónio Faria, Enfermeira Cristina Pestana e Enfermeira Clementina Morna – 12/12.

- Reunião com os responsáveis dos estabelecimentos de ensino e organizações prestadoras de cuidados de saúde da RAM, sempre que se justifique, visando uma participação proactiva na reestruturação das respostas às necessidades:
  - VAEP: Escola Superior de Saúde da Universidade da Madeira – 02 de dezembro de 2016
  - VAEP: Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny (adiado a seu pedido para janeiro de 2017)
  - Ação de Formação na Escola Superior de Saúde da Universidade da Madeira para apresentação dos desígnios e competências da Ordem dos Enfermeiros – 21 de junho 2016

1.4- Certificação de competências / Títulos Profissionais

Atividades desenvolvidas:

- Colaboração no processo de atribuição de títulos profissionais;
  - **Número de títulos atribuídos**
    - Atribuição de 71 títulos de enfermeiros;
    - Atribuição de 23 títulos de enfermeira especialista em ER;
    - Atribuição de 4 títulos de enfermeira especialista em ESIP;
    - Atribuição de 21 títulos de enfermeira especialista em ESC;
    - Atribuição de 1 título de enfermeira especialista em ESMP;
    - Atribuição de 32 títulos de enfermeira especialista em EMC.

- Gestão de Membros – Estatística a 31/12/2016
  - Membros ativos – 2148 Enfermeiros:
    - 1542 Enfermeiros de Cuidados Gerais;
    - 606 Enfermeiros Especialistas:
      - 145 Enfermagem de Reabilitação;
      - 106 Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica;

- 90 Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica;
- 84 Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica;
- 98 Especialistas em Enfermagem de Saúde Comunitária;
- 84 Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

- Cancelamentos de inscrição – 2 Enfermeiros;
- Suspensões de Inscrição – 45 Enfermeiros;
- Falecidos – 0 enfermeiros;
- Pedidos de equivalência à Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, para efeitos de emigração – 21 Enfermeiros.

1.5- Desenvolvimento da reflexão ética e deontológica

Atividades desenvolvidas:

- O Conselho Jurisdicional Regional realizou 12 reuniões mensais ordinárias.

- Colaboração na elaboração de documentos, pareceres e respostas a solicitações de instituições ou enfermeiros:
  - Colaboração na elaboração de pareceres pela Presidente do CJR na qualidade de membro do CJ;
- Colaboração na elaboração de enunciados de posição sobre questões de ética e deontologia:
  - Colaboração na elaboração de enunciados de posição sobre questões de ética e deontologia pela Presidente do CJR na qualidade de membro do CJ.
- Colaboração com as Escolas Superiores de Enfermagem e entidades empregadoras na formação sobre as funções dos Conselhos Jurisdicionais e sobre os aspetos inerentes ao Código Deontológico dos Enfermeiros:
  - Apresentação e análise sobre as funções dos CJR e sobre os aspetos inerentes ao Código Deontológico dos Enfermeiros aos estudantes da licenciatura, nas Escolas Superiores de Enfermagem - 21/06/2016;

- Apresentação e análise de alguns aspetos do Código Deontológico do Enfermeiro, no âmbito da cerimónia de vinculação dos novos enfermeiros, setembro 2016 - 19/09/2016.

- Apoio em atividades ou debates sobre questões ético – deontológicas nos serviços / instituições, sempre que solicitado:
  - Diversas reuniões informais solicitadas por colegas para aconselhamento;
  - Acompanhamento e dinamização de três reuniões descentralizadas, no âmbito da reflexão ética e deontológica:
    - Centro de Saúde de Santana – 12/10/2016;
    - Centro de Saúde de São Vicente – 27/10/2016;
    - Centro de Saúde da Ribeira Brava – 17/11/2016.
- Colaboração e participação nos grupos de reflexão promovidos pela Secção Regional, conducentes a uma cultura de qualidade, segurança e de responsabilidade ética e moral no exercício da profissão:
  - Colaboração na organização e dinamização do Ciclo de Conferências "Condições de exercício e desenvolvimento profissional", em particular nas duas conferencias dedicadas à reflexão ética e deontológica, versando as temáticas de Final de Vida, em abril, e Justiça nos Cuidados de Saúde, em outubro.
- Instrução dos processos de averiguações ou disciplinares no âmbito da sua esfera de competências:
  - Procedeu-se à instrução de um processo de averiguação onde se propôs o arquivamento por não ficarem provadas as alegações.

2- MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE

Inclui os aspetos inerentes às relações com o cidadão, com os enfermeiros e com as organizações profissionais, bem como, com o poder político.

2.1- Para com os Cidadãos

Atividades desenvolvidas:

- Promoção da visibilidade do contributo dos cuidados de enfermagem para a saúde e qualidade de vida das populações:
  - Dinamização do Ciclo de Conferências: Condições do exercício e desenvolvimento profissional (ponto 1.2), destinado aos profissionais e estudantes da área da saúde, mas aberto à participação da população em geral;
  - Múltiplas intervenções na comunicação social (ponto 2.5).
- Colaboração na organização de efemérides da saúde de acordo com o Plano Nacional:
  - Comemorações do Dia Internacional da Parteira - «EESMO/Parteira, do passado para o futuro» – 05/05;
  - Comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro - «Enfermeiros: Uma força para a Mudança para um Sistema de Saúde mais Resiliente» + Jantar comemorativo – 12/05;
  - Comemorações da Semana Mundial do Aleitamento Materno 2016 – 07/10;
  - Sessão informativa na FNAC - Semana Mundial do Aleitamento Materno – 12/10;
- Promoção de parcerias e projetos de cooperação com as associações de doentes, familiares, amigos e voluntários da RAM:
  - Participação de uma representação da SRRAM-OE em diversos eventos de Associações de Doentes, familiares, amigos e voluntários da RAM;

- Projeto de cooperação com a Associação Centro da Mãe, nomeadamente com promoção do "Projeto Fadas do Lar".

- Representação da OE em eventos para que foi convidada, assim como, em atividades de natureza científica, profissional ou associativa:
  - Abertura oficial da exposição «Faróis na Costa, Segurança no Mar» – Convite Câmara Municipal do Funchal e Direção Geral da Autoridade Marítima – Enfermeira Joana Prioste – 29/01;
  - Cerimónia de Entrega de Diplomas de 52 estudantes dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária e em Enfermagem Médico-Cirúrgica – Convite Escola Superior de Enfermagem de São José Cluny – Enfermeiro Élvio Jesus – 29/02;
  - Convite para apresentação do Manual de Antimicrobianos – Convite da Comissão de Farmácia e Terapêutica e o Grupo de Coordenação de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos – 01/03;
  - Solenidade de São João de Deus – Convite Direção da Casa de Saúde S. João de Deus- Enfermeiro Sidónio Faria – 08/03;
  - Apresentação do livro «Caminhos de Vida Consagrada» – Convite Direção da Casa de Saúde S. João de Deus – Enfermeiro Carlos Castro e Enfermeira Lina Parodi – 11/03;
  - Cerimónia de assinatura dos Protocolos de Cooperação entre os Governos Regionais dos Açores e da Madeira – Convite Governo Regional – Enfermeiro Nuno Neves – 11/03;
  - Lançamento do livro «Contemplar o Adolescente no 3º Milénio» – Convite Associação Académica da Universidade da Madeira – Enfermeira Susana Ribeiro – 11/03;
  - Cerimónia de Abertura da Reunião Clínica: Doença Renal Crónica, Realidade e Futuro, iniciativa do Serviço de Nefrologia – Convite Conselho de Administração do SESARAM, E.P.E. – Enfermeiro Nuno Neves – 11/03;

- Inauguração do Complexo Balnear do Lido – Convite Câmara Municipal do Funchal – Enfermeiro Carlos Castro e Enfermeira Lina Parodi – 22/03;
- Cerimónia de Tomada de Posse da Delegação Regional da Madeira – Convite Ordem dos Médicos Veterinários – Enfermeira Vera Pestana – 02/04;
- Sessão Solene comemorativa do dia da UMa – Convite Universidade da Madeira – Enfermeiro Nuno Neves – 06/05;
- Conferência Anual do Turismo – Convite Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas – Enfermeiro Nuno Neves – 06/05;
- Jornadas subordinadas ao tema «Ser família no contexto social atual» – Convite Casa de Saúde S. João de Deus em parceria com a Associação Família Entrelaços – Enfermeiro Sidónio Faria – 13 e 14/05;
- 42º Feira do Livro do Funchal – Convite Câmara Municipal do Funchal – Enfermeira Vera Pestana – 13/05;
- Debate do ciclo «União Europeia – 30 anos, 10 debates» – Convite Ministério dos Negócios Estrangeiros / Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus em colaboração com a Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus do Governo Regional da Madeira – Enfermeira Cristina Bárbara Pestana – 16/05;
- Tomada de Posse dos Membros dos Corpos Sociais da Região Madeira da Ordem dos Engenheiros para o Triénio 2016-2019 – Convite Ordem dos Engenheiros – Enfermeiro Nuno Neves – 18/05;
- Jornadas Académicas: da Intervenção à Pessoa em Situação Crítica à Praxis na Comunidade – Convite Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny – Enfermeiro Élvio Jesus (pertence à Comissão de Honra) – 20/05;
- Jantar de gala comemorativo do Dia do Empresário Madeirense – Convite Banco Santander Totta – Enfermeira Vera Pestana – 20/05;

- Cerimónia de abertura do Congresso Nacional do Pé e do Tornozelo – Convite Serviço de Saúde da RAM, E.P.E. e a Sociedade Portuguesa de Medicina e Cirurgia do Pé – Enfermeiro Orlando Sá – 27/05;
- Cerimónia de imposição de condecorações a entidades agraciadas por sua Excelência o Presidente da República por ocasião das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – Convite Representante da República para a Região Autónoma da Madeira – Enfermeiro Nuno Neves – 10/06;
- Cerimónia de entrega de diplomas dos estudantes do Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação – Convite da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny – Enfermeiro Élvio Jesus – 18/06;
- Sessão de abertura do «Curso de Atualização em Infeções Virais e Emergentes» – Convite do Secretário Regional da Saúde – Enfermeiro Élvio Jesus – 20/06;
- Sessão de Abertura do Ciclo OPP Madeira 2016 – Convite da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Psicólogos Portugueses – Enfermeira Ana Clara Costa – 24/06;
- 2º Simpósio «Promover a cidadania para uma cultura proactiva na saúde» – Convite Universidade da Madeira – Enfermeira Cristina Pestana – 24/06;
- Jantar com o Sr. Presidente da República no âmbito das Comemorações do Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses – Convite do Representante da República – Enfermeiro Élvio Jesus – 30/06;
- Sessão Solene Comemorativa do Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses – Convite da Assembleia Legislativa da Madeira – Enfermeira Cátia Neves – 01/07;
- Reabertura do Museu «A Cidade do Açúcar» – Convite da Câmara Municipal do Funchal – Enfermeira Susana Ribeiro – 04/07;

- Sessão de Lançamento do Livro «Reabilitação Alcoólica na Madeira» – Convite Casa de Saúde São João de Deus – Enfermeira Vera Pestana – 08/07;
- Cerimónia de entrega de diplomas dos estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem – Convite Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny – Enfermeiro Élvio Jesus – 22/07;
- 508º Aniversário da Cidade do Funchal – Convite Câmara Municipal do Funchal – Enfermeiro Orlando Sá – 21/08;
- Cerimónia do 128º Aniversário dos Bombeiros Municipais do Funchal – Convite Câmara Municipal do Funchal – Enfermeira Susana Ribeiro – 24/09;
- Apresentação Pública do site do IASAÚDE, IP-RAM – Convite Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais – Enfermeiro Nuno Neves – 27/09;
- II Congresso Internacional de Turismo na Madeira «A importância do Turismo no Desenvolvimento dos Territórios» – Convite Câmara Municipal do Funchal e da Associação de Investigação Científica do Atlântico – Enfermeira Isabel Silva – 30/09;
- Cerimónia de Implementação da Prescrição Eletrónica do Medicamento Desmaterializada – Convite Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais – Enfermeiro Nuno Neves – 03/10;
- II Convenção de Comportamentos Aditivos e Dependências na Madeira – Convite Casa de Saúde São João de Deus – Enfermeiro Sidónio Faria – 07/10;
- I Simpósio dos Cuidados Paliativos: Pilares dos Cuidados Paliativos – Convite Universidade da Madeira – Enfermeira Marisela Marques – 08/10;
- Conferência: Saúde Mental e Comunidade: Uma Perspetiva Integrada – Convite Ordem dos Psicólogos – Enfermeiro Sidónio Faria – 14/10;

- Seminário: A importância dos Suportes Terapêuticos na Reabilitação – Convite APDPk Delegação da Madeira – Enfermeiro Élvio Jesus – 21/10;
- Cerimónia de Abertura do Ano Académico 2016/17 – Convite da Universidade da Madeira – Enfermeira Isabel Silva – 26/10;
- Cerimónia da Sessão de Abertura das XIII Jornadas de Diabetes da Madeira e 4º Simpósio Satélite da Tiroide – Convite da Associação dos Amigos da Endocrinologia da Madeira – Enfermeira Isabel Silva – 20 e 21/10;
- Sessão «Prescrição Eletrónica de Medicamentos (PEM): Receita Sem Papel» – Convite do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM – Enfermeira Vera Pestana – 11/11;
- Cerimónia de Abertura do II Simpósio «Desafios da Prematuridade» e Cerimónia de Homenagem ao Bebé Prematuro – Convite da Universidade da Madeira – Cláudia Fernandes – 17/11;
- Conferência «Tendências Atuais e Desafios do Sistema de Saúde» – Convite da Secretaria Regional da Saúde – Enfermeiro Élvio Jesus – 21/11;
- Cerimónia de Abertura, no 9º Encontro Internacional de Trauma e Cirurgia de Emergência e 7ª Semana Ibérica de Emergência – Convite Conselho de Administração do Serviço de Saúde da RAM, E.P.E. – Enfermeiro Nuno Neves – 25/11.

- Publicação periódica de artigos nos Media regionais e no site regional da OE, disponível a todos os enfermeiros da RAM.
  - Publicação de artigos no JM:
    - Gente que cuida de gente – Enf.ª Natércia Freitas e Susana Ribeiro
    - Úlcera Venosa – Enf.ª Cátia Neves
    - A saúde mental e o Menino Jesus – Enfº Sidónio Faria
  - Publicação de artigos no Tribuna da Madeira:
    - Os Enfermeiros fazem a diferença – Enfº Élvio Jesus

- Presença assídua nos meios de comunicação social, com diversos alertas para aspetos relacionados com a Enfermagem e qualidade dos cuidados prestados aos doentes (Ponto 2.5)

2.2- Para com os Enfermeiros

Atividades desenvolvidas:

- Divulgação e apoio na produção científica e de informação regional, em sites / revistas / comunicação social:
  - Apoio para a participação de Enfermeiros madeirenses no Congresso Internacional do ICN em Barcelona entre maio e junho de 2017.
- Promoção de atividades culturais, convívio e lazer:
  - Festividades do Natal Madeirense:
    - Levantamento e divulgação das Missas do Parto dinamizadas por grupos de Enfermeiros ou Serviços de Saúde.
- Informação e sensibilização dos membros para a importância da atualização dos seus dados pessoais:
  - Atualização diária dos dados pessoais dos membros, sempre que ocorre um atendimento aos mesmos;
  - Contacto com os Enfermeiros que constam da listagem de emails não recebidos, para atualização dos dados.
- Realização da cerimónia de vinculação dos enfermeiros recém-formados;
  - Preparação para a Cerimónia de Vinculação à Profissão, com participação das Presidentes dos Conselhos de Enfermagem, Jurisdicional e Secretário do Conselho Diretivo Regional – 19 de setembro de 2016;
  - Cerimónia de Vinculação à Profissão a 60 novos Enfermeiros – 21 de setembro de 2016.
- Promoção da dinâmica e funções da OE junto dos alunos finalistas do curso de enfermagem:
  - Módulo Perspetivas de Desenvolvimento Profissional – Unidade Curricular Enfermagem IX – Desenvolvimento Profissional II, do 4º ano do

1º Ciclo de Enfermagem – Convite da Universidade da Madeira – Enfermeira Isabel Silva, Natércia Freitas e Cátia Neves – 21 de junho de 2016.

- Ligação aos enfermeiros da diáspora, promovendo a partilha de diferentes experiências profissionais:
    - Devido a dificuldades de agenda teve que ser adiada a Conferência com participação de Enfermeiros da diáspora, por indisponibilidade dos mesmos.
- Manutenção da representação regular nos eventos da SRRAM-OE dos enfermeiros da ilha do Porto Santo;
    - Comparticipação das despesas de deslocação de membros do Porto Santo a atividades da OE:
        - 16 de abril 2016 - 2ª Conferência «Decisões em Fim de Vida do Testamento Vital à Eutanásia» - Enf.ª Carla Patrícia Pereira Gonçalves
        - 14 de maio 2016 - 3ª Conferência «A Segurança do Doente» - Enf.ª Mariana Filipa Correia Vasconcelos
        - 07 de junho 2016 - *Workshop* sobre Gestão na SRRAM-OE - Enf.ª Teresa Rita Ramos de Faria e Castro
        - 09 de julho 2016- 4ª Conferência «Ambientes favoráveis à prática» - Enf.ª Joana Filipa Gonçalves Delgado
        - 21 de setembro 2016 - Cerimónia de Vinculação à Profissão - Enf.ª Teresa Rita Ramos de Faria e Castro
        - 28 de setembro 2016 - Simpósio sobre Tele-Saúde */e-Health* - Enf.ª Maria Deolinda dos Santos
- Análise de novas propostas de protocolos com empresas para benefício dos membros e divulgação pelos meios eletrónicos:
    - Reorganização da área dos protocolos de benefícios dos membros na página da SRRAM-OE;
    - Listagem de novos protocolos assinados durante o ano 2016:

- Joalharia São Pedro
- Auto-Precisão - Reparação de Automóveis, Lda
- ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas
- Bravadente - Medicina Dentária, Lda
- Nini Design Centre
- Helen Doron English Funchal
- Fisiomadeira JRFN II - Saúde Humana e Reabilitação

- Atribuição de apoio financeiro aos Enfermeiros atingidos pelos incêndios de agosto de 2016:
  - Após levantamento dos Enfermeiros que foram vítimas dos fatídicos incêndios ocorridos na Ilha da Madeira em Agosto de 2016, foi decidido unanimemente pelo Conselho Diretivo Regional Alargado, apoiar financeiramente os membros com perda total do recheio da sua habitação, a distribuir pelos Enfermeiros referenciados a esta Secção Regional.

2.3- Para com o Poder Político

Atividades desenvolvidas:

- Audiências com os responsáveis políticos regionais, inicialmente para apresentação de cumprimentos e, posteriormente, para discussão de assuntos que digam respeito à saúde e à enfermagem, sempre que tal se justificar:
  - 08 de fevereiro 2016 - Presidente da Assembleia Legislativa Regional;
  - 16 de fevereiro 2016 – Presidente da Associação de Municípios da RAM;
  - 19 de fevereiro 2016 – Secretária da Inclusão e Assuntos Sociais;
  - 25 de fevereiro 2016 – Secretário Regional da Saúde;
  - 14 de março 2016 – Reunião de trabalho com Assessor do Secretário Regional da Saúde;
  - 8 de junho 2016 – Presidente do Governo Regional da Madeira;

- 24 de junho 2016 - Audiência com o PS Madeira e Secretário de Estado da Saúde – Enfermeiro Élvio Jesus, Cláudia Fernandes e Isabel Silva- 24/06;
- 29 de novembro 2016 - Audiência com o Sr. Secretário Regional da Saúde: Cuidados de Saúde Primários.

- Participação na definição das políticas de saúde a nível regional:
  - Participação no Grupo de Trabalho conjunto para as Dotações de Enfermagem nos Serviços Dependentes da SRS / contratação de novos Enfermeiros;
  - Criação de grupo de trabalho para a temática dos idosos e pessoas dependentes na RAM;
  - Participação no grupo de trabalho em cooperação com a Secretaria Regional da Saúde para a temática da saúde mental;
  - Criação do Grupo de Trabalho «Determinantes Sociais para a Saúde dos Idosos» - elaboração de documento entregue na SRIAS;
  - Participação no Grupo de Trabalho – Plano Regional Envelhecimento – Enf.ª Isis Castro;
  - Intervenção junto da SRS e SESARAM visando a implementação do regime legal da Direção de Enfermagem.
- Intervenção junto da SRS e SRIAS para o apoio e a integração do valor dos cuidados de enfermagem nos modelos de financiamento e de contratualização das organizações prestadoras de cuidados de saúde e Sociais na RAM:
  - Intervenção do PCDR, Enfº Élvio Jesus junto das Entidades governativas da RAM e SESARAM para a integração do valor dos cuidados de enfermagem nos modelos de financiamento e de contratualização das organizações prestadoras de cuidados de saúde e Sociais na RAM (ponto anterior das reuniões com Entidades governativas);
- Alerta e negociação com as entidades responsáveis para as consequências / prejuízos advindos de inadequados skilmixs e dotações de enfermeiros;
  - Audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3)

- Reuniões de trabalho:
    - 4 de abril 2016 - Reunião de trabalho com o Chefe de Gabinete do Secretário da Saúde;
    - 7 de abril 2016 - Reunião com o Conselho de Administração do SESARAM e com a Secretaria Regional da Saúde;
    - 21 junho 2016 – Reunião de Trabalho com a Secretaria Regional da Saúde
- Análise e divulgação das necessidades em enfermeiros na RAM:
    - Alertas realizados para a sociedade civil em Entrevistas e participação em debates na comunicação social (Ponto 2.5);
    - Alerdas para com o Poder Político nas Audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3).
- Acompanhamento da concretização do Plano Regional de Saúde;
    - Audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3) e discussão acerca do Plano Regional de Saúde, nomeadamente acerca da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários em curso na RAM;
    - Alertas realizados para a sociedade civil em Entrevistas e participação em debates na comunicação social (Ponto 2.5).
- Acompanhamento da construção de novas estruturas de Saúde, designadamente o novo hospital.
    - 4ª Conferência: "A segurança do doente", na vertente infraestruturas;
    - Alertas realizados para a sociedade civil em Entrevistas e participação em debates na comunicação social (Ponto 2.5);
    - Alertas realizados nas audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3).
- Emissão de pronunciamentos sobre assuntos de interesse para a saúde em geral e para a enfermagem em particular, sempre que solicitado ou sempre que se verifique de utilidade para a profissão:
    - Reorganização dos cuidados de Saúde Primários da RAM:
        - Reunião com Conselheiros dos Órgãos Estatutários Regionais a 26 de julho;

- Reunião com Enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários e Conselheiros dos Órgãos Estatutários Regionais a 15 de novembro;
- Alertas para com o Poder Político nas Audiências com Entidades governativas da RAM (ponto 2.3);
- Alertas aos Enfermeiros da RAM através de contactos por via eletrónica e de forma presencial.

- Participação em comissões ou grupos de trabalho no domínio da saúde e assuntos sociais:
  - Grupo de trabalho com a SRIS: Determinantes da saúde dos idosos e de pessoas dependentes na RAM – 15 de junho;
    - Trabalhos preparatórios com várias reuniões de *Focus group* de Enfermeiros.
  - Trabalho conjunto com a Ordem dos Médicos sobre esta e outras temáticas da saúde.

2.4- Atividades Estatutariamente Definidas

Atividades desenvolvidas:

- Realização de reuniões ordinárias com os membros dos diferentes Órgãos, de acordo com a periodicidade estatutária e regimentar;
  - Tomada de posse dos Órgãos Estatutários da Sede Nacional - Mandato 2016/2019 – 30/01/2016;
  - Assembleia Regional ordinária e extraordinária;
  - 3 Encontros de Órgãos Regionais: 12 de maio, 8 de agosto e 19 de dezembro;
  - Encontro de Órgãos Estatutários Nacionais em Vieira de Leiria: 21 e 22 de abril;
  - Reuniões de Encontro de órgãos;
  - 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica– 04/03/2016;

- 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação– 04/03/2016;
- 1ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica– 05/03/2016;
- Assembleia Geral em Coimbra– 07/05/2016.

- Realização da Assembleia Regional ordinária e extraordinária se necessário:
  - Assembleia Regional ordinária: 29 de março de 2016;
  - Assembleia Regional extraordinária: 25 de outubro de 2016.
- Revisão de regimentos internos:
  - Dado o volume de atividades prioritárias deste primeiro ano de mandato, e a modificações nos regulamentos de alguns Órgãos Nacionais, não foi possível proceder à revisão dos regulamentos internos em 2016;

2.5- Comunicação e Imagem

Atividades desenvolvidas:

- Intervenção nos canais de comunicação social regional:

Reportagens na comunicação social

- Rádio Antena 1 Madeira:
  - 6 e 11 de fevereiro 2016 - Entrevista do PCDR no programa "Factos e argumentos"
  - 3 e 4 de junho 2016 – Diário Regional
- Telejornal Madeira:
  - 26 de janeiro – tomada de posse dos Órgãos estatutários regionais
  - 12 de março 2016 – Condições do exercício e desenvolvimento profissional
  - 29 de março 2016 – Assembleia Regional Ordinária
  - 12 de abril 2016 – Enfermeiro do trabalho
  - 12 de maio 2016 – Dia Internacional do Enfermeiro
- Programas RTP-Madeira:
  - 13 de fevereiro 2016 – Programa "Ponto de Ordem" – Enfº Élvio Jesus

- 20 de abril 2016 – Programa "Interesse público" – Enfº Élvio Jesus
- 04 de junho 2016 - Programa "Ponto de Ordem" – Enfº Élvio Jesus
- 7 de dezembro – Programa "Interesse Público" – Enf.º Orlando Sá
- 9 de dezembro – Programa "Madeira Viva" – Enf.ª Vera Pestana e Susana Franco

- JM
  - 23 de janeiro – Tomada de Posse SRRAM-OE
  - 27 de janeiro – Enfermeiros Incluídos na administração hospitalar
  - 31 de janeiro – Convocatória Assembleia Regional
  - 9 de fevereiro – Audiência na Assembleia Legislativa da Madeira
  - 1 de março – Bastonária dos Enfermeiros reacende tema da eutanásia
  - 13 de março – Enfermeiros denunciam condições inadmissíveis
  - 30 de março – Falta de Enfermeiros preocupa OE
  - 31 de março – Bastonária denuncia contratações
  - 15 de abril – Anúncio: 2ª Conferência Decisões em fim de vida: do Testamento vital à Eutanásia
  - 12 de maio - Anúncio: 3ª Conferência – A segurança do doente
  - 26 de junho – Artigo "Gente que cuida de gente"
  - 29 de junho – Enfermeiros lamentam autonomia limitada
  - 8 de julho – Anúncio da 4ª Conferência – Ambientes favoráveis à prática."
  - 2 de agosto – Lançamento do livro: "Uma amiga preciosa" – Enfermeiro Henrique Boulhosa
  - 21 de setembro – 66% dos enfermeiros sofrem de exaustão
  - 22 de setembro – Cerimónia de Vinculação: 80 Enfermeiros contratados até ao final do ano
  - 29 de setembro – Telemedicina no Centro de Saúde do Porto Santo
  - 20 de outubro – 5ª Conferência: Cuidados de Saúde baseados na evidência: da informação à decisão
  - 17 de novembro – 6ª Conferência: Justiça nos Cuidados de Saúde: um imperativo ético

- Diário de Notícias da Madeira:
  - 21 de janeiro – Convite para a Tomada de posse
  - 26 de janeiro – Enfermeiros tomam posse
  - 27 de janeiro – Faltam Enfermeiros na administração hospitalar
  - 28 de janeiro – Enfermeiro Élvio Jesus – um duro desafio pela frente
  - 31 de janeiro – Bastonária pede mais Enfermeiros
  - 31 de janeiro – Enfermeiros estão a ficar doentes
  - 9 de fevereiro – Baixas de enfermeiros suscitam dúvidas da Ordem
  - 19 de fevereiro – Enfermeiros referendam eutanásia
  - 1 de março – Ministério investiga eutanásia nos hospitais
  - 2 de março – Silêncios – cartas do leitor
  - 3 de março – Enfermeiros da Madeira vão debater eutanásia
  - 29 de março – Assembleia Regional da Ordem dos Enfermeiros
  - 15 de abril – Anúncio: 2ª Conferência Decisões em fim de vida: do Testamento vital à Eutanásia
  - 17 de abril – Enfermeiros promoveram debate sobre testamento vital e eutanásia
  - 12 de maio – Anúncio: 3ª Conferência – A segurança do doente
  - 28 de maio – Presidente da AMRAM, Paulo Cafofo recebe representação da Ordem dos Enfermeiros
  - 9 de junho – Diretores na administração
  - 8 de julho – Anúncio da 4ª Conferência – Ambientes favoráveis à prática."
  - 10 de julho – Ambientes favoráveis à prática na saúde
  - 21 de setembro – Cerimónia de Vinculação: 80 Enfermeiros contratados até ao final do ano
  - 21 de setembro – Cerimónia de Vinculação: Faria Nunes contrata mais 50 Enfermeiros
  - 22 de setembro – Cerimónia de Vinculação: 62 Enfermeiros receberam a cédula profissional

- 29 de setembro – Telemedicina é para avançar no Centro de Saúde do Porto Santo
- 20 de outubro – 5ª Conferência: Cuidados de Saúde baseados na evidência: da informação à decisão
- 21 de outubro – Artigo: Úlcera Venosa, pela Enfermeira Cátia Neves
- 17 de novembro – 6ª Conferência: Justiça nos Cuidados de Saúde: um imperativo ético

- Tribuna da Madeira:
  - 4 de março – Enfermeiros estão exaustos
- Aproximação da Ordem aos enfermeiros e cidadãos, com contacto regular, particularmente através dos meios eletrónicos ao dispor da Ordem, pela rapidez e facilidade de comunicação que representam:
  - Publicações semanais na Página da SRRAM-OE e nas redes sociais sobre assuntos relativos à Enfermagem;
  - Milhares de visualizações e interações com essas publicações;
  - Diversos contactos eletrónicos via email com Enfermeiros (Express OE e *mailing lists*).
- Inscrição da SRRAM-OE nas plataformas digitais, com a criação de páginas nas redes sociais: *Facebook*, *Youtube* e *Flickr*:
  - Facebook: www.facebool.com/srramoe
  - Youtube:https://www.youtube.com/channel/UC8RAYq-0Ine6X6bnrYlazvw
  - Flickr: https://www.flickr.com/photos/138974090@N07/albums
- Dinamização do *microsite* da Secção Regional, com a publicação de notícias e divulgação nas redes sociais, das atividades da Ordem:
  - Cerca de 60 notícias publicadas na Secção Informações
  - Reestruturação do *site* e seus conteúdos
  - Nova área de protocolos de benefício aos membros
- Divulgação das notícias pela *mailing list* Express OE regional, sempre que pertinente:

- 5 Express OE enviados, com divulgação das notícias publicadas online

- Elaboração e envio das Newsletters via e-mail (periodicidade semestral):
  - 1 Newsletter semestral
- Divulgação das atividades da OE, pelos meios eletrónicos disponíveis:
  - Todas as atividades realizadas pela SRRAM-OE foram divulgadas por via eletrónica.
- Promoção da atualização das informações da base de dados de membros da OE:
  - Atualização diária dos dados pessoais dos membros, sempre que ocorre um atendimento aos mesmos

2.6- Gestão do Património e Recursos da Ordem

Atividades desenvolvidas:

- Gestão dos recursos humanos, com avaliação periódica do desempenho, de acordo com as linhas gerais nacionais:
  - Acompanhamento do desempenho das colaboradoras. Sem registos de reclamações por parte dos membros e registo de elogios.
- Aplicação de procedimentos de saúde ocupacional, de acordo com a legislação em vigor a todos os colaboradores:
  - Manutenção dos procedimentos de Saúde do Trabalho, através da Empresa *Green Safe*.
- Implementação do programa de formação obrigatória, segurança contra incêndios e simulacro de evacuação:
  - Medidas de autoproteção – Enf. Ana Clara Costa, colaboradoras Rubina Branco, Natalie Pereira, Sandra Aveiro e Nélia Sousa – 05 e 06/04;
  - Formação PRIMAVERA *Academy* – Enf. Vera Pestana e colaboradora Natalie Pereira- 29 e 30/11;
  - Plano de Formação – Colaboradora Sandra Aveiro – 06/12.
- Implementação do programa de Certificação da Qualidade já iniciado, pelo referencial NP EN ISO 9001:2008, em consonância com a Sede e restantes Seções Regionais:

- Formação ISO 9001 – Enf. Nuno Neves – 22/06;
- Implementação de medidas de melhoria contínua
- Auditoria Interna da Qualidade – 19/09;
- Processo entretanto interrompido por indicação da Sede Nacional

- Adequação dos recursos informáticos e de multimédia às necessidades dos membros e do funcionamento interno:
  - Secretariado: aquisição de equipamentos informáticos para a Sede da SRRAM-OE e *upgrade* do armazenamento do Servidor
  - Aquisição de computador para biblioteca
  - Baterias UPS para Servidor
- Reavaliação das contratações de fornecimentos externos em termos de custo/benefício: manutenção de estruturas, comunicações, etc.:
  - Elevadores: Masel Otis
- Reparação e manutenção de estruturas (elevadores, sistema de rega do jardim, material informático, a estrutura física do prédio, entre outras):
  - Renegociação do Contrato de manutenção dos elevadores com a Masel Otis. Auditoria positiva por parte da Entidade Certificadora;
  - Adjudicação de montagem de porta de vidro no acesso reservado à área de trabalho dos Órgãos Estatuários;
  - Adjudicação de reparação do ar condicionado do auditório.
- Acompanhamento do processo de produção energética dos painéis fotovoltaicos e melhoramento da exposição solar:
  - Registo mensal da produção elétrica: Total do Ano 2016 – 5524 KW;
  - Mudança de *modem* de comunicação eletrónica;
  - Melhoria da exposição solar dos painéis e manutenção dos mesmos.
- Implementação do arquivo eletrónico, da documentação recebida por essa via, que não seja necessária imprimir:
  - Arquivo eletrónico implementado.
- Inventário, abate e eliminação de material e equipamento obsoleto diverso existente na SR:

- Reciclagem 2016
  - Lixo – 329,35Kg
  - Papel – 402,83Kg
  - Plástico – 69,33Kg

3 – COOPERAÇÃO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Atividades desenvolvidas:

- Desenvolvimento de atividades formativas e aprofundamento das relações e cooperação entre as secções regionais, particularmente com a dos Açores, pela partilha de características de insularidade:
  - Reunião com PCDR dos Açores para início dos trabalhos preparatórios do Congresso Insular – 15 de abril.
- Celebração, em coordenação com as restantes Associações de Enfermeiros (ACEPS, ACERAM e SERAM), das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro:
  - Celebração do Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de maio.
- Cooperação com os Sindicatos de Enfermagem e com outras associações e parceiros da área da saúde em matérias de interesse comum:
  - 1ª Conferência do Ciclo sobre a Carreira de Enfermagem;
  - *Workshop* sobre «Desenvolvimento Profissional, Regimes de Carreira e Gestão», destinado aos Enfermeiros Gestores na RAM – 07 de junho;
  - Celebração do DIE em associação com o Sindicato– 12 de maio.
- Cooperação com outras Ordens e Associações de outras profissões de Saúde e de áreas afins.
  - Reuniões com a Ordem dos Médicos – 01 de junho;
  - Intervenção no Programa televisivo "Ponto de Ordem", com outras Ordens profissionais;
  - Participação nas tomadas de posse de Outras Ordens Profissionais, com uma representação da SRRAM-OE (Ponto 2.1).

4- CONTAS

Anexo 1 - Balanço

BALANÇO

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos fixos tangíveis	4	1 123 806,41	1 148 554,39
ACTIVO NÃO CORRENTE		**1 123 806,41**	**1 148 554,39**
Créditos a receber	6.2	726,60	1 214,16
Associados / Membros	9.1	138 644,12	92 009,63
Diferimentos	9.2	300,55	36,33
Caixa e depósitos bancários	9.2	512 151,25	403 304,79
ACTIVO CORRENTE		**651 822,52**	**496 564,91**
TOTAL ACTIVO		**1 775 628,93**	**1 645 119,30**
Fundo patrimonial	9.2	32 601,37	21 385,65
Reservas	9.2	77 937,53	74 128,84
Resultados transitados	9.2	1 548 900,99	1 442 716,17
Resultado líquido do período	9.2	87 185,49	38 086,89
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**1 746 625,38**	**1 576 317,55**
Fornecedores	6.1	921,47	2 522,12
Estado e outros entes públicos	9.2	2 856,37	2 494,55
Outros passivos correntes	6.3	25 225,71	63 785,08
PASSIVO CORRENTE		**29 003,55**	**68 801,75**
TOTAL DO PASSIVO		**29 003,55**	**68 801,75**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**1 775 628,93**	**1 645 119,30**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Anexo 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas e prestações de serviços	5.1	281 724,02	280 535,58
Fornecimentos e serviços externos	5.2	(86 572,98)	(137 959,98)
Gastos com o pessoal	7	(66 134,00)	(62 465,31)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	-	(6 388,07)
Outros rendimentos	5.1/5.3	10 463,48	12 446,84
Outros gastos	5.4	(19 699,71)	(16 722,34)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**119 780,81**	**69 446,72**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(31 701,02)	(29 005,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**88 079,79**	**40 441,25**
Juros e gastos similares suportados	9.2	(366,89)	(151,89)
Resultado antes de impostos		**87 712,90**	**40 289,36**
Imposto sobre o rendimento do período		(527,41)	(2 202,47)
Resultado líquido do período		**87 185,49**	**38 086,89**

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	21.385,65		74.128,84	1.480.803,06				1.576.317,55		1.576.317,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				3.808,69	68.097,93				71.906,62		71.906,62
	7			3.808,69	68.097,93				71.906,62		71.906,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							87.185,49	87.185,49		87.185,49
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8							87.185,49	159.092,11		159.092,11
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		11.215,72							11.215,72		11.215,72
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10	11.215,72							11.215,72		11.215,72
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6 + 7 + 8 + 10	32.601,37		77.937,53	1.548.900,99			87.185,49	1.746.625,38		1.746.625,38

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		235.166,63	232.679,67
Pagamentos a fornecedores		-86.942,43	-135.546,77
Pagamentos ao pessoal		-65.976,58	-62.215,11
Caixa gerada pelas operações		82.247,62	34.917,79
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-253,02	-408,57
Outros recebimentos/pagamentos		-14.287,07	-60.440,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		67.707,53	-25.931,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.953,04	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		0,00	828,88
Juros e rendimentos similares		1.012,05	1.634,29
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-5.940,99	2.463,17
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		445,43	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-151,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		445,43	-151,89
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		62.211,97	-23.620,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		403.304,79	375.245,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		512.151,25	403.304,79

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Anexo 3 – Notas sobre as demonstrações financeira

Notas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A ORDEM DOS ENFERMEIROS – SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA ("SRM") tem por objecto a criação de regulamentação da profissão e tem a sua sede na Rua Visconde Cacongo, n.º 35, Santa Maria Maior, 9060-036 Funchal.

A Ordem é uma associação profissional de direito público.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.ºc98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho – Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de DF's;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho – Estrutura conceptual;
- E subsequentes declarações de retificação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

a) As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

b) O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

c) Os réditos relativos às vendas de produtos de merchandising são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

d) O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

e) As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

f) Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

g) Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2016 encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 14
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos activos, foram registadas como gastos do exercício.

Aquando da alienação ou abatimento de activos são registadas nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", a diferença positiva ou negativa entre o valor de venda e o valor contabilístico.

h) Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

i) As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal. Tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

j) Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

k) As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

l) As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

m) Sendo a Ordem uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

4 MOVIMENTO DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL E NAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo Inicial	96.115,67	1.310.995,81	14.832,15	-	134.224,33	25.309,71	-	1.581.477,67
Aumentos	-	-	4.292,96	-	2.660,08	-	-	6.953,04
Transferências	-			-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-		-	-	-	-	-
Saldo Final:	96.115,67	1.310.995,81	19.125,11	-	136.884,41	25.309,71	-	1.588.430,71
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo Inicial	-	262.199,20	10.864,97	-	134.532,96	25.326,15	-	432.923,28
Depreciações	-	26.219,92	2.821,02	-	2.660,08	-	-	31.701,02
Abates	-	-		-		-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	325,07	-	(308,63)	(16,44)	-	0,00
Saldo Final:	-	288.419,12	14.011,06	-	136.884,41	25.309,71	-	464.624,30
QUANTIA ESCRITURADA:								
31-Dez-16	96.115,67	1.022.576,69	5.114,05	-	-	-	-	1.123.806,41
31-Dez-15	96.115,67	1.048.796,61	3.967,18	-	(308,63)	(16,44)	-	1.148.554,39

5 RENDIMENTOS E GASTOS

5.1 RÉDITOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Prestações de serviços	281.724,02	280.535,58	0,4
Outros rendimentos	10.463,48	12.446,84	(15,9)
	292.187,50	**292.982,42**	**(0,3)**

Os valores inscritos nas "Prestações de serviços" devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos" poderá ser visto na Nota 5.3.

5.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Trabalhos especializados	8.715,63	5.550,34	57,0
Publicidade e propaganda	2.911,07	1.046,66	178,1
Vigilância e segurança	1.656,15	3.134,31	(47,2)
Honorários	11.184,00	11.656,73	(4,1)
Conservação e reparação	8.001,77	41.577,30	(80,8)
Serviços bancários	740,33	582,58	27,1
Materiais	5.227,74	13.405,81	(61,0)
Energia e fluidos	4.967,44	6.426,83	(22,7)
Deslocações, estadas e transportes	34.927,27	45.398,27	(23,1)
Rendas e alugueres	1.058,81	425,00	149,1
Comunicação	6.200,22	6.162,68	0,6
Seguros	-	503,17	(100,0)
Limpeza higiene e conforto	982,55	2.090,30	(53,0)
	86.572,98	**137.959,98**	**(37,2)**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 6.008,78 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRC.

5.3 OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Rendimentos suplementares	77,10	3.823,62	(98,0)
Rendas e outros rendimentos	-	828,88	(100,0)
Correcções relativas a períodos anteriores	7.821,75	5.492,61	42,4
Excesso de estimativa de impostos	1.793,90	-	-
Juros obtidos	495,59	1.348,56	(63,3)
Outros rendimentos e ganhos	275,14	953,17	(71,1)
	10.463,48	**12.446,84**	**(15,9)**

5.4 OUTROS GASTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Impostos	903,52	142,40	534,5
Correcções relativas a períodos anteriores	-	1.265,81	(100,0)
Donativos	5.000,00	-	-
Encargos com enfermeiros cedidos à Ordem	3.297,90	9.692,91	(66,0)
Devolução / anulação de quotas	-	5.412,43	(100,0)
Multas e penalidades	-	51,89	(100,0)
Reembolso encargos com empréstimos	366,89	151,89	141,5
Outros gastos e perdas	10.131,40	5,01	202.123,6
	19.699,71	**16.722,34**	**17,8**

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 FORNECEDORES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores	921,47	2 522,12
	921,47	**2 522,12**

6.2 CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros a receber	1,56	518,02
Membros	-	254,95
Adiantamentos a fornecedores		441,19
Outros devedores	725,04	-
	726,60	**1 214,16**

6.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Acréscimos de gastos	14 658,69	21 501,65
Sede a devolver	6 849,12	33 997,43
Quotas em conferência	3 715,90	8 286,00
Outros credores	2,00	-
	25 225,71	**63 785,08**

DETALHE ACRÉSCIMOS DE GASTOS	31-Dez-16	31-Dez-16
Remunerações a liquidar	8 270,50	8 113,08
Outros acréscimos de gastos	6 388,19	13 388,57
	14 658,69	**21 501,65**

7 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Remunerações do pessoal	54 692,85	51 770,53	5,6
Encargos sobre remunerações	11 054,06	10 445,40	5,8
Outros	387,09	249,38	55,2
	66 134,00	**62 465,31**	**5,9**

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da SRM foi de 4.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 13 de Fevereiro de 2017.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA ENTIDADE COM PARTES RELACIONADAS

MEMBROS/OUTROS CLIENTES E RESPECTIVAS IMPARIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a dívida dos membros/outros clientes à SRM (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Dívidas dos membros	68.873,40	110.710,13
Imparidade acumulada	(26.598,14)	(67.951,49)
	42.275,26	**42.758,64**
Reforço / (redução) imparidade acumulada	(8.957,31)	6.388,07

A redução das perdas por imparidade verificada no exercício foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado foram desreconhecidas do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 32.396,04 euros.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a SRM tinha o seguinte valor a receber, relativo a dívida dos membros, bem como aos acertos trimestrais com a Sede e outras secções regionais:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Percent. s/facturação	68.873,40	110.710,13
Percent. s/recebimentos	84.983,57	46.732,42
Percent. s/inscrições	9.213,25	2.019,07
Percent. s/tit. especialista	2.172,04	499,50
	165.242,26	**159.961,12**
Imparidades acumuladas	(26.598,14)	(67.951,49)
VALOR LÍQUIDO	**138.644,12**	**92.009,63**

Na nota 6.3 - Outros passivos correntes, encontram-se evidenciadas dívidas da SRM à Sede.

9.1 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Depósito a prazo	468 734,41	85 348,92
Depósitos à ordem	42 401,07	317 469,02
Caixa	1 015,77	486,85
	512 151,25	**403 304,79**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
IRC a pagar	274,39	1 793,90
Imposto sobre o valor acrescentado	902,52	-
Retenções na fonte IRS	505,96	478,96
Contribuições para a segurança social	1 173,50	221,69
PASSIVO	**2 856,37**	**2 494,55**

DIFERIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Gastos a reconhecer	300,55	36,33
ACTIVO	**300,55**	**36,33**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	1-Jan-16	Aumentos	Diminuições	Transf.	31-Dez-16
Fundo patrimonial	21.385,65	11.215,7	-	-	32.601,37
Reservas	74.128,84	-	-	3.808,69	77.937,53
Resultados transitados	1.442.716,17	76.373,45	(4.466,83)	34.278,20	1.548.900,99
Resultado do exercício	38.086,89	87.185,49	-	(38.086,89)	87.185,49
	1.576.317,55	**174.774,66**	**(4.466,83)**	**-**	**1.746.625,38**

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de diversas regularizações de saldos de anos anteriores no montante de 4.466,83€ a débito e 76.373,45€ a crédito.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros suportados	366,89	151,89
	366,89	**151,89**

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRM com o valor contabilístico líquido de 1.118.692,36 € está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

O Contabilista Certificado

O Conselho Directivo

Anexo 4 – Análise da Situação Económica e Financeira

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Situação Económica

A SRRAM encerrou o exercício económico de 2016 com um resultado líquido positivo de **87 185,49 €.**

RENDIMENTOS E GANHOS

Os valores recebidos de **quotização** mantêm-se como o principal rendimento que a SRRAM dispõe para dar cumprimento ao seu plano de atividades.

Este valor, no que se refere à Secção Regional da Região Autónoma da Madeira, é constituído por 30% da faturação correspondente aos membros afetos a esta Secção Regional acrescida de 3% da faturação global da Ordem dos Enfermeiros, que correspondeu no ano de 2016 a **278 552,33 €** o que representou aproximadamente **95.33%** do total de rendimentos do ano em referência.

A execução orçamental nas suas principais rubricas de rendimentos e ganhos pode ser analisada no quadro que seguidamente se apresenta:

QUADRO 1 – Comparação entre o total realizado em 2015 e o orçamentado e realizado para 2016

Execução Orçamental	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016	Variação Execução vs. Orçamento 2016
Quotização	€ 281 399,61	€ 287 235,72	€ 278 552,33	-8 683,39
Emolumentos	€ 847,00	€ 650,00	€ 3 171,69	2 521,69
Descontos e Abatimentos	€ (1 711,03)	€ -	€ -	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos				0,00
Proveitos Suplementares	€ 3 823,62	€ 1 609,46	€ 77,10	-1 532,36
Outros proveitos e Ganhos	€ 7 274,66	€ 11 358,74	€ 9 890,79	-1 467,95
Ganhos financeiros - Juros	€ 1 348,56	€ 900,00	€ 495,59	-404,41
Total dos Gastos e Perdas	**€ 292 982,42**	**€ 301 753,92**	**€ 292 187,50**	**-9 566,42**

Os **Rendimentos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações/material de divulgação e inscrição em eventos realizados.

A rubrica **Outros Proveitos e Ganhos (9 890,79 €)** é constituído por:

- Correcções de montantes de anos anteriores 7 821,75€;
- Excesso de estimativa de imposto 1 793,90€;
- Indeminizações Seguradora AGEAS Portugal 190,00 €;
- Correcção de 85,14€ numa factura de EEM.

Os **Ganhos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo das contas da SRRAM.

GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas do exercício económico de 2016 totalizaram **204 474,60 €,** o que representou um decréscimo de 47 761,54 € em face ao seu período homólogo, conforme se pode verificar no quadro 2.

QUADRO 2 – Gastos e perdas realizados em 2015 e comparação com orçamento e execução de 2016

Execução Orçamental	Execução 2015	Orçamento 2016	Execução 2016	Variação Execução vs. Orçamento 2016
Fornecimentos e serviços externos	€ 137 959,98	€ 135 722,08	€ 86 572,98	-49 149,10
Gastos com Pessoal	€ 62 465,31	€ 61 334,80	€ 66 134,00	4 799,20
Depreciações	€ 29 005,47	€ 29 000,00	€ 31 701,02	2 701,02
Perdas por imparidade	€ 6 388,07	€ 2 690,50	€ -	-2 690,50
Outros Gastos e Perdas				0,00
Impostos e Taxas	€ 142,40	€ 150,00	€ 903,52	753,52
Outros gastos	€ 1 365,91	€ 9 186,14	€ 18 796,19	9 610,05
Outros não especificados	€ 15 214,03	€ 13 902,62		-13 902,62
Gastos e perdas de financiamento	€ 151,89	€ 250,00	€ 366,89	116,89
Total dos Gastos e Perdas	**€ 252 693,06**	**€ 252 236,14**	**€ 204 474,60**	**-47 761,54**

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de **fornecimentos e serviços externos (FSE)** é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de gastos, por refletir na sua maioria a quase globalidade das atividades planificadas. As despesas que mais contribuem para este facto são as relacionadas com os serviços especializados, nomeadamente em termos de assessorias, a conservação e manutenção das instalações e equipamentos e as deslocações e estadas referentes às diversas atividades dos Órgãos Sociais Regionais, para cumprimento do Plano de Atividades Regional.

Detalhe:

	31-Dez-16	31-Dez-15	Var.%
Trabalhos especializados	8.715,63	5.550,34	57,0
Publicidade e propaganda	2.911,07	1.046,66	178,1
Vigilância e segurança	1.656,15	3.134,31	(47,2)
Honorários	11.184,00	11.656,73	(4,1)
Conservação e reparação	8.001,77	41.577,30	(80,8)
Serviços bancários	740,33	582,58	27,1
Materiais	5.227,74	13.405,81	(61,0)
Energia e fluidos	4.967,44	6.426,83	(22,7)
Deslocações, estadas e transportes	34.927,27	45.398,27	(23,1)
Rendas e alugueres	1.058,81	425,00	149,1
Comunicação	6.200,22	6.162,68	0,6
Seguros	-	503,17	(100,0)
Limpeza higiene e conforto	982,55	2.090,30	(53,0)
	86.572,98	**137.959,98**	**(37,2)**

Gastos com o Pessoal

Trata-se de outra rubrica com peso essencialmente significativo em termos de gastos e perdas do exercício. Não obstante, a variação quer em termos do seu período homólogo que em termos do orçamentado não é significativa.

Depreciações

Representam a perda de valor dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos. Ou seja, o valor de custo dos ativos é reconhecido ao longo de vários exercícios pelo período da sua vida útil na forma de amortização.

Perdas por imparidade

Refere-se a créditos (quotas) com antiguidade significativa, cuja recuperação se considera pouco provável. Em 2016 estes custos foram registados na rubrica de resultados transitados, por essa razão não consta como custo do ano.

Impostos

Referem-se essencialmente a impostos decorrentes de operações bancárias.

Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos e Perdas (18 796,19 €) é constituído por:

- Donativos 5 000,00 €;
- Encargos de 2015 com Enfermeiros a trabalhar na Ordem 3 297,90€;
- Reembolso encargos empréstimos 10 518,09€
- Correcções de montantes de anos anteriores - 19,80 €.

Gastos e Perdas de Financiamento

Esta a rubrica refere-se a juros suportados.

Reservas Estatutárias

Considerando o Resultado Liquido do exercício de 2016, no abrigo do art.º 118 do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, as reservas estatutárias serão reforçadas com o valor de **8 718,55€.**

Anexo 5 – Parecer do Conselho Fiscal Regional da Madeira

SECÇÃO REGIONAL DA R.A. DA MADEIRA

Ex.ma Senhora
Presidente da Mesa da Assembleia Regional da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Enfermeiros
Ex.mos Membros da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

Assunto: Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de 2016.

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal Regional, apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2016, elaborado pelo Conselho Diretivo Regional.

Ao efetuar o balanço das atividades desenvolvidas no decurso o ano de 2016, o Conselho Fiscal Regional conclui que o Relatório de Atividades demonstra o cumprimento das atividades planeadas nas suas linhas gerais.

Na sequência das verificações realizadas à documentação contabilística, o Conselho Fiscal Regional confirmou os valores constantes das demonstrações financeiras, sobre as quais vai emitir parecer.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal Regional entende que as contas refletem o património da nossa Ordem e o resultado do exercício apurado em 2016, salientando o enorme esforço, preocupação e rigor no cumprimento do orçamentado.

Parecer

Da análise do Relatório de Atividades e Contas de 2016 decidiu este Conselho dar parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas, referentes ao ano de 2016 e recomendar a sua aprovação na Assembleia Regional prevista para 23 de fevereiro de 2017.

Funchal, 15 de fevereiro de 2017.

O Conselho Fiscal Regional

Enf. Orlando Sá
Presidente

Enf. Beto Martins
Vogal

ORDEM DOS ENFERMEIROS

